Agência de Desenvolvimento Turístico

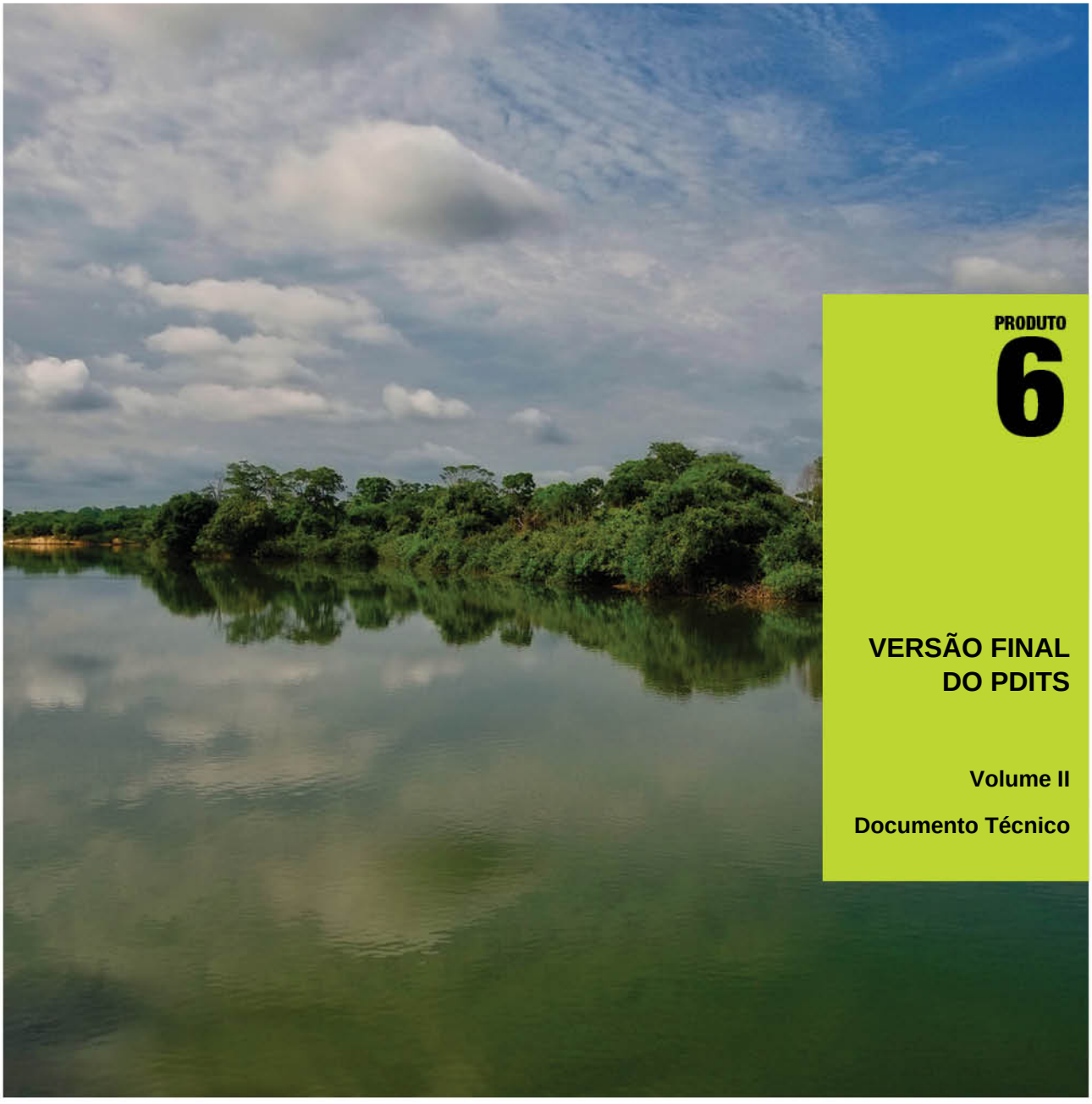
Governo do TOCANTINS
O Estado da Livre Iniciativa e da Justiça Social

Ministério do Turismo

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

POLO DO CANTÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PDITS



PRODUTO

6

VERSÃO FINAL DO PDITS

Volume II

Documento Técnico

POLO DO CANTÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PDITS



PRODUTO

6

VERSÃO FINAL DO PDITS

Volume II

Documento Técnico

FICHA TÉCNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Michel Miguel Elias Temer Lulia
Presidente Interino do Brasil

MINISTÉRIO DO TURISMO

Alberto Alves
Ministro Interino do Turismo

SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

Neusvaldo Ferreira Lima
Secretário

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Rogério Antonio Cóser
Diretor

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO TURISMO

Eduardo Cláudio Madeira
Coordenador-Geral de Planejamento Territorial do Turismo

Miranice Lima Santos
Chefe de Divisão

Marina Neiva Dias
Técnica de Nível Superior

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Marcelo de Carvalho Miranda
Governador do Estado do Tocantins

Cláudia Martins Lelis
Vice-governadora

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E CULTURA DO TOCANTINS

Alexandro Castro
Secretário - SEDEN

James Possapp
Superintendente de Turismo da SEDEN

Marcos Miranda
Diretor de Planejamento e Projetos Estratégicos da SEDEN

Ranilton Peres de Souza
Gerente de Planejamento e Projetos Estratégicos da SEDEN

Equipe Técnica

Graziela Cortez
Socióloga

Leila Suely Reis da Silva
Turismóloga

Gabriel da Luz
Turismólogo

Rosângela Amorim
Apoio Administrativo

TECHNUM CONSULTORIA

Izabel Borges
Arquiteta/Urbanista
Coordenadora do Projeto

Equipe Técnica
Daisy Basso
Pedagoga – Especialista em Gestão Municipal

Denise Guarieiro
Arquiteta e Urbanista

Giselle Chalub
Arquiteta e Urbanista

Heleno Mesquita
Programação e Monitoramento de Programas de Financiamento

João Filipe Campello
Engenheiro Civil – Gestão e Projetos de Infraestrutura

Letícia Bortolon
Arquiteta e Urbanista – Planejamento Urbano e Regional

Luis Cascão
Economista – Estudos e Análise de Viabilidade

Nanci Miranda
Turismóloga – Planejamento do Turismo

Potira Meirelles Hermuche
Geógrafa - Geoprocessamento – Gestão Ambiental

Sílvia Borges de Lázari
Arquiteta e Urbanista – Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística

Vera Amorelli
Advogada – Direito Administrativo Municipal, Urbano e Ambiental

Vitor João Ramos Alves
Especialista em Logística e em Processamento de Dados

APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao Produto 6 do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS para o Polo Cantão.

O PDITS em processo de elaboração constitui o instrumento base para o desenvolvimento turístico do Polo conforme políticas públicas estabelecidas pelo Estado do Tocantins e conta com o apoio do Ministério do Turismo, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL, com aporte financeiro do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF.

No âmbito do processo de elaboração deste PDITS, foram previstas seis etapas, conforme especificação a seguir:

1ª. ETAPA

Elaboração do Plano de Trabalho e Formulação dos Objetivos do PDITS;

2ª. ETAPA

Elaboração do Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas;

3ª. ETAPA

Validação da Seleção da Área Turística e Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico;

4ª. ETAPA

Elaboração do Plano de Ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos e Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação;

5ª. ETAPA

Elaboração da Versão Preliminar do PDITS;

6ª. ETAPA

Elaboração da Versão Final do PDITS.

A atual fase de desenvolvimento diz respeito à Versão Final do PDITS. Sua elaboração se dá pela consolidação dos Produtos anteriores, incorporando ajustes orientados pela SEDEN/TO e pelo Ministério do Turismo – Mtur, além de contribuições advindas dos processos participativos.

O Produto referente a essa etapa está organizado em três volumes. São eles:

Volume I - Resumo Executivo

Volume II – Documento Técnico

Volume III – Processo Participativo

Este documento trata do Volume II – Documento Técnico e consolida as informações relativas ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.

.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ..... **xiii**

1. MARCO REFERENCIAL E OBJETIVOS DO PDITS **14**

1.1 O Estado do Tocantins e o Polo Turístico Cantão 15

1.2 A Política Federal e Estadual de Turismo e o Programa Prodetur Nacional 20

1.3 Objetivo Geral 25

1.4 Objetivos Específicos 26

2. DIAGNÓSTICO ESTRATRÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADE TURÍSTICAS **27**

2.1. Mercado Turístico **28**

2.1.1. Análise da Demanda Turística Atual 28

2.1.2. Análise da Demanda Turística Potencial 50

2.1.3. Oferta Turística 59

2.2. Análise da infraestrutura básica e dos serviços gerais encontrados na área turística **101**

2.3. Análise do quadro institucional da área turística **123**

2.4. Aspectos socioambientais na área turística **146**

2.5. CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO **173**

3. HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS **188**

3.1. Validação da Área - Hierarquização dos atrativos turísticos **189**

3.1.1. Importância dos Atrativos Turísticos 189

3.1.2. Acessibilidade e Conectividade 196

3.1.3. Nível de Uso Atual e Potencial da Área Turística 197

3.1.4. Aspectos Físicos da Área Turística 198

3.1.5. Infraestrutura e Serviços Básicos 199

3.1.6. Quadro Institucional e Aspectos Legais 202

3.1.7. Aspectos Ambientais 203

3.1.8. Síntese – Validação da Seleção da Área Turística e Priorização de Segmentos 205

4. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO **207**

4.1. Linhas Norteadoras Estratégicas de Desenvolvimento Turístico **208**

4.2. Estratégias de Desenvolvimento Turístico **209**

4.3. Proposições e Considerações sobre as Estratégias de Desenvolvimento Turístico **213**

5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO **219**

5.1. Visão geral e ações previstas **220**

5.2. Descrição das ações previstas **220**

5.3. Dimensionamento do investimento total **239**

5.4. Seleção e priorização das ações **243**

5.5. Descrição das ações a serem realizadas nos 18 primeiros meses com recursos do Prodetur Nacional **247**

5.6. Avaliação dos impactos potenciais da implementação do programa **257**

6. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO **263**

REFERÊNCIA **266**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Estado do Tocantins 15
Figura 2: Estados limítrofes ao Estado do Tocantins 16
Figura 3: Localização do Polo Cantão 17
Figura 4: Municípios do Polo Cantão 18
Figura 5: Paisagem Natural – Parque Estadual do Cantão 19
Figura 6: Praias - Araguacema 20
Figura 7: Política Federal – Plano Nacional de Turismo e Prodetur Nacional 21
Figura 8: Política Estadual – Estado do Tocantins 21
Figura 9: Política Estadual – Estado do Tocantins 23
Figura 10: Política Estadual – Estado do Tocantins – PPA 2016-2019 24
Figura 11: Praias mais procuradas pelos Turistas no Polo do Cantão 29
Figura 12: Atividades Realizadas no Polo no Segmento de Ecoturismo 37
Figura 13: Atividades Realizadas no Polo no Segmento de Sol e Praia 37
Figura 14: Segmentos Turísticos do Polo do Cantão 49
Figura 15: Mapa com Rede Hidroviária do Polo Cantão 61
Figura 16: Mapa de atrativos do Polo Cantão 63
Figura 17: Praias do Rio Araguaia 65
Figura 18: Período de Alta Temporada no Município de Araguacema. 66
Figura 19: Praia da Ilha - Caseara 68
Figura 20: Balsa do Rio Araguaia 70
Figura 21: Rio do Coco 71
Figura 22: Praia do Sol, Caseara 71
Figura 23: Lagoa da Confusão 75
Figura 24: Projeto Quelônios na Fazenda Praia Alta 78
Figura 25: Igreja de Pedra / Casa de Pedra 80
Figura 26: Bacia do Rio Javaés 81
Figura 27: Cachoeira e Fauna 81
Figura 28: Parque Estadual do Cantão 83
Figura 29: Sinalização Parque Estadual do Cantão 83
Figura 30: Locais Procurado pelos Turistas no Período de Alta Temporada em Caseara 90
Figura 31: Pousadas em Araguacema 91
Figura 32: Pousadas em Caseara 91
Figura 33: Alguns dos Hotéis e alojamentos localizados no Município de Caseara 92
Figura 34: Alguns dos Hotéis Localizados no Município de Lagoa da Confusão 93
Figura 35: Alguns dos Equipamentos de Alimentação Localizados no Polo 98
Figura 36: Alguns dos Equipamentos Agências que operam o Turismo no Polo do Cantão 100
Figura 37: Mapa Rede de acesso ao Polo – Sistemas de Transportes do Polo 103
Figura 38: Rodovia Estadual TO-348 em Araguacema 104
Figura 39: Vias Locais dos Municípios de Araguacema, Caseara, Lagoa da Confusão e Pium 105
Figura 40: Transporte Hidroviário Feito por Balsa pelo Rio Araguaia no Município de Caseara 107
Figura 41: Travessia de Turistas para as Praias Fluviais no Município de Caseara 108
Figura 42: Aeródromo para Pousos Privados do Parque Estadual do Cantão 109
Figura 43: Abastecimento de Água do Polo 110

Figura 44: Esgotamento Sanitário do Polo 116

Figura 45: Lixo Encontrado a Céu Aberto nas Sedes de Alguns Municípios do Polo 117

Figura 46: Limpeza Urbana do Polo 118

Figura 47: Exemplos de Falhas na Drenagem de Alguns Municípios do Polo 119

Figura 48: Fornecimento de Energia Elétrica do Polo 121

Figura 49: Gestão Descentralizada do Turismo – Estrutura de Coordenação, conforme definido pela Política Nacional do Turismo 2013 – 2016, aplicada para o Estado do Tocantins 124

Figura 50: Organograma do Órgão de Turismo do Estado do Tocantins 125

Figura 51: Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo 130

Figura 52: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Araguacema 132

Figura 53: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Caseara 133

Figura 54: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Lagoa da Confusão 133

Figura 55: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Pium 134

Figura 56: Precipitação média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da precipitação média e (b) Gráfico da precipitação média na estação meteorológica localizada em Palmas..... 147

Figura 57: Temperatura média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da temperatura média e (b) Gráfico da temperatura média na estação meteorológica localizada em Palmas..... 148

Figura 58: Umidade relativa do ar na região do Polo 149

Figura 59: Rede de Drenagem do Polo 150

Figura 60: Bacias Hidrográficas do Polo 150

Figura 61: Exemplos de Rios Localizados no Polo 151

Figura 62: Áreas Alagadas no Polo 151

Figura 63: Mapa Hipsométrico do Polo 152

Figura 64: Mapa Geomorfológico do Polo. 153

Figura 65: Unidades de Conservação e Áreas Protegidas Localizadas no Polo 154

Figura 66: Mapa geomorfológico do Polo. 156

Figura 67: Jacarés. 158

Figura 68: Veados. 158

Figura 69: Botos. 159

Figura 70: Pássaros. 159

Figura 71: Imagem de Satélite do Polo 160

Figura 72: Usos do Solo Potenciais na Região do Polo 161

Figura 73: Uso Agrícola 163

Figura 74: Queimadas 164

Figura 75: Processos Erosivos. 164

Figura 76: Assoreamento. 165

Figura 77: Poluição Hídrica. 165

Figura 78: Metodologia de Análise SWOT 179

Figura 79: Mapa de Valoração de Atrativos do Polo do Cantão 193

Figura 80: Parque Estadual do Cantão 194

Figura 81: Centro de Pesquisa Canguçu e Rio Araguaia 195

Figura 82: Lagoa da Confusão 195

Figura 83: Período de Alta Temporada nos Municípios do Polo 197

Figura 84: Exemplos de Rios Localizados no Polo 199

Figura 85: Infraestrutura e Serviços Básicos – Polo do Cantão, 2013. 200

Figura 86: Áreas Ambientais – Polo do Cantão, 2013.....204
Figura 87: Mapa de Estratégia de Desenvolvimento Turístico do Polo Cantão.....218

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Origem dos Turistas que Visitam o Polo – Temporada de Sol e Praia.....30
Gráfico 2: Principais Emissores para o Polo do Cantão.....32
Gráfico 3: Fluxo de turistas no Polo do Cantão em 2013.....33
Gráfico 4: Período de Permanência dos Turistas e Excursionistas na Praia.....34
Gráfico 5: Motivação para Visita às Áreas Protegidas.....38
Gráfico 6: Motivação da Viagem para o Polo do Cantão por Agências, 2013.....40
Gráfico 7: Fluxo de Turistas no Polo do Cantão, 2013.....41
Gráfico 8: Faixa Etária dos Turistas – Polo do Cantão, 2013. 41
Gráfico 9: Número de Turistas que Programam Antecipadamente suas Viagens.....42
Gráfico 10: Tempo de Permanência nos Destinos Programados.....42
Gráfico 11: Fontes de Informação Utilizadas pelos Turistas para a Escolha do Destino.....43
Gráfico 12: Gasto Médio dos Turistas para Alguns dos Serviços Turísticos Oferecidos.....44
Gráfico 13: Motivação do Turista Internacional que Viaja para o Brasil.....51
Gráfico 14: Aspectos Levados em Consideração nas Viagens Realizadas pelos Turistas Internacionais.....51
Gráfico 15: Atividades Realizadas no Segmento de Pesca.....53
Gráfico 16: Frequência de Realização das Atividades do Segmento de Pesca.....53
Gráfico 17: Total de estabelecimentos de hospedagem do Polo Cantão que participaram da entrevista.....95
Gráfico 18: Equipamentos e facilidades oferecidas nas unidades habitacionais do Polo.....96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atividades Realizadas no Segmento de Ecoturismo.....36
Quadro 2: Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista.....38
Quadro 3: Painel de estratificação do comportamento do turista nas praias de Araguacema, Caseara e Lagoa da Confusão -2013.....45
Quadro 4: Portfólio Estratégico do Polo do Cantão.....48
Quadro 5: Preferências dos Turistas Atuais e Potenciais.....55
Quadro 6: Principais Motivos Levantados na Escolha dos Turistas Potencial.....56
Quadro 7: Duração das Viagens no Brasil.....57
Quadro 8: Principais Rodovias de Acesso e Distâncias.....104
Quadro 9: Principais Acessos Internos ao Polo.....105
Quadro 10: Número de Cargos e respectivos ocupantes da Adtur.....125
Quadro 11: Número de Cargos e respectivos ocupantes - SEDETUR.....128
Quadro 1: Número de Cargos e respectivos ocupantes – SEDEN.....131
Quadro 12: Macro programas e programas do Ministério do Turismo.....139
Quadro 13: Instrumentos Legais e de Gestão dos Municípios do Polo.....142
Quadro 14: Listagem dos Municípios do Polo que possuem o Plano Diretor Municipal.....144
Quadro 15: Incentivos Disponíveis para o Turismo no estado do Tocantins.....146
Quadro 16: Pontos Fortes/Usos Potenciais dos Controles Climáticos Relacionados às Atividades Turísticas149
Quadro 17: Pontos Fortes/Usos Potenciais da Rede Hidrográfica Relacionados às Atividades Turísticas. 152

Quadro 18: Pontos Fortes dos Controles Hipsométricos e Geomorfológicos Relacionados às Atividades Turísticas..... 153
Quadro 19: Pontos Fortes/Usos Potenciais da Vegetação Relacionados às Atividades Turísticas 162
Quadro 20: Riscos Ambientais em Relação às Atividades Turísticas.....162
Quadro 21: Síntese dos Principais Conflitos, Impactos Negativos e as Ações para Minimização. 166
Quadro 22: Capacidade Institucional dos Municípios para a Gestão Ambiental no Polo 170
Quadro 23: Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças Levantadas no Polo.....181
Quadro 24: Critérios para Avaliação do Potencial de Atratividade.....189
Quadro 25: Matriz de hierarquização dos atrativos turísticos.....190
Quadro 26: Atrativos Turísticos do Polo do Cantão Considerados para Hierarquização 191
Quadro 27: Estratégias de Desenvolvimento Turístico conforme Objetivos.....210
Quadro 28: Descrição das Ações do Componente 1 – Produto Turístico.....220
Quadro 29: Descrição das Ações do Componente 2 – Comercialização 226
Quadro 30: Descrição das Ações do Componente 3 – Fortalecimento Institucional.....229
Quadro 31: Descrição das Ações do Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos 232
Quadro 32: Descrição das Ações do Componente 5 – Gestão Ambiental 235
Quadro 33: Metas de Desempenho – Fortalecimento Institucional 246
Quadro 34: Avaliação dos Impactos Potenciais da Implementação do Programa – Polo Cantão.....258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Público participante da Temporada de Sol e Praia – 2006/2008.....34
Tabela 2: Cenários para a projeção da demanda turística futura (5 anos) 35
Tabela 3: Estimativa de crescimento do fluxo turístico.....35
Tabela 4: Perfil Geral dos Turistas Brasileiros 39
Tabela 5: Média de Faturamento da Temporada de Sol e Praia de 2013.....46
Tabela 6: Total de Equipamentos e Serviços Turísticos Instalados nos Municípios segundo o Cadastur.....89
Tabela 7: Total de Equipamentos e Serviços Turísticos Instalados nos Municípios segundo dados da Prefeitura Municipal.....89
Tabela 8: Total de Equipamentos de Hospedagem Instalados nos Municípios do Polo.....94
Tabela 9: Total de Equipamentos de Alimentação Instalados nos Municípios do Polo.....97
Tabela 10: Número de Agências e Transportadoras Turísticas.....100
Tabela 11: Total de Centros de Atendimento ao Turista no Polo do Cantão.....101
Tabela 12: Série Histórica do Aeroporto de Palmas.....108
Tabela 13: Formas de Abastecimento de Água em Domicílios Particulares Permanentes* 109
Tabela 14: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio 111
Tabela 15: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio 112
Tabela 16: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio 113
Tabela 17: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio 113
Tabela 18: Tipo de Esgotamento Sanitário de Banheiros Exclusivos de Domicílios Particulares Permanentes115
Tabela 19: Destino do Lixo dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2010 117
Tabela 20: Distribuição de Energia Elétrica em Domicílios Particulares Permanentes 120
Tabela 21: Estabelecimentos de Saúde dos Municípios do Polo 122
Tabela 22: Demonstrativo dos recursos arrecadados no Ministério de Turismo nos anos de 2011, 2012 e 2013136
Tabela 23: Hierarquização de Atrativos do Polo do Cantão.....192

Tabela 24: Ranking dos Atrativos do Polo do Cantão 194

Tabela 25: Dimensionamento do Investimento Total – Ações com Recursos do Prodetur e de Outras Fontes240

Tabela 26: Investimentos do Prodetur – Para os 5 anos de Implantação do PDITS 244

Tabela 27: Investimentos Totais previstos no PDITS Polo do Cantão de Acordo com a Origem dos Recursos Financeiros Necessários.....245

Tabela 28: Investimentos do Prodetur – Para os primeiros 18 meses de Implantação do PDITS.....248

Tabela 29: Linhas de Base do Polo Cantão.....265

LISTA DE SIGLAS

Abeta	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
Adtur	Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
ATN	Agência Tocantinense de Notícias
Cadastur	Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
Energisa	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	Estação Ecológica
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTur	Ministério do Turismo
Naturatins	Instituto Natureza do Tocantins
OMT	Organização Mundial do Turismo
PARNA	Parque Nacional
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PPA	Plano Plurianual
Odebrecht Ambiental/Saneatins	Companhia de Saneamento do Tocantins
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEN	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SNT	Sistema Nacional de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Tocantins
UC	Unidade de Conservação
ZEE	Zoneamento Econômico-Ecológico

INTRODUÇÃO

O PDITS realizado para o Polo Cantão tem como objetivo orientar o crescimento do turismo por meio do desenvolvimento sociocultural, ambiental, político-institucional e econômico dos municípios que o compõem. Mantém, portanto, os princípios de garantia da sustentabilidade trazidos pela busca da qualidade ambiental e da inserção da população local na cadeia produtiva do turismo.

Fundamenta-se na política estadual de desenvolvimento do turismo para o Estado do Tocantins e orienta-se pelas diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo, coordenado pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Turismo – MTur.

Esse documento parte da realização do diagnóstico, apresentando a realidade atual dos municípios do Polo e construindo o futuro desejado, propiciado pelo desenvolvimento do turismo sustentável. Juntamente com as discussões participativas foi realizada a coleta de informações sobre o mercado turístico atual, os produtos e segmentos turísticos principais e complementares, a prospecção do crescimento do turismo, a infraestrutura e questões institucionais e socioambientais. Avalia-se, portanto, a situação da atividade turística no Polo e na estimativa da sua posição competitiva relativa no mercado turístico, frente a consumidores e competidores.

A partir da análise desses resultados são pontuados e concebidos os objetivos e as estratégias de desenvolvimento turístico para então definir as ações que irão nortear e permitir que o desenvolvimento do turismo no Polo ocorra de forma integrada e sustentável.

As ações previstas são priorizadas e especificadas, destacando-se aquelas indicadas para o aporte de recursos financeiros do Prodetur. A metodologia adotada para a definição das ações baseou-se também na participação das comunidades locais, dos setores pertencentes à cadeia produtiva do turismo e das instituições governamentais do estado representada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciências, Tecnologia, Turismo e Cultura - SEDEN.

O documento elaborado permitiu o planejamento integrado do Polo, contemplando os municípios que o compõe por meio das ações destinada a cada um deles. Acrescenta-se que para a concretização das ações previstas, pode-se buscar tanto o aporte de recursos do financeiros do Prodetur, quanto de outras fontes.

Com a execução das ações estabelecidas no PDITS pretende-se iniciar a mudança de paradigma da atual realidade do Polo, fortalecendo as atividades turísticas e contribuindo para a melhoria da economia e da qualidade de vida da população local em bases sustentáveis.

1. MARCO REFERENCIAL E OBJETIVOS DO PDITS

1.1 O Estado do Tocantins e o Polo Turístico Cantão

O Estado do Tocantins, antes pertencente ao Estado de Goiás, foi criado em 5 de outubro de 1988 no momento da promulgação da última Constituição brasileira. É a mais nova unidade federativa do Brasil. Situado no sudoeste da região norte do País, ocupa uma área de 277.720,52 km².

A população do Estado do Tocantins é de quase 1,5 milhões de habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 de habitantes por km² de acordo com o as estimativas do IBGE para 2014.

Figura 1: Localização do Estado do Tocantins



Fonte: Technum Consultoria

Limita-se ao norte com o Estado do Maranhão; a leste com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará, conforme aponta a figura a seguir.

Tem localização estratégica, fazendo parte da Amazônia legal e da delimitação territorial do MATOPIBA, a nova fronteira agrícola brasileira, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

O Estado destaca-se, também, pela logística de transportes, dispondo de sistemas interligados, ou com potencial de interligação, nas diferentes modalidades: rodoviária, hidroviária, ferroviária, e aeroviária.

Trata-se de um Estado em consolidação, com muitas oportunidades de desenvolvimento e potencial de visibilidade no cenário nacional e mesmo internacional.

Figura 2: Estados limítrofes ao Estado do Tocantins



Fonte: Technum Consultoria

No Tocantins o clima que predomina é o tropical, caracterizado por apresentar duas estações bem definidas, uma seca e uma chuvosa. A primeira produz temperatura com média anual de 26ºC e a segunda de 32ºC. O Estado faz parte dos principais potenciais hídricos do Brasil, apresentando importantes rios como o Araguaia, o Tocantins, o Sono, das Balsas e Paranã. No Rio Araguaia está situado a maior ilha fluvial do mundo, denominada de Ilha do Bananal que possui aproximadamente 20 mil Km² de extensão. . Em seu interior, encontra-se o Parque Nacional do Araguaia, que ocupa cerca de um terço de sua extensão, sendo o restante destinado a terras indígenas.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, segundo a Secretaria de Planejamento, foi de R$ 19,5 bilhões em 2012, o que representou um PIB per capita de R$ 13.776,00 naquele ano. O setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB estadual (64,4%), seguido pela indústria (19,2%) e agropecuária (16,3%). No Tocantins, o segmento de serviços se concentra na capital, Palmas, e nas cidades localizadas próximas à Rodovia Belém-Brasília.

Comparado com a Região Norte, o PIB *per capita* do Tocantins encontra-se em uma posição desfavorável, abaixo da média (R$ 14.177,00). Nessa região, o Estado está acima apenas dos estados do Acre e do Pará. Quando comparado à Região do MATOPIBA, no entanto, Tocantins assume uma posição de liderança. O estado da Bahia aparece em segundo lugar (R$ 11.832,00), seguido do Maranhão (R$ 8.760,00) e Piauí (R$ 8.138,00).

A agropecuária é a atividade responsável por 99% das exportações do Estado. O estado também é grande produtor agrícola, com destaque para o cultivo de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho e, principalmente, soja.

O setor industrial está concentrado nas cidades de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína e Paraíso do Tocantins. Destacam-se as indústrias de produtos minerais, de borracha e plástico, agroindústria e alimentícia. Outro destaque na economia do Tocantins se refere à mineração por apresentar grandes quantidades de ouro e calcário.

O Estado conta com um meio ambiente diferenciado, onde se encontram áreas de preservação, unidades de conservação, e importantes bacias hídricas. Compõe o acervo dos recursos naturais, os santuários ecológicos e os diversos atrativos, tais como

cachoeiras, dunas, morros, veredas, fervedouros, canyons, praias fluviais, lagoas de águas cristalinas. Trata-se de um território onde o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica se encontram e formam um cenário ímpar, com características que podem ser encontradas em poucos lugares do mundo. Acrescenta-se a esta riqueza natural os atrativos culturais proporcionados pela presença das cidades históricas, etnias, artesanato e as festas regionais.

Em relação ao turismo, por se tratar de um Estado com apenas 25 anos de constituição, observa-se um grande potencial para o seu desenvolvimento, o que pode alavancar fortemente a economia local. Hoje, com exceção da capital Palmas, a demanda é marcada pela sazonalidade e busca pelos atrativos naturais, sendo de interesse do Governo Estadual a estruturação da atividade turística.

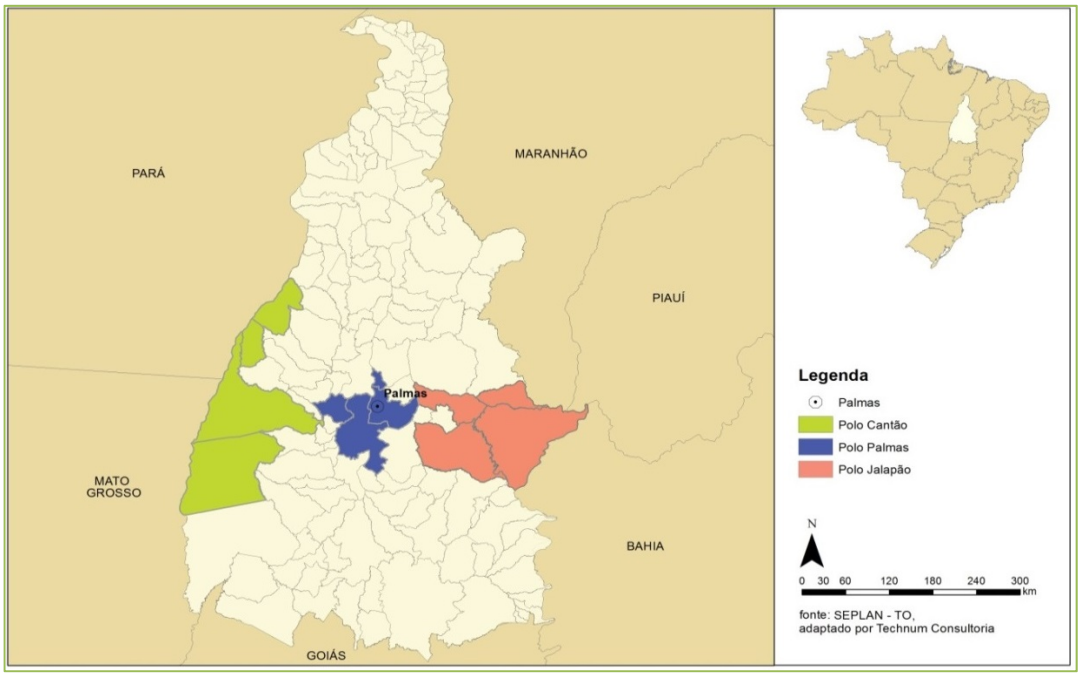
O MTur, em parceria com o SEBRAE e Fundação Getúlio Vargas, vem estudando desde 2008 a evolução da competitividade de 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. O Estado participa com dois municípios: Palmas e Mateiros. O estado do Tocantins representa um destino promissor, com potencialidade de desenvolvimento atrelado a ações voltadas ao ordenamento e estruturação da exploração turística sustentável.

Atendendo às diretrizes do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, o Estado foi dividido em sete regiões turísticas: Vale dos Grandes Rios, Bico do Papagaio, Serras e Lago, Serras Gerais, Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão e Ilha do Bananal.

Complementa o planejamento territorial, a constituição de Polos Turísticos, para os quais estão sendo, ou serão, elaborados os Planos de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PDITS. No total são sete Polos, a saber: Polo de Palmas, Polo do Jalapão, Polo Cantão, Polo das Serras Gerais, Polo Ilha do Bananal, Polo Bico do Papagaio e Polo Vale dos Grandes Rios.

O mapa a seguir apresenta o Polo Cantão, bem como o Polo Palmas e o Polo Jalapão no contexto do território estadual.

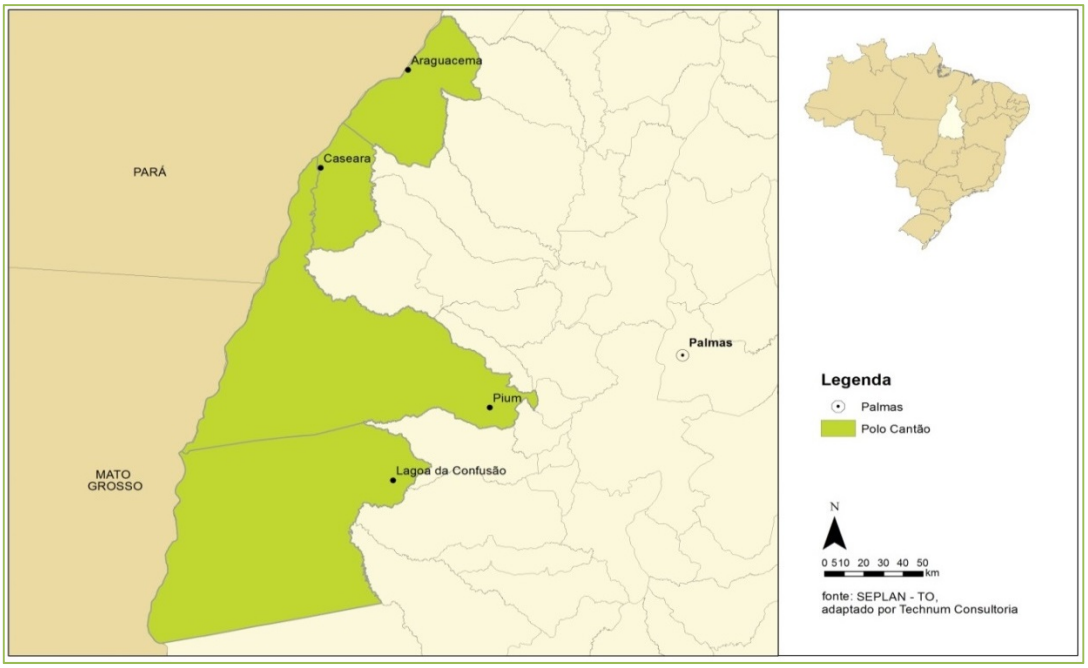
Figura 3: Localização do Polo Cantão



Fonte: Technum Consultoria (adaptado)

O Polo Cantão situa-se na região oeste do estado e compreende os municípios de Lagoa da Confusão, Pium, Araguacema e Caseara. A figura a seguir apresenta a divisão dos territórios municipais.

Figura 4: Municípios do Polo Cantão



Fonte: Technum Consultoria (adaptado)

Apresenta-se, para melhor compreensão das informações detalhadas nos capítulos a seguir, uma síntese das principais características atuais em relação à atividade turística do Polo Cantão:

O Polo tem como segmento principal o Ecoturismo e como segmentos complementares o Turismo de Sol e Praia, de Pesca Esportiva e o Turismo Cultural. Ressalta-se, no entanto, que o Turismo Cultural está relacionado ao etnoturismo e esse dever ser objeto de estudo tendo em vista se tratar de uma população vulnerável. A paisagem natural é um dos diferenciais da região, notadamente por se tratar de uma área de transição entre o cerrado e a densa floresta amazônica. Sua paisagem abriga mais de 500 espécies de aves, peixe, praias e lagos. A região comporta a APA da Ilha do Bananal, o Parque Estadual do Cantão, o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia formado pelas etnias Karajá e Javaé.

O Polo tem como atração principal o Parque Estadual do Cantão: uma área protegida com, aproximadamente, 90 mil hectares, situado ao norte da Ilha do Bananal e às margens do rio Araguaia. Nele encontram-se ilhas, lagoas, canais e matas alagadas, animais e plantas. O parque possui cerca de 44 espécies de mamíferos, 316 de aves, 22 de répteis, 17 de anfíbios, 56 espécies de peixes e 134 espécies de plantas vasculares, de acordo com dados obtidos no site institucional do Parque. As populações de espécies ameaçadas de extinção, como a onça-pintada (Panthera onça), a ariranha (Pteronura brasiliensis), o jacu-de-barriga-castanha (Penelope ochrogaster) e o pirarucu (Arapaima gigas), caracterização a biodiversidade. do espaço e agregam-lhe valor.

O Parque possui inúmeros atrativos diversos, alguns com diferenciação nos períodos de chuva e de estiagem. Nos meses de seca podem-se conhecer as praias dos Rios

Araguaia e Coco ou os 800 lagos que se formam por mais de 156 km de canais navegáveis. Na cheia o cenário muda, os cursos d'agua se conectam, formando um imenso lago, habitado por jacarés, tartarugas, aves e peixes.

Figura 5: Paisagem Natural – Parque Estadual do Cantão



Fonte: http://www.stockadventure.com (fotógrafo André Dib) e http://webventureuol.uol.com.br/

O município Caseara representa a entrada principal para o Parque Estadual do Cantão, uma vez que o acesso é por ali realizado. A região tem por opções a pesca esportiva e os esportes náuticos. Merecem destaque a Praia do Sol que possui aproximadamente 3 km de extensão às margens do Rio Coco, e a Praia da Ilha, localizada no Rio Araguaia e frequentada por turistas e moradores atraídos pelas paisagens. Nesses locais há presença de barracas, além de bares e restaurantes com pratos regionais.

O município de Pium é relacionado a dois importantes santuários ecológicos: a Ilha do Bananal e o Parque Estadual do Cantão. Sua história é marcada por ter sido um notável centro de garimpo de cristal de rocha e pelos momentos importantes no processo de emancipação do Estado.

O município destaca-se ainda por seus atrativos naturais: rios, lagoas, praias isoladas, campos e várzeas. Pium detém a maior porção da Ilha do Bananal (setor norte) e a totalidade do Parque Estadual do Cantão, apesar da entrada do Parque se dar pelo município de Caseara. Conta com áreas privilegiadas para quem quer vivenciar a natureza primitiva e a selvagem.

Araguacema é uma das cidades mais antigas do Estado. Localiza-se às margens do Araguaia e possui uma das praias mais frequentadas do Polo, a Praia das Gaivotas que possui infraestrutura de bares e artesanato. Nessa Praia são realizados shows

artísticos, épocas em que são disponibilizados banheiros químicos e barracas para aluguel. A Praia das Gaivotas chega a receber 10 mil turistas no ano, especialmente no mês de julho. O município conta ainda com outras praias sem infraestrutura de apoio, mas que são utilizadas pelos turistas na alta temporada.

Figura 6: Praias - Araguacema



Fontes: http://tonapraia.tur.br/to/asd/fotos-praia-da-gaivota-araguacema/#prettyPhoto e http://ecoviagem.uol.com.br/

Apesar da riqueza dos atrativos turísticos, o Polo Cantão ainda necessita de infraestrutura adequada para o recebimento de turistas. Tanto pela visita em campo como pelo depoimento dos atores locais, registram-se problemas relacionados à precariedade na prestação de serviços, às queimadas e à pesca e caça predatórias.

1.2 A Política Federal e Estadual de Turismo e o Programa Prodetur Nacional

A elaboração dos PDITS dos Polos Cantão, Jalapão e Palmas dá continuidade à estratégia estadual de captação de recursos para suporte à promoção e ao planejamento turístico, representando esforços de apoio ao desenvolvimento regional e integrado do turismo.

As principais referências do cenário atual das políticas públicas que norteiam o desenvolvimento dos PDITS são sintetizadas a seguir.

Figura 7: Política Federal – Plano Nacional de Turismo e Prodetur Nacional



Fonte: Plano Nacional de Turismo 2013-2016 e Regulamento Operacional do PRODETUR NACIONAL – ROP (2008)
Adaptado: Technum Consultoria (2013).

Figura 8: Política Estadual – Estado do Tocantins



Fonte: Governo do Estado do Tocantins- Anexo I – TP 001/2013 e Carta Consulta para a apresentação à comissão de financiamentos externos – COFIEX (Tocantins). Adaptado: Technum Consultoria (2013).

Os quadros revelam que as políticas federais e estaduais encontram-se alinhadas em suas diretrizes, estruturas, estratégias e objetivos. O Plano Nacional do Turismo 2013-2016 – PNT, construído de acordo com as orientações do Governo Federal, tem como premissa promover, por meio da atividade turística, o desenvolvimento socioeconômico equilibrado e sustentável, bem como a inclusão social e a erradicação da pobreza. Neste contexto, suas diretrizes envolvem (i) a participação e diálogo com a sociedade; (ii) a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; (iii) o incentivo à inovação e ao conhecimento; e (iv) a regionalização como abordagem territorial e institucional. São esses os instrumentos que norteiam o desenvolvimento do turismo brasileiro (figura 7).

Aliado ao PNT, merece destaque o Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur, também de abrangência nacional, que é estruturado de forma a promover o acesso às linhas de crédito e aos recursos financeiros. Para a elaboração de propostas e de formatação dos seus programas, os estados e municípios podem contar com o apoio do Ministério do Turismo. O programa tem como objetivo (i) estruturar os destinos e dar qualidade ao produto turístico brasileiro; (ii) aumentar a competitividade do produto turístico nacional; (iii) melhorar a qualidade de vida da população residente nos destinos turísticos; (iv) promover o desenvolvimento econômico e social local de forma sustentável; e (v) apoiar a recuperação e adequar a infraestrutura dos equipamentos nos destinos turísticos. Seus investimentos são organizados em cinco componentes: estratégia de produto turístico; estratégia de comercialização; informação, distribuição e promoção; fortalecimento institucional; infraestrutura e serviços básicos; gestão ambiental (figura 7).

Com efeito, as influências das políticas federais para o turismo atuam para promover o turismo, beneficiando a comunidade local e norteando o rumo da atividade turística visando atingir os objetivos dos programas e dos projetos de forma integrada.

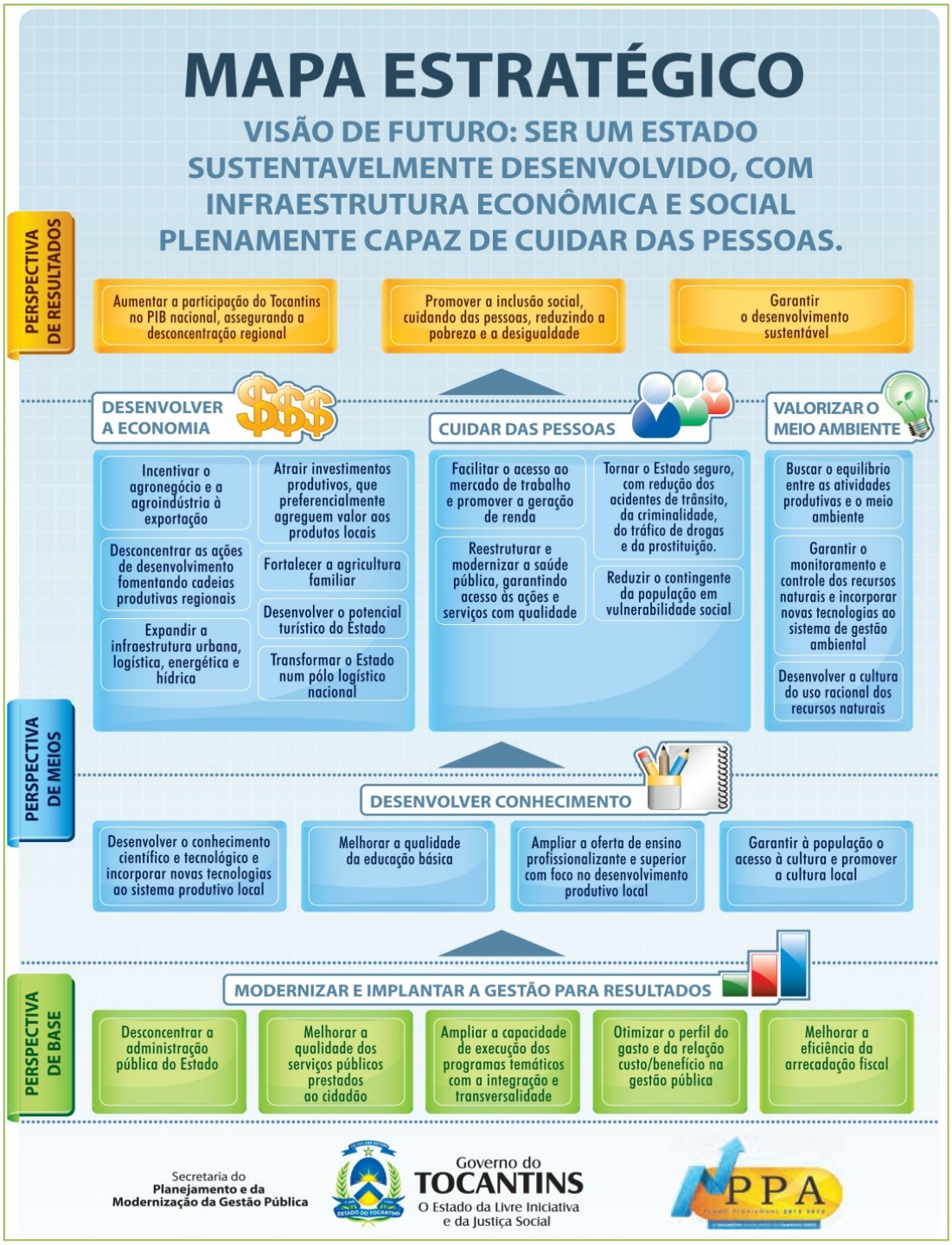
No âmbito estadual as ações a serem desenvolvidas na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS para os Polos do Cantão, Jalapão e Palmas deverão ser apoiadas nos eixos estratégicos estipulados para o desenvolvimento do turismo (figura 8), quais sejam: (i) posicionamento turístico e estratégias de comercialização; (ii) as estratégias de produto/segmentos e demanda/meta; (iii) valorização e exploração dos atrativos; (iv) investimento privado alinhado com investimento público; (v) fortalecimento institucional de turismo e de meio ambiente; (vi) infraestrutura e serviços básicos; e (vii) gestão socioambiental. Dessa forma, os eixos estratégicos previstos ocupam um lugar decisivo no processo de concepção e implementação de ações para o turismo e constituem ferramenta estruturante da política de desenvolvimento sustentável. A análise comparativa das figuras 7 e 8 permite identificar que os eixos estratégicos alinham-se aos componentes previstos pelo PRODETUR NACIONAL e às diretrizes impostas pelo PNT.

Completando o quadro de políticas estaduais tem-se a Carta Consulta para a apresentação à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, elaborada pelo Estado do Tocantins, estruturado como forma de agilizar o acesso às linhas de crédito e aos recursos financeiros para o desenvolvimento do turismo. A justificativa para a solicitação do financiamento se baseia no turismo como atividade econômica capaz de promover a participação social, a erradicação da pobreza por meio da geração de emprego e renda e a preservação e conservação dos recursos naturais. As justificativas constantes na Carta Consulta estão interligadas às diretrizes do PNT.

Ainda sobre a Carta Consulta, pode-se afirmar que o objetivo geral e os objetivos específicos (figura 8) propostos estão estruturados e enquadrados nos componentes do PRODETUR NACIONAL e nos eixos estratégicos para a elaboração do PDITS dos três Polos.

Complementam o marco referencial para a elaboração dos Planos de Turismo, o Mapa Estratégico do Estado do Tocantins, elaborado pela Secretaria de Planejamento do Tocantins – Seplan e publicado no Diário Oficial do Tocantins em dois de outubro de 2013. Ele define a inclusão social e o desenvolvimento sustentável como perspectivas e resultados do Estado e, como premissa para o crescimento econômico, aponta o desenvolvimento do potencial turístico. O mesmo é apresentado a seguir:

Figura 9: Política Estadual – Estado do Tocantins

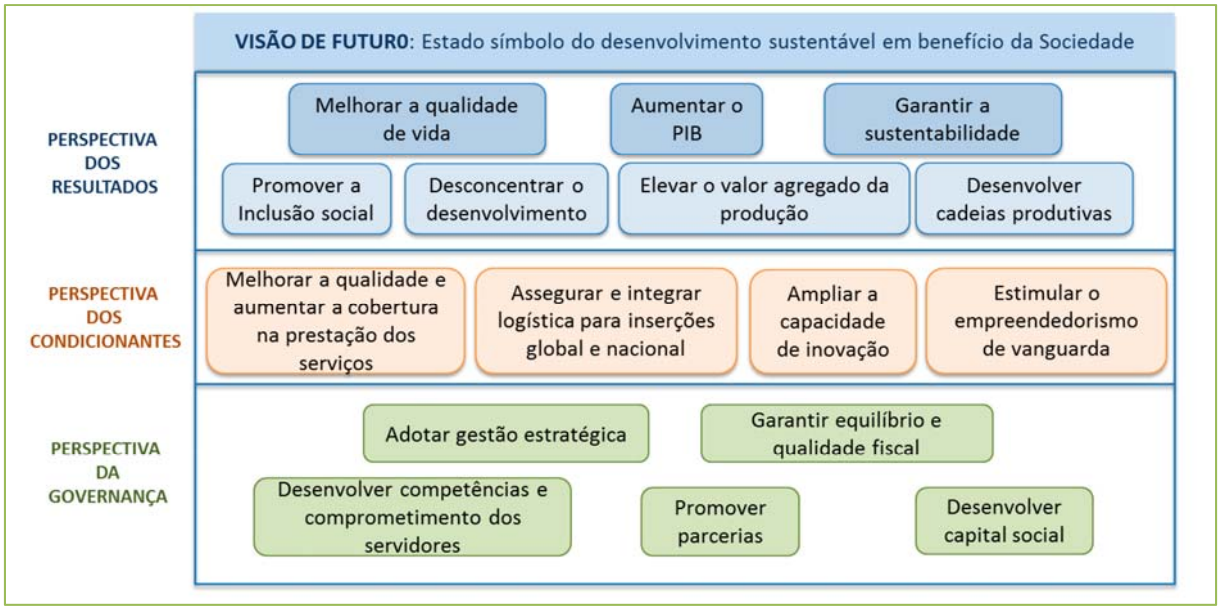


Fonte: Diário Oficial do Tocantins (ANO XXV - PALMAS, Quarta - Feira, 02 de Outubro de 2013 – N° 3.973).

De acordo com informações obtidas junto a SEDEN - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (atual gestão do turismo no Estado), foi

publicado em 23 de dezembro de 2015 o novo Mapa Estratégico do Estado – PPA 2016-2019 que pode ser verificado na imagem a seguir.

Figura 10: Política Estadual – Estado do Tocantins – PPA 2016-2019



Fonte: publicação no DOE de nº 4. 527, Suplemento em 23 de dezembro de 2015, disponível em www.seplan.to.gov.br, acesso em Março de 2016.

Verifica-se que o mapa datado de dezembro de 2015 amplia a **perspectiva dos resultados, incorporando na visão de futuro**: melhorar a qualidade de vida, desconcentrar o desenvolvimento, elevar o valor agregado da produção e desenvolver cadeias produtivas.

A perspectiva de meios passa a ser tratada como **perspectiva dos condicionantes**, e considera como visão de futuro: melhorar a qualidade e aumentar a cobertura na prestação de serviços; assegurar e integrar logística para inserções global e nacional; ampliar a capacidade de inovação; e estimular o empreendedorismo de vanguarda.

Sobre a perspectiva de base, agora considerada **perspectiva de governança**, destacam-se no mapa estratégico atual: adotar gestão estratégica; garantir o equilíbrio e qualidade fiscal; desenvolver competências e comprometimento dos servidores; promover parcerias; e desenvolver capital social.

Observa-se, portanto, que o cerne deste PDITS permanece alinhado à Política Estadual atual, já tendo incorporado os necessários ajustes apontados pelos atuais gestores.

A partir dos pressupostos apresentados, a elaboração dos PDITS implica no alinhamento e articulação com as esferas federal, estadual e municipal. Além disso, alude obter a visão integrada da realidade dos Polos turísticos pautada no mercado turístico (oferta e demanda), na gestão do turismo e na infraestrutura. No que se refere aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, deverá ter por base o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

1.3 Objetivo Geral

Alinhados com as políticas federais e estaduais foi estabelecido o objetivo geral, bem como os objetivos específicos do Polo, articulados com as características, com as vocações locais e com a sua relação com os segmentos turísticos principais propostos.

Observando-se a necessidade de consolidação do Polo enquanto Destino Turístico, o objetivo inicialmente traçado foi:

Buscar a melhoria da condição de vida local e a conservação do meio ambiente pelo fortalecimento da atividade turística.

Nesse sentido, buscou-se identificar os segmentos principais e complementares, determinados com base nos princípios da regionalização e pela estratégia estabelecida pelo Estado do Tocantins para o posicionamento turístico e estratégia de comercialização para o Polo do Cantão, são apresentados a seguir:

POLO	SEGMENTO PRINCIPAL	SEGMENTOS COMPLEMENTARES
Polo do Cantão	Ecoturismo	Sol e Praia Pesca

As definições dos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Sol e Praia são aquelas estabelecidas pelo MTur. Contempladas pelo Programa de Regionalização do Turismo e publicadas no ano de 2010, estão disponíveis no site institucional do MTur e são a seguir reproduzidas:

- **Ecoturismo:** "*é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações" (Ecoturismo: Orientações Básicas - MTur, 2010, p. 17).*
- **Turismo de Sol e Praia:** *"constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor." (Sol e Praia: Orientações Básicas - MTur, 2010, p. 14).*
- **Turismo de Pesca:** "*compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora*." *(Pesca: Orientações Básicas - MTur, 2010, p. 16).*Pesca amadora, de acordo com o Mtur, consiste em atividade de pesca onde se utiliza os equipamentos previstos em legislação específica e é destinada ao lazer ou desporto.

Conforme as definições do MTur, verifica-se que o Ecoturismo busca valorizar as questões ambientais, culturais, sociais e econômicas pressupondo o fator ambiental como o fundamento da experiência turística.

Após a definição da segmentação principal e complementar do Polo, foi reformulado o objetivo geral, que tem a finalidade de orientar o desenvolvimento destes PDITS. Esse objetivo é a seguir apresentado:

Polo do Cantão

Desenvolver o turismo da região com estruturação das atividades centradas no segmento de ecoturismo, tendo como base a conservação do meio ambiente e a inclusão social.

1.4 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos foram definidos em função do tempo (curto: 18 meses; médio: cinco anos; longo: dez anos), para os três Polos turísticos.

OBJETIVO	POLO DO CANTÃO
Ampliar a atratividade do Polo.	Médio
Aumentar a oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura turística do Polo.	Curto
Qualificar os equipamentos, serviços e a infraestrutura turística do Polo.	Médio
Aumentar o tempo de permanência média do turista.	Médio
Incentivar a integração das atividades turísticas.	Médio
Aumentar o número de visitantes no Polo.	Médio
Criar a imagem/identidade associada ao Polo.	Curto
Melhorar o posicionamento do destino no mercado nacional.	Curto
Apoiar a comercialização da produção artesanal relacionada à imagem/ identidade associada ao Polo.	Médio
Integrar os municípios do Polo.	Médio
Viabilizar a gestão sustentável do turismo no Polo.	Médio
Fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente.	Médio
Promover a qualificação profissional e a capacitação continuada dos gestores públicos.	Médio
Promover a capacidade empresarial.	Médio
Apoiar o desenvolvimento da gestão integrada e compartilhada da atividade turística.	Longo
Melhorar a qualidade de vida da população local por meio do aumento do emprego e renda.	Longo
Facilitar os fluxos e deslocamentos turísticos e da população local.	Médio
Ampliar e melhorar o saneamento básico do Polo.	Longo
Proteger os recursos naturais, promovendo o uso sustentável dos atrativos.	Médio
Estabelecer instrumentos de planejamento e de controle para as segmentações turísticas e para os atrativos.	Médio
Melhorar as condições de monitoramento, proteção, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.	Curto

2. DIAGNÓSTICO ESTRATRÉGICO DA ÁREA E DAS ATIVIDADE TURÍSTICAS

2.1. Mercado Turístico

2.1.1. Análise da Demanda Turística Atual

Os estudos, pesquisas, indicadores e estatísticas relacionados ao perfil da demanda turística atual no Polo basearam-se em pesquisas realizadas pela Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins - Adtur, órgão oficial de turismo do Estado à época da elaboração deste Diagnóstico, e pelo MTur por meio dos cadernos de segmentação turística. Aliam-se a essa análise as pesquisas primárias realizadas em campo no mês de outubro de 2013, de natureza quantitativa e qualitativa, nos quatro municípios que compõem o Polo.

Na visita técnica, realizada nos quatro municípios do Polo do Cantão, buscou-se a coleta de informações, Complementaram esse levantamento, a pesquisa bibliográfica desenvolvida a partir de material existente nos diversos meios, tais como livros, boletins, manuais, artigos científicos e sítios eletrônicos de órgãos oficiais relacionados aos assuntos tratados por esse estudo. Foram realizadas concomitantemente, reuniões e entrevistas junto aos órgãos de turismo municipal, com a participação de lideranças locais e representantes dos empreendimentos turísticos mais relevantes.

O Polo do Cantão possui uma paisagem natural diferenciada, Trata-se de área de transição entre os três maiores ecossistemas brasileiros: o pantanal, a floresta amazônica e o cerrado. Abriga mais de 500 espécies de aves, diferentes peixes, além de paisagem singular composta por praias e lagos. Esta variedade atrai turistas que buscam a observação da fauna e flora existente, enquadrados no denominado Ecoturismo de observação. A região comporta ainda a APA da Ilha do Bananal, o Parque Estadual do Cantão, o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia formado pelas etnias Karajá e Javaés.

Os recursos naturais disponíveis, aliados à biodiversidade existente, trazem ao Polo um grande potencial para o segmento de Ecoturismo, atividade que vem apresentando elevados índices de crescimento no contexto econômico do País.

O Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) que trata do Ecoturismo define esse segmento como utilizador do patrimônio natural e cultural de forma sustentável, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Neste sentido, a gestão ambiental dos destinos turísticos torna-se um fator determinante no crescimento socioeconômico da região, visto que os produtos ecoturísticos dependem de áreas naturais conservadas para o seu desenvolvimento. O Ecoturismo é caracterizado como segmento de mercado turístico bastante competitivo e que precisa oferecer produtos compatíveis com as exigências do ecoturista.

Como segmentação secundária no Polo tem-se o Turismo de **Sol e Praia** e o de **Pesca Esportiva,** com atividades já desenvolvidas e com grande potencialidade para o desenvolvimento da região.

O turismo de Sol e Praia compreende as atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias marítimas, fluviais e lacustres - margens de rios, lagoas e outros corpos de água doce - e praias artificiais - construções similares às praias naturais à beira de lagos, represas e outros corpos d'água, conforme a definição do Manual de Orientações Básicas do MTur (2010).

As imagens a seguir apresentam as praias do Polo Cantão mais procuradas pelos turistas, notadamente em épocas de alta temporada.

Figura 11: Praias mais procuradas pelos Turistas no Polo do Cantão



Praia do município de Lagoa da Confusão



Praia do município de Caseara



Praia do município de Araguacema



Praia do município de Pium

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo dos municípios de Lagoa da Confusão, Caseara, Araguacema e acervo PARNA Araguaia/ICMBio, 2015.

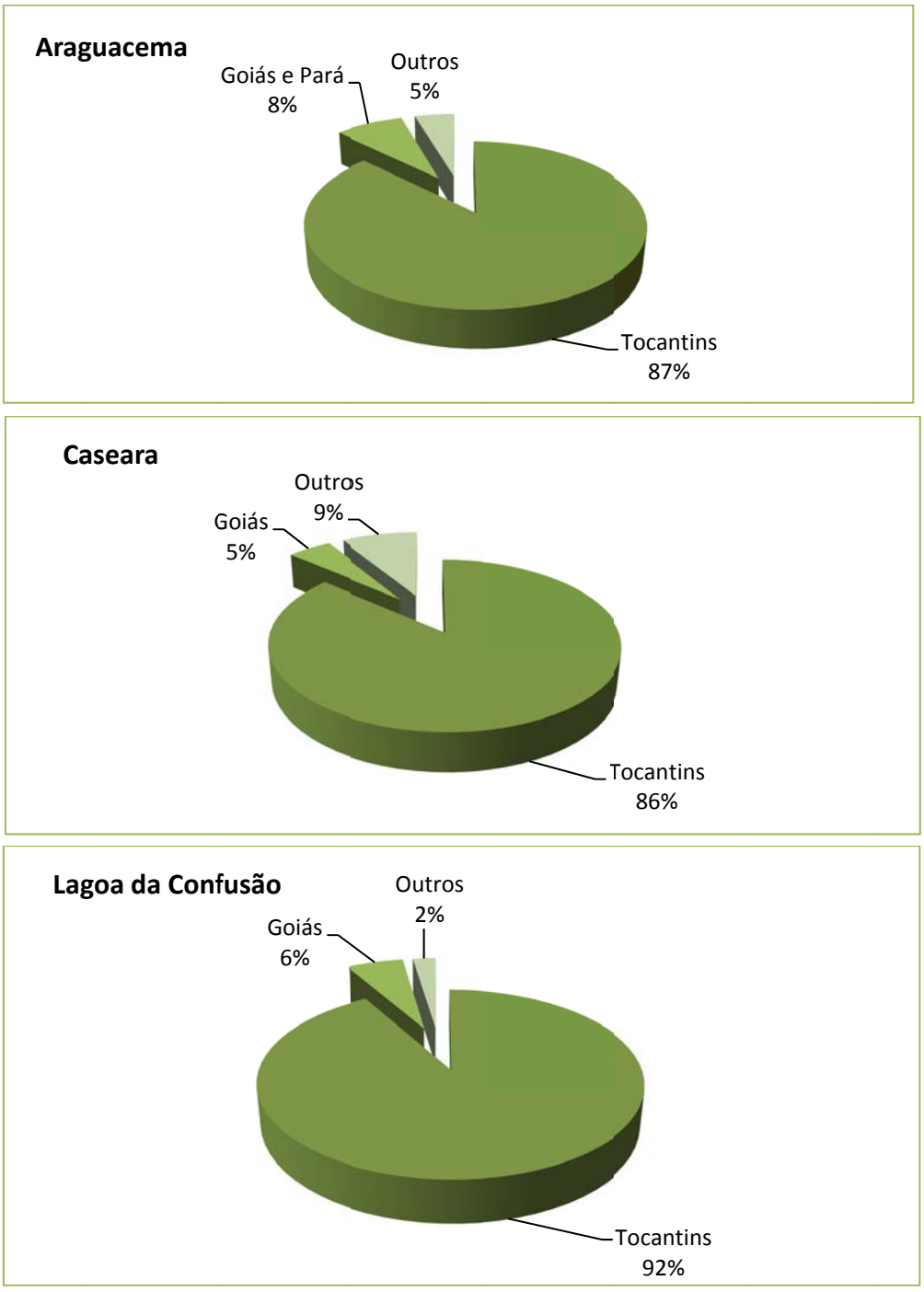
Quanto ao Turismo de Pesca Esportiva, o Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) define como sendo as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora, estando a pesca amadora relacionada às atividades voltadas ao lazer e ao desporto. Essa atividade, no Polo, é ainda muito incipiente frente à sua potencialidade de desenvolvimento.

2.1.1.1 Perfil Quantitativo dos Visitantes Atuais do Polo

Na composição do fluxo de turistas do Polo do Cantão destacam-se no mercado emissor internacional, os seguintes países: Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Espanha e Alemanha. Os turistas estrangeiros têm como foco principal no Polo a observação de fauna e flora existente na região. Essas informações baseiam-se no levantamento realizado em campo, por meio de entrevistas com os responsáveis pelos estabelecimentos, conduzidas pela consultoria em outubro de 2013.

Quanto ao mercado interno, a pesquisa realizada na Temporada de Sol e Praia de 2013 pela Adtur, juntamente com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL apresentou como principais emissores o próprio estado do Tocantins, com resultados variando de 86% a 92%. Os outros mercados emissores são Goiás e Pará com uma variação mínima de 5% a 8%, conforme pode ser verificado nos gráficos a seguir. Importa acrescentar que as pesquisas não abrangeram Pium, apesar desse município também possuir praias,.

Gráfico 1: Origem dos Turistas que Visitam o Polo – Temporada de Sol e Praia



Fonte: Pesquisa realizada na Temporada de Sol e Praia de 2013 pelo IEL.

Observa-se que apesar da grande maioria do mercado emissor ser do próprio Estado, Araguacema e Caseara destacam-se pela contribuição um pouco superior de visitantes provenientes de outros estados. Araguacema, com atrativos concentrados em sol e praia, atrai em segundo lugar moradores dos estados vizinhos, já Caseara, por onde se dá o acesso ao Parque Estadual do Cantão, a contribuição do segundo mercado indica proveniência diversa, provavelmente de localidades mais afastadas.

A Adtur realizou, também, uma pesquisa referente ao fluxo e o perfil da demanda turística no ano de 2013 para o Polo do Cantão. Nessa pesquisa foram contabilizados, naquele ano, 5.497 visitantes no Polo. Na composição do fluxo de turistas no Polo destacam-se como principais emissores, no mercado interno, os estados de Goiás, São Paulo e Tocantins, seguido pelo estado do Rio de Janeiro e Distrito Federal conforme aponta o gráfico a seguir. Segundo os responsáveis por sua elaboração, o levantamento foi realizado diretamente junto aos registros locais dos diversos equipamentos, não tendo sido elaboradas análises de maior consistência.

No universo dos registros obtidos, Goiás configura-se como o maior emissor, com 1075 do total de visitantes em 2013 representando 19,50% dos visitantes. Em segundo lugar encontra-se o estado de São Paulo com 1040 visitantes (18,90% do total de visitantes), seguido por Tocantins com 993 visitantes (18,10%), Rio de Janeiro com 452 visitantes (8,20%) e Distrito Federal com 392 (7,20%).

Outros estados como Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, também contribuem para o fluxo turístico do Polo, porém em menor quantidade. O gráfico a seguir ilustra a situação encontrada por meio desse levantamento.

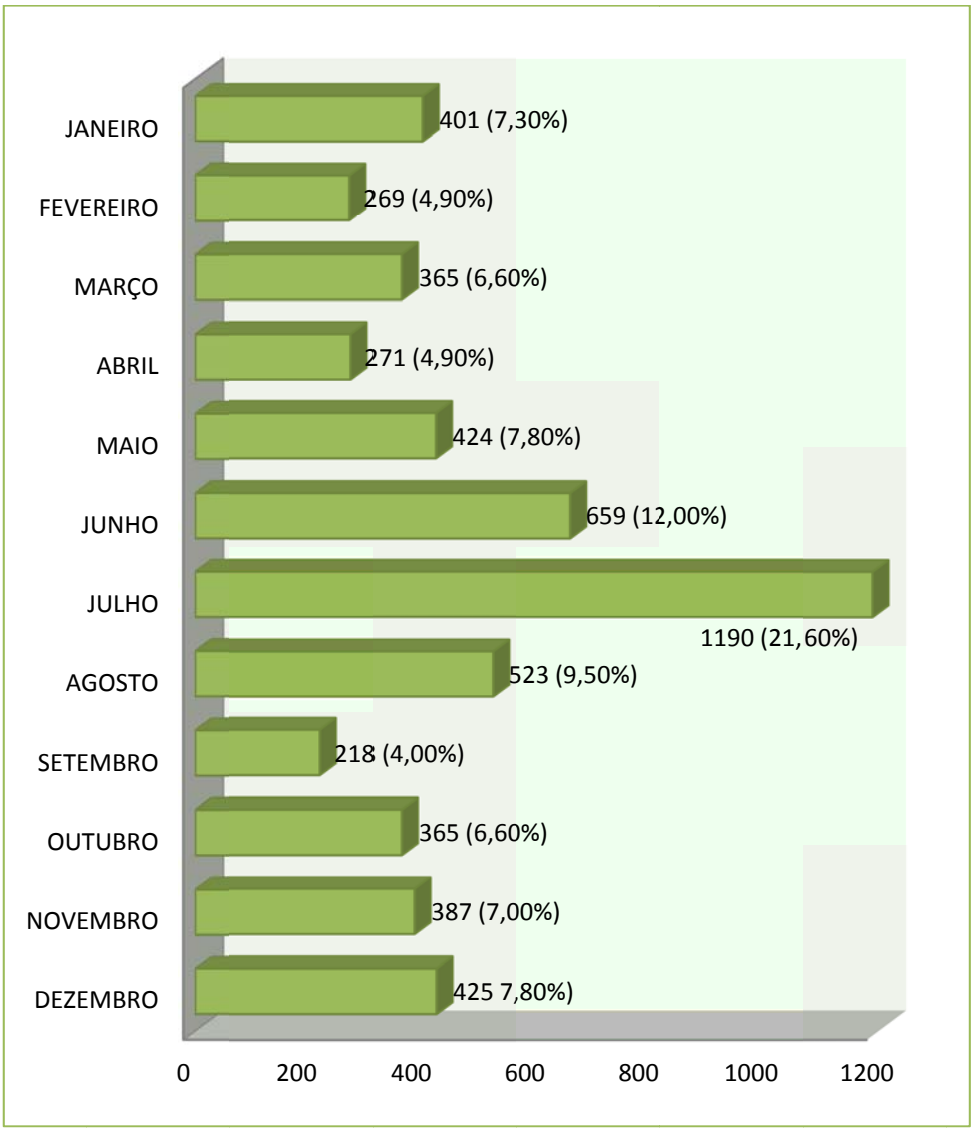
Gráfico 2: Principais Emissores para o Polo do Cantão



Fonte: Pesquisa Adtur, 2013.

Segundo os registros obtidos pela Adtur, o período de alta temporada do Polo, assim como em todo o estado do Tocantins,, corresponde ao mês de julho, que é o período de estiagem e de férias escolares. Conforme ilustrado no gráfico a seguir, no mês de julho o Polo recebeu 1190 visitantes, o que representa 21,60% do total de visitantes em 2013. Além disso, observa-se destaque para o mês de junho, seguido por agosto. Na sequencia, nos meses de janeiro, maio, outubro, novembro e dezembro há um fluxo maior de turistas em relação aos outros meses. Fevereiro e abril constituem-se nos meses de menor fluxo.

Gráfico 3: Fluxo de turistas no Polo do Cantão em 2013.



Fonte: Pesquisa Adtur, 2013.

O levantamento em campo e as entrevistas realizadas com os atores locais no mês de outubro de 2013 permitiram identificar que nos feriados prolongados, feiras agropecuárias, cavalgadas e nos aniversários das cidades há também um grande fluxo de turistas regional na região.

Também pelas informações obtidas junto aos atores locais foi confirmado que nos quatro municípios o maior mercado emissor corresponde ao próprio estado do Tocantins, assim como aponta a pesquisa da Adtur/ IEL. Esses atores destacam, também, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal como geradores de fluxo no Polo.

Registra-se ainda série história disponibilizada pela ADTUR, relativa à pesquisas na temporada de Sol e Praia, anos de 2006 a 2008. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de público, bem como a parcela referente ao fluxo considerado como efetivamente "turista" – quer seja visitante com pernoite no local, quer seja excursionista alojado em região próxima.

Tabela 1: Público participante da Temporada de Sol e Praia – 2006/2008

MUNICÍPIO	ANO 2006	ANO 2007	ANO 2008	2010*	
				Público Participante	Fluxo Turístico (visitante + excursionista)
Araguacema	66.402	71.400	85.000	-	-
Caseara	23.436	25.200	30.000	10.000 (Temporada de Praia)	7.200
Lagoa da Confusão	15.624	16.800	20.000	8.000 (Semana Santa)	3.440

* Fluxo Turístico Interno / Demanda Turística - realizada pela ADTUR no ano de 2010.

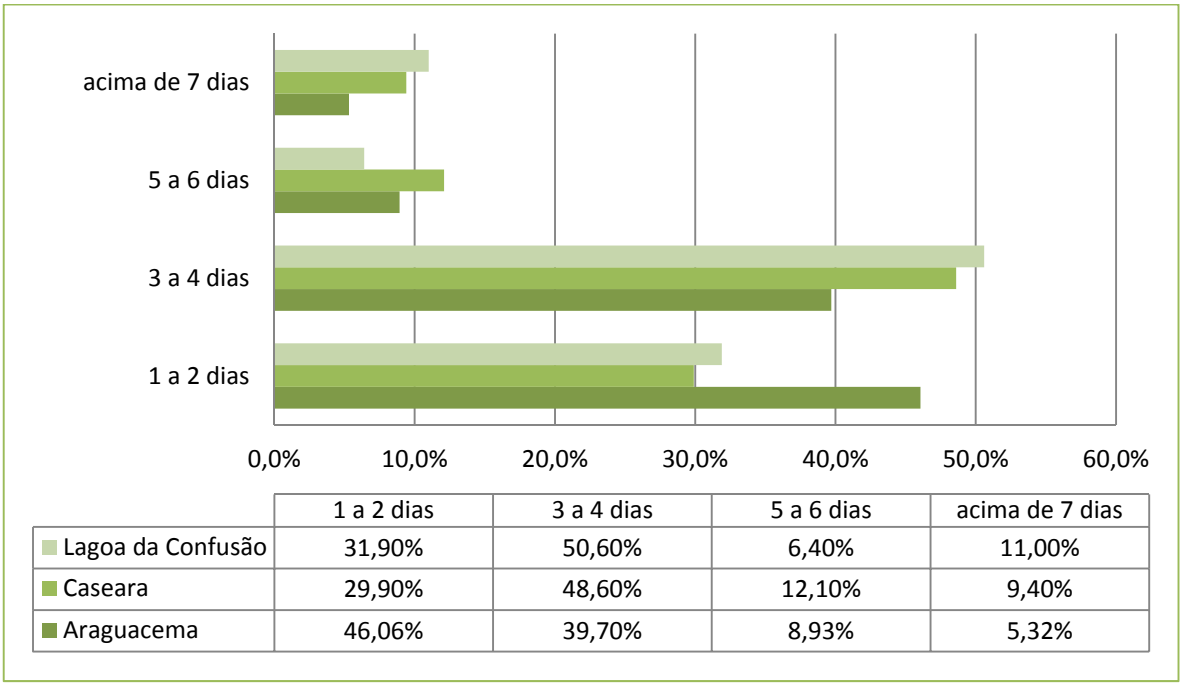
Fonte: Série histórica disponibilizada pela ADTUR, referente à Temporada de Sol e Praia do Polo Cantão.

O acesso dos turistas ao Polo, a partir de Palmas, é predominantemente realizado pela rede rodoviária utilizando carros, ônibus e vans. A maioria das vias são asfaltadas e estão em boas condições de tráfego.

Inexistem dados relacionados à quantidade de turistas nacionais e internacionais, bem como referentes à taxa de ocupação hoteleira no Polo. Este fato revela uma fragilidade tanto no controle, quanto no monitoramento da atividade turística da região.

A permanência média do turista também é indicada na pesquisa realizada pela Adtur e IEL na alta temporada. Em Araguacema a permanência é de um ou dois dias para 46,06% dos turistas, enquanto que em Caseara e em Lagoa da Confusão 50,60% dos turistas permanecem por três a quatro dias, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Período de Permanência dos Turistas e Excursionistas na Praia



	1 a 2 dias	3 a 4 dias	5 a 6 dias	acima de 7 dias
Lagoa da Confusão	31,90%	50,60%	6,40%	11,00%
Caseara	29,90%	48,60%	12,10%	9,40%
Araguacema	46,06%	39,70%	8,93%	5,32%

Fonte: Pesquisa realizada na Temporada de Sol e Praia de 2013 pelo IEL.

Convém salientar que pelas informações coletadas em campo no mês de outubro de 2013, há divergência dos dados constantes do gráfico 4. Segundo os relatos, os municípios de Caseara e Araguacema atraem maior volume de turistas na temporada de praia, inclusive

devido às campanhas municipais. Além disso, citam que a permanência dos turistas nos municípios citados é maior que aquela verificada em Pium e Lagoa da Confusão.

Para a análise da demanda futura, as estimativas relacionadas são elaboradas a partir dos seguintes subsídios:

- fluxo turístico do Polo do Cantão obtido a partir das informações fornecidas pela Adtur de acordo com pesquisa realizada em 2013 para o fluxo de turistas que corresponde a 5.497 turistas.
- taxa média geométrica de crescimento projetada para o crescimento do turismo brasileiro (5,5% - disponibilizada pelo WTTC - *World Travel and Tourism Council*/Conselho Mundial de Viagens e Turismo, 2007.).

Levando-se em consideração a situação atual do Polo, foram utilizados três cenários para a projeção: um otimista que assume o crescimento da atividade econômica igual à média brasileira (5,5%); um moderado (4,0%); e um pessimista (2,0%), bastante inferior à taxa média projetada para o crescimento do turismo no Brasil. Os cenários e as respectivas taxas de crescimento estão apresentados nas tabelas seguintes.

Tabela 2: Cenários para a projeção da demanda turística futura (5 anos)

CENÁRIO	INDICADOR	2014 - 2018
otimista	fluxo turístico	5,5%
moderado	fluxo turístico	4,0%
pessimista	fluxo turístico	2,0%

Fonte: Technum Consultoria SS.

A partir desses dados foi elaborada a projeção do fluxo de turistas que visitam o Polo do Cantão.

Tabela 3: Estimativa de crescimento do fluxo turístico

ANO	PESSIMISTA	MODERADO	OTIMISTA
2013	5.497	5.497	5.497
2014	5.606	5.716	5.799
2015	5.719	5.945	6.118
2016	5.833	6.183	6.454
2017	5.950	6.430	6.808
2018	6.069	6.687	7.183

Fonte: Technum Consultoria SS.

2.1.1.2 Caracterização do Perfil Qualitativo

A análise e caracterização do perfil do turista permitem identificar o público que visita o Polo, para posteriormente orientar a iniciativa pública e privada na elaboração e execução de ações voltadas para este público-alvo no intuito de incrementar o fluxo turístico na região, desde que observados os condicionantes de sustentabilidade dessas ações.

A segmentação turística volta-se para o princípio de que os mercados turísticos são compostos por compradores com preferências diversas, mas passíveis de serem agrupados de acordo com certas características homogêneas, no que diz respeito a gostos e preferências. Essa base conceitual, adotada pelo MTur (Manual 2010), relaciona-se às características da localidade turística e à motivação da viagem.

Para esta caracterização foi utilizado o Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) que trata, dentre outros assuntos, do perfil do turista por tipo de segmento. No Polo do Cantão utilizou-se o perfil do Ecoturista e do Turista do Sol e Praia no Brasil.

As atividades que o Ecoturismo e o Turismo de Sol e Praia proporcionam aos turistas podem são indicadas no quadro a seguir. Importa acrescentar que esse quadro refere-se às atitudes e preferências do turista, em termos dos atrativos mais valorizados e visitados dentro deste segmento.

Quadro 1: Atividades Realizadas no Segmento de Ecoturismo

	Ecoturista	Turista de Sol e Praia
ATIVIDADES REALIZADAS	Observação de Fauna (aves, mamíferos, cetáceos, insetos, répteis, anfíbios e peixes)	Recreação de contato primário com a água
	Observação de Flora	*Surf*
	Observação de formações geológicas	*Kitesurf*
	Visitas a cavernas (Espeleoturismo)	*Windsurf*
	Caminhadas	Mergulho
	Trilhas interpretativas	Atividades com equipamentos náuticos (caiaque, lancha, passeios de barco e etc.)
	Safáris fotográficos	Atividades esportivas e recreacionais (banhos de sol, caminhadas, frescobol e etc.)

Fonte: Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010 e orientações SEDEN/TO, 2016.

Ainda como atividades voltadas ao Ecoturismo, merece destaque no Polo: trilhas realizadas na mata, cicloturismo; arvorismo, contemplação, tirolesa, caiaque, canoagem e *trekking*. Ressalta-se que a tirolesa, o caiaque e a canoagem são atividades em potencial que podem ser formatadas no Polo como forma de aumentar a oferta de produtos na segmentação principal. No segmento de Sol e Praia destaca-se no Polo sky aquático e o mergulho submerso por flutuação (snorkling).

Existe também uma significativa gama de diferentes atividades que, embora possam caracterizar outros tipos de turismo, são também ofertadas em produtos e roteiros no segmento do Polo como atividades de pesca, náuticas, culturais, aventura e outras, conforme a seguir:

- visita às comunidades anfitriãs, que permite a interação ou acompanhamento de atividades cotidianas ou eventos tradicionais locais;
- visitas aos sítios arqueológicos inseridos em ambientes naturais, unidades de conservação ou próximos às comunidades;
- acampamentos realizados em áreas naturais públicas ou privadas;
- visita de instituições de ensino a ambientes naturais para atividades de cunho educativo, que auxiliam no processo ensino-aprendizagem;

- caminhadas em propriedades rurais para observação da vida cotidiana do homem no campo e da biodiversidade da região;
- atividades esportivas em ambientes naturais, como corridas de orientação.

Pode-se dizer, ainda, que os segmentos turísticos permitem indicar uma forma de interação do turista com o ambiente, tendo por foco a observação de aspectos específicos, como a apreciação de grandes belezas cênicas, o lazer, a recreação, entre outros.

Dentre as atividades descritas no quadro anterior, o Polo do Cantão oferece ao Ecoturista a observação da fauna e flora, as caminhadas e trilhas, bem como os safaris ecológicos, conforme corroborado pela visita à campo realizada pela equipe técnica da consultoria.

Figura 12: Atividades Realizadas no Polo no Segmento de Ecoturismo



Observação de Fauna e Flora



Caminhadas e Trilhas

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Os turistas também podem contar, no Polo do Cantão, com atividades de recreação, esportivas ou com equipamentos náuticos, conforme apresentado nas figuras a seguir.

Figura 13: Atividades Realizadas no Polo no Segmento de Sol e Praia



Atividades de Recreação em Lagoa da Confusão



Equipamentos Náuticos no Parque Estadual do Cantão

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

A inexistência de dados sistematizados pelo Estado no que se refere ao perfil qualitativo do turista atual do Polo do Cantão revela uma fragilidade no monitoramento e gestão do turismo na área. Neste sentido, foram utilizadas como base as pesquisas realizadas pelo Ministério do Turismo que tratam deste assunto.

A Pesquisa constante no Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) para o segmento de Ecoturismo aponta como principais motivações para a escolha do segmento:

- a fuga do dia a dia, da correria, do trabalho, do estresse e da violência;
- a busca pelo descanso;
- o resgate da vida e do prazer;
- o retorno às origens; e
- as vivências e experiências memoráveis.

O Estudo sobre o Turismo Praticado em Ambientes Naturais Conservados, realizado em 2002, pela Embratur e Fipe, identificou que 65% dos turistas que visitam áreas protegidas buscam a contemplação ou o contato com a natureza, enquanto 23% buscam o repouso ou a fuga da rotina, conforme o gráfico a seguir. Esses resultados confirmam a motivação dos Ecoturistas para a escolha do segmento, elucidado pelo Manual de Orientações Básicas do MTur (2010).

Gráfico 5: Motivação para Visita às Áreas Protegidas



Fonte: Embratur & Fipe. Estudo sobre o Turismo praticado em Ambientes Naturais Conservados, 2002.

O perfil dos turistas de Ecoturismo, de acordo com o Manual do MTur (2010), pode ser verificado por meio do quadro a seguir.

Quadro 2: Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista

TURISTA DE AVENTURA E ECOTURISTA	
Idade	18 a 29 anos
Sexo	Masculino
Estado Civil	Solteiro
Escolaridade	Superior Incompleto
Classe Social	Grupo B

Fonte: Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010.

Informações complementares, também trazidas por esta pesquisa, indicam que turistas do segmento de Ecoturismo possuem o hábito de viajar em grupos; realizam o planejamento de sua viagem; demonstram respeito pelo ambiente natural e social; exigem qualidade, segurança, acessibilidade e informação.

Para segmento de Sol e Praia a definição do perfil do turista, ainda de acordo com o Manual de Orientações Básicas do MTur, é um desafio, uma vez que esse segmento associa-se a uma rede de atividades distintas ao longo do território. Pode ser verificado que as motivações destes turistas são comuns e referem-se ao desejo de descanso, à diversão, à interação com as comunidades receptoras, às práticas esportivas e à busca por novas experiências.

A pesquisa de Hábitos e Consumo do Turismo Brasileiro, realizada pelo MTur (2009), traça um perfil geral dos turistas brasileiros, sem especificar a preferência por segmentos. A tabela a seguir apresente este perfil geral.

Tabela 4: Perfil Geral dos Turistas Brasileiros

PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO	CLIENTE ATUAL	NÃO CLIENTE
Masculino	43,9 %	29,2 %
Feminino	56,1 %	70,8 %
18 a 24 anos	18,5 %	12,0 %
24 a 34 anos	25,2 %	21,9 %
35 a 44 anos	20,2 %	23,4 %
45 a 59 anos	22,8 %	24,0 %
60 anos ou mais	13,3 %	18,8 %
Até o ensino fundamental	12,3 %	40,1 %
Ensino médio	36,4 %	40,6 %
Ensino superior ou mais	51,3 %	18,8 %
Entre 1 a 3 SM	15,8 %	50,0 %
Entre 3 a 5 SM	19,7 %	26,0 %
Entre 5 a 10 SM	25,6 %	17,7 %
Mais de 10 SM	38,9 %	6,3 %
Classe A	18,2 %	2,6 %
Classe B	46,3 %	21,4 %
Classe C	19,7 %	26,0 %
Classe D	15,8 %	50,0 %

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2007 e 2009.

A coluna apontada como “não clientes” refere-se àqueles que não viajaram, nem pretendem viajar nos próximos dois anos. Para esta caracterização do perfil atual do turista são considerados os seguintes fatores: sexo; idade; escolaridade; rendimento e classe social.

Quanto ao gênero, dentre os turistas verifica-se que há pouca variação entre o sexo feminino (56,1%) e sexo masculino (43,9%). A faixa etária dos turistas ficou equilibrada entre os 25 a 34 anos (25,2%), 34 a 44 anos (20,2%) e 45 e 59 anos (22,8%).

Com distribuição até certo ponto equilibrada, aparecem outras duas faixas de interesse para captação, incluindo o turista jovem, entre 18 a 24 anos (13,3%) e os turistas de 60 anos ou mais (13,3 %). Estes merecem atenção especial, envolvendo investimentos específicos para a formatação de produtos e a oferta de facilidades para o incremento do turismo no segmento.

O perfil do turista com relação à profissão por ele exercida, revela que 51,3% dos turistas possuem ensino superior. A renda salarial para 38,9% dos turistas é de dez salários mínimos, seguida de cinco a dez salários mínimos para 25,6% dos turistas. A predominância é de turistas da classe B, com 46,3%.

O Estudo sobre o Turismo Praticado em Ambientes Naturais Conservados realizado pela Embratur e pela Fipe no ano de 2002 com seis mil turistas nas áreas conservadas apresentou, de uma forma geral, que os turistas preferem viajar em grupos de duas a três

pessoas e de quatro a cinco pessoas. São indivíduos com escolaridade em nível superior completo ou incompleto.

É importante enfatizar que a análise do perfil qualitativo, bem como de outros itens pertinentes ao diagnóstico do Polo, não são conclusivas. Esse fato se caracteriza, tanto pela carência de dados disponíveis e sistematizados, quanto pela incipiência de estudos referentes ao tema no Polo. Assim, por vezes, optou-se por apresentar os resultados parciais ou análises gerais quando não foi possível o aprofundamento do assunto.

O período de maior procura pelos turistas no Polo do Cantão refere-se ao mês de junho e de julho, conforme discutido anteriormente. Isso ocorre, principalmente, devido às férias escolares e ao período de estiagem onde o nível do rio está mais baixo e propício à formação de ilhotas, o que favorece a temporada de praia, conforme apontam os técnicos do órgão estadual do Turismo e os atores locais presentes nas reuniões realizadas nos municípios em outubro de 2013.

As entrevistas realizadas durante as vistas a campo também revelaram que os turistas procuram o Polo nos períodos de chuva devido às cheias dos rios que propiciam roteiros envolvendo passeios embarcados tanto nos rios, quanto nos igapós do Parque Estadual do Cantão. Estes roteiros são importantes, pois permitem a formatação de novos produtos integrando o turismo de contemplação e observação de pássaros aos percursos realizados. Nesse período também há um fluxo maior de turistas que buscam as atividades relacionadas à pesca.

De acordo com a pesquisa realizada pela Adtur no ano de 2013 a motivação da viagem de 94% dos turistas refere-se ao turismo, enquanto que 4% viajaram para o Polo a negócios e os outros 2% viajaram por outros motivos, de acordo com o gráfico a seguir.

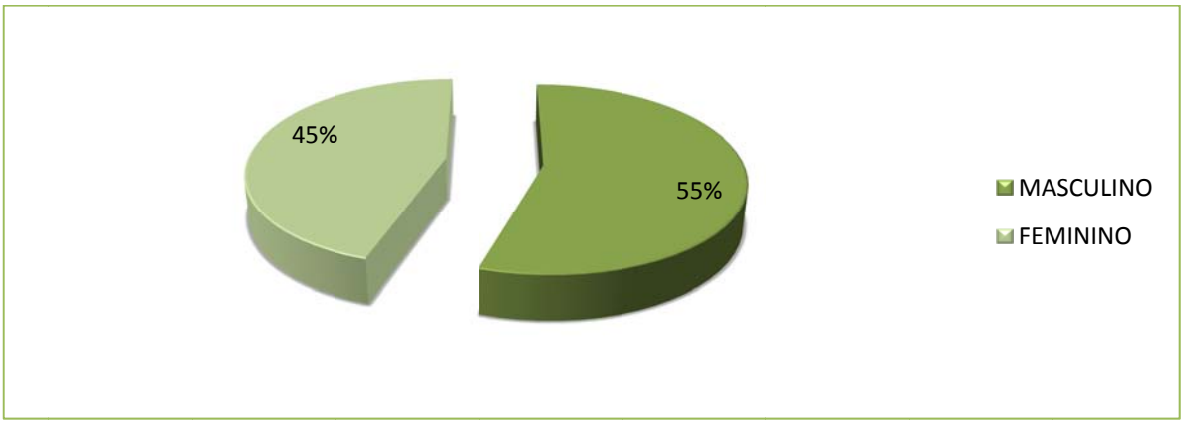
Gráfico 6: Motivação da Viagem para o Polo do Cantão por Agências, 2013.



Fonte: Pesquisa Adtur, 2013.

A mesma pesquisa citada anteriormente (Adtur-2013) revela que 55% dos turistas que visitam o Polo do Cantão são do sexo masculino e 45% do sexo feminino conforme aponta o gráfico a seguir. Essa pesquisa está de acordo com a pesquisa contida no Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010 contida na tabela anterior que cita a preferência masculina no turismo de Aventura e Ecoturismo.

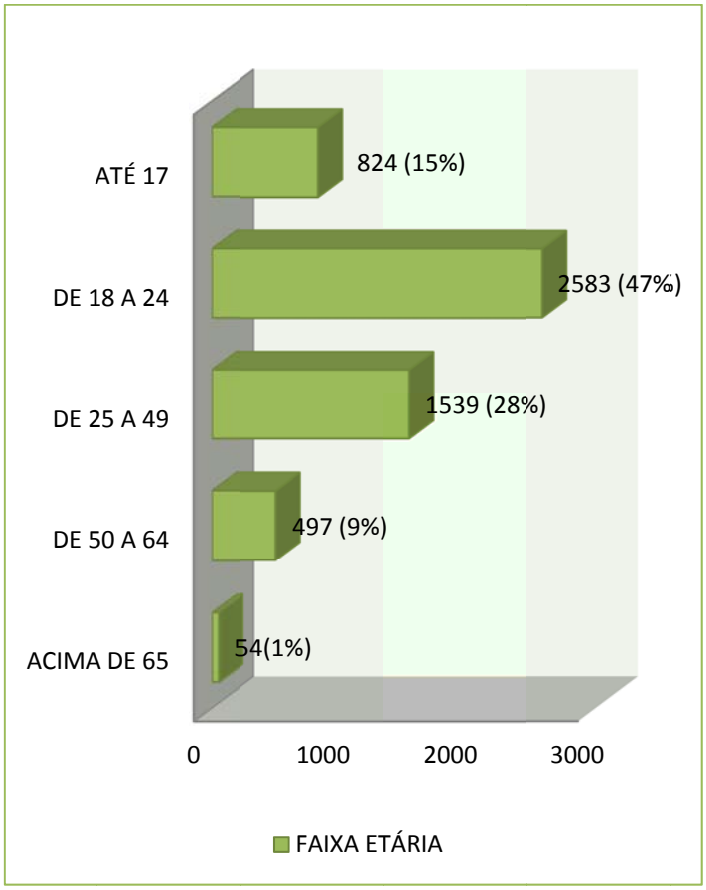
Gráfico 7: Fluxo de Turistas no Polo do Cantão, 2013.



Fonte: Pesquisa Adtur, 2013.

A faixa etária de 2583 turistas é de 18 a 24 anos, representando 47% do total de visitantes no Polo em 2013, de acordo com a pesquisa realizada pela Adtur e conforme demonstra o gráfico a seguir. O gráfico ainda aponta que os turistas de 25 a 49 anos encontram-se em segundo lugar na busca pelo destino, representando 28% do total de visitantes em 2013. Em terceiro lugar encontra-se o turista com até 17 anos com 15%, seguido pelo turista de 50 a 64 anos com 9%. Importa acrescentar que esses dados estão em acordo com a tabela 4, que indica o perfil do turista que busca aventura e ecoturismo encontra-se na faixa etária de 18 a 29 anos.

Gráfico 8: Faixa Etária dos Turistas – Polo do Cantão, 2013.



Fonte: Pesquisa Adtur, 2013.

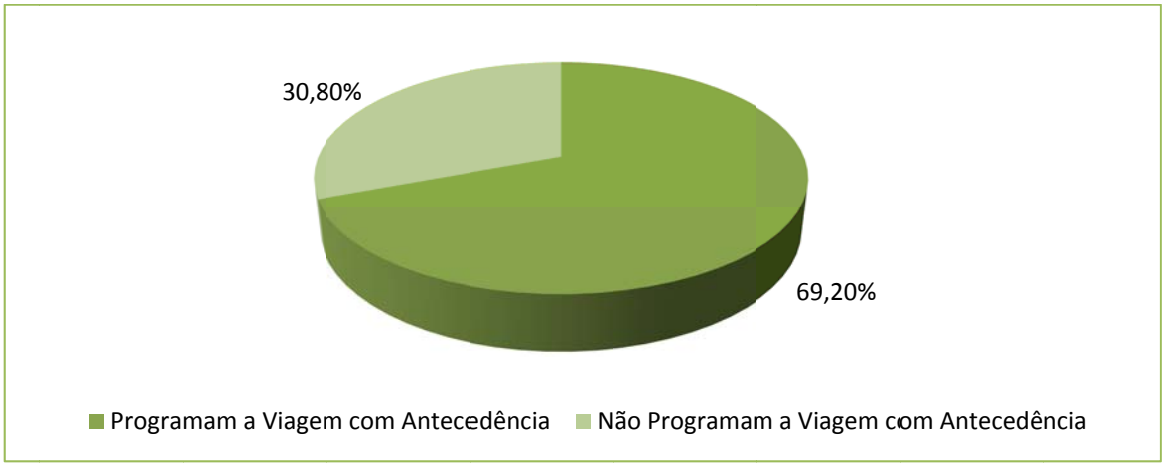
As entrevistas realizadas em campo permitem revelar que o número de turistas da terceira Idade vem crescendo no Polo. No município de Caseara, foi informado pelos proprietários dos equipamentos turísticos, que o número de turistas acima dos 60 anos está aumentando consideravelmente pelo fato do município disponibilizar roteiros que não envolvam riscos físicos ou esforço como os passeios embarcados. As particularidades desse tipo de turista podem trazer grandes benefícios para o turismo no Polo, já que a terceira idade possui mais tempo disponível para permanecer nos locais visitados em busca de lazer, gastam mais com produtos artesanais e lembranças do local e sempre viajam em grupos, possibilitando o aumento da renda no Polo e a ampliação da divulgação dos atrativos.

Convém salientar que o Parque Estadual do Cantão recebe, durante o ano todo, cientistas que buscam a observação de pássaros e de animais.

2.1.1.3 Comportamento e Hábitos de Informação e Compra da Viagem

Tendo como referência a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro, 2009, realizada pelo MTur verifica-se que 69,20% dos turistas brasileiros programam com antecedência a viagem, conforme o gráfico a seguir.

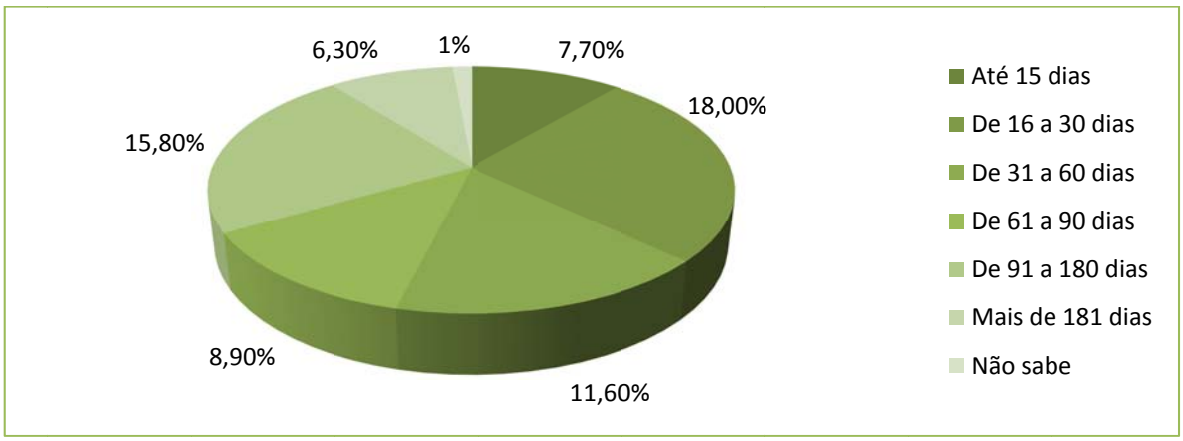
Gráfico 9: Número de Turistas que Programam Antecipadamente suas Viagens



Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009.

Dos turistas que planejam a viagem, 18,00% realizam com 16 a 30 dias de antecedência, seguido pelos 15,80%que organizam a viagem entre 91 a 180 dias.

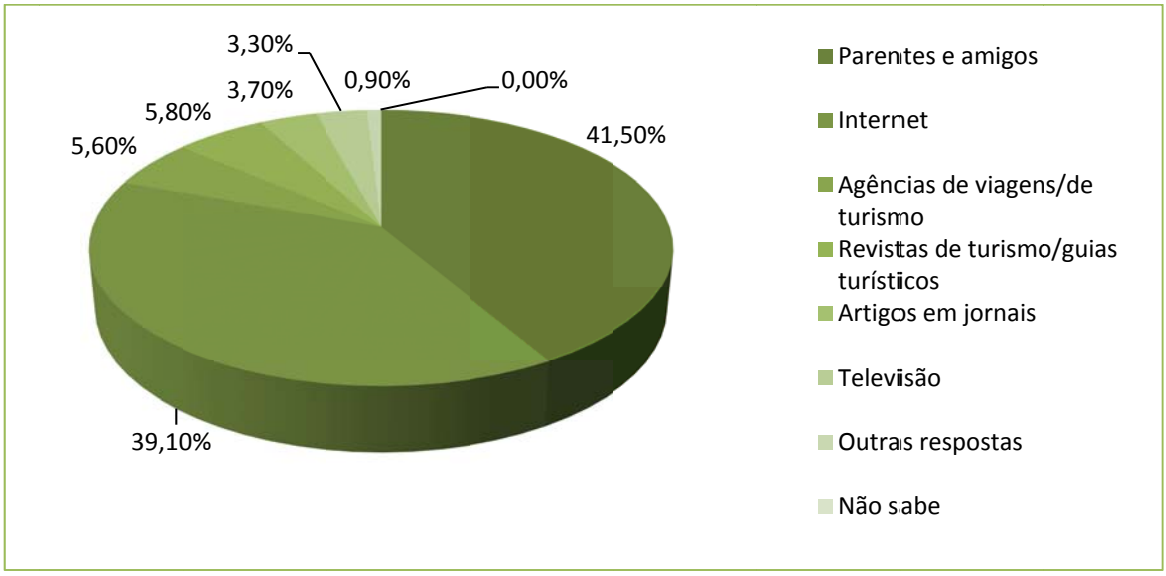
Gráfico 10: Tempo de Permanência nos Destinos Programados



Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009.

A mesma pesquisa identifica as fontes de informação utilizadas pelos turistas para a escolha do destino. O gráfico a seguir revela que 41,50% dos turistas escolhem o destino tendo como base as experiências vividas por parentes ou amigos. Em segundo lugar, 39,10% dos turistas escolhem o destino por meio da realização de pesquisas na Internet. Outras formas para a escolha do destino são as comercializações realizadas pelas agências de viagens, as matérias contidas nas revistas de turismo ou opinião de guias turísticos e, em menor escala, artigos de jornais ou veiculação na televisão.

Gráfico 11: Fontes de Informação Utilizadas pelos Turistas para a Escolha do Destino



Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009.

O Manual do MTur (2010) para o Ecoturismo destaca que os turistas que buscam este segmento visitam as localidades para interagir com os ambientes a partir das informações anteriormente obtidas, em especial de meios de comunicação. Nesse sentido, importa observar que a qualidade da informação e atividades experimentadas pelo ecoturista nas áreas naturais, permite ampliar as possibilidades de divulgação e retorno no destino de Ecoturismo.

O estudo realizado em campo em outubro de 2013 revela que os órgãos municipais de turismo dos municípios do Polo do Cantão não dispõem de material promocional impresso ou na web para a divulgação de seus atrativos. É necessário, portanto. contemplar ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.

A percepção quanto aos destinos competidores é de que nos períodos em que os turistas têm maior propensão em realizar as viagens (férias), os destinos do estado do Tocantins mais buscados são aqueles que oferecem atividades de banho e lazer, favorecendo, portanto os municípios que possuem atrativos relacionados ao segmento Sol e Praia. Nesse sentido, os municípios de Caseara e de Araguacema são contemplados. Nos demais períodos como os feriados e finais de semana a opção dos turistas do Estado consiste nas viagens de curta distância, favorecendo a circulação na Área Turística.

Os turistas que buscam o segmento de ecoturismo podem encontrar no Brasil destinos considerados ícones nacionais e que oferecem estrutura e qualidade como Bonito, Brotas, Chapada Diamantina, Fernando de Noronha e Foz do Iguaçu,

Para a segmentação do turismo de Sol e Praia, há um número ainda maior de destinos competidores, mesmo dentro do próprio Estado do Tocantins como, por exemplo, a capital e

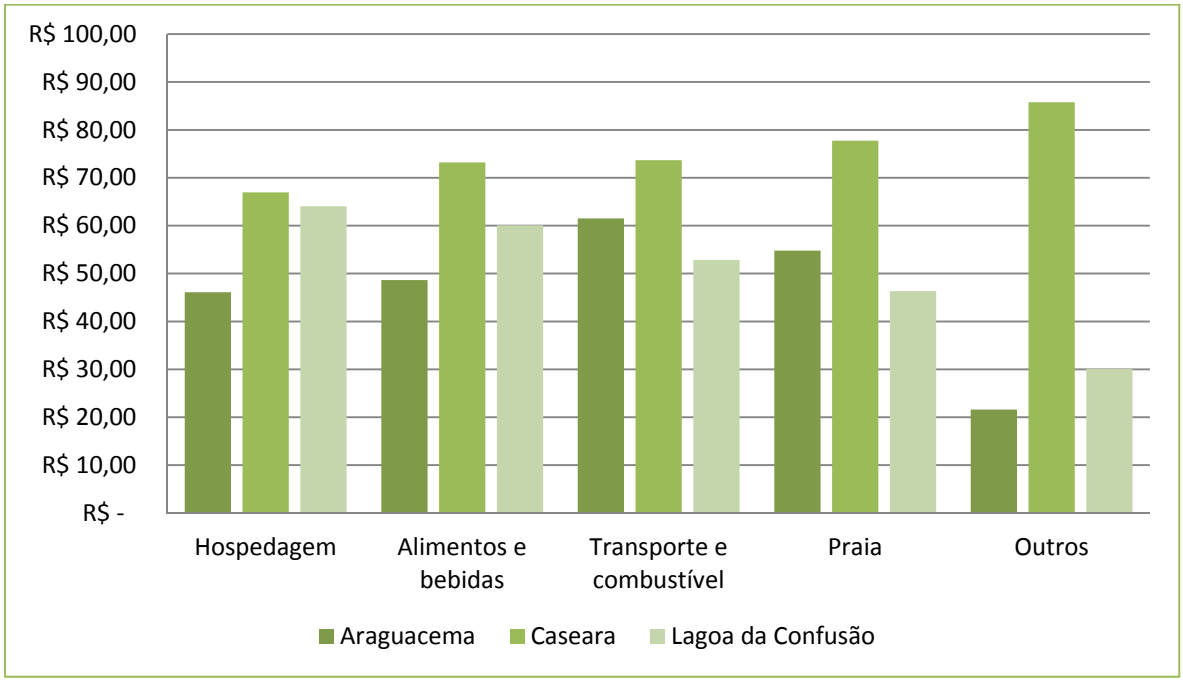
os municípios localizados às margens dos rios Tocantins e Araguaia que atraem um fluxo considerável de turistas na alta temporada e que movimentam a economia dos destinos. De acordo com a Agência Tocantinense de Notícias (disponível no site www.atn.to.gov.br) no ano de 2014 seriam 78 municípios tocantinenses beneficiados para o repasse de recursos pelo órgão estadual do Turismo . Dentre os municípios merece destaque Araguacema, Caseara e Lagoa da Confusão.

Nos outros estados, merecem destaque pelo segmento de Sol e Praia os municípios do litoral nordestino, São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

2.1.1.4 Estrutura (Composição) do Gasto Turístico

A pesquisa realizada pelo IEL juntamente com a Adtur durante a Temporada de Sol e Praia de 2013, aponta que o gasto médio dos turistas para os serviços de hospedagem, alimentação, transporte, praia e outros, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 12: Gasto Médio dos Turistas para Alguns dos Serviços Turísticos Oferecidos



Fonte: Pesquisa realizada na Temporada de Sol e Praia de 2013 pelo IEL.

O município de Pium não foi contemplado por esta pesquisa, apesar da região ter potencial para a prática do Turismo de Sol e Praia e Ecoturismo.

O gráfico aponta que o transporte/combustível é o principal gasto do turista durante a viagem, seguido pela alimentação, praia e hospedagem respectivamente. Constatou-se, por meio do gráfico apresentado, que o gasto médio do turista no Polo é de aproximadamente R$ 274,00.

A CCTreking, uma das principais operadoras do Polo do Cantão, sediada em Caseara, comercializa roteiros ecoturísticos para o Parque Estadual do Cantão de um a três dias. A pesquisa realizada em campo em outubro de 2013 aponta que roteiros envolvem passeios embarcados, caminhadas, observação de fauna e flora e banhos nas praias, não estando incluso no pacote a alimentação (almoço e jantar) e hospedagem.

O valor praticado para um grupo de quatro pessoas varia de, aproximadamente, R$ 170,00 por pessoa para o roteiro de um dia à R$ 395,00 por pessoa para o roteiro de três dias. Caso o turista deseje realizar as mesmas atividades, porém individualmente, o valor

aumenta consideravelmente variando de, aproximadamente, R$ 516,00 para o roteiro de um dia e atingindo R$ 1.380,00 para o roteiro de três dias.

Por meio da pesquisa realizada em campo em outubro de 2013 é possível constatar que o preço médio da hospedagem é de R$ 80,00 e a refeição é de R$ 25,00. Estes valores referem-se ao preço praticado por pessoa.

2.1.1.5 Demanda Turística na Temporada de Sol e Praia

As informações da demanda turística na temporada de sol e praia são obtidas pela Pesquisa realizada pelo SEBRAE/TO, no ano de 2013. A pesquisa envolve quatorze municípios contemplados pelo Projeto "Tocantins de Braços Abertos" e que movimentaram o fluxo turístico na temporada de Sol e Praia do ano analisado, incluindo entre eles os municípios de Araguacema, Caseara e Lagoa da Confusão. Teve como amostra, entrevistados das mais variadas profissões, rendas familiares, localidades, idades, grau de instrução, entre outras características, buscando mensurar os resultados do Projeto citado e apresentando o perfil da demanda turística. Essas informações complementam os dados já levantados por este PDITS.

A pesquisa foi realizada por meio de aplicação de um questionário impresso durante o período de 05/07/2013 a 04/08/2013.O painel indicativo de comportamento do turista nas praias de Araguacema, Caseara e Lagoa da Confusão, municípios para os quais a Pesquisa foi aplicada, são a seguir apresentados .

Quadro 3: Painel de estratificação do comportamento do turista nas praias de Araguacema, Caseara e Lagoa da Confusão -2013

CLASSIFICAÇÃO	ARAGUACEMA	CASEARA	LAGOA DA CONFUSÃO
Tipo de visitante	Turista	Turista	Turista
Estadia	1 a 2 dias	3 a 4 dias	3 a 4 dias
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino
Estado Civil	Solteiro	Solteiro	Solteiro
Filhos	Não	Não	Sim
Idade	18 a 29 anos	18 a 29 anos	18 a 29 anos
Escolaridade	Médio completo	Superior completo	Médio completo
Ocupação	Setor privado	Setor público	Setor privado
Renda	Até R$1.356,00	R$2.034,50	Até R$1.356,00
Gasto	Transporte e combustível	Outros	Hospedagem
Motivo da viagem	Temporada de praia	Temporada de praia	Temporada de praia
Acompanhantes	Amigos	Amigos	Família
Tipo de hospedagem	Camping/barracas	Camping/barracas	Camping/barracas
Meios de locomoção	Automóvel	Automóvel	Automóvel
Satisfação com o evento	Satisfeito	Regular	Satisfeito
Visitante recorrente	Sim	Sim	Sim
Qualidade do evento em relação aos anos anteriores	Melhor	Igual	Igual

Fonte: Pesquisa SEBRAE/TO – Temporada de Praia, ano 2013.

De acordo com os dados da pesquisa, a média de faturamento, durante a temporada de 2013, apresenta variação conforme o município, como pode-se observar na tabela a seguir.

Tabela 5: Média de Faturamento da Temporada de Sol e Praia de 2013

MUNICÍPIO	FATURAMENTO
Araguacema	R$ 59.117,36
Caseara	R$ 145.842,40
Lagoa da Confusão	R$ 218.763,60

Fonte: Pesquisa SEBRAE/TO – Temporada de Praia, ano 2013.

Conforme indicam os resultados da pesquisa, a temporada de praia e suas opções de lazer e entretenimento atraem um número significativo de turistas, confirmando o forte potencial desse segmento turístico e a perspectiva do fomento de recursos trazidos aos municípios pela prática das atividades turísticas.

2.1.1.6 Valorização da Qualidade da Oferta Atual e Determinação da Imagem Percebida da Área Turística

A satisfação do turista quanto ao destino escolhido resulta da imagem construída, de suas experiências na área e pode expressar-se a por meio de objetivos alcançados, benefícios, desejos satisfeitos, sonhos realizados, dentre outros. Por outro lado, a satisfação pode se expressar também a partir da avaliação dos equipamentos e serviços turísticos oferecidos e da infraestrutura básica e serviços públicos disponíveis na área visitada.

Não há pesquisas específicas a respeito da satisfação do turista no Polo, dificultando uma análise mais profunda nesse sentido. No entanto, a visita em campo de outubro de 2013, permitiu avaliar vários aspectos do Polo do ponto de vista do turismo.

De maneira geral, o turismo foi considerado uma atividade lucrativa para os municípios de Araguacema, Caseara e Lagoa da Confusão. Araguacema e Lagoa da Confusão se beneficiam na temporada de praia, enquanto que Caseara tem no Parque Estadual do Cantão a principal atividade que gera renda para a região.

No município de Pium foi informado que a maioria dos atrativos está em área particular e, os proprietários não possuem interesse em desenvolver esta atividade como uma fonte de renda e de atração. Além disso, o maior atrativo de Pium, que é o Parque do Cantão, possui receptivo em Caseara e, por isso o município não se beneficia com as atividades do Parque.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Turismo há um projeto já em execução para a construção de um Balneário Municipal que futuramente proporcionará o aumento de turistas.

Alguns aspectos devem ser melhorados para garantir uma satisfação plena dos turistas no Polo, tais como, planejamento turístico adequado para a sua recepção, sinalização turística e indicativa de acordo com os padrões internacionais e fontes de informação a respeito das áreas de visitação indicando acessos, além do monitoramento da percepção dos turistas em relação à aglomeração e outros impactos, que possam vir a comprometer a qualidade de sua experiência na região.

A falta de uma visão integrada e intercomplementar dos produtos dificultam o desenvolvimento turístico do Polo. A participação de todos os envolvidos no trade é primordial para o crescimento do turismo no Polo, o que não ocorre atualmente.

Uma reclamação apontada, tendo como fonte as reuniões realizadas nos municípios em outubro de 2013, refere-se à falta de preparo de guias, em especial, no município de Lagoa da Confusão. Nesse município, os atrativos apresentados como consolidados ou potenciais,

encontram-se em áreas particulares que não possuem vocação para o turismo. Além disso, o acesso a essas áreas é precário, difícil e perigoso. Essas situações podem gerar decepção e insatisfação do turista na região.

2.1.1.7 Identificação do Portfólio Estratégico de Produtos Turísticos/ Segmentos Atuais de Demanda

O portfólio estratégico refere-se aos segmentos e produtos turísticos principais e complementares do Polo, frente à possibilidade de se desenvolver novos produtos para oferta-los à demanda atual. Formatado para o Polo, é construído a partir do levantamento das expectativas e desejos dos atores locais, e visões técnicas da Consultoria, conforme tratado nas reuniões realizadas em outubro de 2013. Participaram desses eventos, os representantes das prefeituras, das associações locais e do órgão estadual do Turismo, à época a Adtur/TO. Relaciona-se, portanto, à visão técnica e ponto de vista dos representantes locais sobre o interesse do turista pelos produtos e segmentos turísticos disponíveis, bem como na potencialidade identificada, frente à vocação turística dos municípios do Polo.

O Polo tem como segmento principal o Ecoturismo e complementares o Turismo de Sol e Praia e o Turismo de Pesca.

O Ecoturismo é propiciado por atividades em meio à natureza como as caminhadas, contemplação, observação de pássaros e passeios em barcos ou similares, principalmente no Parque Estadual do Cantão. O contato com os ecoturistas é positivo porque incentiva a comunidade a adotar posturas proativas em relação ao meio ambiente no que trata do uso e conservação dos recursos naturais.

Considera-se, pelos estudos realizados, que os roteiros ecoturísticos no Polo do Cantão apresentam grande potencial, tanto por sua beleza, quanto pela diversidade dos recursos naturais. Contam, entretanto, com infraestrutura ainda precária no que diz respeito à hospedagem, alimentação e pouca oferta de oportunidades de consumo extra pelos turistas, o que diminui a possibilidade de ganho nos municípios envolvidos.

Vale enfatizar que o Ecoturismo deve ser praticado de forma responsável, com o objetivo de desenvolver um turismo sustentável, planejado, proporcionando às comunidades tradicionais geração de renda e qualidade de vida.

Em relação ao Turismo de Sol e Praia, a potencialidade é favorecida pela presença marcante dos corpos d'água e abundância de ilhas e praias fluviais. O segmento concentra um fluxo considerável de visitantes no Polo, especialmente no mês de julho que coincide com o período de férias e a formação das praias. Nessa época, há maior investimento em infraestrutura turística, ainda que temporária, para a recepção de turistas, ocorrendo montagem de acampamentos nas praias, instalação de palcos para apresentação de eventos populares e shows, incremento de transportes para a travessia nos rios, bem como a instalação de banheiros químicos.

Mesmo nos períodos de alta temporada é necessário desenvolver políticas públicas adequadas à estruturação desse segmento, adotando medidas para a regulamentação e fiscalização dos acampamentos, conscientização dos visitantes e populações locais quanto às condutas de comportamento e estudos para verificar possíveis impactos ambientais nas áreas de fluxo.

Os mesmos recursos naturais relacionados aos Turismo de Sol e Praia propiciam o desenvolvimento do Turismo de Pesca. A biodiversidade e a qualidade da piscosidade dos rios conferem condições impares para a realização pesca esportiva.

A potencialidade para a pesca esportiva é expressiva nos rios Araguaia, Coco, Javaés, entre outros. Com características sazonais, em função dos períodos de chuva e seca dos rios e

também em função dos períodos permitidos para a realização da pesca, esse segmento tem se estruturado e atraído um número cada vez maior de turistas para o Polo, inclusive com uma pequena participação de turistas internacionais, de acordo com as informações obtidas na visita em campo no mês de outubro de 2013.

As atividades desse segmento, conforme o Manual do MTur (2010), voltam-se para o lazer, turismo ou desporto. Visando melhor estruturação desta atividade, o Turismo de Pesca necessita de estudos sobre os recursos pesqueiros da região de modo que a atividade não comprometa a sustentabilidade da ictiofauna e, por consequência, de toda cadeia alimentar dos rios. Nesse sentido, é necessário prever uma regulamentação, fiscalização e ordenamento da cadeia produtiva pesqueira e do Turismo de Pesca no Polo.

Além disso, em reuniões realizadas em maio de 2015, os atores locais indicaram a expectativa de desenvolvimento do turismo cultural, notadamente os relacionados ao etnoturismo, centrado na presença dos índios que habitam a região. Segundo o relato apresentado à Consultoria, as comunidades indígenas também tem interesse no desenvolvimento dessas atividades turísticas. Nota-se, no entanto, a necessidade de desenvolvimento de estudos específicos, de maior profundidade, para que não haja interferência negativa e mesmo impactos irreversíveis, por tratar-se de população vulnerável.

A partir das considerações e informações anteriores, o quadro a seguir, sintetiza o portfólio estratégico do turismo no Polo.

Quadro 4: Portfólio Estratégico do Polo do Cantão

SEGMENTO PRINCIPAL
• Ecoturismo
SEGMENTOS COMPLEMENTARES E POTENCIAIS
• Turismo de Sol e Praia • Turismo de Pesca • Turismo Cultural (etnoturismo) *
RECURSOS
• Rios • Praias • Flora • Fauna • Trilhas • Igapós • Aldeias Indígenas*
PRODUTOS
• Pacotes comercializados pelas agências** notadamente pela CC Treking • Parque Estadual do Cantão • Praias da região***

Obs.*.: a depender do desenvolvimento de estudos específicos, por se tratar de população vulnerável.
Obs.**.: notadamente aqueles comercializados pela CC Treking.
Obs.*** principalmente na alta temporada.

Fonte: Technum Consultoria, 2013.

Ressalta-se que, favorecendo o desenvolvimento integrado do Polo, as três segmentações estão presentes em todos os municípios, ainda que em menor ou maior potencialidade ou estágio de desenvolvimento.

A situação de equilíbrio de distribuição no território do Polo é observada na figura a seguir, enquanto os atrativos turísticos, analisados no item 2.1.3 deste documento.

Figura 14: Segmentos Turísticos do Polo do Cantão



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

2.1.2. Análise da Demanda Turística Potencial

2.1.2.1 Estimativa Quantitativa Aproximada e Caracterização do Perfil Qualitativo dos Segmentos Potenciais

As informações que tratam da atividade turística do Polo não permitem uma elaboração de projeções aprimoradas sobre a demanda turística potencial. Contudo é possível traçar algumas perspectivas, levando-se em consideração os produtos oferecidos, a demanda atual e os estudos que tratam do desenvolvimento do turismo no país e no Estado.

O produto turístico do Polo do Cantão apoia-se na riqueza natural existente formado pelas lagoas, rios, praias, fauna e flora. O Polo favorece tanto ao Ecoturismo, quanto ao Turismo de Sol e Praia como atividades potenciais e consolidadoras.

Ecoturismo

Segundo o Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) que trata sobre o segmento de Ecoturismo cita que no Brasil, o Ecoturismo surge no contexto do movimento ambientalista, momento em que os debates acerca da necessidade de conservação do meio ambiente, por meio de técnicas sustentáveis, alcançam a atividade turística.

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação do meio ambiente aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal.

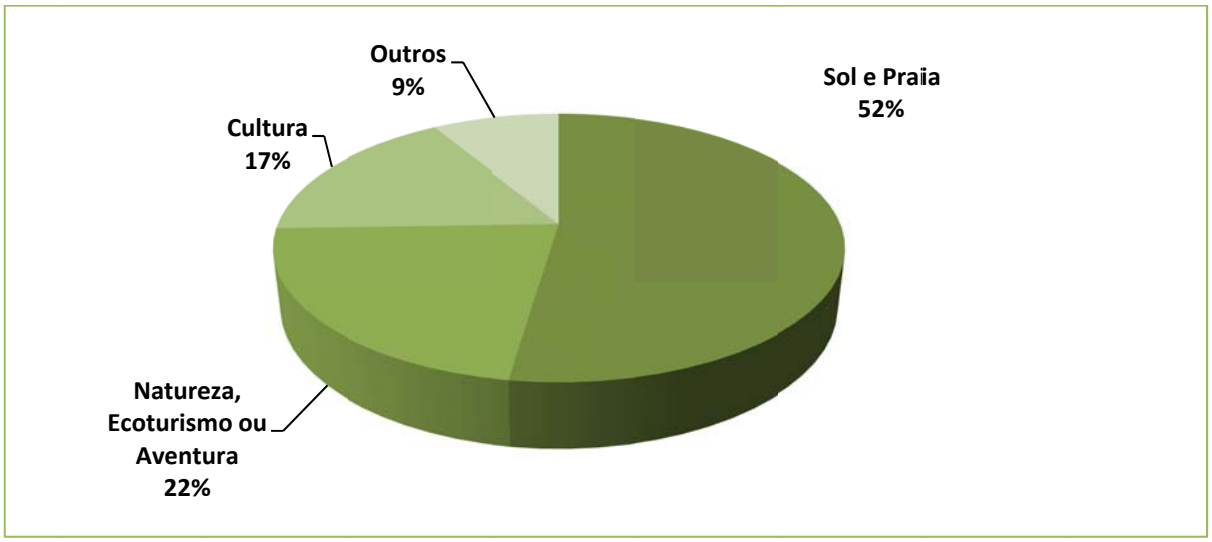
Os ecoturistas visitam as localidades para interagir com os ambientes. A qualidade da informação e atividades experimentadas pelo ecoturista nas áreas naturais permite ampliar sua satisfação e as possibilidades de divulgação e retorno no destino de Ecoturismo. Por isso, esse tipo de consumidor, de modo geral, importa-se com a qualidade dos serviços e equipamentos, com a singularidade e autenticidade da experiência e com o estado de conservação do ambiente.

O segmento de Ecoturismo é um mercado competitivo e deve oferecer produtos compatíveis com as exigências do ecoturista. Uma parcela desses turistas possui elevada consciência ambiental e busca experiências únicas que conservem os recursos ambientais, históricos e culturais, e que envolvam a comunidade, contribuindo, assim, para ampliar as expectativas de que esta atividade esteja realmente relacionada ao desenvolvimento sustentável de diversas localidades e regiões.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT, o Ecoturismo corresponde ao segmento turístico que mais cresce no mundo, entre 15 e 25% ao ano. O Ecoturismo corresponde à motivação de cerca de 10% dos turistas e fatura anualmente cerca de US$ 260 bilhões no mundo (equivalente a R$ 607,1 bilhões de acordo com a cotação do dólar do dia 30 de novembro de 2013 US$1,00 = R$ 2,335).

Em relação ao turista internacional que viaja ao Brasil, o Estudo da Demanda Turística Internacional 2004-2008, realizado pelo MTur e Fipe, mostram que a motivação do turista no Brasil refere-se à busca pelo lazer (42%), seguido por Negócios e Eventos (27%). Dentre os entrevistados do último ano, 22% destes turistas tem na natureza, no Ecoturismo ou na aventura a principal motivação de suas viagens, conforme aponta o gráfico a seguir.

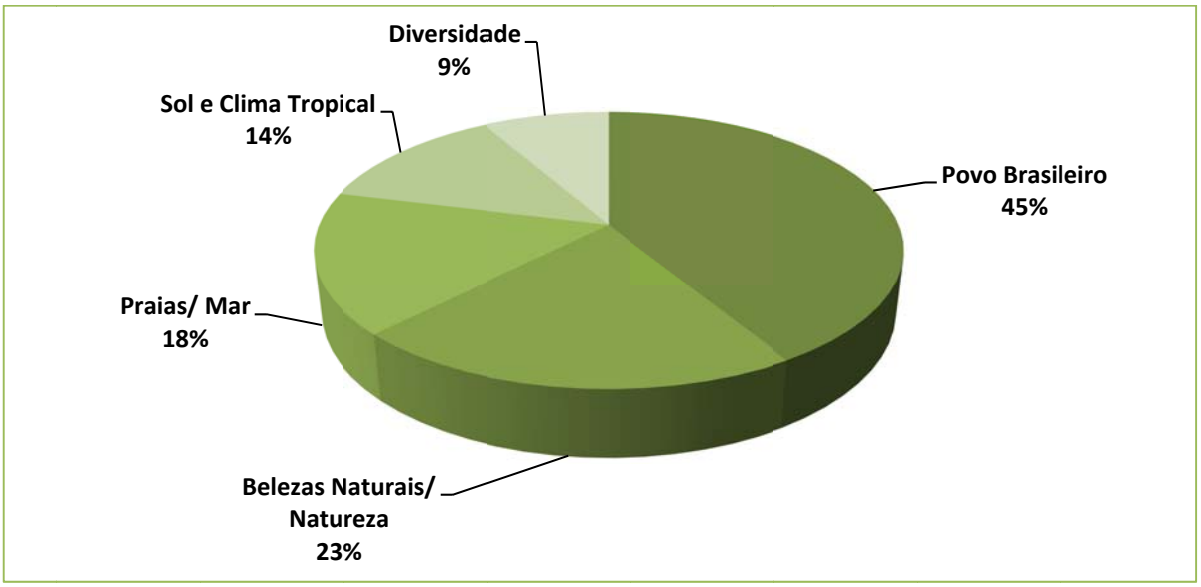
Gráfico 13: Motivação do Turista Internacional que Viaja para o Brasil



Fonte: MTur e Fipe, 2004-2008.

O Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil 2020, realizado pelo MTur em 2011, enfatiza a pesquisa citada anteriormente e aponta que 43% dos turistas internacionais possuem como motivação de viagem ao Brasil o lazer. Dentre o lazer os principais aspectos motivadores da visita foram as belezas naturais e a diversidade brasileira, bem como o povo e a cultura popular, conforme aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 14: Aspectos Levados em Consideração nas Viagens Realizadas pelos Turistas Internacionais



Fonte: Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil 2020, de 2011.

Quanto à imagem dos turistas estrangeiros sobre o Brasil, o Plano Aquarela 2020 sugere que a natureza, junto ao povo brasileiro, representa o aspecto determinante da imagem positiva do país. Dos turistas entrevistados, 37% associaram a propaganda do Brasil a uma imagem positiva e 38% associaram a fatores como vontade de conhecer. Também disseram que a internet foi a fonte para a busca de informações sobre o país antes de realizar a viagem (63%).

No Brasil, o Perfil do Ecoturista e também do Turista de Aventura, apresentado pelo o Manual de Orientações Básicas do MTur (2010), sugerem que as atividades voltadas a

esses segmentos buscam: (i) fugir do dia a dia, seja ele urbano ou não, da correria, do trabalho, do estresse e da violência, em busca de descanso, por meio do ócio ou da prática de atividades inusitadas; (ii) resgatar a vida, o prazer, voltar às origens.

Segundo o Manual antes citado, em sua maioria, as pessoas que desenvolvem atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura possuem como características: (i) maioria do sexo masculino; (ii) idade entre 18 e 29 anos; (iii) solteiros; (iv) escolaridade: ensino médio completo e ensino superior incompleto; (v) hábito de viajar em grupos; (vi) planeja pessoalmente a sua viagem e demonstra respeito pelo ambiente natural e social; (vii) exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação.

Uma parcela majoritária dos turistas (68%) está aberto à realização de atividades na natureza, seja a sua viagem motivada pelo Ecoturismo ou por outros segmentos turísticos.

Dentre as atividades mais praticadas, a caminhada aparece em terceiro lugar com 31% e a observação de vida selvagem, aparece em seguida com 22%. Para os entrevistados que ainda não fizeram alguma das atividades pesquisadas, ao serem perguntados a respeito da atividade que gostariam de realizar, 70% destacou o mergulho, 61% a observação da vida selvagem, 57% caminhadas e 51% o espeleoturismo – prática esportiva e recreativa de visitação de cavernas.

Dentre os ecoturistas, o carro é o meio mais utilizado nas viagens (61%), seguido do avião e do ônibus, empatados com 16%. Quase todos os entrevistados (91%) viajam durante as férias, 72% preferem os finais de semana prolongados e 40% os finais de semana normais.

Turismo de Sol e Praia

De acordo com as definições do Ministério do Turismo, constantes do Manual de Orientações Básicas do MTur, entende-se como turismo de Sol e Praia aquele que se constitui de atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

Segundo a pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo em 2009, Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 64,9% dos turistas que realizaram pelo menos uma viagem no último ano, e 68,2% dos que pretendem realizar uma viagem nos próximos dois anos tem como primeira opção de viagem ir para a praia, sendo este, portanto, o segmento preferencial dos brasileiros.

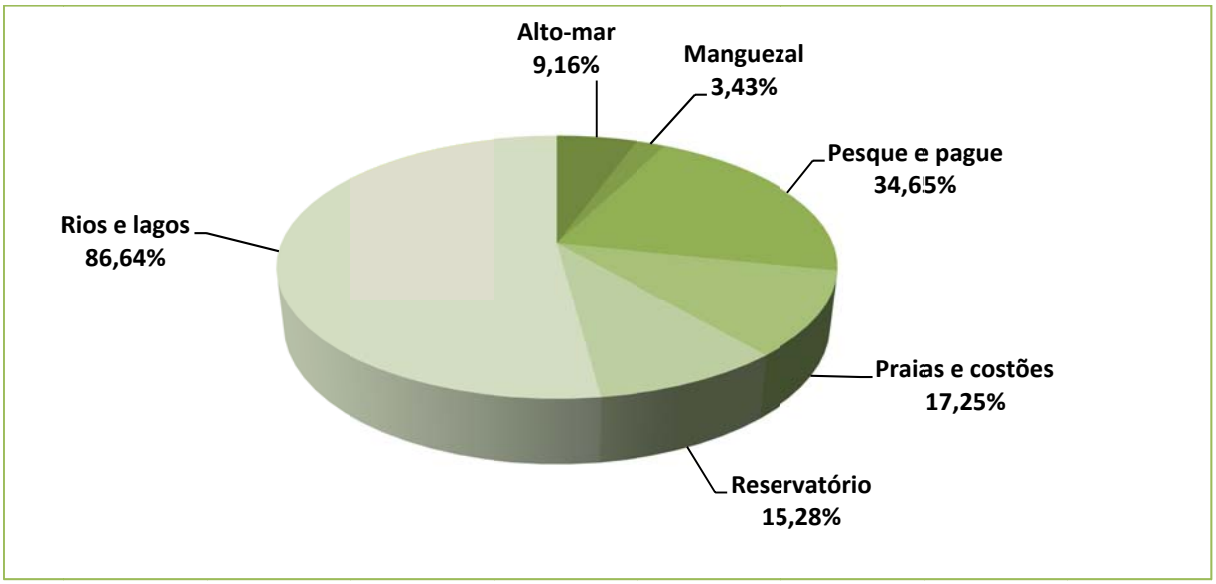
Estabelecer um perfil único do turista de Sol e Praia é um desafio, pois este segmento está associado a uma rede de atividades e dinâmicas distintas ao longo do território. No entanto, o que se percebe são algumas características comuns aos turistas e usuários da praia motivados pelo desejo de descanso, práticas esportivas, diversão, novas experiências e busca de vivências e interação com as comunidades receptoras.

Turismo de Pesca

O Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) que trata sobre o segmento de pesca traça o seguinte perfil para o turista desse segmento: faixa etária entre 31 a 50 anos (56,20%) e 51 e 70 anos (29%), sexo masculino (95,55%), categoria de licença de pesca tipo B (pesca embarcada – 70,25%), meio de hospedagem em hotel (37,59%), casa de parentes e amigos (44,46%) e camping (39,72%) e gasto médio por pescaria de até R$ 300,00. Ressalta-se que esta pesquisa foi realizada em 2009 com 33.129 pessoas que possuem licenças emitidas para a pesca.

A maioria destes turistas realizam a pesca em rios e lagos (86,64%), seguida pela modalidade pesque e pague (34,65%), conforme verifica-se no gráfico a seguir.

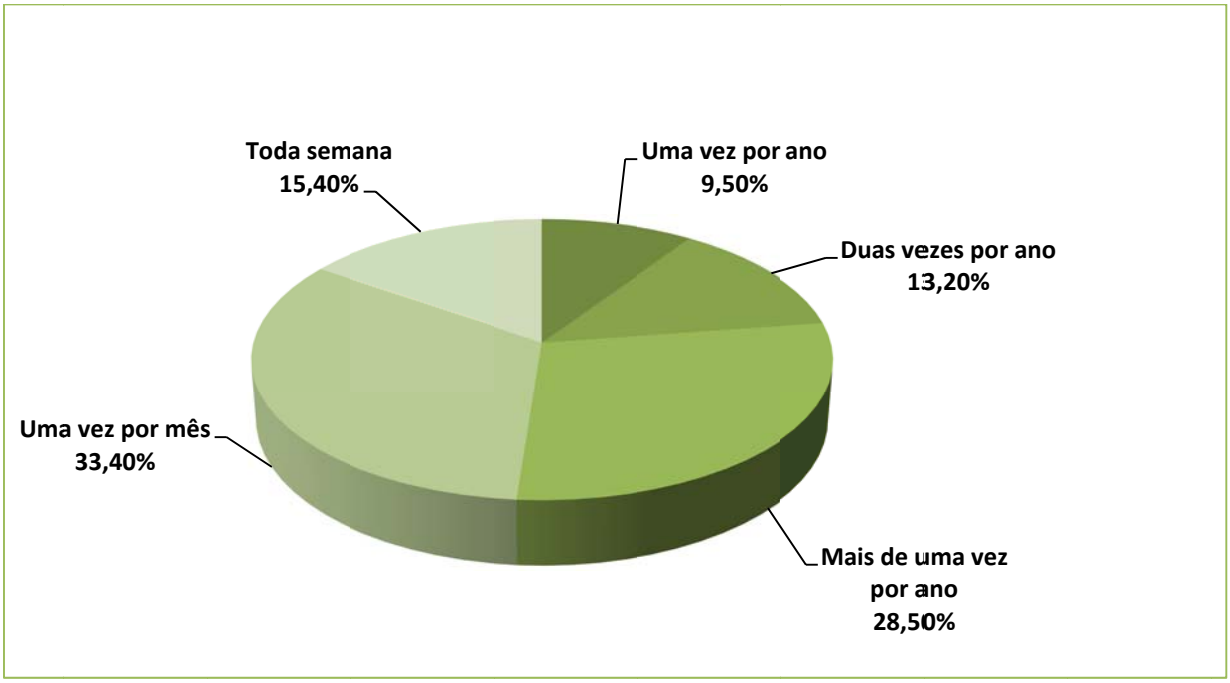
Gráfico 15: Atividades Realizadas no Segmento de Pesca



Fonte: Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010.

A frequência com que a pesca é realizada é de uma vez por mês para 33,40% dos turistas e uma semana para 15,40%, de acordo com o gráfico.

Gráfico 16: Frequência de Realização das Atividades do Segmento de Pesca



Fonte: Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010.

Sendo o Ecoturismo e o Turismo de Sol e Praia considerados segmentos em potencial de crescimento no Polo, tendo em vista a diversificação dos recursos naturais disponíveis, exige-se dos municípios a necessidade de investimentos tanto no receptivo, quanto na infraestrutura turística.

A implantação de um sistema integrado de informação ao turista, colocado à sua disposição ainda na fase de escolha do destino, bem como a estruturação de roteiros complementares e diversificados são ações que promovem o crescimento potencial destes segmentos.

Para o turista de pesca pode ser utilizado, por exemplo, a criação de um programa específico de promoção e comercialização do produto. O desejo é que, entre outras ações, houvesse a promoção das atividades de pesca nos períodos de baixa ocupação no Polo.

2.1.2.2 Identificação de Elementos Críticos que Influem no Processo de Tomada de Decisões de Compra da Viagem dos Segmentos Potenciais

A pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, realizada pelo MTur (2009), trás que 13,6% dos turistas potenciais apontaram que a oferta de pacote com menores custos traria maior incentivo para escolha do destino Brasil. Em seguida foram elencados a redução dos preços das viagens aéreas (6,6%), a divulgação dos pontos turísticos do Brasil (3,9%) e a redução dos preços de hospedagem (3,8%) como fatores a serem considerados para a escolha do turismo no Brasil.

Ao serem questionados se viajariam por conta própria ou utilizando pacotes turísticos, 61,9% da demanda potencial afirmou que viajaria por conta própria. Como meio de transporte preferencial da demanda potencial foram citados os ônibus e vans (40,2%), seguidos dos carros (35,5%) e dos aviões (24,1%).

Dentre os clientes potenciais, apenas 0,4% afirmaram querer viajar para o estado do Tocantins. Não há como identificar, no entanto, a razão dessa informação, inferindo-se que possa ser mais relacionada ao desconhecimento dos atrativos existente do que em razão da qualidade dos atrativos estaduais ou mesmo a condição da infraestrutura disponível. Os principais motivos para a escolha do destino no Brasil referem-se às belezas naturais/natureza com 37,9%, seguido pelo motivo praia com 24,4% e cultura local com 13%. Para 30,4 % dos entrevistados aquela não tinha sido a primeira visita ao local, o que vem demonstrar que, quando satisfeitos, os turistas retornam aos destinos, ou seja, permanecem como clientes potenciais.

Apesar da pesquisa não especificar o turista potencial para o Polo do Cantão e sim abranger uma escala nacional, a sua contribuição é relevante uma vez que reafirma a preferência pelas belezas naturais.

A pesquisa realizada em campo pela consultoria, no mês de outubro de 2013, permitiu verificar a carência em muitos dos fatores críticos que podem influir no processo de decisão da escolha do destino, tais como infraestrutura básica, serviços de hospedagem e alimentação, sinalização indicativa e turística nos municípios, mapeamento dos atrativos e formatação de roteiros, prestação de serviços dos guias e estruturação e época de funcionamento dos atrativos.

No que diz respeito à infraestrutura básica e serviços, item específico deste diagnóstico é dedicado ao tratamento dos assuntos relacionados ao tema. No entanto, vale ressaltar, no tocante ao portfólio estratégico do Polo, as condições de tráfego da TO-442 (trecho Caseara/Araguacema) que se encontra em precária condição de uso pelos turistas, com a presença de lixo nas ruas e nos atrativos. Além desse ponto, impacta negativamente a dificuldade de comunicação por telefonia móvel uma vez que a operação é limitada à duas empresas telefônicas e o sinal é falho. No município de Caseara há a presença de uma terceira operadora de telefone móvel.

Ainda sobre a infraestrutura, outro fator limitante é a indisponibilidade de caixas de bancos para saques ou mesmo de estabelecimentos com máquinas que operem cartões de crédito ou débito.

Os serviços de hospedagem e alimentação são precários, registrando baixa oferta de equipamentos de hospedagem e pouca diversificação no cardápio alimentar. A sinalização turística contendo nomes e informações referentes aos atrativos são praticamente

inexistentes o que dificulta o deslocamento dos turistas, salvo no Parque Estadual do Cantão que possui boa sinalização de atrativos e dos acessos.

Ainda, conforme a visita a campo, a divulgação e formatação de produtos no Polo ainda são escassas, não havendo mapas ou folders disponíveis aos turistas que desejam obter maiores informações a respeito de atrativos e acessos ao destino. Quanto aos guias, verifica-se a falta de capacitação profissional e a adequação dos mesmos à realidade local. Os atrativos voltados ao segmento de Sol e Praia são estruturados somente na alta temporada.

A consolidação e a ampliação do turismo no Polo do Cantão passa, portanto, pelo tratamento de elementos críticos que provavelmente influenciarão na decisão de compra da viagem pelos turistas potenciais. Esta análise é fundamental para a estruturação da atividade, dos atrativos e da formatação do produto turístico, assim como no que diz respeito ao planejamento do processo de promoção e divulgação da área turística, bem como na melhoria dos acessos viários.

O Polo ainda necessita ser reconhecido, assimilado e suficiente difundido, por esforços integrados das diferentes instâncias do poder público, das entidades não governamentais e dos agentes privados. Ações relacionadas à elaboração e execução do Plano de marketing são importantes uma vez que garantem maior visibilidade do Polo, porém deve-se considerar a necessidade de tratamento das questões básicas necessárias à adequada estruturação do Polo antes do aumento de sua visibilidade .

2.1.2.3 Nível de Expectativas dos Diferentes Segmentos Potenciais

A escolha do destino turístico pelos diferentes grupos de consumidores retratam as necessidades, desejos e satisfações de cada grupo. O desejo de descanso e a aquisição de novas experiências, no entanto, são características comuns aos turistas em geral. Para os habitantes locais a expectativa gerada em torno do turismo refere-se à melhoria da qualidade de vida e o aumento da renda.

O Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) descreve que o Ecoturista busca no destino experiências únicas e meios para manter os recursos ambientais e socioculturais preservados, além de considerar que estes segmentos são alternativas para fugir da rotina e do estresse do dia a dia.

Para o turista de Sol e Praia o desejo de descanso, diversão, interação com as comunidades receptoras, práticas esportivas e busca por novas experiências consistem nas motivações principais para a escolha do destino.

Com efeito, na pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro (2009) os entrevistados atuais e potenciais associam o turismo e a sua expectativa ao viajar com descanso/tranquilidade, seguida pela diversão e entretenimento e pela beleza natural/ lugares bonitos. O quadro a seguir identifica estas preferências dos turistas atuais e potenciais.

Quadro 5: Preferências dos Turistas Atuais e Potenciais

ASSOCIA TURISMO COM ...	CLIENTE ATUAL	CLIENTE POTENCIAL
Descanso/tranquilidade	42,8 %	41,3 %
Diversão/entretenimento	25,7 %	23,6 %
Beleza natural/lugares bonitos	8,3 %	7,4 %
Cultura	8,4 %	9,5 %
Felicidade	2,4 %	2,7 %

ASSOCIA TURISMO COM ...	CLIENTE ATUAL	CLIENTE POTENCIAL
Aprendizado/conhecimento	3,2 %	5,1 %
Novas experiências	2,8 %	2,7 %
Novas amizades	1,8 %	1,4 %
Associações a lugares	3,5 %	3,9 %
Outras respostas	1,1 %	2,4 %

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2007 e 2009.

No que diz respeito às viagens realizadas, a pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro aponta que 95,1% delas foram classificadas como positivas, sendo que 61,7% foram ótimas e 33,4% foram boas. Isso demonstra que a expectativa dos clientes foi atingida durante a viagem.

Dos aspectos positivos, dentro do panorama nacional, o principal motivo de escolha da viagem, pelos turistas potencias, refere-se à beleza natural/natureza, com 37,9%, seguida da praia 24,4%. A observação da flora e fauna é escolhida por 0,9% dos turistas como motivação e escolha do destino, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 6: Principais Motivos Levantados na Escolha dos Turistas Potencial

MOTIVO DA ESCOLHA	PORCENTAGEM
Beleza natural/natureza	37,9 %
Praia	24,4 %
Cultura local/população	13,6 %
Perfil do local	6,6 %
Rever familiares/amigos	4,0 %
Festa popular	3,8 %
Gastronomia	3,1 %
História/artes/museus	2,9 %
Observação da fauna/flora	0,9 %
Lazer em geral	0,6 %
Outras respostas	2,3 %

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2007 e 2009.

Vale ressaltar a existência de uma expectativa ao nível nacional com relação ao segmento de Sol e Praia, que não é vista isoladamente, mas aliada a atividades turísticas complementares. Para os turistas que se destinam ao Polo, tal composição, que representa um dos principais fatores de motivação para a viagem, é viável dado o potencial existente, e mesmo já consolidado, para desenvolvimento das atividades complementares.

Os segmentos de turismo de pesca, vistos de forma integrada, aliados ao Ecoturismo e ao turismo de Sol e Praia, constituem potencial do Polo. Os dados apresentados demonstram que o Polo apresenta características relevantes e satisfatórias para a realização das viagens, ofertando atividades voltadas ao lazer nas praias da região e à contemplação da flora e fauna.

Contudo, esse potencial do Polo necessita de investimentos significativos em infraestrutura e serviços públicos, equipamentos e serviços turísticos, em promoção e marketing, capacitação e marketing para o fortalecimento do turismo na região.

2.1.2.4 Hábitos de Informação e Compra dos Diferentes Segmentos Potenciais

O turista potencial procura informações a respeito dos destinos, majoritariamente na internet, bem como com amigos e parentes, conforme consta na pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, realizada em 2009. Apenas 4,3% deles buscam informações nas agências de viagens e 4,2% em revistas e guias de turismo.

A programação da viagem é realizada com antecedência por 68,8% dos entrevistados. Além disso, 17,0% programam a viagem com antecedência de 91 a 180 dias de antecedência; 8,1% de 61 a 90 dias; 7,9% de 31 a 60 dias e 17,2% de 16 a 30 dias. Sendo assim, percebe-se que apenas 31,2% das pessoas viajam sem se programar com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

Em relação à compra da viagem, 16,3% dos clientes potenciais a realizam com até 7 dias de antecedência, 12,2% de 8 a 15 dias de antecedência, 28,9% de 16 a 30 dias, 10,9% de 31 a 60 dias, 7,7% de 61 a 90 dias e 16,5% com mais de 91 dias de antecedência. O pagamento da viagem é realizado à vista por 63,9% dos turistas potenciais. A maioria dos turistas, 79,1% dos turistas, viaja por conta própria, ou seja, sem adquirir pacotes turísticos.

Ainda conforme a pesquisa, a quantidade de viagens em território brasileiro ao longo do ano é realizada apenas uma vez para 44,2% dos turistas potenciais, seguido por duas vezes por 21,7% deles, 9,3% três viagens, 2,5% quatro viagens, 2,6% cinco viagens e 1,9% de 6 a 10 viagens.

A viagem possui duração de até uma semana em 52,9% dos casos. Deste percentual 40,7% tem duração de 4 a 7 dias e 12,2% com duração de 1 a 3 dias. A média de viagens é de 10 dias, conforme o quadro a seguir.

Quadro 7: Duração das Viagens no Brasil

DURAÇÃO DAS VIAGENS NO BRASIL	CLIENTE ATUAL	CLIENTE POTENCIAL
Até uma semana	54,6 %	52,9 %
De 1 a 3 dias	10,2 %	12,2 %
De 4 a 7 dias	44,4 %	40,7 %
De uma a duas semanas	34,1%	31,6 %
De 8 a 10 dias	16,6 %	13,8 %
De 11 a 15 dias	17,5 %	17,8 %
De duas a quatro semanas	10,0 %	12,0 %
De 16 a 21 dias	5,0 %	5,6 %
De 22 a 30 dias	5,0 %	6,4 %
Mais de um mês	-	0,5 %
NS/NR	1,3 %	3,1 %
Média 2009 (dias)	9,58	10,17
Média 2007 (dias)	9,42	10,52

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2007 e 2009.

Os destinos competidores contra os quais se compara o Polo serão tratados no item 1.2.6.

2.1.2.5 Conhecimento e Interesse da Demanda Potencial

O Polo do Cantão apresenta características peculiares, dada a rede hidrográfica diversificada e de grande porte ali existente e também pelas áreas específicas com características ambientais diferenciadas, como pode ser visto na figura 15. Estes atributos

formam conjuntos peculiares para o desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo de Sol e Praia, agregando segmentos potenciais que atendam à expectativa dos turistas.

As atividades ofertadas aliadas à singularidade das características locais e sua interface com a natureza favorece o Ecoturismo e o Turismo de Sol e Praia. Para o Ecoturismo, a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – Abeta, atuante no Brasil desde 2004, calcula que os produtos relacionados a este segmento estão crescendo significativamente.

Dados da Pesquisa sobre o perfil do Ecoturista brasileiro, realizada pela Abeta, em parceria com o Ministério do Turismo (disponível em www.abeta.tur.br, acesso em novembro de 2013), revelam que o principal interesse de 54% das pessoas que costumam viajar é entrar em contato, observar ou praticar atividades na natureza.

Com relação ao segmento de Sol e Praia, existe no Polo um produto já consolidado no período de alta temporada. A pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro (2009) cita que a maior motivação do turista potencial para a viagem ao destino refere-se à busca pela beleza natural/natureza (37,9%) e em seguida a praia (24,4%). Ao somar estes resultados tem-se que 62,3% dos turistas potenciais buscam atividades que o Polo do Cantão possui tanto no segmento do Ecoturismo, quanto no segmento de Sol e Praia.

2.1.2.6 Identificação de Destinos Competidores

O Manual do MTur (2010) para o segmento do Ecoturismo juntamente com as pesquisas realizadas pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – Abeta apontam que o Ecoturismo desponta como uma alternativa para desenvolver o turismo nas regiões do Brasil, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

Cabe analisar que não há estudos ou pesquisas sobre a competitividade do Polo do Cantão com o segmento de Ecoturismo. Importa acrescentar que a Revista ***Viagem e Turismo***, publicada pela Editora Abril, possui uma premiação anual destinada a “Melhor de Viagem e Turismo” mediante a votação do público. No ano de 2012/2013 os finalistas foram Bonito, Chapada Diamantina, Fernando de Noronha e Foz do Iguaçu na categoria melhor destino de Ecoturismo. O ganhador foi o município de Bonito (MS) e, no período de 2013/2014 esse mesmo município também obteve a pontuação máxima.

Assim, apesar de ter um atrativo de significância nacional – o Parque Estadual do Cantão - , e outras belezas naturais de grande atratividade, verifica-se que os municípios do Polo do Cantão ainda se encontram em um patamar de desenvolvimento bastante inferior em relação aos finalistas desta categoria. O Polo necessita de investimentos em infraestrutura turística e de ações voltadas ao fortalecimento do destino; qualificação de pessoas e empresas; divulgação, estruturação e complementaridade dos produtos, dos atrativos e das atividades ofertadas para a sua posição como um destino competidor em relação aos demais destinos nacionais que ofertam os mesmo produtos.

Em relação ao Turismo de Sol e Praia, os destinos competidores potenciais seriam os recursos naturais de características semelhantes, encontrados no próprio Estado. Pelas características de atração local e regional, no entanto, há uma distribuição natural entre os destinos, não impactando em uma concorrência nos mesmos. O público visitante, na grande maioria dos casos, segue os hábitos de visitação sazonal e retorno com frequência praticamente pré-estabelecida, mantendo-se fiel ao destino de sua preferência.

2.1.3. Oferta Turística

De forma abrangente, a oferta turística corresponde a um conjunto formado por atrativos turísticos sejam eles naturais, culturais, tecnológicos e científicos ou eventos programados, bem como os serviços e equipamentos disponíveis, como os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural e social, com capacidade de captar e manter visitantes em determinada localidade receptora, por um período determinado de tempo, proporcionando uma experiência turística com qualidade.

No Polo Cantão, no entanto, conforme verificado na visita realizada em campo, a oferta turística do Polo do Cantão é predominantemente formada por atrativos naturais, ligados à rede hidrográfica existente na região, sendo ainda incipiente a disponibilidade de equipamentos e serviços ao visitante.

As características dos atrativos favorecem os segmentos de Ecoturismo, Turismo de Sol e Praia e o Turismo de Pesca.

Merece destaque, no entanto, a constatação, decorrente da análise feita, de que os atrativos estão localizados, em sua maioria, em áreas ambientalmente frágeis. Além disso, verifica-se que em alguns casos a pressão de uso pelos turistas é superior à capacidade de suporte dos atrativos. Torna-se, assim, necessário elaborar e promover estudos de capacidade de carga, aliados à implantação de planos que busquem monitorar os impactos na visitação, visando o desenvolvimento da atividade turística sustentável.

Em relação ao turismo de Sol e Praia, considera-se que o fortalecimento pode ser efetuado por meio da estruturação de roteiros e rotas de visitação que promovam a integração dos municípios não somente do Polo, como também aqueles que apresentem grande riqueza fluvial.

No segmento de pesca esportiva, a intenção é de desenvolvimento dessa atividade no Polo aproveitando a disponibilidade dos recursos hídricos, com utilização sustentável. Esse segmento permite a absorção da mão de obra local, notadamente a partir de ações de capacitação de guias e de sensibilização da população local para o turismo.

A diversidade na fauna e flora possibilita a formatação de roteiros como safaris ecológicos e turismo contemplativo, ampliando a oferta de produtos turísticos no Polo.

Conforme mencionado, a infraestrutura turística do Polo é ainda deficitária para o receptivo de visitantes. O único atrativo que conta alguma infraestrutura e com um receptivo adequado é o Parque Estadual do Cantão. Não há, no entanto, outras estruturas auxiliares para a receptividade dos turistas. Uma das maiores demandas, apresentadas durante as visitas em campo referem-se à instalação de portais de entrada nos municípios de Caseara e Pium, apoiando os visitantes que buscam atrativos nesses municípios e nos demais compreendidos pelo Polo Cantão.

No que diz respeito a localização dos atrativos observou-se que existe grande concentração desses em áreas particulares, cujos proprietários não possuem interesse ou condições de explorar turisticamente. Essa particularidade, juntamente com as baixas condições de acesso, impactadas pela distância, ausência de estradas ou trilhas adequadas, e inexistência de oferta de facilidades como passarelas, escadas ou banheiros, dificultam o desenvolvimento do turismo na região.

Há um número reduzido de operadoras que trabalham no Polo oferecendo pacotes e roteiros turísticos, fazendo com que os turistas utilizem os prestadores de serviços informais da região.

Outro ponto favorável para o turismo no Polo refere-se à condição climática do Cantão, caracterizado por apresentar duas estações bem definidas durante o ano todo. Trata-se de uma realidade positiva, pela definição clara do clima no Polo. Apresenta, porém, algumas

características negativas relacionadas ao período de seca, que propicia queimadas em áreas naturais. Esse contexto negativo, conforme exposto nas reuniões realizadas com os atores locais, conta com ações de intervenções do órgãos estadual responsável pela execução de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais - o Naturatins. Buscando amenizar o problema, o órgão vem implementando uma técnica de Manejo Integrado do Fogo – MIF que consiste no combate ao fogo por meio de um mapeamento na região onde áreas mais propícias ao fogo sejam queimadas em períodos considerados mais amenos, com o devido controle.

Conclui-se que apesar do grande potencial do Polo para o desenvolvimento do turismo, há necessidade de investimentos significativos e variados abrangendo ações de melhoria em: infraestrutura; oferta de serviços públicos, equipamentos e serviços turísticos; promoção e *marketing*; e gestão setorial. Dentre as intervenções de fortalecimento da gestão, destaca-se aquelas relacionadas aos recursos de informação sobre o setor, tanto em relação ao levantamento das informações como à sua divulgação, e aquelas relacionadas ao monitoramento da atividade turística, evitando possíveis impactos negativos. A intenção, conforme tratados nas reuniões com os atores locais é de implantação de um sistema de controle e monitoramento da visitação, envolvendo o estabelecimento da capacidade de carga dos atrativos e emissão de *voucher* turístico. O reforço à boa prática da atividade garantido pela capacitação dos guias, em específico para acompanhamento da visitação de atrativos de maior sensibilidade ambiental ou com necessidades específicas. Além disso, a implementação de programas de certificação de gestão ou de segurança, buscando a qualificação dos serviço, poderiam aumentar significativamente as condições de atendimento ao turista .

2.1.3.1 Descrição e Avaliação dos Atrativos Turísticos mais Relevantes

- **Atrativos Naturais**

Como exposto, o Polo do Cantão possui uma riqueza de atrativos naturais, como os rios, praias, trilhas e as unidades de conservação. Muitos atrativos são ligados à rede hidrográfica existente na região. As atividades turísticas realizadas no Polo estão relacionadas à utilização das lagoas, dos lagos, das ilhas e das praias dos rios para o banho e lazer, bem como à observação de pássaros e à pesca amadora. Para o Ecoturismo e para o Turismo de Sol e Praia essa riqueza natural acaba se tornando um ponto positivo que a região dispõe e pode ser explorada de forma sustentável.

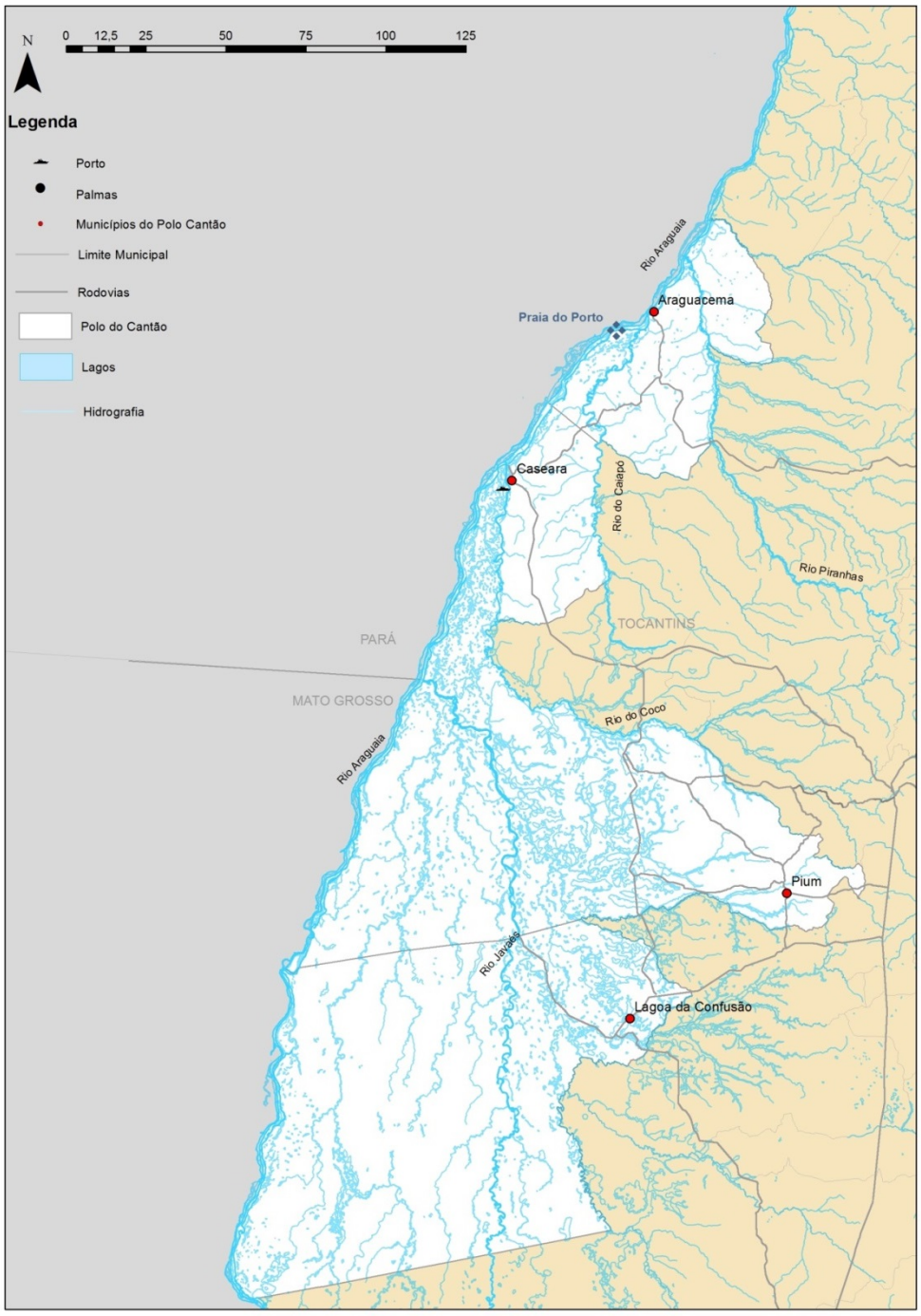
Os atrativos com maior representatividade para o Polo são o Parque Estadual do Cantão – PEC; a Lagoa da Confusão; o Parque Nacional do Araguaia; e as praias ao longo do rio Araguaia localizadas, em especial, nos municípios de Caseara e Araguacema.

Ressalta-se, no entanto, que os atrativos naturais do Polo são também caracterizados sob a ótica da fragilidade ambiental. Sabe-se que o turismo de Sol e Praia e o Ecoturismo são modalidades turísticas que podem causar grande impacto no meio ambiente caso ocorram de forma inadequada, por isso faz-se necessário a adoção de ações de proteção ambiental ou mesmo saneadoras, além de outras, mitigadoras e de monitoramento, para que esta atividade se desenvolva sem prejuízos irreversíveis à natureza.

Sendo assim, tem-se a necessidade de elaboração de programas e de planos voltados ao desenvolvimento sustentável do turismo, visando a amenizar os impactos ao meio ambiente. Os atrativos turísticos da região ainda necessitam de um estudo para definição da capacidade de carga dos mesmos, principalmente no período de alta temporada que é quando ocorre o turismo de massa. A gestão ambiental na região ainda é bastante precária, notadamente pela inexistência de dados consistentes para que se faça um planejamento turístico eficiente e pelo fato da população e turistas não estarem sensibilizadas para as atividades turísticas sustentáveis.

O mapa a seguir ilustra a rede hidrográfica do Polo do Cantão e destaca os principais rios, muitos desses utilizados pela população e turistas para as atividades de lazer, banho e de ecoturismo.

Figura 15: Mapa com Rede Hidroviária do Polo Cantão



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

De forma geral, os atrativos não contam com infraestrutura de apoio e equipamentos turísticos ou tratamento adequado de oferta aos visitantes. Além disso, não estão estruturados em roteiros integrados com complementaridade de atividades, não tendo características de produtos turísticos ou segmentos alvo.

Considera-se que a criação de roteiros integrados poderia auxiliar o processo de identificação de novos atrativos, bem como a consolidação e formatação de produtos turísticos mais competitivos. Para tanto, indica-se a necessidade de investimentos em projetos de desenvolvimento, inclusive aqueles já existentes, seja para promover melhorias na estrutura atual, seja para trazer qualificação aos serviços turísticos oferecidos. Além disso, para a plena realização das atividades turísticas, tanto as existentes como as potenciais, torna-se necessário ordenar e implantar infraestrutura de apoio e receptiva nos atrativos, ou em localidades próximas, trazendo melhor atendimento e maior satisfação ao turista e, consequentemente maior fluxo, gasto e permanência no Polo.

Deve-se ainda buscar a complementaridade na oferta de atividades turísticas visando a atração de novos nichos de mercado ou mesmo o aumento da permanência daqueles turistas que já são atraídos para o Polo. Para tanto, a proposição, discutida com os atores locais, refere-se: à estruturação de novos atrativos e à criação de roteiros integrados, inclusive aqueles voltados ao segmento da pesca esportiva; à implantação de safaris ecológicos tendo por motivação a riqueza da fauna e flora; e à integração das praias da região com as praias do Estado, ordenando-as em um circuito maior que facilite a divulgação e a comercialização, como por exemplo a elaboração de um calendário de eventos.

É ainda expectativa dos atores locais o desenvolvimento de atividades turísticas relacionadas com as aldeias indígenas presentes no entorno do município de Lagoa da Confusão. Considera-se, no entanto que o turismo que ocorre nessas aldeias, notadamente aquelas localizadas na Ilha do Bananal, em especial a Aldeia Boto Velho, há de se ter um cuidado especial haja vista tratar-se de comunidades tradicionais, passíveis de vulnerabilidade, detentoras de cultura diferenciada e protegidas por lei específica. Nesse sentido, devem ser foco de estudo e desenvolvimento de um plano especifico para possíveis realizações de atividades turísticas. Ressalta-se ainda que, desde a fase de preparação, os estudos a serem realizados devem envolver a população indígena e o órgão competente – Funai-, uma vez que a essa Fundação cabe a promoção e proteção aos direitos indígenas, bem como a responsabilidade de garantia de participação na definição de politicas a seu respeito.

Tendo em vista a dificuldade na obtenção de informações oficiais sistematizadas, a descrição dos atrativos teve como base: as informações obtidas por documentos não oficiais fornecidos pelas secretarias municipais de turismo; as entrevistas realizadas na Adtur e com os proprietários dos atrativos; e as observações obtidas em campo.

Os atrativos turísticos naturais relevantes do Polo do Cantão são organizados por município para facilitar a compreensão. Em cada atrativo, além de sua descrição, são também expostos aspectos como a sinalização informativa e interpretativa, infraestrutura de apoio aos turistas, recursos humanos, nível de segurança, valores cobrados e a gestão requerida.

O mapa a seguir ilustra a localização dos atrativos no território do Polo Cantão.

Figura 16: Mapa de atrativos do Polo Cantão



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

A – Município de Araguacema

- **Rio Araguaia**

O Rio Araguaia está localizado no limite oeste do estado do Tocantins, perpassando os municípios de Araguacema, Caseara, Pium e Lagoa da Confusão, como pode ser verificado na figura 16, apresentada anteriormente.

É um recurso natural que se apresenta com características diferenciadas dependendo da estação climática. Na época da estiagem, com menor volume de água, é possível a utilização das praias, lagos e bancos de areais que se formam em seu curso d'água ou em suas margens, e que são bastante atrativas para o lazer e banho. No período de cheias o rio comporta uma diversidade de espécies de peixes e de pássaros exóticos, além de outros animais da fauna brasileira, atrativos propícios ao desenvolvimento de atividades relacionadas à pesca amadora e observação de pássaros. Atualmente, as atividades realizadas no Rio Araguaia concentram-se no Turismo de Sol e Praia e na pesca amadora. O turismo de Sol e Praia é atualmente o que apresenta maior demanda e atrai um fluxo considerável de turistas.

O período de alta temporada, conforme informação obtida nas entrevistas realizadas em campo, ocorre no mês de julho e coincide com a época da seca e consequente formação das ilhas, lagos e praias. Nos feriados prolongados o fluxo de turistas na região é também intenso, com características do denominado turismo de massa. Segundo informações de entrevistas de campo sobre os aspectos qualitativos da oferta, o intenso deslocamento regional nesse período ocasiona a saturação dos serviços básicos e causa impactos no meio ambiente.

Apesar desses fatores, a expressão dos atores locais refere que a atual condição de visitação nas praias do Rio Araguaia é considerada boa. Destacam como intervenções desejadas a melhoria no acesso e na sinalização informativa e interpretativa das praias. Tratam-se, com certeza, de intervenções relevantes, uma vez que os acessos às praias são realizados por barcos ou voadeiras e a sinalização informativa, turística e indicativa nesses locais, durante a alta temporada, é praticamente inexistente.

Registram-se ainda a necessidade de melhoria em controles de fluxo e de segurança aos turistas. As condições para o controle do fluxo turístico são reduzidas, não havendo nenhuma regularização. Além disso, a Secretaria de Turismo municipal possui um número reduzido de profissionais para a realização das diversas atividades, tanto de planejamento quanto de monitoramento, não sendo possível o levantamento de informações básicas, necessárias à gestão do setor.

O nível de segurança dos atrativos, por outro lado, é variável, dependendo do número de turistas presentes no período de alta temporada e da realização de eventos e shows nos locais. Normalmente a segurança é feita pela guarda municipal e quando realizam os eventos há reforço da Polícia Militar.

A figura a seguir ilustra praias do Rio Araguaia em Araguacema.

Figura 17: Praias do Rio Araguaia



Margens do Rio Araguaia em Araguacema



Margens do Rio Araguaia em Araguacema

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

Apesar do município contar com estrutura hoteleira, a maioria dos turistas prefere acampar nas praias, munidos de equipamentos e mantimentos necessários para a estada. A geração de renda para o município, portanto, é pequena. As categorias que mais se beneficiam economicamente são os pescadores e barraqueiros. Esses, durante o verão, trabalham como guias de excursões pesqueiras e realizam o transporte dos turistas para as praias distantes.

Há outras inúmeras praias que se formam no Araguaia como: Praia do Meio, Praia da Boca do Chicão, Praia do Camaleão, Praia da Mumbica, Praia da Madalena, dentre outras. Quanto às ilhas que se formam na época seca destacam-se: Ilha da Reúna, Ilha da Mumbuca, Ilha Madalena, Ilha do Peixe e Ilha do Xirú.

Merecem destaque as seguintes praias:

- **Praia do Porto**: localiza-se a 1 km da sede municipal de Araguacema. O acesso à praia é realizado por meio de rodovia pavimentada em bom estado de conservação ou a pé. Utilizada para o lazer e para banho, a praia se forma com a seca do rio.

  Trata-se da praia mais próxima à cidade, onde é possível encontrar serviços turísticos, não sendo necessária a travessia por barco. A visita foi realizada no período da baixa temporada, época em que o rio Araguaia está cheio e as estruturas não estão em funcionamento. No entanto, foi possível observar que o local apresenta beleza natural preservada e áreas propícias ao banho.

  De acordo com informações obtidas na visita realizada em campo, no período considerado de alta temporada a infraestrutura conta com barracas, energia elétrica, sanitários, quiosque da Associação dos Barqueiros de Araguacema que comercializa o traslado para a Praia da Gaivota, restaurante flutuante, centro de atendimento ao turista, barcos/voadeiras atracadas e estacionamento para veículos. Foi ainda exposto que a quantidade de voadeiras e embarcações somadas às pessoas que utilizam a área para contemplação e banho, principalmente na alta temporada, podem prejudicar a atratividade do local. Além disso, conforme relato dos atores locais, observa-se maior quantidade de lixo produzido, gerando impactos negativos ao meio ambiente.

  Segundo informações do órgão estadual responsável pela gestão do turismo, a quatro quilômetros da Praia do Porto a montante, observa-se pontos no rio de concentração de grande quantidade de rochas de cor escura, localmente chamadas de Pedral ou travessão – esse composição faz com que se formem corredeiras no rio

no período de seca, que coincide com a alta temporada. Esta área é conhecida como Qualha-Sangue.

- **Praia do Meio:** Trata-se de um banco de areia com grande extensão, formado na época de seca do rio Araguaia. A praia atrai um grande fluxo de turistas na alta temporada uma vez que propicia o banho e lazer em suas águas mornas e uma bela vista da natureza. Nesse período, duas associações de barqueiros da cidade se instalam na orla da Praia do Porto para comercializar serviços de transporte até a praia e a taxa cobrada é de R$ 30,00 por pessoa, sendo fretado embarcação que suporta até 6 pessoas. O tempo de travessia é de 10 a 15 minutos.
- **Praia da Gaivota**: localizada a 1 km da sede municipal, a praia possui acesso por barcos ou voadeiras. O traslado leva cerca de cinco minutos.

  No período de alta temporada a prefeitura organiza a ocupação do espaço e são montadas estruturas de palcos para shows e barracas para venda de alimentos, além de implantadas instalações temporárias de água, energia e sanitários. A praia também comporta áreas destinadas a acampamentos, sendo ainda organizadas travessias em voadeiras para os bancos de areia que se formam em sua extensão.

  Importa acrescentar, no entanto, que apesar da beleza natural e demanda pela população do entorno e regional, há uma carência de regulamentação/normatização oficial e monitoramento. Nesse sentido, não é possível se aferir resultados de impactos ao meio ambiente causados pelo turismo na alta temporada. Nota-se, porém, mesmo sem a possível mensuração do grau, que as condições sanitárias e de segurança dos visitantes, assim como da população residente, podem estar sendo comprometidas. As fotos a seguir ilustram a alta temporada no município de Araguacema.

Figura 18: Período de Alta Temporada no Município de Araguacema.



Barracas na Praia do Rio Araguaia em Araguacema



Estrutura de Show na Praia de Araguacema

Fonte: Prefeitura Municipal de Araguacema, 2013.

Nos demais períodos do ano, especialmente durante a “cheia do rio”, há poucas opções na oferta de produtos turísticos, denotando uma carência e, ao mesmo tempo, um potencial para o desenvolvimento de outros segmentos turísticos. O ecoturismo, por exemplo, poderia ser desenvolvido nesses períodos, aproveitando a maior vazão das águas no rio para a realização das atividades de trilhas com barcos e observação de pássaros. Atualmente, neste período, ocorre a intensificação do segmento de Pesca.

Além disso, deve-se considerar ações direcionadas à construção/revitalização da orla, dotando o espaço de equipamentos urbanos para o melhor atendimento ao turista, tais como: quiosques, banheiros, serviços de alimentação, dentre outros.

B – Município de Caseara

O município de Caseara possui potencial para se tornar o principal centro receptivo do Polo devido, principalmente, à sua capacidade de organização para o turismo pela comercialização de pacotes turísticos realizados pela agência local e também por ser considerado o portão de entrada para o Parque Estadual do Cantão, embora esse atrativo esteja geograficamente localizado no município de Pium.

Além do Parque Estadual do Cantão, o município possui como principais atrativos: Rio Araguaia, Rio do Coco, Rio Caiapó e Rio Piranha.

- **Rio Araguaia**

No município de **Caseara** o rio Araguaia é considerado como um atrativo turístico em potencial, notadamente em relação ao segmento de pesca. Na época da cheia dos rios, a presença de inúmeras espécies de peixes oferecem uma excelente oportunidade para as atividades de pesca esportiva. No período de estiagem, por outro lado, as características ambientais atraem turistas que buscam lazer, sol e praia e aventura em suas inúmeras praias, lagos e ilhas fluviais que se formam. Merecem destaque as seguintes formações:

- **Ilha do Paraíba:** possui fácil acesso a partir do Porto da Balsa. Consiste em uma área extensa, de aproximadamente 4 km, que tem início em frente ao Porto da Balsa e segue descendo o rio até a altura da Praia do Norte. Em seu interior foram identificados nove lagos, sendo que alguns secam na época do verão fazendo com que a avifauna se concentre nos pontos onde os peixes estão represados. É de fácil acesso e oferece grande oportunidade para observação de aves, configurando uma excelente opção para os turistas que desejam um contato maior com a natureza.

  O principal lago é o do Paraíba e sua praia mais conhecida é a Praia do Avião, localizada próxima ao Porto da Balsa e o acesso é realizado por barco. O local abriga uma diversidade de pássaros e áreas propícias ao banho. No entanto, embora o lago apresente potencial para o Ecoturismo e o turismo de Sol e Praia, é registrado somente atividades de pesca. E, pelo baixo fluxo de turistas, a Associação dos Barqueiros de Caseara, alega que o percurso se torna inviável devido ao tempo que se leva para explorar o local. Portanto, em princípio, o traslado Porto da Balsa/Lago do Paraíba custa ao turista em torno de R$35,00, contando que o barqueiro fique à disposição por cerca de 2:00 horas.

- **Praia da Ilha:** local onde são realizados os principais eventos do município com shows e festas. O acesso à Praia da Ilha é realizado por rodovia asfaltada (TO-080) até chegada ao porto da balsa, onde haverão embarcações para transporte até a praia da ilha, sendo cerca de 6 minutos de barco ou voadeira. A Praia da Ilha localiza-se no Parque Estadual do Cantão, no Rio Araguaia, a 2,11 km do Porto da Balsa. Embora a praia esteja situada dentro do Parque Estadual do Cantão, no município de Pium, é a cidade de Caseara quem explora o local.

  Para o acesso à praia é necessário que o turista contrate o serviço de um barqueiro. O valor cobrado pela Associação de Barqueiros de Caseara é de R$ 2,50 (ida) de acordo com informações obtidas na visita realizada em campo em 2013.

  No período de alta temporada a prefeitura disponibiliza infraestrutura básica, equipamentos e serviços aos turistas. A infraestrutura básica oferecida são os banheiros químicos, gerador de energia, segurança, serviço de coleta de lixo e posto de saúde.

Os equipamentos ofertados constituem-se em restaurantes, bares e áreas destinadas à camping. Na área de bares e restaurantes há espaços para jogos e também um palco fixo que é montado dentro do rio. Durante a temporada o nível de água do rio diminui e nos bancos de areia que se formam é montada a estrutura do palco onde são realizados shows dos mais diferentes estilos.

Na área de camping, o serviço de aluguel de barracas é terceirizado. O aluguel das barracas possui uma variação que depende da quantidade de pessoas onde o mínimo é de R$ 15,00 para até cinco pessoas e o máximo de R$ 40,00 para até 10 pessoas. Há também a opção do turista montar a sua própria barraca. Essa opção só é pago uma taxa à prefeitura quando a área da barraca for superior a nove metros quadrados.

O turismo nessa área gera impactos negativos ao meio ambiente uma vez que nesse período corresponde à época de desova dos tracajás, um quelônio da região, que começam a subir às praias em meados do mês de julho. A administração do parque limita uma parte da praia para essa atividade. Nesse sentido é premente a realização de estudos para a elaboração de planos e projetos tendo em vista o desenvolvimento do turismo sustentável.

As imagens a seguir ilustram a Praia da Ilha na época de temporada.

Figura 19: Praia da Ilha - Caseara



Praia da Ilha, Caseara



Praia da Ilha, Caseara

Fonte: www.flogao.com.br e Prefeitura Municipal de Araguacema, 2013.

- **Praia do Norte:** o acesso à Praia do norte é realizado por rodovia distante a 4 km até o Porto da Balsa. Ao chegar ao Porto percorre-se uma distância de 5,3 km de barco no Rio Araguaia. A Praia é de propriedade particular (Fazenda Alegria – Sr. Hélio).
- **Lago do Casé:** considerado um atrativo permanente, totalmente navegável e oferece condições ideais para a pesca. O lago está localizado a 500 metros do centro da cidade e possui fácil acesso.

  Possui 3 km de extensão e 1 km de largura. Caracteriza-se por apresentar águas em tons esverdeados e vegetação típica da floresta amazônica com uma fauna abundante e diversificada. Embora apresente potencial para o desenvolvimento do turismo de Sol e Praia e para o Ecoturismo, o atrativo ainda é pouco visitado e necessita de maiores condições em infraestrutura para garantir maior experiência turística.

Dado ao exposto constata-se que as praias e lagos que se formam no rio Araguaia no período de seca apresentam um cenário exuberante e propício ao desenvolvimento do turismo de Sol e Praia e Ecoturismo. São inúmeras formações e, no entanto, observa-se a

necessidade de elaboração de estudos para a adoção de medidas sustentáveis tendo em vista o impacto que o turismo gera nessa região, notadamente na Praia da Ilha e na Praia do Sol que recebem maior infraestrutura no período de alta temporada.

O controle do fluxo é realizado pela polícia militar por meio de cálculos que levam em conta a quantidade de pessoas por metro quadrado e também pela quantidade de travessias realizadas. Tendo em vista a situação atual e o potencial do atrativo é pertinente a implantação de um sistema privado de gestão da visitação do atrativo e seu acompanhamento pelos órgãos competentes de turismo para dirimir os impactos da atividade na região.

A sinalização turística e indicativa para o acesso às praias, lagos e ilhas formadas pelo Rio Araguaia é precária e não está adequada aos padrões internacionais.

A estruturação dos recursos humanos é formada por funcionários da prefeitura municipal. No entanto, em função da sazonalidade das atividades desenvolvidas nos atrativos o número é bastante reduzido. As atividades realizadas na alta temporada referem-se, principalmente, aos serviços de segurança e limpeza. As entrevistas realizadas em campo permitiram constatar que na alta temporada há um grande número de trabalhadores informais no local.

Os lagos tem boa atratividade junto à população local e regional, oferecendo a possibilidade de realização de atividades esportivas, além de banhos. Frente ao exposto, é prioritário implantar melhorias no local, para que todas as atividades sejam desenvolvidas com segurança. Assim, é pertinente a capacitação para primeiros socorros dos funcionários, a presença constante de salva-vidas nas áreas de banho e a elaboração e implantação de um sistema de gestão da segurança com certificação fornecida pela ABETA. A visita realizada em campo permitiu identificar que o nível de segurança dos atrativos depende do número de turistas no período de alta temporada e da realização de eventos e shows. Normalmente a segurança é feita pela guarda municipal e quando realizam os eventos há reforço da Polícia Militar.

A gestão da expressiva maioria dos atrativos é pública e sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal. Considerando a oportunidade de conciliar as demandas da temporada de praia e de eventos realizados na alta temporada, seria necessária, para a situação atual e a futura, a incorporação do princípio participativo na gestão do atrativo, trazendo para a definição das estratégias de comercialização do local a participação de empreendedores privados.

Além disso, deve-se pensar em ações direcionadas à construção/revitalização da orla, introduzindo ao espaço equipamentos urbanos para o atendimento ao turista, tais como: quiosques, banheiros, serviços de alimentação, dentre outros.

Outro ponto de destaque localizado no Rio Araguaia é o Porto da Balsa. Trata-se de um equipamento de grande importância econômica para a região uma vez que realiza travessias de veículos em especial de caminhões com carga agropecuária e ônibus com destino ao estado do Pará. Além disso, conforme citado anteriormente, é o ponto de acesso às diversas praias do Município. Apresenta-se como um atrativo turístico pela infraestrutura de bares e restaurante. No período de alta temporada recebe um intenso fluxo de turistas seja para a contemplação de sua paisagem, seja para a realização de travessias ou para a utilização dos serviços de alimentação disponíveis.

A Balsa funciona 24 horas/dia e o valor da travessia depende do tipo de veículo e do horário. As imagens seguintes ilustram o Porto da Balsa. No Porto da Balsa é também comercializado o passeio de Balsa que proporciona ao turista um vista exuberante do Rio Araguaia tanto no período de seca, quanto na cheia. O passeio custa R$ 2,50 por pessoa. No entanto, esse produto é comercializado somente no período de alta temporada.

Figura 20: Balsa do Rio Araguaia



Guichê - Porto da Balsa em Caseara



Guichê - Porto da Balsa em Caseara



Balsa - Rio Araguaia em Caseara



Balsa - Rio Araguaia em Caseara

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

- **Rio do Coco**

O Rio do Coco, afluente do Rio Araguaia, possui 180 km de extensão, 100 metros de largura e 20 metros de profundidade. A 1 km do centro de Caseara, caracteriza-se por ser considerado um dos limites naturais do Parque Estadual do Cantão e do próprio município.

Na alta temporada, devido a seca do rio, há a formação de praias e ilhas propícias ao banho e lazer. As praias possuem águas verdes e mornas, a paisagem possui características amazônicas e as ilhas que se formam são ricas em fauna, com marcante presença de gaivotas, marrecos, mergulhões, capivaras, papagaios e outras espécies. A variedade de peixes é imensa e os mais comuns são: Tucunaré, Jaú, Curimatá e Barbado. Pode-se observar imagens do Rio do Coco por meio das imagens a seguir.

Figura 21: Rio do Coco



Rio do Coco



Rio do Coco

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

As praias do Rio do Coco possuem fácil acesso e podem ser visitadas subindo o Rio do Coco a partir do Porto da Balsa ou do Porto do Centro Administrativo do Parque Estadual do Cantão. No período de estiagem o acesso a partir do Porto da Balsa fica comprometido, uma vez que não há água para passagem da canoa em vários trechos.

No Rio do Coco somente a Praia do Sol possui infraestrutura para os visitantes, conforme apontam as imagens a seguir. Nas outras que se formam ao longo do rio é necessário que o turista disponha de todos os recursos necessários para acampar em suas margens como barracas e alimentação, principalmente. A recompensa é que são lugares sossegados, com pouca ocupação e com grande possibilidade de observação da fauna silvestre composta de gaivotas, marrecos, mergulhões, capivaras, antas e jacarés. A variedade de peixes é imensa e os mais comuns são os Tucunarés, Jaús, Curimbatás e Barbados.

Figura 22: Praia do Sol, Caseara



Praia do Sol



Praia do Sol

A condição de visitação dos atrativos do Rio do Coco é bastante restrita, uma vez que os acessos são realizados preferencialmente pelo Parque Estadual do Cantão. O controle turístico é realizado pela administração do Parque, no entanto somente quando o turista acessa as margens do Rio pela entrada do Parque. Quando os turistas contratam os serviços de pescadores locais, esse controle não é realizado por se tratar de áreas abertas e os pescadores trabalharem informalmente.

Os recursos humanos do atrativo restringem-se a manutenção e segurança de sua área a cargo do Parque Estadual do Cantão. É de suma importância prever a adequação dos recursos humanos para melhor atendimento ao público e estruturação do atrativo.

Quanto ao nível de segurança vale ressaltar a necessidade de implantação de melhorias, uma vez que as atividades desenvolvidas no atrativo estão relacionadas ao lazer, banho, acampamentos e ecoturismo. É, portanto, premente a capacitação de funcionários para primeiros socorros, a presença de salva-vidas nas áreas de banho e a elaboração e implantação de um sistema de gestão da segurança com certificação fornecida pela ABETA. A visita realizada em campo permitiu identificar que o nível de segurança dos atrativos é ausente.

O atrativo possui gestão pública, sendo gerido pela Naturatins. Tendo em vista a ampliação da oferta, é necessário o aperfeiçoamento da mesma por meio de uma gestão dinâmica, voltada ao cliente, incluindo a sustentabilidade uma vez que o atrativo caracteriza-se pela sua riqueza hídrica. Sendo assim, é desejável uma gestão ambiental, monitorando o fluxo e estabelecendo a capacidade de carga do atrativo.

Nas entrevistas realizadas em campo foi relatado que no período de alta temporada os visitantes deixam uma grande quantidade de lixo, o que demanda esforços na disponibilização de mais equipamentos para a coleta.

A sinalização dos atrativos é boa apenas nas áreas de dependência do Parque, além dos domínios não há nenhum tipo de sinalização ou de interpretação de localização, e percebe-se que os turistas apresentam dificuldades de acesso às praias em alguns pontos.

Dentre todas as praias, lagos, furos e ilhas que se formam em sua extensão, destacam-se:

- **Lago do Paredão:** localiza-se a 18 km da sede municipal em área particular (fazenda Paredão). O acesso é realizado de barco no Rio do Coco pelo Porto da Balsa ou pelo centro administrativo do Parque Estadual do Cantão. Na alta temporada o acesso no Porto da Balsa fica prejudicado, uma vez que não há água para a passagem da canoa em determinados trechos.

  O lago possui cerca de 1,5 km de extensão e do local é possível observar uma diversidade de pássaros. No local não há infraestrutura de banheiros, hospedagem ou alimentação para o atendimento aos turistas. O proprietário proíbe a pesca no local.

  O Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão - PEC prevê um projeto para a implantação de um modulo ecoturístico com estrutura de hospedagem e apoio turístico para o local.

- **Lago de Dentro:** localiza-se no Parque Estadual do Cantão, sendo de propriedade do mesmo. Embora pertença ao município de Pium, o acesso se dá por Caseara, subindo-se o Rio do Coco. De fácil acesso, localiza-se a 50 metros da margem do rio. Esta área é conhecida como Torrão do Finado Lorival.

  O acesso é realizado de barco tanto pelo Porto da Balsa, quanto pelo centro administrativo do Parque Estadual do Cantão. Na alta temporada o acesso no Porto da Balsa fica prejudicado, uma vez que não há água para a passagem da canoa em determinados trechos.

  O Lago possui águas transparentes e esverdeadas e a paisagem é diversificada apresentando uma variedade de espécies de pássaros. Possui potencial para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, contemplação da natureza e observação de pássaros. Não é possível banhar-se nas aguas devido à presença de piranhas, arraias e jacarés inviabiliza essa atividade.

  Atualmente o lago é utilizado pelos praticantes de pesca amadora e profissional.

- **Pesqueirão:** consiste em um conjunto de lagos localizado no Rio do Coco a 4,4 km do portinho do Parque Estadual do Cantão. Embora pertença ao município de Pium, o acesso se dá por Caseara, subindo-se o Rio do Coco.

  O acesso é realizado de barco tanto pelo Porto da Balsa, quanto pelo centro administrativo do Parque Estadual do Cantão. Na alta temporada o acesso no Porto da Balsa fica prejudicado, uma vez que não há água para a passagem da canoa em determinados trechos.

  O Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão - PEC prevê projetos para a melhoria da estrada de acesso e para a implantação de um modulo ecoturístico com estrutura de hospedagem e apoio turístico para o local.

  O local possui potencial para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, contemplação da natureza e observação de pássaros.

- **Furo do Cicica e Furo da Barreirinha:** consistem em canais navegáveis no Rio do Coco de propriedade do Parque Estadual do Cantão. Embora pertença ao município de Pium, o acesso se dá por Caseara, subindo-se o Rio do Coco. O acesso é realizado de barco tanto pelo Porto da Balsa, quanto pelo centro administrativo do Parque Estadual do Cantão. Na alta temporada o acesso no Porto da Balsa fica prejudicado, uma vez que não há água para a passagem da canoa em determinados trechos.

  Os dois furos estão na área do PEC, município de Pium, mas o acesso pelo Rio do Coco se dá a partir de Caseara. Não foram identificados produtos formatados ou iniciativas no sentido do desenvolvimento do ecoturismo na área, muito embora o Parque Estadual do Cantão já tenha seu Plano de Manejo elaborado.

  Os furos possuem potencial para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo e de contemplação da natureza. O local possui uma trilha delimitada para o acesso às margens do lado e para um rancho abandonado.

- **Praia do Sol:** localizada a 3 km da sede municipal de Caseara, o acesso é realizado pela TO-080 onde percorre 600 metros de via asfaltada, seguido por 2,2 km em estrada de leito natural.

  A Praia do Sol localiza-se na zona de amortecimento do PEC, mede 3 km de extensão e 1 km de largura. Embora pertença ao município de Pium, o acesso se dá por Caseara. A praia possui areias brancas e finas, águas em tom esverdeado com temperatura morna.

  A praia é formada com a seca do Rio do Coco que ocorre nos meses de junho a setembro que corresponde à alta temporada na região. Nesse período é disponibilizado pela Prefeitura: banheiros químicos, energia, segurança, serviço de coleta de lixo e postos de saúde para os turistas.

  A prefeitura disponibiliza também áreas destinadas à camping, restaurantes e palcos para shows.

- **Rio Caiapó**

Localizado no município de Caseara, a nove quilômetros da Praia do Porto, subindo o Rio Araguaia está localizado o Rio Caiapó. Nele são encontradas inúmeras lagoas utilizadas pelos pescadores e praticantes da pesca esportiva. Nas proximidades do Caiapó, há uma rica paisagem e diversidade de pássaros, peixes, arraias e inúmeras espécies da fauna da região, correspondendo um espaço em potencial para o desenvolvimento do ecoturismo e de atividades voltadas à observação de pássaros.

Alguns dos lagos junto ao Rio Caiapó possuem o acesso apenas por barco na época da cheia, e a pé, no período de estiagem. Apesar da dificuldade dos acessos, os lagos mais conhecidos são: Lago de Pedra, Lago Redondo, Lago da Tartaruga, Lago do Ferrugem, Lago Pobre, Lago Comprido, Lago de Areia, Lago da Forquilha, Lago do Boto e Lagoa de Capim. Importa acrescentar que os lagos citados possuem potencial para a estruturação e desenvolvimento de atividades de ecoturismo dada a riqueza natural existente.

No Rio Caiapó podem ser observados pontos onde se concentra grande quantidade de rochas de cor escura, localmente chamadas de Pedral ou travessão, que faz com que se formem corredeiras no rio no período de seca, que coincide com a alta temporada. Esta área é conhecida como Qualha-Sangue e servem como descanso e parada para os turistas.

A atual condição de visitação do atrativo pode ser considerada boa, apesar de ser basicamente utilizado pela população local para a pesca. Sendo assim, não é possível estimar o preço praticado na travessia. Não há um controle de entrada de turistas e tampouco estudos de capacidade de carga. Considerando a situação atual e o potencial do atrativo, é pertinente a implantação de um sistema de gestão da visitação do atrativo e seu acompanhamento pelos órgãos públicos de turismo e do meio ambiente (municipal e estadual).

Não há sinalização turística e indicativa do atrativo, bem como informação suficiente quanto a segurança ou uso de equipamentos durante o passeio. O atrativo não possui infraestrutura de apoio para os turistas. No entanto, por se tratar de uma paisagem natural, o estado de conservação é considerado ótimo.

Atualmente, o passeio no Rio é acompanhado por barqueiros e, algumas vezes, por guias de turismo. No entanto, para uma demanda futura, considerando a potencialidade desse segmento, é recomendável a frequente capacitação, qualificação e certificação desses profissionais quanto à segurança, aspectos ambientais e qualidade no atendimento.

A estruturação dos recursos humanos para os atrativos é bastante precária. Formada por funcionários da prefeitura municipal, o número é bastante reduzido e geralmente não visitam a área especificada.

- **Rio Piranha**

Localizado a 22 quilômetros da sede do município de Caseara, o Rio Piranha possui acesso pelo Rio Araguaia. A paisagem do rio é formada por mata ciliar conservada com a presença de pássaros e tracajás. É um local de alta preservação e exuberância natural, necessitando de plano de uso e fiscalização no que diz respeito à visitação e a pesca predatória. Subindo o rio, cerca de 6 km, encontra-se o Povoado de Bonfim.

O passeio no rio é um atrativo em potencial para os turistas que buscam atividades relacionadas ao ecoturismo. No rio é possível também visitar uma área onde ocorre uma concentração de pedras de cor escura que formam corredeiras e que são muito apreciadas pelos turistas, chamadas de Pedral ou Travessão da Piranha.

O atrativo recebe um fluxo considerável de turistas durante o ano. No entanto, não há um controle de visitação e tampouco estudos de capacidade de carga. Considerando a situação atual e o potencial do atrativo, é pertinente a implantação de um sistema de gestão da visitação e seu acompanhamento pelos órgãos públicos de turismo e do meio ambiente (municipal e estadual).

O preço praticado pelos barqueiros para os passeios guiados é de R$150,00 por dia e inclui guia e barco a motor. O local não possui infraestrutura turística e, por isso, os barqueiros levam alimentação para os grupos. O atrativo não possui infraestrutura de apoio para os turistas. No entanto, por se tratar de uma paisagem natural, o estado de conservação é considerado ótimo.

A sinalização turística, indicativa e informativa do atrativo é inexistente. Não há informação quanto a segurança ou uso de equipamentos durante o percurso. Visando garantir a segurança do turista e prevenir acidentes, sugere-se que os passeios sejam realizados por profissionais treinados, bem como o desenvolvimento de um programa ou sistema de gestão de segurança certificado pela ABETA.

A estruturação dos recursos humanos para o atrativo é bastante precária. A gestão e fiscalização são realizadas por funcionários da prefeitura municipal, no entanto o número é bastante reduzido.

A Prefeitura Municipal de Caseara lista como atrativos naturais, também significantes para o Polo como: o Lago do Casé, Ilha do Casé no Rio do Coco, Ilha do Travessão no Rio do Coco e Ilha Bela no Rio Araguaia.

C – Município de Lagoa da Confusão

- **Lagoa da Confusão**

Consiste no principal atrativo do município, situado a 800 metros do centro da cidade. O acesso à Lagoa é realizado por via asfaltada.

A lagoa possui uma formação natural pantanosa, contendo um variado número de espécies vegetais. É rodeada por praias de águas rasas e areias finas. Possui quatro quilômetros de diâmetro e profundidade máxima de três metros.

Em suas águas, uma grande pedra parece flutuar ou mudar de lugar conforme o ângulo em que é observada. Ela é frequentada por moradores e turistas durante todo o ano, principalmente no período de alta temporada que já recebeu cerca de 30 mil pessoas em busca de lazer e atividades voltadas ao segmento de sol e praia. As fotos a seguir ilustram o atrativo.

Figura 23: Lagoa da Confusão



Orla da Lagoa da Confusão



Orla da Lagoa da Confusão

	
Lagoa da Confusão	Lagoa da Confusão

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013, Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão e http://conexaolagoa.com.br/, acesso em Fevereiro de 2014.

O atrativo possui infraestrutura de bares, restaurantes, quiosques, área destinada a acampamento, estacionamento de veículos, área de caminhada e calçadão com bancos. A manutenção e conservação do atrativo são realizadas pela Prefeitura Municipal e se encontram em bom estado.

No período de alta temporada e nos feriados prolongados a Lagoa recebe um fluxo considerável de turistas que procuram atividades de sol e praia e de lazer. De acordo com as entrevistas realizadas em campo, nesse período, há um fluxo de aproximadamente 30 mil pessoas. Nos feriados prolongados o município recebe em torno de quatro mil turistas. Muitos turistas optam por acampar nas areias da Lagoa.

Visando proporcionar ao turista qualidade no produto ofertado e, prevendo o aumento do fluxo de turistas por meio das melhorias realizadas, é necessário propor medidas que busquem a revitalização da orla de Lagoa da Confusão dotando o espaço de equipamentos para o atendimento aos turistas, além propor melhorias nas áreas destinadas ao camping.

A sinalização turística e indicativa é deficiente tanto na indicação dos acessos ao atrativo, quanto na sinalização informativa e interpretativa do atrativo. No período de alta temporada são registrados pequenos incidentes no local devido ao intenso fluxo de veículos e também pelo ataque de piranhas que são atraídas pelos restos de alimentos deixados na orla da lagoa pelos turistas e moradores locais.

A gestão do atrativo é pública e sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo. Considerando que o atrativo apresenta elevado fluxo de turistas durante o ano, a gestão requerida deve buscar a capacitação de funcionários como forma de garantir maior qualidade no produto e serviços ofertados.

- **Rio Javaés**

O Rio Javaés é considerado um dos Rios de acesso à Ilha do Bananal e ao Parque Nacional do Araguaia. É também conhecido como o Braço menor do Rio Araguaia. Passa pelos municípios de São Miguel do Araguaia no estado de Goiás e nos municípios de Sandolândia, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium no estado do Tocantins.

Suas margens apresentam matas ciliares bem preservadas, repletas de aves, animais silvestres. O rio é muito procurado para a realização de atividades de pesca, devido sua grande variedade de peixes como a curvina, a cachorra, o tucunaré, o piau e o pirarucu. Por propiciar atividades de contemplação e de pesca o Javaés é considerado um atrativo potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável no Polo.

O rio também favorece a implantação de projetos voltados para a política de preservação ambiental uma vez que abriga aldeias indígenas em suas margens como: Fontoura, Wari Wari e Santa Izabel do Morro. Essas aldeias preservam a cultura artesanal indígena e a prática de rituais Aruanã, relacionado à fertilidade, e Hetohokã, rito de passagem para a puberdade, reservado aos meninos.

No período de seca ao longo do percurso do rio verifica-se a formação de praias com águas correntes que possuem mais de sete metros de profundidade. Essas praias são propícias aos banhos e atividades de lazer dos turistas favorecendo, portanto, o turismo de Sol e Praia.

A atual condição de visitação do atrativo pode ser considerada boa, devido à preservação das margens dos rios pelos órgãos municipais de Lagoa da Confusão e está localizado próximo ao Parque Estadual do Cantão.

Observa-se a falta de controle do fluxo de visitação por parte dos órgãos municipais de turismo e também por se tratar de um rio que possui uma extensão considerável. Há necessidade de ser implantado um sistema de avaliação do perfil do público visitante para o efetivo planejamento do atrativo e controle ambiental do local.

O atrativo não possui infraestrutura de apoio para os turistas. No entanto, por se tratar de uma paisagem natural, o estado de conservação é considerado ótimo.

A sinalização turística, indicativa e informativa do atrativo é inexistente. Não há informação quanto a segurança ou uso de equipamentos durante a travessia. Visando garantir a segurança do turista e prevenir acidentes, sugere-se que os passeios sejam realizados por profissionais treinados, bem como o desenvolvimento de um programa ou sistema de gestão de segurança certificado pela ABETA.

A estruturação dos recursos humanos para o atrativo é bastante precária. A gestão e fiscalização são realizadas por funcionários da prefeitura municipal, no entanto o número é bastante reduzido.

- **Projeto Quelônios na Fazenda Praia Alta**

Localizado a 23 km da sede do município de Lagoa da Confusão, o Projeto Quelônios é realizado na Fazenda Praia Alta. A fazenda encontra-se às margens do Rio Formoso e o acesso é realizado por meio de estrada de leito natural. Não há sinalização turística e indicativa da fazenda.

Conforme informado na visita a campo, além dos atrativos naturais, a fazenda possui hospedagem com 20 leitos e serviço de alimentação. A principal atividade econômica da fazenda é a pecuária, possuindo cerca de mil cabeças para o corte, além do cultivo de arroz, milho, abóbora e melancia.

Merece destaque o criadouro de tartarugas que realiza parcerias com a Universidade Federal do Tocantins para o estudo dos quelônios. Vale ressaltar que o criadouro ainda não possui autorização de funcionamento pelo o Ibama para a venda. No entanto, de acordo com informações do proprietário, este é o único criadouro do estado do Tocantins que recebe um número significativo de estudantes e pesquisadores. O proprietário ainda citou que há uma Portaria do Ibama que diz que o máximo que se pode tirar da natureza são cinco mil tartarugas por ano, durante cinco anos. O criadouro é composto por dois tanques que somados possuem cerca de 100 metros.

Nas áreas de plantação da fazenda, há estradas de aterro secundárias que permitem a realização de um safari fotográfico, possibilitando a visualização de Ipucas, que são fragmentos de floresta natural, alagadas sazonalmente, que abrigam diversas espécies de

fauna e flora, possibilitando a observação de jacarés, cervos, pássaros como o gavião-caramujeiro, o gavião-pombo, além de emas entre outros.

Na visita realizada em campo em outubro de 2013, os proprietários revelaram o interesse em propiciar aos visitantes roteiros integrados do Turismo Rural com atividades de Ecoturismo, Turismo de Sol e Praia e de Pesca amadora, mas ainda não há implantado tais roteiros. As imagens a seguir ilustram a Fazenda Praia Alta.

Figura 24: Projeto Quelônios na Fazenda Praia Alta



Rio Formoso - Hotel Fazenda Praia Alta



Ossos de animais – Projeto Quelônios



Hotel Fazenda Praia Alta



Tanque das tartarugas – Projeto Quelônios

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

A sinalização turística e indicativa é deficiente tanto na indicação dos acessos ao atrativo, quanto na sinalização informativa e interpretativa do atrativo. Não há também referências a respeito do Projeto Quelônio.

O controle de fluxo dos turistas é realizado pela administração da Fazenda, no entanto não há um sistema de avaliação do perfil do público que frequenta o local. A administração é familiar e os recursos humanos para o atrativo são os mesmos contratados para a Fazenda Praia Alta e conforme visita técnica realizada no mês de novembro de 2013, não há funcionários capacitados ou especializados para lidar com os animais.

Considerando que o atrativo apresenta elevado potencial para o crescimento do fluxo de turistas, a gestão requerida deve buscar a capacitação de funcionários como forma de garantir maior qualidade no produto e serviços ofertados, bem como mitigar eventuais impactos no meio ambiente.

A parceria com a Universidade de Tocantins permite que visitantes, alunos e professores, atuem no local, mas apenas com o intuito de pesquisa científica e estudos pedagógicos sobre as espécies do local. O IBAMA não atua diretamente no Projeto, apenas fiscaliza as licenças legais de atuação do Projeto, conforme já informado anteriormente.

O atrativo possui uma infraestrutura adequada aos turistas, fornecendo acomodações e alimentação aos visitantes.

O nível de segurança no atrativo necessita de maior atenção tendo em vista uma demanda futura, considerando a sua potencialidade, é recomendável a frequente capacitação, qualificação e certificação desses profissionais quanto à segurança dos turistas e aos aspectos ambientais.

- **Igreja de Pedra/ Casa de Pedra**

Localizada a três quilômetros da sede do município de Lagoa da Confusão, o acesso se encontra no trecho Lagoa da Confusão/Gurupi.

Trata-se de uma caverna de formação calcária com um quilômetro de extensão e dividida em vários salões. Sua beleza reside nas formações de estalactites e estalagmites que desenham formas exóticas em seu interior. O lugar possui valor religioso para a população local. No mês de novembro é celebrada a Missa dos Finados em um dos salões. Para o acesso à Igreja os turistas caminham por uma trilha de aproximadamente 500 metros. A visita ao atrativo só é possível no período seco quando as águas baixam.

O atrativo não possui sinalização turística e indicativa e a infraestrutura de apoio é inexistente. Necessitando, portanto, de uma melhor estruturação para garantir uma experiência turística eficaz.

A capacidade de visitação no interior da gruta é de cinco pessoas por vez e a atual condição de visitação é bastante limitada devido ao acesso em determinados períodos do ano, a degradação do local onde é encontrado lixo e pichações, juntamente com a falta de segurança no local. Devido ao baixo nível de segurança na gruta, jovens vão ao local com intuito de utilizarem drogas e praticarem atividades ilícitas.

Nas entrevistas realizadas em campo foi relatado que não há controle de fluxo dos turistas pela administração municipal, nem um sistema que avalie o perfil do público que frequenta o local. Foi informado pela guia local que auxiliou na visita técnica que as empresas de mineração podem estar influenciando na degradação da estrutura física da gruta, por utilizarem dinamites nas áreas próximas para a extração de minério. Não há um estudo que comprove tal levantamento.

Não há recursos humanos para a fiscalização e manutenção do local e a Secretaria de Turismo de Lagoa da Confusão não possui um quadro de funcionários suficiente para realizar tais atividades.

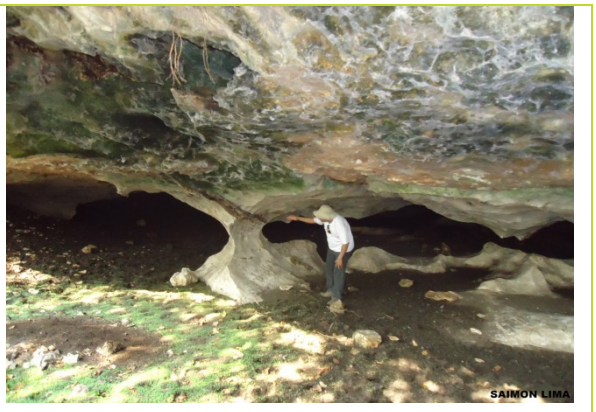
O nível de segurança do atrativo é precário uma vez que atualmente o atrativo apresenta problemas de acesso devido à falta de manutenção da trilha e que são poucos os condutores ambientais preparados para o acompanhamento dos turistas. Para a viabilização do potencial do atrativo, é necessário a implementação de um programa ou sistema de gestão em segurança, certificado pelo Programa Aventura Segura da ABETA.

As condições potenciais apontam para a necessidade de elaboração do plano de manejo e estudo de capacidade de carga, tendo em vista o incremento do turismo em bases sustentáveis.

Figura 25: Igreja de Pedra / Casa de Pedra



Igreja de Pedra



Igreja de Pedra

Fonte: Prefeitura Municipa de Lagoa da Confusão.

D – Município de Pium

- **Rio Araguaia**

A parte do Rio Araguaia que configura um dos limites naturais do município de Pium corresponde aquela que banha a Ilha do Bananal, conhecida como Médio Araguaia. Procurada por um grande número de turistas adeptos do segmento da pesca recreativa, os quais buscam na atividade de pesca, espécies de peixes como o Jaú, Aruanã, Bicuda, Cachorra, Surubim, Pacu, Filhote, Pirarara, Barbado e Tucunaré.

O rio também é muito conhecido pelas praias que surgem durante a temporada do verão, tornando-se um local de destino dos turistas para o banho e acampamento.

- **Rio do Coco**

Localizada a oeste do estado do Tocantins, a Bacia do Rio do Coco insere-se na região da área de Preservação Ambiental da Ilha do Bananal. É também conhecida como Parque do Cantão.

O Rio do Coco possui 180 km de extensão, está localizado a 90 km do perímetro urbano do município de Pium e seu acesso ocorre pela TO-354 (Transjavaés). Nos períodos de seca (meses de julho a setembro) proporciona agradáveis praias e locais seguros para banho.

Possui uma variedade de ilhas e ilhotas que compõem a paisagem. A fauna é caracterizada pela presença de gaivotas, marrecos, mergulhões, capivaras, antas e jacarés, além de uma variedade de peixes como o Tucunaré, Jaú, Curimbatá e Barbado.

- **Rio Javaés**

Localiza-se a 130 km do perímetro urbano do município de Pium, com acesso pela rodovia TO-354 (Transjavaés). Sua importância se deve a sua piscosidade, que atrai adeptos do segmento da pesca esportiva. O rio também apresenta praias ao longo de toda a extensão que são propícias ao banho e lazer no período de veraneio.

Figura 26: Bacia do Rio Javaés



Fauna presente no Rio Javaés



Vista aérea do Rio Javaés

Fonte: Secretaria Municipal de Pium e Acervo PARNA Araguaia/CMBio, 2015.

- **Lagoas e cachoeiras**

Nas proximidades de Pium ainda é possível encontrar uma variedade de lagoas com belezas naturais, mas que não são exploradas turisticamente. No entanto, as lagoas estão localizadas em áreas particulares e o acesso é permitido somente com a autorização dos proprietários, o que dificulta o desenvolvimento e exploração turística desses atrativos.

De acordo com informações obtidas na Secretaria de Turismo de Pium, existe uma cachoeira localizada na Fazenda Trigueira, a 16 km da cidade, a qual o acesso é realizado por rodovia não pavimentada.

A cachoeira mede aproximadamente oito metros de altura e é propícia ao banho. Possui área destinada a acampamento, entretanto atualmente não é utilizada para fins de exploração turística por estar localizada em área particular.

Figura 27: Cachoeira e Fauna



Cachoeira da Fazenda Trigueira



Aves presentes nas lagoas de Pium

Fonte: Alessandro Fernandes Pereira e Secretaria Municipal de Pium, 2015.

- **Parque Estadual do Cantão**

O Parque Estadual do Cantão – PEC é considerado um santuário da natureza pela presença de grandes cardumes no período de junho a setembro. Fora dos limites do PEC, notadamente nos rios Coco e Javaés ocorre a pesca esportiva.

O Parque foi criado pela Lei Estadual nº 996, de 14 de julho de 1998. Possui área de 90.017 hectares, comprimento de 72 quilômetros e largura média de 12 quilômetros. Sua

administração é realizada pelo Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, autarquia que possui a função de promover o controle ambiental e a utilização racional dos recursos ambientais no Parque. O PEC tem como objetivo a proteção da fauna e flora, bem como os recursos naturais, que se baseiam numa grande diversidade biológica e algumas espécies ameaçadas de extinção.

Possui área de aproximadamente 90 hectares e está localizado no município de Pium. No entanto, apesar de estar geograficamente inserido no município de Pium, o município de Caseara concentra a maior parte do fluxo de turistas. Torna-se necessário, portanto, estabelecer ações voltadas à viabilidade e implantação de acessos também por Pium. O acesso ao Parque também pode ser realizado por via fluvial no povoado de Barreira dos Campos (estado do Pará) ou ainda por meio da Rodovia TO 354 (Transjavaés), rodovia não pavimentada localizada em Pium, chegando ao limite Sul do parque, a partir da Fazenda Altamira - Porto Canguçu. No entanto, estes acessos são precários e quase sem utilização.

O Parque possui características de três ecossistemas que são a floresta amazônica, o pantanal e o cerrado. Os três manifestados na fauna e na flora local. Nesse ambiente, pode-se encontrar onças-pintadas, jacarés, ariranhas, tartarugas e grande diversidade aves e peixes. Além disso, no período de cheia, que compreende os meses de novembro a abril, a paisagem enriquece pela formação de 830 lagos. Esse cenário atrai os praticantes da pesca esportiva, pesquisadores e ecoturistas.

No mês de junho de 2013 o Parque foi reaberto para a visitação e, dentre as atividades de Ecoturismo pode-se destacar as trilhas que variam de um a quatro quilômetros de caminhada e contemplação, bem como os passeios de balsa e de canoas indígenas, comercializado e operado pela agência local. Estes passeios embarcados envolvem atividades de contemplação e observação da fauna e flora e banhos nos rios.

Importa acrescentar que as atividades potenciais que podem ser inclusas nos circuitos correspondem ao arvorismo que consiste na travessia de pessoas entre plataformas montadas no alto das árvores, ultrapassando diferentes tipos de obstáculos como escadas, pontes suspensas, tirolesas e outras atividades que podem ser criadas.

Para a realização desta atividade potencial convém ressaltar a necessidade de implantar infraestrutura receptiva, bases de fiscalização e torres de observação, bem como implantar programas de aventura segura, trazendo segurança ao turista.

A visita realizada em campo constatou a necessidade de estudos relacionados à capacidade de suporte dos atrativos, bem como a elaboração do manual de visitação pública do Parque uma vez que essas medidas garante o desenvolvimento do turismo na área de forma sustentável.

Algumas áreas do parque encontram-se ocupadas, restando ainda propriedades particulares. Está prevista a elaboração de um Plano de Manejo para a regularização de áreas do Parque, bem como sua utilização para o desenvolvimento do turismo pedagógico, cientifico e cultural por meio da realização de atividades voltadas para a observação de fauna e flora, trilhas monitoradas, expedições fluviais, entre outras.

As figuras seguintes ilustram o Parque Estadual do Cantão.

Figura 28: Parque Estadual do Cantão



Receptivo em Caseara do Parque Estadual do Cantão



Receptivo em Caseara do Parque Estadual do Cantão



Lagoa do Rio do Coco no Parque Estadual do Cantão



Trilha no Parque Estadual do Cantão

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

O atrativo possui sinalização indicativa, informativa e turística, com placas padronizadas pelo Parque Estadual do Cantão, porém fora dos padrões internacionais, conforme apontado nas figuras a seguir.

Figura 29: Sinalização Parque Estadual do Cantão



Sinalização do Parque Estadual do Cantão



Sinalização Oreintativa do Parque Estadual do Cantão



Sinalização do Parque Estadual do Cantão



Trilha no Parque Estadual do Cantão

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

O Parque possui infraestrutura turística adequada aos visitantes, necessitando de conservação e manutenção das dependências como, por exemplo, a área destinada aos visitantes. Além disso, há necessidade de sinalização informativa e interpretativa de acordo com os padrões internacionais no intuito de facilitar a localização e o deslocamento dentro das trilhas e dependências do parque.

Não há restrições para visitação ou identificação de capacidade de carga no atrativo. O controle do fluxo turístico é realizado pela própria administração do parque, já que as visitas são gratuitas e realizadas com agendamento antecipado, juntamente com acompanhamento de guia próprio para direcionar e orientar nos percursos a serem realizados pelos visitantes. Apesar do controle de fluxo, não há um sistema de avaliação do perfil qualitativo do visitante, o que é necessário e desejável para o seu efetivo planejamento.

Os recursos humanos para o atendimento ao público e manutenção do atrativo são disponibilizados pela própria administração do parque que tem como órgão responsável pela sua gestão o Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins. O Parque conta com um quadro reduzido de funcionários que possui a função de controlar o fluxo turístico e de fiscalizar o atrativo como um todo. Considerando que o atrativo apresenta elevado fluxo de turistas durante a alta temporada, a gestão requerida deve buscar a ampliação do número de funcionários e a capacitação dos mesmos como forma de garantir maior qualidade no produto ofertado.

Por se tratar de uma Unidade de Conservação, a gestão requerida para o parque obedece a legislação ambiental brasileira e do estado do Tocantins.

O nível de segurança do atrativo é adequado, mas exige-se uma ampliação no número de funcionários responsáveis pela vigilância e fiscalização das áreas protegidas uma vez que a extensão do parque é muito grande e já houve registros de depredação nas infraestruturas do parque, como o incêndio que destruiu as estruturas físicas do píer à beira do rio do Coco e da guarita e galpão onde são guardados os veículos, barcos e equipamentos.

- **Centro de Pesquisa Canguçu**

O Centro de Pesquisa Canguçu – CPC, de propriedade do Instituto Ecológica, está localizado entre duas importantes Unidades de Conservação: o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Estadual do Cantão. O acesso é realizado pela TO-354, por estrada em leito natural, traçada dentro da mata ciliar e através de barco pelo Rio Javaés. Próximo ao Centro de Pesquisa há um pequeno vilarejo chamado Café da Roça e considerado um ponto de apoio. O vilarejo possui uma placa informativa para o acesso ao Centro e três estabelecimentos onde são encontrados bebidas, biscoitos e alguns itens de mercearia. Na proximidade encontra-se também um orelhão e um posto de saúde.

O Centro de Pesquisa é muito utilizado pelos pescadores, principalmente na temporada de verão, nos meses de junho a outubro. A dois quilômetros do Centro localiza-se o Porto Canguçu.

O Centro de Pesquisa Canguçu foi criado e inaugurado em 05 de agosto de 1999 e possui a missão de atuar na área de pesquisas relacionadas ao meio ambiente visando a melhoria da qualidade de vida das populações do entorno, o monitoramento do clima e a busca pela sustentabilidade. Neste sentido, o segmento-alvo do centro é o turismo científico. No entanto, dada a sua riqueza e diversidade natural o CPC possui projetos para o desenvolvimento do ecoturismo na região.

A área é caracterizada como região ecotonal, por apresentar peculiaridades de cerrado e floresta amazônica. E por isso, é uma região de elevado interesse científico, tecnológico, econômico e social, onde são desenvolvidos vários projetos, dentre eles o “Sequestro de Carbono”, primeiro projeto a ser desenvolvido, o qual foi financiado pela instituição britânica AES Barry Foundation e que visa reduzir o índice de desmatamento e reflorestar áreas degradadas, avaliando a quantidade de carbono retida em diversos tipos de vegetação.

Outras atividades realizadas no CPC consistem na realização de passeios noturnos para observar os jacarés; passeios em barcos pelo Rio Javaés, safári fotográfico nos lagos da região e passeios em trilhas. Dentre as trilhas, merece destaque a trilha do Lago do Mato Verde e a trilha da Praia.

- Trilha do Lago do Mato Verde: a trilha possui sinalização informativa e interpretativa no percurso, traçado planejado e acompanhamento de guia ambiental. Importa acrescentar que o passeio na trilha só é possível no verão, uma vez que no inverno a água toma conta do local.

  Após percorrer quatro quilômetros de extensão, chega-se ao Lago Mato Verde onde pode ser realizado um passeio de barco a remo.

- Trilha da Praia: a trilha possui sinalização informativa e interpretativa e traçado planejado. Possui 1,5 quilômetros de extensão até a praia do Rio Javaés.

No CPC há uma boa infraestrutura turística que atende ao receptivo dos visitantes e sinalização informativa e interpretativa, facilitando a localização e o deslocamento dentro das trilhas e dependências do local. As atuais condições de visitação também são consideradas boas, e possui condições de ampliar o número de visitações sem necessariamente ampliar as estruturas atuais.

Além disso, o local possui alojamentos em palafita, construídos em madeira com teto de palha de piaçaba; passarelas; área de convivência; prédio da administração contendo salas de pesquisa, cozinha, sala para refeições e loja de artesanato indígena.

A gestão do Porto e do Centro de Pesquisa Canguçu é de responsabilidade da Universidade Federal do Tocantins – UFT, juntamente com o Instituto Ecológica por regime de comodata. A gestão busca o desenvolvimento de projetos educacionais e científicos, de áreas afins como turismo e meio ambiente, por meio da realização de aulas práticas, desenvolvimento de pesquisas e realização de trabalhos interdisciplinares de mestrado e doutorados em parceria com outras instituições e disponibiliza a sede para eventos científicos e atividades de turismo ecológico e científico.

O controle do fluxo turístico é restrito e controlado pela UFT juntamente com o Instituto Ecológica uma vez que consiste em uma área de proteção ambiental e por ter fins de estudos científicos e educacionais.

Os recursos humanos para o atendimento ao público e manutenção do atrativo são disponibilizados pelas duas instituições gestoras do local. Por se tratar de uma Unidade de

Conservação, a gestão requerida para o parque obedece a legislação ambiental brasileira e do estado do Tocantins.

O nível de segurança do atrativo é adequado e dentro dos padrões de segurança internacional, recebendo autoridades internacionais.

Com o objetivo de ampliar as atividades turísticas e a atratividade no município, deve se propor medidas que busquem aumentar o produto turístico como, por exemplo, a construção do balneário de Pium dotando o espaço de infraestrutura e equipamentos para a população e turistas.

- **Atrativos Culturais**

Os atrativos culturais do Polo do Cantão são caracterizados pelos patrimônios imateriais do tipo festas populares, religiosas e folclóricas, o que sinaliza a oportunidade de se constituir um calendário de eventos como medida para amenizar a sazonalidade do turismo na região.

Também caracterizados pelos patrimônios materiais, cabendo ressaltar as aldeias indígenas presentes no Polo que atraem turistas. Como exemplo tem-se a Aldeia Indígena Boto Velho, localizada no Parque Nacional do Araguaia, Ilha do Bananal, que é comercializada no receptivo de Lagoa da Confusão. Entretanto, o desenvolvimento do turismo nesta aldeia não leva em consideração os parâmetros adotados pelos órgãos oficiais que regulamentam a visitação dessa área, como informado na visita a campo. Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo nas aldeias necessita de um plano direcionado a este fim, visando a salvaguarda da cultura indígena do local.

A análise dos eventos culturais do Polo pode ser verificada a seguir. Cabe ressaltar que o diagnóstico foi realizado por município, por meio de entrevistas realizadas nas Secretarias Municipais. Os eventos descritos atraem visitantes de povoados e comunidades próximas, não abrangendo uma esfera nacional, exceto em Lagoa da Confusão que possui vocação para o segmento de negócios e eventos devido ao potencial do município para o agronegócios. Considerando esse potencial deve-se pensar em medidas direcionadas à construção de um espaço multiuso para realização de feiras e de eventos que podem favorecer essa segmentação e trazer para o município um maior fluxo de turistas. E, no intuito de fortalecer a segmentação principal do Polo, deve-se pensar na formatação de roteiros integrados e complementares a esse segmento.

Verifica-se também falta de articulação dos atores envolvidos com as atividades turísticas com os órgãos municipais em busca do desenvolvimento integrado do turismo, da formatação de produtos, roteiros e calendário de eventos, otimizando a busca de recursos, financeiros e humanos, que viabilizem o desenvolvimento pretendido.

O artesanato no Polo é diversificado por se tratar de fabricações típicas de cada município. No entanto pode-se destacar a fabricação de mesas em mosaico, bandejas em forma de animais, animais esculpidos em madeira, cestas, bolsas, tapetes feitos em cipó, barbante e pano, bem como o uso da cerâmica, do bambu e do buriti para a fabricação de peças. Resta, portanto, qualificar e identificar esta produção para o turismo e para a comercialização. Pode-se pensar, a título de exemplo, no desenvolvimento do turismo criativo como forma de oferecer aos turistas experiências voltadas a aprendizagem e ao desenvolvimento do potencial criativo através da confecção de produtos artesanais ou oficinas de gastronomia. Essa situação permite a interação do turista com as comunidades do Polo.

As dificuldades relatadas pelos artesãos na produção do artesanato referem-se à baixa comercialização dos mesmos e por consequência, a baixa produção. Observa-se também pouco incentivo dos órgãos competentes para a divulgação dos produtos peculiares dos municípios do Polo.

A – Município de Araguacema

- **Festa do Senhor do Bonfim:** consiste em uma manifestação religiosa, realizada no período de seis a 15 de agosto, no Distrito do Senhor do Bonfim. O evento é realizado próximo à foz do Rio Piranha, tributário da margem direita do rio Araguaia. Os visitantes acampam em terrenos baldios do povoado ou alugam as casas dos moradores locais para a hospedagem ou instalação de comércio destinado a atender a demanda. A infraestrutura de hospedagem conta também com estruturas de cabanas, com teto de palha de babaçu, ao redor da capela onde está a imagem do Senhor do Bonfim.
- **Aniversário da Cidade e Festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida:** manifestação cultural realizada no dia 28 de Julho, que atrai aproximadamente 50 mil pessoas para o evento. A infraestrutura conta com palco de som e barracas típicas.
- **Expotur:** manifestação cultural realizada no mês de dezembro, onde há a exposição do artesanato local e de comidas típicas.

B – Município de Lagoa da Confusão

- **Festa da Padroeira da Cidade – Nossa Senhora da Abadia:** manifestação religiosa realizada no dia 15 de agosto. A duração é de quatro dias e atrai cerca de mil pessoas, principalmente das comunidades próximas e municípios vizinhos. A infraestrutura conta com barracas típicas e bailes e shows com bandas locais.
- **Carnalagoa:** manifestação cultural realizada no mês de setembro, geralmente nos dias sete, oito e nove. Possui estrutura para shows com bandas locais e espaço para Trio elétrico. É também conhecido como Carnaval fora de época.
- **Festa de aniversário da cidade:** manifestação cultural realizada no dia 20 de fevereiro, no centro do município e atrai as comunidades próximas.
- **Artesanato:** o município conta com a associação de artesãos que realizam materiais do tipo cestas, bolsas, cintos, bordados, crochê, tapetes, saídas de banho, chapéus e telas feitos de cipó de Imbé, barbante e panos, que são produzidos nas próprias residências dos artesãos. Os artesanatos são comercializados na Secretaria de Turismo Municipal e na Secretaria de Ação Social. Na Aldeia Macaúba e Fontoura o artesanato Carajá está concentrado na área do município de Lagoa da Confusão.

C – Município de Caseara

- **Festa de Bom Jesus da Lapa:** manifestação religiosa em homenagem ao padroeiro da cidade realizada no dia seis de agosto. A festa atrai turistas da região e põe em evidência o município no turismo religioso.
- **Festa de Reis:** manifestação religiosa realizada no dia 6 de janeiro.
- **Aniversário da cidade:** manifestação cultural realizada no dia primeiro de junho.
- **Festa Junina:** manifestação cultural realizada durante os dias 24 a 29 de junho.
- **Festa do Pescador:** manifestação cultural realizada no dia 29 de junho, comemorando o dia de São Pedro.

D – Município de Pium

- **Aniversário da cidade:** manifestação cultural realizada em 23 de junho, com duração de uma semana de festa. Atrai visitantes das regiões próximas.
- **Festejo de Nossa Senhora do Carmo:** manifestação cultural realizada no período de sete a 16 de Julho. Atrai visitantes das regiões próximas.
- **Artesanato:** a matéria-prima principal é o cristal-de-rocha, todavia a Casa de Lapidação encontra-se desativada. Atualmente, os artesanatos produzidos são utensílios feitos com palhas nativas, do tipo flores, bolsas, mandalas, pulseiras, brincos, chapéus, cestarias, além da elaboração de materiais feitos com crochê, bordado, pintura em tecidos e à óleo, confecção de tapetes. Associação dos Artesãos possui projetos para aumentar a rentabilidade dos produtos e alguns desses materiais podem ser encontrados na Casa de Artesanato e Sabores Dona Nini ou na Feira Coberta.
- **Carnapium:** maior evento promovido pela Prefeitura Municipal, com a duração de quatro dias de festas. Uma mega estrutura é montada na principal Avenida da Cidade (Avenida Diógenes de Brito), com portal de entrada do circuito da folia, palco, som, tenda, banho de espuma, shows musicais com bandas da Bahia, premiação para todos os blocos participantes, escolha da musa do Carnaval, além da realização de matinês. Nos últimos três anos, o evento foi considerado o maior Carnaval da região do Vale do Araguaia. Ele atrai turistas de várias cidades do estado do Tocantins e até de outros Estados, movimentando significativamente a economia local.
- **Cavalgada Ecológica do Cantão:** realizada anualmente pela Prefeitura Municipal, a Cavalgada acontece no mês de junho desde o ano de 2005 e acontece dois dias das comemorações do Aniversário da Cidade. Atrai diversas Comitivas das cidades circunvizinhas, sendo considerada uma das maiores festas desse segmento na região do Vale do Araguaia. O evento promove atividades ambientais com o incentivo às Comitivas, por parte do Poder Público Municipal, realizando a premiação destas, conforme as ações apresentadas durante seus 70 km de percurso.
- **Dia do Evangélico:** evento instituído por Lei Municipal no ano de 2005, sendo que a partir daí, anualmente, acontece no último domingo do mês de novembro um grande momento de encontro e celebração evangélica. São três dias de festa, realizada na Avenida Diógenes de Brito, com a celebração de cultos e shows gospel. Atrai visitantes de várias cidades vizinhas.

2.1.3.2 Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos Existentes

O cenário atual da oferta de equipamentos e serviços turísticos no Polo do Cantão abrange os meios de hospedagem, os equipamentos e serviços de alimentação, as agências de turismo e os prestadores de serviço de transporte e de locação de veículos.

A tabela a seguir, apresenta o quantitativo dos estabelecimentos existentes, por município, levantado a partir dos dados do Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor de Turismo - Cadastur.

Tabela 6: Total de Equipamentos e Serviços Turísticos Instalados nos Municípios segundo o Cadastur

MUNICÍPIO	HOSPEDAGEM	ALIMENTAÇÃO*	AGÊNCIAS DE VIAGEM	LOCADORAS DE VEÍCULOS
Araguacema	2	8	-	-
Caseara	1	13	1	-
Lagoa da Confusão	2	19	-	-
Pium	-	10	-	-
Total	**5**	**50**	**1**	**0**

* restaurantes, bares, lanchonetes e similares.

Fonte: Sítio do Cadastur, 2013.

Para melhor compreensão dos números apresentados na tabela anterior, descreve-se, em seguida, cada item analisado. Importa acrescentar que os dados contidos na tabela 7 referem-se aos equipamentos turísticos tendo como base o Cadastur.

A Sedetur juntamente com as Secretarias Municipais de Turismo do Polo realizaram, em março de 2015, um levantamento dos equipamentos turísticos, conforme apresentado na tabela a seguir. Essas informações permitem acompanhar a evolução da situação levantada em 2013, no entanto não retratam o universo onde foi aplicada a pesquisa qualitativa exposta neste documento, uma vez que refletem situação posterior à data das pesquisas.

Tabela 7: Total de Equipamentos e Serviços Turísticos Instalados nos Municípios segundo dados da Prefeitura Municipal

MUNICÍPIO	HOSPEDAGEM	ALIMENTAÇÃO*	AGÊNCIAS DE VIAGEM	LOCADORAS DE VEÍCULOS
Araguacema	6	12	-	-
Caseara	*Não informado*			
Lagoa da Confusão	10	10	-	-
Pium	5	12	-	-
Total	**21**	**34**	**0**	**0**

* restaurantes, bares, lanchonetes e similares.

Fonte: Secretarias de Turismo dos municípios do Polo Cantão, 2015.

Comparando os dados levantados em 2013 e em 2015, observa-se um crescimento considerável no total de hospedagens, com aumento de mais de 80% na quantidade desses equipamentos. Ao contrário, os equipamentos de alimentação diminuíram em 68%.

No que diz respeito às agências de viagem, observa-se que o quantitativo passou de uma agência para a inexistência de operação delas no Polo. Importa enfatizar que a pesquisa de 2015 não foi realizada em Caseara e, a única agência em operação no Polo é desse município. Em contato com a Secretaria de Turismo de Caseara foi informado que agência continua operando. Os resultados de 2013 e de 2015 revelam a inexistência de locadoras de veículos nos municípios do Polo.

A pesquisa realizada em campo em outubro de 2013 permitiu uma análise mais detalhada onde foi verificado que há um maior número de equipamentos na região, principalmente no

serviço de hospedagem. Este fato revela um gargalo uma vez que não há o interesse dos empresários que atuam diretamente com estes serviços em informar os equipamentos turísticos de sua região ou então que estes mesmos equipamentos funcionam de maneira informal.

- **Equipamentos de Hospedagem e Serviços Turísticos Preferidos**

No que concerne aos meios de hospedagem, verifica-se uma pequena oferta desses equipamentos no Polo e a precariedade nos serviços prestados por esse segmento. Esse fato é justificado pela predominância de visitantes oriundos do próprio Estado, que se hospedam em casas de familiares ou amigos e ainda em acampamentos, como ilustra a figura a seguir. Os acampamentos, localizados ao longo dos rios, são utilizados na alta temporada.

Figura 30: Locais Procurado pelos Turistas no Período de Alta Temporada em Caseara



Área para Camping



Locação de Apartamentos para Temporada

Fonte: Prefeitura Municipal de Araguacema e Technum Consultoria SS, 2013.

Inexistem dados sistematizados sobre o quantitativo de hóspedes, taxa de ocupação, a permanência média, o fluxo de hóspedes e o índice de pernoites nos hotéis e pousadas pesquisados.

Segundo informações apresentadas pelo Sistema Cadastur, o município de Araguacema possui duas pousadas cadastradas: a Pousada das Araras e o Hotel e Restaurante Gaivota. Na pesquisa realizada em campo no mês de outubro de 2013, constatou-se a existência de cinco estabelecimentos de hospedagem, são eles:

- **Pousada das Araras:** localizada no centro da cidade, a pousada possui 8 unidades habitacionais com um total de 36 leitos;
- **Pousada Londrina:** possui 14 unidades habitacionais com um total de 36 leitos;
- **Hotel e Restaurante Gaivota:** possui 9 unidades habitacionais com um total de 18 leitos 26 leitos;
- **Hotel e Restaurante Porto Seguro:** possui 9 unidades habitacionais com um total de 18 leitos. Além disso, possui lanchonete, pizzaria e restaurante com cardápio variado de peixes, carnes e tira-gostos em geral.
- **Pousada Flor de Laranjeira:** localizada no centro da cidade.

Importa acrescentar que a Pousada Flor de Laranjeira não forneceu dados referentes às unidades habitacionais e leitos disponíveis. As imagens a seguir ilustram o Hotel e Restaurante Porto Seguro e a Pousada Flor de Laranjeira.

Figura 31: Pousadas em Araguacema



Hotel e Restaurante Porto Seguro



Pousada Flor de Laranjeira no município de Araguacema

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

No município de Caseara o Cadastur aponta que há somente um meio de hospedagem, que é o Hotel Palace, entretanto a pesquisa em campo revelou 7 meios de hospedagem:

- **Entre Rios Pousada Hotel**: situada no centro da cidade, possui 15 unidades habitacionais com um total de 35 leitos;
- **Hotel Diplomata:** situado a um quilômetro do centro da cidade, possui 12 unidades habitacionais com um total de 18 leitos;
- **Hotel Palace:** situado próximo ao centro da cidade, possui 11 unidades habitacionais com um total de 22 leitos;
- **Pousada Taruma:** situada na avenida principal da cidade, possui 13 unidades habitacionais com um total de 30 leitos.
- **Pousada da Ilha:** situada na avenida principal do município, possui 15 unidades habitacionais com um total de 30 leitos.
- **Pousada Ecológica Cantão:** localizada no centro da cidade e possui 6 unidades habitacionais com um total de 15 leitos. A pousada é restrita apenas aos funcionários do governo.
- **Pousada Sonho Meu:** localizada a beira-rio, possui uma vista atrativa para seus hóspedes e apresenta 5 unidades habitacionais (chalés) com um total de 30 leitos.

As imagens a seguir ilustram algumas pousadas do município.

Figura 32: Pousadas em Caseara



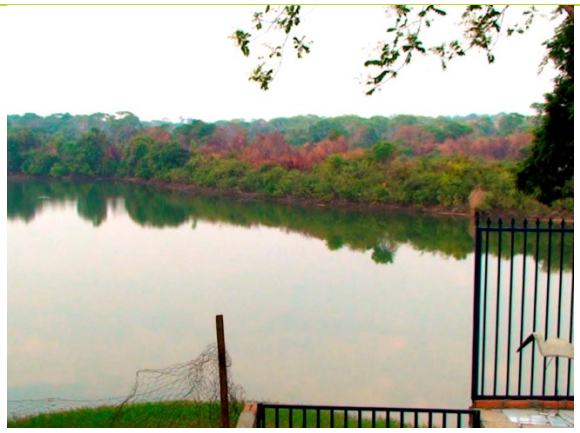
Pousada da Ilha no município de Caseara



Pousada Ecológica Cantão no município de Caseara



Pousada Taruma no município de Caseara



Vista da Pousada Sonho Meu no município de Caseara

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

Além disso, registra-se no Parque Estadual do Cantão um alojamento destinado somente à cientistas para a realização de trabalhos científicos voltados a flora e fauna do local. Conforme visita realizada no Parque em outubro de 2013, a estrutura do alojamento encontra-se em estado precário e necessita de reparos adequados em toda a sua área. As imagens a seguir ilustram o alojamento do Parque Estadual do Cantão.

Figura 33: Alguns dos Hotéis e alojamentos localizados no Município de Caseara



Alojamento dos cientistas no Parque Estadual do Cantão



Alojamento dos cientistas no Parque Estadual do Cantão



Alojamento dos cientistas no Parque Estadual do Cantão



Alojamento dos cientistas no Parque Estadual do Cantão

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

A Prefeitura Municipal de Caseara ressalta que existe uma grande procura de campings pelos turistas no período de alta temporada. Dentre as praias mais utilizadas destacam: Ilha

no Rio Araguaia, Sol no Rio do Coco, Avião no Rio Araguaia, Norte no Rio Araguaia, Parsondas no Rio Araguaia, Travessão no Rio do Coco, Fogoio no Rio do Coco Sabino no Rio do Coco, Pesqueirão no Rio do Coco e Paredão no Rio do Coco.

Em Lagoa da Confusão foram levantados dois estabelecimentos registrados no Cadastur: Pousada das Gaivotas e Pousada Paraíso. Na pesquisa realizada em campo foi constatada a existência de sete meios de hospedagem. São eles:

- **Hotel Bom Sono:** localizado na região central do município, possui 9 unidades habitacionais com um total de 18 leitos;
- **Hotel Lagoa da Ilha:** localizada na área de chácaras urbanas, possui 40 unidades habitacionais com um total de 120 leitos;
- **Hotel Fazenda Praia Alta:** o hotel está afastado do centro da cidade, possui 9 unidades habitacionais com um total de 27 leitos;
- **Pousada Gaivota:** localizada o centro da cidade, possui 20 unidades habitacionais com um total de 48 leitos;
- **Pousada Paraíso:** localizada na Orla da Praia da Lagoa, possui 19 unidades habitacionais com um total de 57 leitos;
- **Pousada Raíza:** localizada também na orla da Praia da Lagoa, com 36 unidades habitacionais com um total de 144 leitos;
- **Pousada Real** localizada na entrada do município, com 7 unidades habitacionais com um total de 16 leitos.

A figura a seguir aponta alguns hotéis localizados em Lagoa da Confusão.

Figura 34: Alguns dos Hotéis Localizados no Município de Lagoa da Confusão



Pousada Raiza no município de Lagoa da Confusão



Pousada Paraíso no município de Lagoa da Confusão



Hotel Praia Alta no município de Lagoa da Confusão



Hotel Praia Alta no município de Lagoa da Confusão

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

No município de Pium foram levantados quatro estabelecimentos de hospedagem, enquanto que o Cadastur apontou ausência deste tipo de equipamento.

- **Hotel Javaés:** localizado no centro da cidade, possui 13 unidades habitacionais com um total de 13 leitos;
- **Pousada Paraná:** localizada também no centro da cidade, possui 11 unidades habitacionais com um total de 17 leitos;
- **Pousada Portal:** localizada na entrada da cidade, possui 13 unidades habitacionais com um total de 36 leitos;
- **Pousada Recantus:** localizada próxima ao Iate Clube, possui 13 unidades habitacionais com um total de 34 leitos.

Registra-se uma pequena oferta de equipamentos de hospedagem no Polo, bem como a informalidade destes serviços como mostra as divergências apontadas entre o site do Cadastur e o levantamento realizado em campo.

Importa acrescentar que na alta temporada os turistas acampam nas praias de Araguacema, Caseara e de Lagoa da Confusão conforme citado no item 1.3.1. No entanto, não há um controle eficiente capaz de identificar o número e o perfil específico dos turistas que acampam e, de acordo com as informações obtidas em campo essas atividades são inadequadas e geradoras de grandes impactos ambientais e lixo. Assim é recomendada a elaboração e execução de programa de qualificação, adequação e normatização das instalações e atividades dos acampamentos, com o objetivo de estabelecer princípios reguladores para os impactos ambientais.

Pelo que foi visto em campo, do ponto de vista estético, não há uma caracterização arquitetônica dos meios de hospedagens que harmonize fachadas, interiores e mobiliário com a identidade da região. Verifica-se também poucas informações na internet ou em outros meios de divulgação sobre a oferta de hospedagens para os turistas que desejam visitar o Polo. Uma vez no destino, as pousadas não possuem materiais informativos a respeito dos atrativos do Polo.

A falta de investimentos na cadeia hoteleira é bastante marcante tendo como referência as informações coletadas em campo na viagem realizada pela equipe técnica. Muitos hotéis precisam de reforma e a ampliação dos equipamentos de hospedagem é um dos pontos observados no Polo do Cantão.

A tabela a seguir resume a quantidade de hospedagem, conforme o levantamento realizado em campo e também de acordo com os registros realizados no Cadastur.

Tabela 8: Total de Equipamentos de Hospedagem Instalados nos Municípios do Polo

MUNICÍPIO	HOSPEDAGEM LEVANTADA EM CAMPO	HOSPEDAGEM CADASTUR	UNIDADES HABITACIONAIS	NÚMERO DE LEITOS
Araguacema	5	2	40	116
Caseara	7	1	77	180
Lagoa da Confusão	7	2	140	430
Pium	4	-	50	100
Total	**23**	**5**	**219**	**826**

Fonte: Cadastur (2013) e Technum Consultoria SS, levantamento realizado em Campo, 2013.

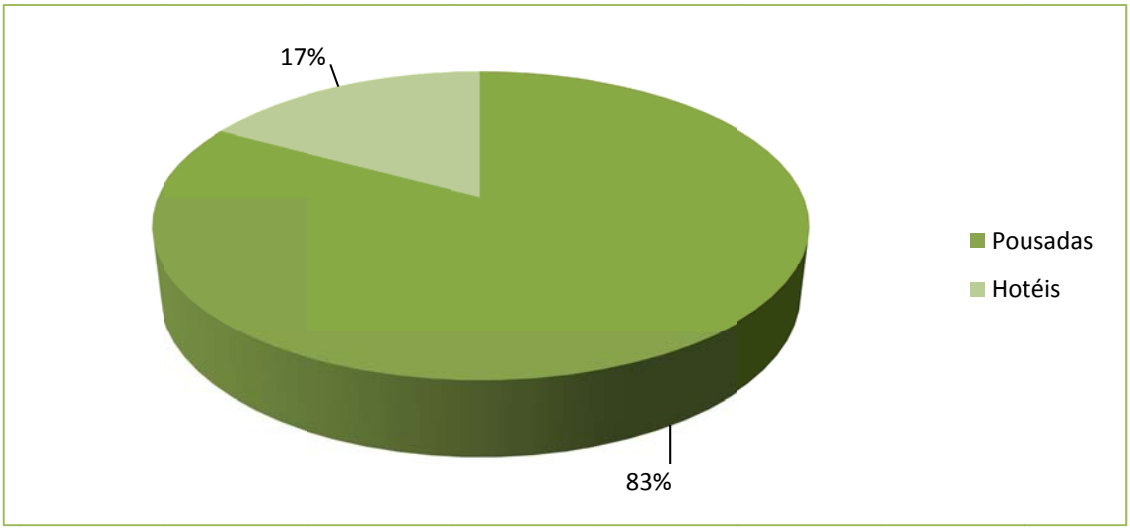
Os equipamentos de hospedagem não possuem dados sistematizados sobre o quantitativo de hóspedes, taxa de ocupação, a permanência média, o fluxo de hóspedes e o índice de pernoites nos hotéis e pousadas pesquisados. Neste sentido, a pesquisa qualitativa é restrita e baseada apenas em entrevistas informais realizadas com os proprietários locais, na ausência desses, os funcionários se encarregaram de responder as perguntas.

A pesquisa qualitativa envolveu respostas de doze estabelecimentos de um total de vinte e três. Na tentativa de contato com os donos dos estabelecimentos foi constatada a existência de muitos hotéis e pousadas inoperantes uma vez que o seu funcionamento está atrelado ao período de alta temporada. Ainda assim foi tentado o contato telefônico nos meios de hospedagem em que não foi possível a visita por estar fechado e, mais uma vez, não houve avanço significativo.

Os estabelecimentos que responderam à pesquisa foram: Pousada das Araras e Hotel e Restaurante Porto Seguro em Araguacema; Pousada Entre Rios, Pousada Ecológica Cantão, Hotel Palace e Pousada Sonho Meu em Caseara; Pousada Paraiso e Pousada da Raíza em Lagoa da Confusão; Hotel Javaés, Pousada Paraná, Pousada Recantus e Pousada Portal em Pium. Vale enfatizar que alguns dados desses estabelecimentos foram localizados no sistema Cadastur e por isso foram utilizados para compor as tabelas 7 e 8. No entanto, para a pesquisa qualitativa preferiu-se realizar a análise dos estabelecimentos que responderam todas as perguntas. As perguntas elaboradas podem ser verificadas no fim do documento e a análise completa dos estabelecimentos de hospedagem será objeto do Produto Final.

Do total de estabelecimentos presentes nos quatro municípios do Polo que participaram da entrevista 83% são pousadas e 17% hotéis.

Gráfico 17: Total de estabelecimentos de hospedagem do Polo Cantão que participaram da entrevista



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Apenas 25% dos estabelecimentos entrevistados possuem registro no Cadastur. Não há estabelecimentos do Polo do Cantão associados à ABIH ou a outro órgão relacionado ao turismo.

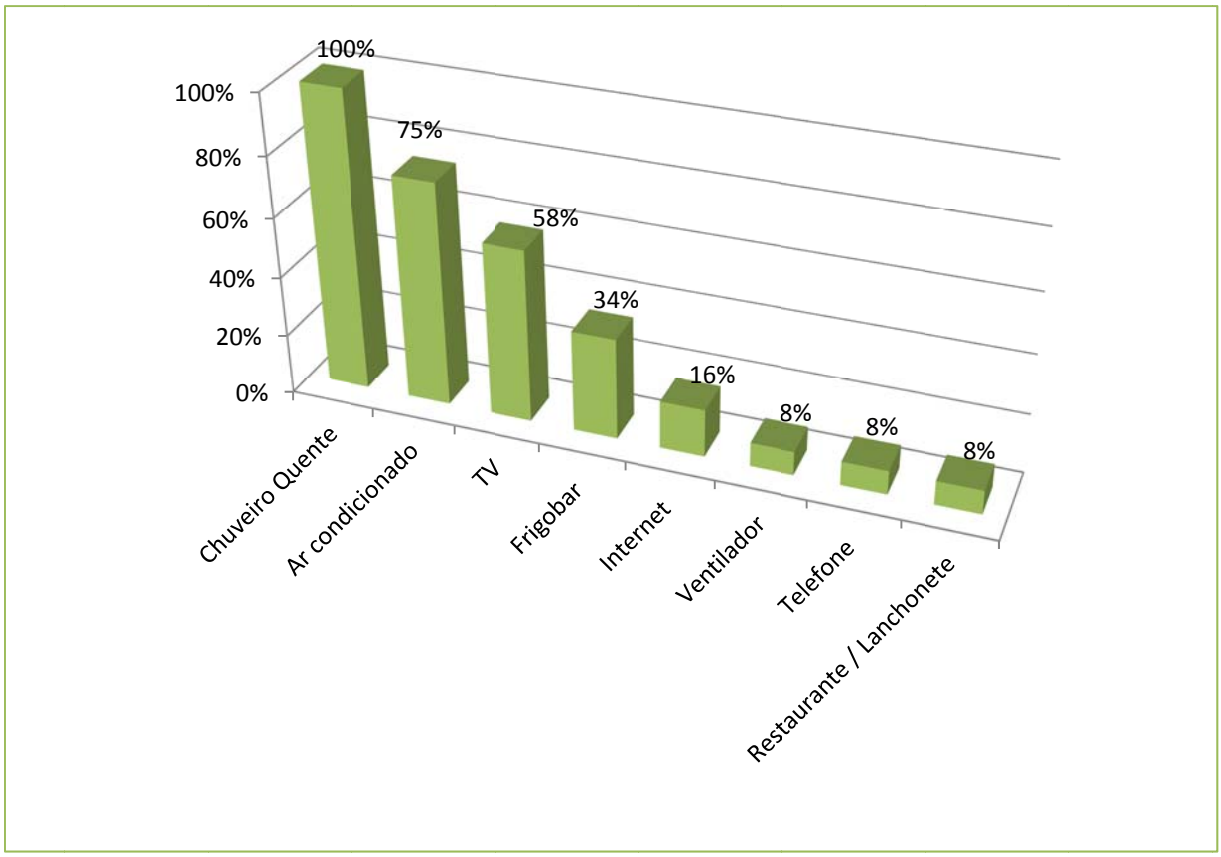
Quanto ao tempo de funcionamento 50% dos estabelecimentos funcionam há mais de 5 anos, 25% funcionam entre 5 e 10 anos, 8% funcionam há menos de 5 anos e 17% dos estabelecimentos não souberam ou quiseram informar o dado.

Com relação ao tipo de imóvel que ocupam 50% dos entrevistados responderam ocupar imóvel próprio e a administração é familiar. Os outros 50% não souberam/quiseram informar.

O valor médio da diária praticada é de R$ 60,00 (sessenta reais), sendo que a menor e a maior diária cobrada é de R$ 15,00 (quinze reais) e R$ 200,00 (duzentos reais), respectivamente. A Pousada Ecológica do Cantão não possui valor de diárias uma vez que é restrita aos funcionários do governo.

Quanto às facilidades e equipamentos oferecidos nas unidades habitacionais, os mais citados foram: chuveiro quente (100%), Ar condicionado (75%), TV (58%), frigobar (34%) e internet (16%). Outros equipamentos citados foram ventilador (8%), telefone (8%) e restaurante/lanchonete (8%).

Gráfico 18: Equipamentos e facilidades oferecidas nas unidades habitacionais do Polo



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

A forma de pagamento mais aceita é o dinheiro (90%). A Pousada Ecológica do Cantão por receber apenas funcionários do governo, não possui modalidade de pagamento. O pagamento com cartão de crédito ou débito é aceito em apenas um dos estabelecimentos. Todos os estabelecimentos reclamam que o serviço das operadoras de cartão de crédito opera com intermitência no Polo.

O tempo médio de permanência dos hóspedes é de dois dias, sendo que na alta temporada é de dois a quatro dias e na baixa temporada até dois dias. Os períodos de alta temporada considerados pelos estabelecimentos correspondem aos meses de julho a setembro. No entanto, 70% os estabelecimentos afirmaram receber um fluxo considerável de hóspedes nos feriados prolongados, onde predomina o fluxo turístico regional. Na alta temporada os estabelecimentos afirmaram contratar mais funcionários.

Quanto à categoria dos empreendimentos 100% são de categoria econômica, somando 219 Unidades Habitacionais e 826 leitos.

Em relação à oferta de UHs adaptadas aos Portadores de Necessidades Especiais, a pesquisa não contabilizou estabelecimentos que possuem UH adaptada.

A porcentagem dos estabelecimentos que atuam de forma integrada com o trade é de 38% e essa integração ocorre somente com as agências de viagem.

Não foram relatados nas pesquisas quaisquer atuação de forma integrada com o trade, incentivos locais ou selos de qualidade nos estabelecimentos entrevistados.

No que diz respeito a estratégias de marketing, apenas um estabelecimento afirmou participar de pacotes turísticos. Todos os estabelecimentos entrevistados afirmaram não possuir site ou blog para a divulgação do estabelecimento, não realizam reservas de quartos online e não participam de promoções diferenciadas como tarifas baixas ou pacotes especiais nos feriados.

No que diz respeito aos investimentos realizados nos últimos cinco anos, os mais citados foram: reformas gerais e troca de mobiliário e de outros equipamentos. Quanto aos investimentos previstos para os próximos anos, os mais citados foram reformas e melhoria nos apartamentos.

No que se refere ao faturamento médio mensal os estabelecimentos de hospedagem não quiseram ou souberam responder e, com relação aos recursos humanos, os meios de hospedagem pesquisados, empregam uma média de uma pessoa.

É importante destacar que existe uma demanda reprimida de investidores, inclusive locais, com expectativas e alta disposição para realização de novos investimentos em turismo no Polo. Portanto, novas oportunidades de investimento devem ser geradas com o objetivo de atender ao mercado de investidores e impulsionar a atividade turística em todos os municípios.

- **Equipamentos e Serviços de Alimentação**

Os bares e restaurantes fazem parte cadeia produtiva da atividade turística, prestando serviços que denotam a hospitalidade dos destinos, sendo por vezes os próprios atrativos turísticos da localidade.

No Polo do Cantão verifica-se pouca oferta destes serviços representando um gargalo para o aumento da demanda turística na área. Registra-se também uma alimentação com pouca diversificação, estabelecimentos de estrutura simples e alguns sem preocupação com a higiene e manipulação de alimentos. O preço médio da refeição é de aproximadamente R$ 30,00 por pessoa.

A tabela a seguir aponta os estabelecimentos de alimentação registrados no Cadastur e os estabelecimentos levantados por meio da pesquisa realizada em campo (2013). A tabela revela um gargalo no momento em que este tipo de serviço funciona de maneira informal no Polo, trazendo prejuízo aos cofres municipais.

Tabela 9: Total de Equipamentos de Alimentação Instalados nos Municípios do Polo

MUNICÍPIO	ALIMENTAÇÃO LEVANTADA EM CAMPO	ALIMENTAÇÃO CADASTUR
Araguacema	8	-
Caseara	13	-

MUNICÍPIO	ALIMENTAÇÃO LEVANTADA EM CAMPO	ALIMENTAÇÃO CADASTUR
Lagoa da Confusão	19	-
Pium	10	-
Total	**50**	**0**

Fonte: Cadastur e Technum Consultoria SS, levantamento realizado em Campo, 2013.

Os estabelecimentos de alimentação de cada município do Polo pode ser verificado a seguir:

- Araguacema: Hotel e Restaurante Porto Seguro, Bar e Restaurante Encontro dos Amigos, Bar e Restaurante Morada da Lua, Restaurante Araguaia, Restaurante Central, Sorveteia Beija-flor, Restaurante Canto pro Canto pro Rio e Lanchonete Piroska.
- Caseara: Churrascaria Vitória, Restaurante Por do Sol, Bar e Restaurante Sabor do Araguaia, Sabor Natural Restaurante, Tuit's Bar, Restaurante Pôr-do-Sol, Restaurante Gaivota, Sorveteria Italiana, Pastelaria e Pizzaria, Sorveteria Panda, Churrascaria Gaúcha, Doce Mel Sorvetes e Lanches e Restaurante Beira-Rio.
- Lagoa da Confusão: Bar e Restaurante da Boa, Bar e Restaurante da Varanda, Bar Restaurante Matinha, Bar e Restaurante do Lídio, Churrascaria da Pedra, Churrascaria do Goteira, Fogão de Lenha, Lagoa Tour Restaurante, Ponto da Picanha, Bar Chambari, Bar do Cirilo, Bar do Coco, Bar do Tô Ton Tim, Country Lanches, Lanchonete e Pizzaria Casa Nostra, Lanchonete e Restaurante Júnior, Panificadora Bom Sabor, Panificadora Roma e Parque Lanches.
- Pium: Restaurante e Lanchonete RB Lanches, 1° Bar Chão de Estrela, Panificadora Dourado, Restaurante Mais Sabor, Restaurante Nova Opção, Restaurante Sabor Goiano, Iara Lanches, Bar Encontro Por Acaso, Lanchonete Ponto Certo e Panificadora Pão de Mel.

A figura a seguir ilustra alguns estabelecimentos de alimentação localizados no Polo do Cantão.

Figura 35: Alguns dos Equipamentos de Alimentação Localizados no Polo



Restaurante no município de Caseara



Restaurante no município de Caseara



Bar no município de Lagoa da Confusão



Restaurante no município de Pium



Restaurante no município de Lagoa da Confusão



Restaurante no município de Araguacema

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

A visita realizada em campo permitiu constatar que o funcionamento dos equipamentos de alimentação está vinculado ao período de alta temporada, uma vez que a maioria dos restaurantes abrem as portas somente em feriados prolongados e nos meses de julho a setembro. A dificuldade em estabelecer contato com os empresários impediu a realização da pesquisa qualitativa de forma eficiente.

Ainda assim, o levantamento realizado permitiu identificar que os estabelecimentos possuem, em comum, as seguintes características: (i) a categoria é caracterizada pela cozinha tipicamente regional; (ii) tipo de serviço predominante é à la carte e/ou buffet à vontade mediante o pagamento de um valor fixo; (iii) a forma de pagamento em dinheiro; (iv) a administração é familiar com um quadro máximo de 2 funcionários; (v) preço médio de R$ 30,00 por pessoa; (vi) capacidade de 12 a 240 pessoas sentadas.

Além disso, observa-se ausência de ações voltadas para: qualificação de funcionários, selos de qualidade, participação em pacotes turísticos, atuação integrada com agências ou hotéis, acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e marketing turístico.

Essa situação revela um gargalo a ser superado com o desenvolvimento turístico no Polo uma vez que as atividades ligadas ao turismo cria uma necessidade de estruturar os equipamentos de alimentação. A qualidade e diversidade gastronômica ficam como marcas registradas de bom atendimento ao turista.

- **Equipamentos e serviços de agenciamento e de locação de veículos**

Os serviços de agenciamento turístico são prestados por estabelecimentos comerciais, organizados com o objetivo de produzir, vender ou intermediar a venda e a reserva de transporte, hospedagem, alimentação e eventos para fins considerados turísticos. Tais serviços podem assumir a forma de excursões ou pacotes ou ser prestados individualmente.

De acordo com o Cadastur há apenas uma agência que trabalha com turismo receptivo no Polo, localizada em Caseara (CCTreking). A CCTreking comercializa roteiros para os atrativos localizados no Parque Estadual do Cantão, integrando-o às praias localizadas no Rio Araguaia. Do ponto de vista da promoção e divulgação, importa acrescentar que a agência de turismo encontra-se bem localizada nas ferramentas de busca e é possível acessar pacotes e ofertas para finais de semana e feriados com relativa facilidade.

A agência, além de oferecer pacotes para o destino, atua também com guias e motoristas. A pesquisa realizada em campo (2013) revelou que em Lagoa da Confusão há uma agência de viagem (LagoaTur) que comercializa pacotes para a pesca no Rio Araguaia e a visita aos atrativos do município. Oferece também serviço de guia turístico. A figura a seguir apresenta as agências de turismo disponíveis na região.

Figura 36: Alguns dos Equipamentos Agências que operam o Turismo no Polo do Cantão



LAGOATUR no município de Lagoa da Confusão



CCTREKKING no município de Caseara

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

Observa-se um número limitado de guias de turismo, salvo em Caseara. Acrescenta-se ainda a falta de capacitação profissional de alguns guias e a adequação dos mesmos à realidade local.

Para o acesso ao Polo os turistas preferem utilizar os serviços das agências de aluguel de carros em Palmas ou contratar os serviços de operadoras de viagens disponíveis.

Tabela 10: Número de Agências e Transportadoras Turísticas

MUNICÍPIO	AGÊNCIAS DE VIAGENS	LOCADORAS DE VEÍCULO
Araguacema	-	-
Caseara	1	-
Lagoa da Confusão	1	-
Pium	-	2
Total	**2**	**2**

Fonte: Cadastur e Technum Consultoria SS, levantamento realizado em Campo, 2013.

A pesquisa qualitativa envolveu apenas as respostas da CC Treking uma vez que foi tentado por três vezes contato com a Lagoatur, porém sem resposta.

A CC Trekking foi criada com o intuito de atender a demanda do turismo de aventura existente na região, promovendo atividades de aventura e ecoturismo. Corresponde a uma

agência de viagens e turismo que atua no turismo receptivo. Quanto aos serviços oferecidos destacam-se a venda de pacotes turísticos, aluguel de veículos, reserva em hotéis, city tour, passeio em destinos do entorno, passeios de barco nos rios do Parque Estadual do Cantão.

A agência possui registro no Cadastur e na ABETA, possui acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e funciona em imóvel próprio desde o ano de 2009. Quanto às formas de pagamento pode ser utilizado o dinheiro, cartão e cheques. Não foi relatado pela agência conflitos com operadoras de cartões de crédito. Também não foi relatado conflitos com os demais integrantes da cadeia produtiva do turismo.

A agência afirma possuir parcerias com restaurantes e hotéis. No que diz respeito à divulgação do empreendimento, o próprio site é utilizado para esse fim.

A média de empregados fixos no estabelecimento é de duas pessoas, sendo um turismólogo e um administrador. A agência afirma não receber incentivos por parte do município ou órgão competente.

- **Centros de Atendimento ao Turista**

Os Centros de Atendimento aos Turistas – CATs são indispensáveis ao turista uma vez que, mais do que informação, proporcionam a sensação de segurança em um destino turístico. As visitas realizadas em campo, em outubro de 2013, revelaram que somente Araguacema e Caseara possuem serviço de atendimento ao turista, necessitando, portanto, de medidas para a construção desse equipamento nos demais municípios do Polo. Ainda assim, a visita realizada em campo constatou que o CAT localizado em Araguacema necessita de reforma e de aquisição de materiais informativos e folderes para o turista.

Nos outros municípios as Secretarias de Turismo exercem este papel, porém somente em horário de expediente. Lagoa da Confusão acrescentou que na alta temporada é instalado um CAT na orla para o atendimento ao turista.

Tabela 11: Total de Centros de Atendimento ao Turista no Polo do Cantão

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE CENTROS DE ATENDIMENTO AO TURISTA
Araguacema	1
Caseara	1
Lagoa da Confusão	-
Pium	-
Total	**2**

Fonte: Cadastur e Technum Consultoria SS, levantamento realizado em Campo, 2013.

Conforme os dados apresentados nesse capítulo, identifica-se a falta de integração entre os equipamentos turísticos e entre as operadoras e agências para a comercialização do destino Polo Cantão.

2.2. Análise da infraestrutura básica e dos serviços gerais encontrados na área turística

2.2.1 Rede de acesso ao Polo – Sistema Viário

O acesso ao Polo do Cantão dá-se prioritariamente por rodovias. De forma geral, as estradas de acesso podem ser consideradas regulares, havendo trechos ruins e outros não

pavimentados. Há também deficiência de sinalização viária, turística e indicativa nos municípios.

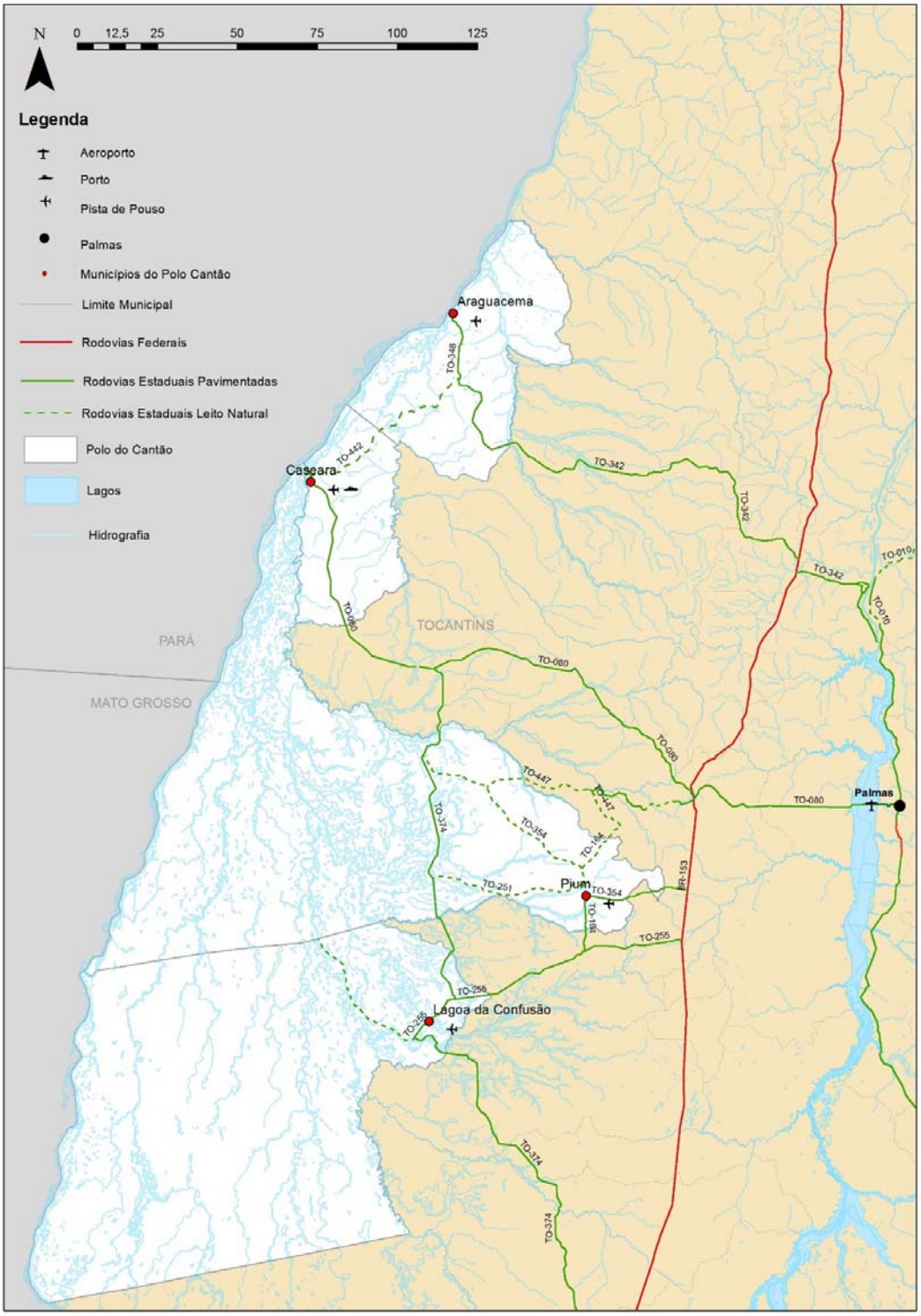
O Polo possui rodovias federais e estaduais, porto, pista de pouso e aeroporto conforme aponta o mapa a seguir.

Embora o Rio Araguaia seja muito utilizado para atividades de pesca e lazer, ele também é um dos principais portões de entrada do Polo, servindo para as travessias até os estados do Pará e Maranhão.

O uso do modal aéreo está sempre agregado ao rodoviário, uma vez que principal aeroporto que atende ao Polo, considerado o portão de entrada, é o de Palmas distando, aproximadamente, entre 200 km e 500 km, dependendo do município. Existem pistas de pouso nos municípios de Araguacema, Caseara, Lagoa da Confusão e Pium, porém utilizados por particulares, não havendo voos diretos para os destinos da região.

A ampliação e melhoria do sistema de acesso ao Polo do Cantão se torna fundamental para facilitar a chegada aos atrativos turísticos, o aumento do fluxo de turistas e, dessa forma, o desenvolvimento do turismo como um todo.

Figura 37: Mapa Rede de acesso ao Polo – Sistemas de Transportes do Polo



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

Sistema Rodoviário

O acesso aos municípios do Polo do Cantão, partindo de Palmas, é realizado prioritariamente, por meio de rede rodoviária utilizando carros, ônibus e vans.

A malha viária do Polo possui mais de 800 km de rodovias federais e estaduais. Das rodovias federais merece destaque a BR-153, principal rodovia federal utilizada para o acesso aos municípios. Esta rodovia se conecta as rodovias estaduais específicas que ligam a Capital às regiões turísticas e conduzem os turistas aos atrativos do Polo. Vale acrescentar que, por se tratar de rodovia federal, o fluxo de caminhões é mais intenso ocasionando lentidão no deslocamento.

As rodovias estaduais são, na maioria, pavimentadas e estão em boas condições de tráfego, como a Rodovia TO-348, TO-342, TO-255 e TO-080, com exceção da TO-442 que liga Caseara à Araguacema, rodovia estadual do Polo não pavimentada e em precária condição de uso. Apresenta um fluxo considerável de veículos em meio a buracos, riscos de atolamento e rara sinalização, necessitando, portanto, de ações direcionadas à pavimentação como forma de permitir o melhor acesso e fluxo de turistas e visitantes.

Figura 38: Rodovia Estadual TO-348 em Araguacema



Rodovia Estadual TO-348



Rodovia Estadual TO-348

Fonte: Technum Consultoris SS, 2013.

A sinalização indicativa e turística é precária na maioria das rodovias estaduais e encontra-se fora dos padrões internacionais. A seguir, encontram-se as principais vias de acesso terrestre ao Polo do Cantão, tomando-se a capital, Palmas, como referência:

Quadro 8: Principais Rodovias de Acesso e Distâncias

TRECHO	DISTÂNCIA	RODOVIAS DE ACESSO
Palmas/Araguacema	297 km	TO-010 (101 Km) TO-342 (155 Km) TO-348 (44 km)
Palmas/Caseara	256 km	TO-080 (258 Km)
Palmas/Lagoa da Confusão	220 km	TO-080 (66 Km). TO-255 (87 Km)
Palmas/Pium	181 km	TO-080 (66 Km). TO-354 (32 Km)

Fonte: Mapa Rodoviário do Tocantins, 2009. Elaboração: Technum Consultoria SS, 2013

Além do acesso principal, a partir de Palmas, há ainda os acessos internos que favorecem a conectividade entre os municípios, sem necessidade de utilização da BR-153. O quadro a seguir apresenta as distâncias entre sedes municipais e as vias utilizadas.

Quadro 9: Principais Acessos Internos ao Polo

TRECHO	DISTÂNCIA	RODOVIAS DE ACESSO
Lagoa da Confusão / Caseara	212 km	TO-374 TO-080
Lagoa da Confusão/ Pium	75 km	TO-374 TO-255
Pium / Caseara	190 km	TO-354 TO-374
Caseara / Araguacema	88 km	TO-442 TO-348

Fonte: Mapa Rodoviário do Tocantins, 2009. Elaboração: Technum Consultoria SS, 2016

A análise da rede rodoviária, realizada de forma sintética, resume a condição de trafegabilidade e pavimentação das rodovias. Inclui também o conhecimento da situação referente à sinalização indicativa e turística e às condições adversas encontradas ao longo das vias.

O desenvolvimento dos atrativos e, por consequência do turismo, fica condicionado às condições das vias como uma forma de proporcionar segurança e conforto ao turista durante seu deslocamento, além do suporte das sedes dos municípios a eles vinculados. O DNIT disponibiliza em seu sítio as condições das principais rodovias federais e suas interseções com as rodovias estaduais. Portanto, o turista pode consultá-lo antes de viajar a determinadas localidades.

Nas sedes dos municípios que compõem o Polo a predominância é de vias asfaltadas, exceto em Lagoa da Confusão que apresenta problemas de manutenção das estradas municipais, a maioria ainda em leito natural. A figura a seguir ilustra as vias locais dos municípios que compõem o Polo.

Figura 39: Vias Locais dos Municípios de Araguacema, Caseara, Lagoa da Confusão e Pium



Município de Caseara



Município de Lagoa da Confusão



Município de Pium



Município de Pium



Município de Caseara



Município de Araguacema

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

No que diz respeito ao transporte interestadual as cidades do Polo oferecem linhas de ônibus para Palmas e para outros municípios da região. No entanto, apesar de não tabulado quantitativamente, há necessidade de planejamento e reestruturação de todo o sistema de transporte rodoviário (ônibus de passageiros) para adequação de horários e legalização do uso deste modal para o turismo.

Além disso, há necessidade de investimento nos terminais rodoviários de embarque e desembarque de ônibus nos destinos turísticos, como pode ser visto em campo.

Sistema Hidroviário

Na malha hidroviária do Polo encontram-se cursos navegáveis, formando sistemas de porte significativo para o transporte de cargas e de passageiros e, propícios para a criação e exploração de roteiros turísticos.

Merece destaque o Porto da Balsa no rio Araguaia, localizado no município de Caseara, utilizado para a travessia de balsas e de pessoas com destino ao estado do Pará, bem como na alta temporada para o acesso às praias.

A balsa funciona 24 horas por dia e apresenta grande fluxo de caminhões, conforme aponta a figura a seguir. Além disso, próximo ao Porto há infraestrutura de restaurantes, porém em condições precárias para o atendimento ao turista.

Figura 40: Transporte Hidroviário Feito por Balsa pelo Rio Araguaia no Município de Caseara



Município de Caseara



Município de Caseara



Município de Caseara



Município de Caseara



Município de Caseara



Município de Caseara

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Na alta temporada os barqueiros de Caseara organizam-se para realizar a travessia de turistas para as praias fluviais do Rio Araguaia. Em Araguacema há também um porto localizado na Praia da Gaivota que realiza, na alta temporada, travessias e passeios para os turistas. Em Caseara os turistas podem realizar travessias em balsas nos lagos e igapós do Parque do Cantão.

Figura 41: Travessia de Turistas para as Praias Fluviais no Município de Caseara



Parque Estadual do Cantão

Fonte: CCTreking - http://cctrekking.com.br, 2013.

Além do Rio Araguaia, vale destacar o Rio do Coco, Javés, Mercedes, dentre outros são utilizados pela população para a o acesso aos povoados.

O sistema hidroviário é significativo para o desenvolvimento do turismo no Polo. Neste sentido, para correta utilização da rede há a necessidade de estruturação de roteiros e implantação de infraestruturas de apoio para o recebimento dos turistas como áreas destinadas ao descanso, banho e contemplação da paisagem.

Sistema Aeroviário

O aeroporto de Palmas, chamado Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, é o mais próximo aos municípios do Polo, com distância entre 200 km e 500 km, dependendo do município. De acordo com a Infraero (2013) o aeroporto possui 12.300 m² de área construída e capacidade para 370 mil passageiros/ano. O Aeroporto de Porto Nacional foi inaugurado em 1940 e atualmente funciona somente o aeroclube. Além disso o aeroporto possui uma pista de pouso com 1.692 metros de comprimento, de acordo com o sítio de www.cidade-brasil.com.br.

A tabela a seguir aponta a série histórica, desde 2008, da quantidade de aeronaves e de passageiros no Aeroporto. A tabela revela que houve um aumento tanto de aeronaves, quanto de passageiros. O lugar que o Estado ocupava em 2009 passou de 42° para 35° em 2012, o que demonstra um crescimento do fluxo de turistas.

Tabela 12: Série Histórica do Aeroporto de Palmas

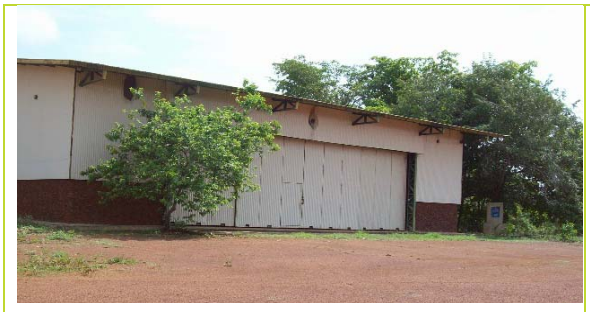
ANO	AERONAVES	PASSAGEIROS	%	RANKING
2008	12.104	**259.362**	**11%**	--
2009	11.603	**298.484**	**15%**	**42º**
2010	17.161	**389.217**	**31%**	**--**
2011	15.948	**503.408**	**29,4%**	**37º**
2012	14.334	**579.395**	**15,1%**	**35º**
2013	-	**563 488**	**-3%**	**36°**

Fonte: Infraero, 2013.

No seu interior abriga praça de alimentação para 200 pessoas, espaço cultural, 25 lojas no conceito de Aeroshopping, 12 balcões de check-in e terraço panorâmico. As companhias aéreas que operam são a Tam, Gol, Trip, Azul, Sete e Passaredo.

Nos municípios do Polo há aeródromos para pousos privados na região do Polo do Cantão nos municípios de Araguacema, Caseara e Pium, todavia não há investimento programado de construção de pistas de pouso comercial.

Figura 42: Aeródromo para Pousos Privados do Parque Estadual do Cantão



Galpão do Aeródromo



Pista de Pouso do Aeródromo

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

As pistas de pouso não são asfaltadas e possuem aproximadamente um quilômetro de comprimento. Estas pistas são utilizadas por fazendeiros, políticos ou em caso de urgência, para o transporte de pacientes aos hospitais mais estruturados. Portanto, o acesso de turistas ao Polo é realizado praticamente pelo modal rodoviário.

O aeródromo, localizado em Caseara, foi utilizado para a gravação de algumas cenas do longa-metragem do "Xingu - O Filme" do diretor Cao Hamburger, no ano de 2010.

2.2.2 Sistema de Abastecimento de Água

O abastecimento de água no Tocantins é de responsabilidade da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins, empresa estadual privada que opera os municípios do Estado, inclusive a capital Palmas.

Os principais mananciais utilizados para o abastecimento público são os rios Tocantins, Araguaia, Javaés, Formoso, Palma e Sono. De acordo com o Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, elaborado pela Superintendência de Recursos Hídricos (Agência Nacional de Águas - ANA, 2010) os mananciais são de pequeno porte, sem garantia hídrica e, em função da proximidade das áreas urbanas, estão sujeitos à poluição.

Quanto ao tipo de sistema, a maioria das sedes urbanas do Estado utilizam os sistemas isolados, ou seja, um sistema de abastecimento que atende somente uma sede municipal.

As formas de abastecimento de água nos municípios do Polo, para os domicílios particulares permanentes, conforme o Censo 2010, podem ser verificadas por meio da tabela a seguir.

Tabela 13: Formas de Abastecimento de Água em Domicílios Particulares Permanentes*

MUNICÍPIOS	REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO		POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE/ ALDEIA		POÇO NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE/ ALDEIA		OUTROS		TOTAL GERAL
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	
Araguacema	1.113	60,89	596	32,60	73	3,99	46	2,52	1.828
Caseara	704	52,89	576	43,28	41	3,08	10	0,75	1.331
Lagoa da Confusão	1.303	49,28	1.241	46,94	39	1,48	61	2,31	2.644
Pium	1.133	56,59	806	40,26	28	1,40	35	1,75	2.002
Total Polo do Cantão	**4.253**	**54,49**	**3.219**	**41,24**	**181**	**2,32**	**152**	**1,95**	**7.805**

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria SS, 2013. *Domicílio Particular Permanente: domicílio construído para servir exclusivamente à habitação.

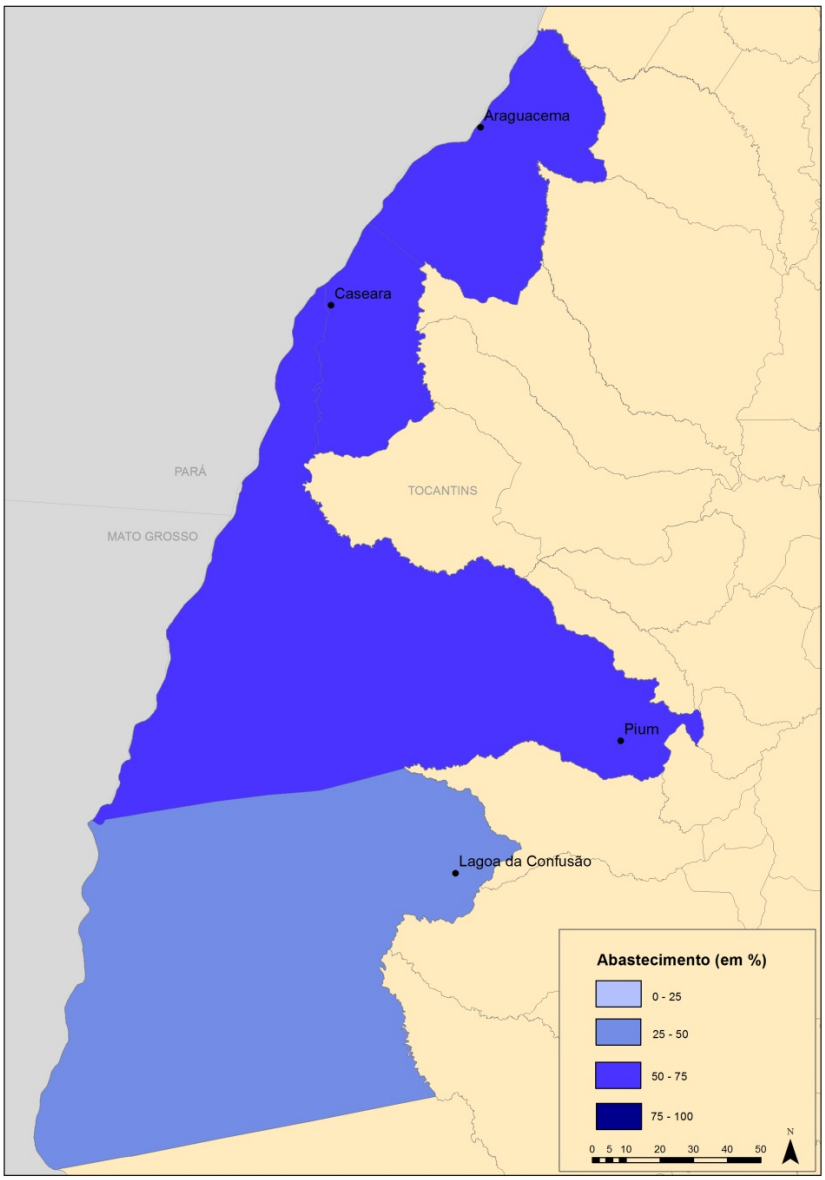
Os dados referentes ao abastecimento de água nos municípios do Polo apontam que, aproximadamente, 54,49% dos domicílios são abastecidos por rede geral de distribuição. Esse índice demonstra uma precariedade no fornecimento uma vez que metade da população do Polo não dispõe de tal serviço.

Ao serem analisados separadamente, verifica-se que os quatro municípios encontram-se em um mesmo patamar, com índices de atendimento variando entre 49,28% e 60,89%.

O abastecimento de água por poço ou nascente atende, aproximadamente, 40,26% dos domicílios do Polo. Este fato justifica-se em parte, por ser uma área de organização tipicamente rural, com muitas fazendas e pouco populosa.

O abastecimento de água no Polo é ilustrado em um mapa síntese com divisão do nível de atendimento dos domicílios, por rede geral de distribuição, em quatro faixas, a saber: 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100%, conforme apresentado a seguir.

Figura 43: Abastecimento de Água do Polo



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

De maneira geral, o abastecimento de água realizado por meio de rede geral de distribuição, é precário. Em Pium, na visita a campo, foi constatada falha no fornecimento de água de um bairro, sendo relatado que o mecanismo para solucionar esta falha tem sido fechar o fornecimento de um lado da cidade para que possa chegar a esse outro. O tema abastecimento é assunto complexo, pois, além das ações básicas, exige o tratamento e distribuição de forma adequada, pois se relaciona às questões de saúde, prevenindo a população de doenças por recursos hídricos. É recomendável a universalização no tratamento e distribuição, uma vez que um sistema apropriado traz qualidade de vida da população e o conforto aos turistas.

A Companhia de Saneamento do Tocantins, seguindo exigência federal pelo Decreto nº.5.440 de 4 de maio de 2005, coloca à disposição em seu sítio eletrônico (http://www.fozsaneatins.com.br/) informações sobre a qualidade da água consumida nos municípios do Polo, através do Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano, conforme apresentado na tabela a seguir.

Os termos apontados na tabela são assim definidos pela Saneatins:

- análises realizadas: número de amostras de água coletadas e analisadas no sistema de abastecimento público pela companhia de saneamento;
- análises em conformidade: número de amostras de água coletadas e analisadas no sistema de abastecimento público pela companhia de saneamento que estão em conformidade;
- turbidez: refere-se ao grau de transparência da água;
- cor: característica que mede o grau de coloração da água;
- cloro livre: indica a quantidade de cloro presente na rede de distribuição, adicionado no processo de desinfecção da água;
- flúor: adicionado à água para prevenção de cárie dentária;
- coliformes totais: indicam presença de bactérias na água e não necessariamente representam problemas para a saúde. Sistemas onde são realizadas 40 ou mais análises por mês devem apresentar ausência de contaminação em 95% das amostras analisadas. Sistemas onde são analisadas menos de 40 amostras por mês, apenas uma amostra poderá apresentar contaminação.

Tabela 14: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio

ARAGUACEMA						
MÊS/ANO	**PARÂMETROS**	**TURBIDEZ**	**COR**	**CLORO LIVRE**	**FLÚOR**	**COLIFORMES TOTAIS**
Janeiro/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	8	10	0	10
Fevereiro/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	9	9	10	0	10
Março/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	7	10	0	10

ARAGUACEMA						
MÊS/ANO	**PARÂMETROS**	**TURBIDEZ**	**COR**	**CLORO LIVRE**	**FLÚOR**	**COLIFORMES TOTAIS**
Abril/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	9	6	10	0	10
Maio/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	7	10	0	10
	Fora de conformidade em relação às análises realizadas.					

* Ausência em 100 ml em 95% das amostras examinadas no mês.
Fonte: http://www.fozsaneatins.com.br, acesso em fevereiro de 2014.

Tabela 15: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio

CASEARA						
MÊS/ANO	**PARÂMETROS**	**TURBIDEZ**	**COR**	**CLORO LIVRE**	**FLÚOR**	**COLIFORMES TOTAIS**
Janeiro/13	N° de análises realizadas	10	5	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	3	10	0	10
Fevereiro/13	N° de análises realizadas	10	5	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Março/13	N° de análises realizadas	10	5	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Abril/13	N° de análises realizadas	10	5	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Maio/13	N° de análises realizadas	10	5	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
	Fora de conformidade em relação às análises realizadas.					

* Ausência em 100 ml em 95% das amostras examinadas no mês.
Fonte: http://www.fozsaneatins.com.br, acesso em fevereiro de 2014.

Tabela 16: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio

LAGOA DA CONFUSÃO						
MÊS/ANO	**PARÂMETROS**	**TURBIDEZ**	**COR**	**CLORO LIVRE**	**FLÚOR**	**COLIFORMES TOTAIS**
Janeiro/13	N° de análises realizadas	10	5	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Fevereiro/13	N° de análises realizadas	10	5	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Março/13	N° de análises realizadas	13	5	13	0	13
	N° de análises em conformidade*	13	5	13	0	13
Abril/13	N° de análises realizadas	13	5	13	0	13
	N° de análises em conformidade*	13	5	13	0	13
Maio/13	N° de análises realizadas	13	5	13	0	13
	N° de análises em conformidade*	13	5	13	0	13
	Fora de conformidade em relação às análises realizadas.					

* Ausência em 100 ml em 95% das amostras examinadas no mês.
Fonte: http://www.fozsaneatins.com.br, acesso em fevereiro de 2014.

Tabela 17: Relatório de Controle de Qualidade da Água de Consumo Humano – mês de Maio

PIUM						
MÊS/ANO	**PARÂMETROS**	**TURBIDEZ**	**COR**	**CLORO LIVRE**	**FLÚOR**	**COLIFORMES TOTAIS**
Janeiro/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	9	10	0	10
Fevereiro/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	10	10	0	10

PIUM						
MÊS/ANO	**PARÂMETROS**	**TURBIDEZ**	**COR**	**CLORO LIVRE**	**FLÚOR**	**COLIFORMES TOTAIS**
Março/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	10	10	0	10
Abril/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	9	10	0	10
Maio/13	N° de análises realizadas	10	10	10	0	10
	N° de análises em conformidade*	10	4	10	0	10
	Fora de conformidade em relação às análises realizadas.					

* Ausência em 100 ml em 95% das amostras examinadas no mês.

Fonte: http://www.fozsaneatins.com.br, acesso em fevereiro de 2014.

Da análise das informações contidas nas tabelas anteriores convém ressaltar que os municípios do Polo apresentam alterações em suas amostras de acordo com as análises realizadas no período de janeiro a maio de 2013, exceto em Lagoa da Confusão que apresentou boa qualidade de água para consumo humano. Em Araguacema observam-se alterações na cor da água e turbidez das amostras. Em Caseara e Pium foram constatadas alterações no parâmetro cor da água. Ressalta-se que em maio de 2013 o município de Pium apresentou uma diferença considerável no quesito cor da água onde quatro das amostras de um total de dez apresentaram alterações.

A turbidez da água refere-se ao grau de atenuação de intensidade que um feixe de luz sofre ao atravessá-la devido à presença de sólidos em suspensão, como partículas inorgânicas (areia, argila) e de detritos orgânicos (algas e bactérias, plâncton, entre outros). A erosão das margens dos rios ocasionadas pelas chuvas é também considerada um exemplo que resulta em aumento da turbidez das águas.

Os esgotos sanitários e efluentes industriais provocam elevações na turbidez das águas. Podem-se citar, a título de exemplo, as atividades de mineração que provocam a turbidez na água e, consequentemente, a formação de grandes bancos de lodo em rios e alterações no ecossistema aquático. Vale ressaltar também que a alta turbidez da água afeta adversamente os usos doméstico, industrial e recreacional da água e, consequentemente, o turismo.

O mesmo pode-se afirmar do parâmetro cor da água que também está associada ao grau de redução de intensidade que a luz sofre ao atravessá-la. Mas a dificuldade se dá em razão da presença de sólidos dissolvidos, principalmente material em estado coloidal orgânico e inorgânico. Tem-se os esgotos sanitários se caracterizam por apresentarem matéria em estado coloidal, além de diversos efluentes industriais contendo taninos (efluentes de curtumes, por exemplo), anilinas (efluentes de indústrias têxteis), lignina e celulose (efluentes de indústrias de papel e da madeira,).

Destacam-se compostos inorgânicos capazes de possuir as propriedades e provocar os efeitos de matéria em estado coloidal. O problema maior de coloração na água, em geral, é o estético já que causa um efeito repulsivo aos consumidores.

Nas visitas realizadas em campo foi possível constatar que os municípios do Polo não possuem estações de reutilização de água e também não foram registradas ocorrências de racionamento de água.

De maneira geral, no que se refere ao abastecimento de água, pode-se constatar que há a necessidade de investimentos no que diz respeito à ampliação, qualidade e reforço de água nos municípios do Polo, objetivando a universalização do sistema, bem como o atendimento e a saúde da população residente e dos turistas. Dessa forma, é importante considerar o cenário atual e os cenários futuros de desenvolvimento do turismo. Além disso, deve ser levada em conta a prática de reaproveitamento das águas, pois é uma solução inovadora tanto do ponto de vista técnico quanto econômico.

2.2.3 Sistema de Esgotamento Sanitário

A gestão e operação do sistema de esgotamento sanitário, no que diz respeito à coleta, o tratamento e o destino do esgoto no estado do Tocantins, são de responsabilidade da Saneatins.

O tipo de esgotamento sanitário para os banheiros dos domicílios particulares permanentes nos municípios do Polo, de acordo com o Censo 2010, está especificado a seguir.

Tabela 18: Tipo de Esgotamento Sanitário de Banheiros Exclusivos de Domicílios Particulares Permanentes

MUNICÍPIOS	REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL* / FOSSA SÉPTICA**		OUTROS***		TOTAL GERAL
	Nº.	%	Nº.	%	
Araguacema	398	28,43	1.002	71,57	1.400
Caseara	86	6,89	1.163	93,11	1.249
Lagoa da Confusão	152	7,39	1.904	92,61	2.056
Pium	368	20,89	1.394	79,11	1.762
Total Polo do Cantão	**1.004**	**15,52**	**5.463**	**84,48**	**6.467**

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria – 2013.

*Rede geral de esgoto ou pluvial refere-se à canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, ligada a um sistema de coleta que os conduza a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento.

**A fossa séptica refere-se a canalização do banheiro ou sanitário ligada a uma fossa séptica onde a matéria é esgotada para uma fossa próxima e passa por um processo de tratamento ou decantação, sendo ou não a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município.

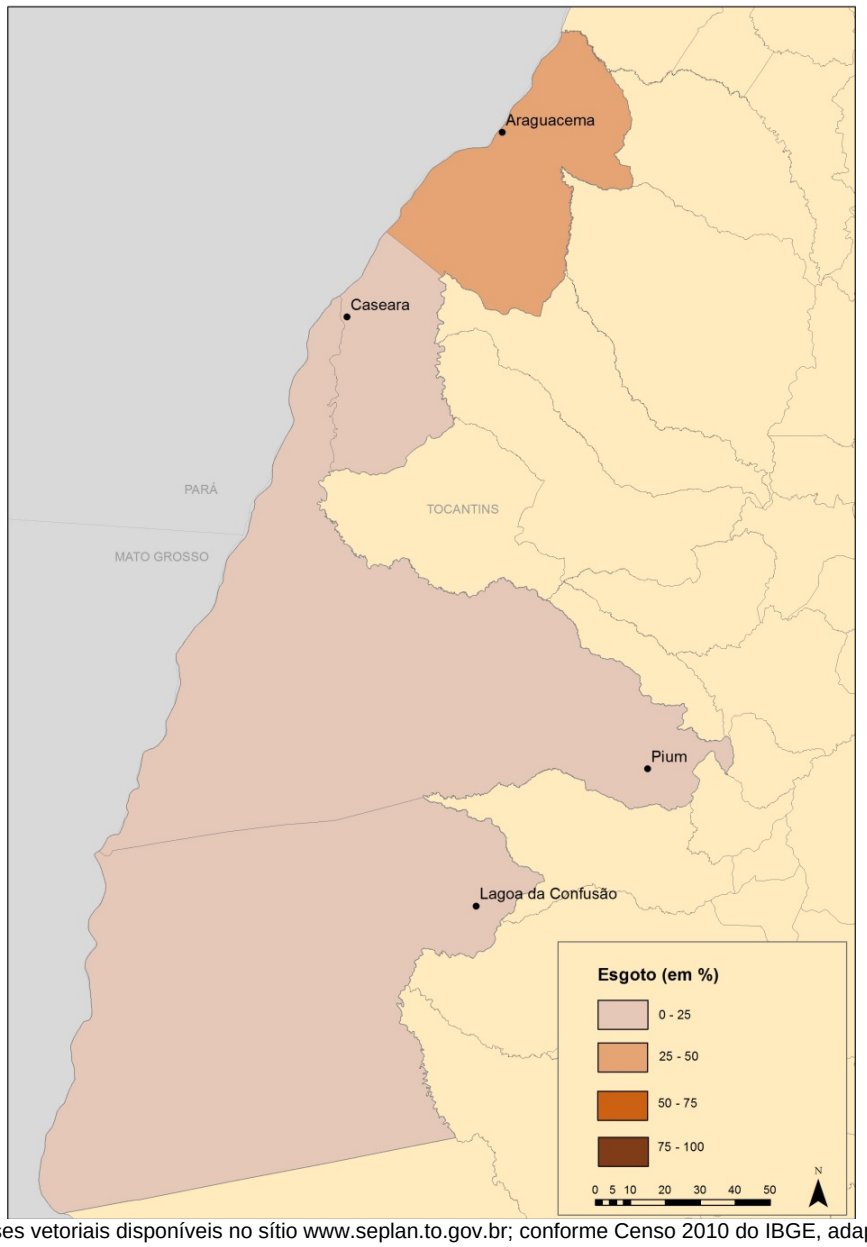
***Outro: refere-se banheiro ou sanitário ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.), diretamente a uma vala a céu aberto, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

Os dados da tabela apontam que apenas 15,52% dos domicílios do Polo possuem rede de esgoto, enquanto que os outros 84,48% despejam os esgotos em fossa rudimentar, que escoa diretamente em vala a céu aberto ou rio, poluindo os recursos hídricos, e fazendo proliferar doenças que atingem, principalmente, as comunidades com menor poder aquisitivos.

Ao serem analisados em separado, nota-se maior precariedade em Caseara e Lagoa da Confusão, que chegam à apenas 7,39% de atendimento. A precariedade do tratamento de esgotos no Polo causam impactos negativos nas comunidades locais e afetam o turismo local uma vez que os cursos hídricos contaminados por esgotos impactam o conjunto cênico dos atrativos e comprometem as condições de banho nas praias procuradas pelos turistas. Esses problemas são menores postos em comparação aos riscos de saúde aos quais os turistas se expõem com a ingestão de água e alimentos contaminados e o contato com águas contaminadas.

Ilustrando o esgotamento sanitário no Polo o mapa a seguir sintetiza as informações referentes aos domicílios servidos por rede geral de distribuição em quatro faixas de atendimento: 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100.

Figura 44: Esgotamento Sanitário do Polo



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

2.2.4 Limpeza Urbana

O sistema de limpeza urbana nos municípios do Polo compreende a limpeza e manutenção de logradouros públicos e a coleta de resíduos sólidos. De maneira geral, esses serviços atendem a população urbana dos municípios, sendo a administração pública municipal responsável pelo gerenciamento e execução dos serviços, por meios próprios ou terceirizados. A tabela a seguir aponta a coleta de lixo nos municípios do Polo.

Tabela 19: Destino do Lixo dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2010

MUNICÍPIOS	COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA*		COLETADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA**		TOTAL DE LIXO COLETADO (COLETADO DIRETAMENTE + COLETADO EM CAÇAMBA)		OUTROS***		TOTAL GERAL
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	
Araguacema	839	45,90	0	0,00	839	45,90	989	54,10	1.828
Caseara	755	56,30	2	0,15	757	56,45	584	43,55	1.341
Lagoa da Confusão	1.808	68,41	3	0,11	1.811	68,52	832	31,48	2.643
Pium	1.137	59,69	3	0,16	1.140	59,84	765	40,16	1.905
Total Polo do Cantão	**4.539**	**58,82**	**8**	**0,10**	**4.547**	**58,92**	**3.170**	**41,08**	**7.717**

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria – 2013.

* Lixo coletado diretamente por serviço de limpeza - serviço de empresa pública ou privada.

**Lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza - lixo do domicílio depositado em caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada.

*** Outros – o lixo do domicílio é queimado ou enterrado no terreno ou propriedade onde se localiza o domicílio ou jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar.

A tabela indica que 41,08% do lixo é descartado em terreno baldio, rio ou céu aberto nos municípios. Essa situação contribui para a contaminação de recursos hídricos, a proliferação de doenças e a presença de animais nocivos. Além disso, a paisagem perde o valor cênico, interferindo na atividade turística. As figuras a seguir ilustram lixos jogados a céu aberto, gerando a perda da paisagem.

Figura 45: Lixo Encontrado a Céu Aberto nas Sedes de Alguns Municípios do Polo



Município de Caseara

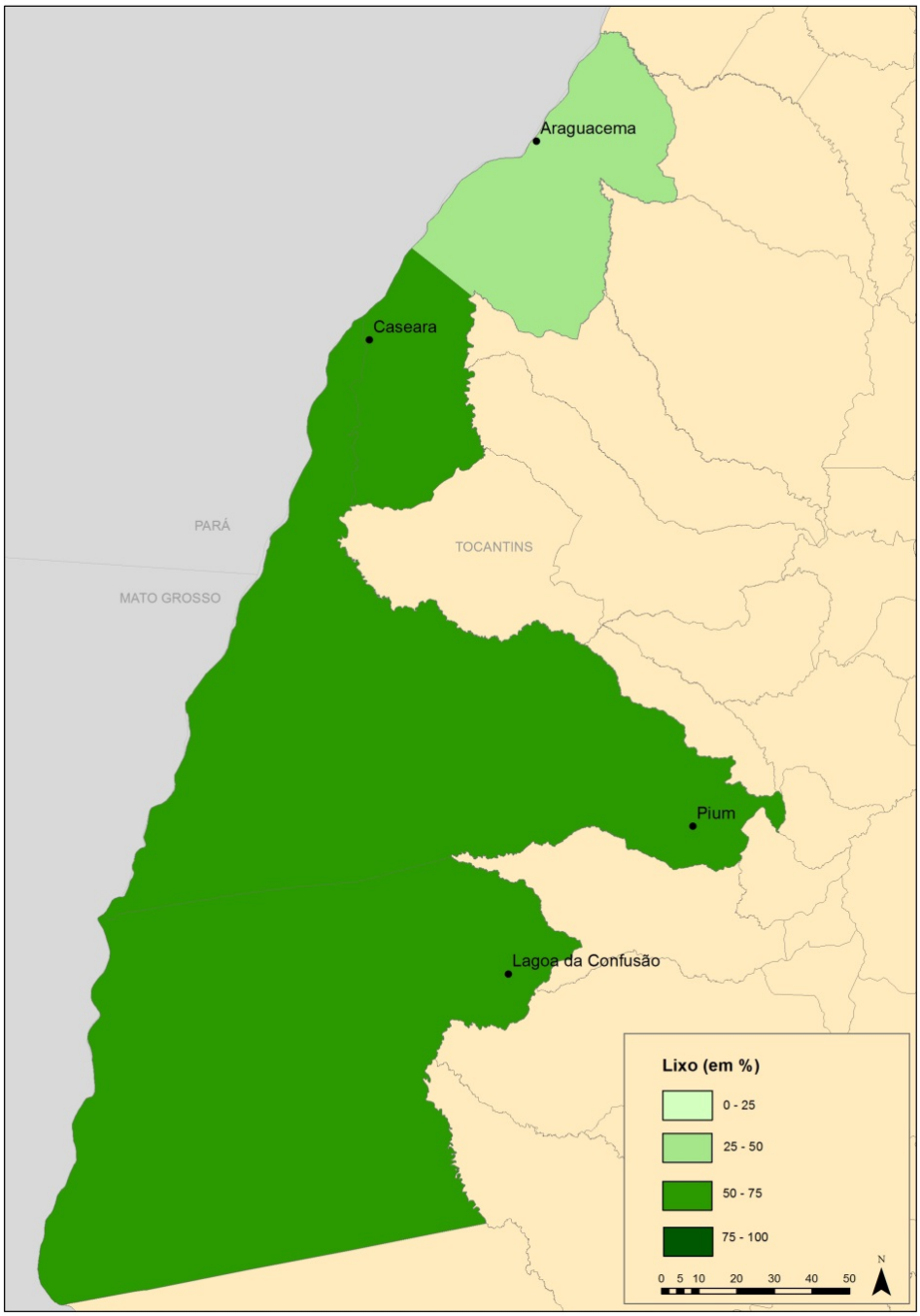


Município de Pium

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O mapa a seguir ilustra a situação da limpeza urbana no Polo. As informações, classificadas em quatro faixas - 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100% -, referem-se à coleta diária por serviços de limpeza. Da leitura dos dados observa-se que os municípios de Caseara, Lagoa da Confusão e Pium estão na faixa de 50 a 75% de domicílios atendidos enquanto o município de Araguacema está entre 25 a 50%.

Figura 46: Limpeza Urbana do Polo



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

A coleta do lixo nos municípios do Polo ocorre diariamente e, na alta temporada chega a ser coletado até duas vezes ao dia. Nos municípios não existem aterro sanitário e tampouco unidade de processamento e reciclagem do resíduo sólido ou programa de reciclagem, como foi informado em campo.

A disposição final dos resíduos sólidos se dá nos chamados lixões, áreas onde se verifica a inexistência de qualquer cuidado em termos de controle da saúde pública e de conservação ambiental, contribuindo para a degradação paisagística, ambiental e social desses lugares. São muitos os problemas ocasionados por esse tipo de destinação dos resíduos, como a contaminação dos solos, a poluição dos cursos d´água e a disseminação da prática da "catação", como um meio de sobrevivência. Todos esses problemas tendem a agravarem-se em função do desenvolvimento do turismo, já que a população flutuante gera uma quantidade adicional de resíduos.

2.2.5 Rede de Drenagem Pluvial

A situação da drenagem pluvial que se configura nas áreas urbanas dos municípios do Polo do Cantão é de carência e de falta de manutenção, o que prejudica o escoamento da água acumulada pelas chuvas. Por consequência, os leitos dos rios e as vias não pavimentadas são as mais prejudicadas por problemas como erosão e assoreamento.

Durante a visita aos municípios verificou-se que nas sedes municipais, as ruas centrais contam com sistemas de drenagem rudimentares constituídos por valas, calhas, sarjetas e bueiros com tampões, muitas vezes sem manutenção. O escoamento natural das precipitações vai diretamente para os talvegues (canal mais fundo de um rio) ou ficam acumulados em locais das vias públicas de pouca declividade. Na grande maioria dos povoados nem mesmo essa rede rudimentar de captação de águas pluviais é encontrada.

Figura 47: Exemplos de Falhas na Drenagem de Alguns Municípios do Polo



Município de Caseara



Município de Pium

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

A análise em campo permitiu verificar que não há disponibilidade de cadastros ou informações sistematizadas sobre redes subterrâneas em funcionamento nos municípios. Convém ressaltar que a necessidade de um sistema de drenagem adequado não chega a ser uma prioridade diante de outras obras de infraestrutura urbana. Apesar de não ser prioridade, devem ser previstas ações, no âmbito dos municípios, principalmente em Lagoa da Confusão, mesmo que em longo prazo, de toda a infraestrutura necessária de saneamento ambiental, incluindo-se a infraestrutura de drenagem.

Não foram constatadas ocorrências de enchente e/ou inundações nos municípios do Polo Cantão que interfiram nas atividades turísticas ou nos próprios atrativos, conforme informações obtidas por meio de entrevistas nas Prefeituras municipais.

2.2.6 Sistema de Comunicação

A infraestrutura de comunicação da área turística contempla a situação atual dos sistemas de comunicação considerando telefonia móvel, acesso a jornais, revistas, rádio, televisão comercial, correios, bancos e disponibilidade de serviços de Internet banda larga, nas sedes municipais.

O serviço de telefonia móvel e o acesso à internet são precários nos municípios. A operadora Oi e a Claro atendem em todo o Polo. Nos municípios de Caseara e Lagoa da Confusão opera também a Vivo.

Para os demais meios de comunicação, os municípios do Polo são contemplados com equipamentos de menor porte, como postos de correios, banco postal para o atendimento do Banco do Brasil, Bradesco, Lotérica e Caixa Aqui. Os caixas eletrônicos muitas vezes operam com intermitência e não há caixas 24 horas. Nos povoados esses equipamentos são escassos e, na maioria das vezes, inexistentes.

Quanto ao acesso aos canais de televisão sinal é transmitido por meio de antenas parabólicas. Araguacema, Caseara e Pium possuem emissoras de rádio local.

No polo, o serviço de comunicação ainda é precário para a atividade turística, visto que a disponibilidade de telefonia celular é limitada (incluindo as principais operadoras do país), e o sinal da internet é precário. Além disso, a rede bancária e os terminais de atendimento 24 horas, quando existem operam com intermitência e falta dinheiro nas maquinas, sendo necessária a manutenção, por exemplo, para melhoraria do atendimento tanto a população quanto ao turista na região.

2.2.7 Energia Elétrica

A empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica aos municípios do Polo é a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – Energisa. Além de operar no segmento de distribuição de energia, a Energisa também gera energia a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) localizadas no interior do Estado. Todavia, grande parte da energia consumida pelo sistema, é fornecida pelas subestações localizadas em Miracema do Tocantins, em Porto Franco (MA) e em Imperatriz (MA), além da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical e da subestação da CELG localizada em Porangatu (GO).

O número de atendimento dos domicílios no Polo pode ser verificado abaixo.

Tabela 20: Distribuição de Energia Elétrica em Domicílios Particulares Permanentes

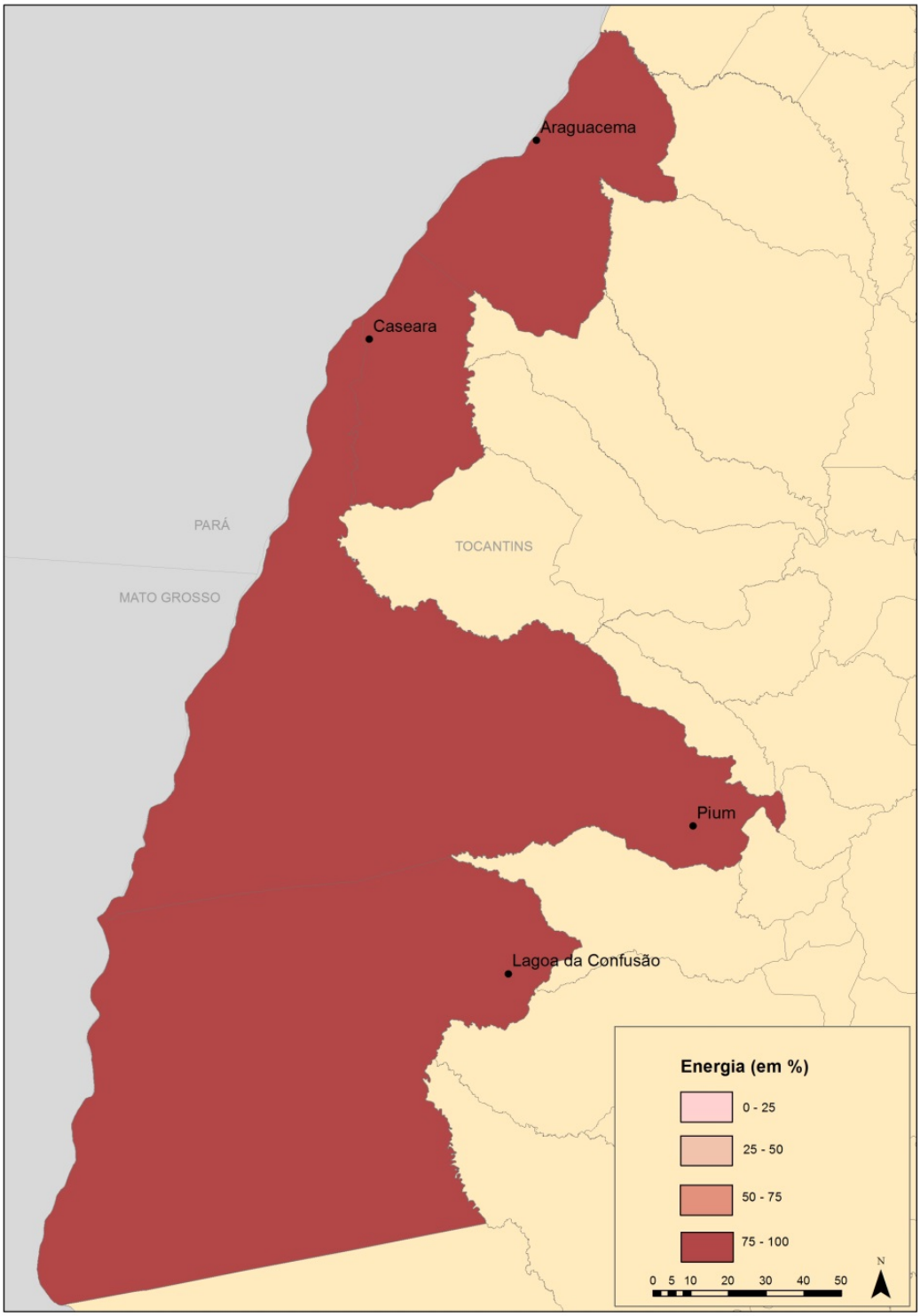
MUNICÍPIOS	FORNECIMENTO POR COMPANHIA DISTRIBUIDORA		FORNECIMENTO POR OUTRA FONTE		SEM FORNECIMENTO		TOTAL GERAL
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	
Araguacema	1.471	80,47	19	1,04	338	18,49	1.828
Caseara	1.096	81,73	8	0,60	237	17,67	1.341
Lagoa da Confusão	2.253	85,24	106	4,01	284	10,75	2.643
Pium	1.659	83,70	16	0,81	307	15,49	1.982
Total Polo do Cantão	**6.479**	**83,13**	**149**	**1,91**	**1.166**	**14,96**	**7.794**

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria, 2013.

O fornecimento de energia elétrica atende, aproximadamente, 83,13% dos domicílios. Quando analisado em separado, os municípios do Polo possuem boa cobertura em sua área urbana com variações de 80,47% a 85,24%.

Com o intuito de ilustrar a fornecimento de energia elétrica no Polo o mapa a seguir apresenta as informações, referentes aos domicílios servidos pelo fornecimento de energia por companhia distribuidora, em quatro faixas de atendimento: 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100% .

Figura 48: Fornecimento de Energia Elétrica do Polo



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio www.seplan.to.gov.br; conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

O maior problema encontrado não diz respeito à cobertura, mas sim à inconstância da tensão na rede elétrica nas sedes municipais e nos povoados, que sofre quedas repentinas em momentos de maior utilização ou mediante condições climáticas instáveis. Todavia, não há indicativos da necessidade de ampliação da capacidade instalada, mesmo com a previsão de ampliação da demanda turística, como foi informado em campo.

2.2.8 Serviços de Saúde

Da análise dos serviços de saúde prestados no Polo, constatou-se que os municípios do Polo possuem rede de pronto atendimento, conforme a tabela a seguir. No entanto, atendimentos mais complexos são encaminhados para redes estruturadas como na Capital.

Tabela 21: Estabelecimentos de Saúde dos Municípios do Polo

MUNICÍPIOS	HOSPITAL	POSTO DE SAÚDE	TOTAL GERAL
Araguacema	1	1	2
Caseara	1	1	2
Lagoa da Confusão	1	2	3
Pium	2	2	4
Total Polo do Cantão	**5**	**6**	**11**

Fonte: Prefeituras Municipais. Elaboração: Technum Consultoria, 2013.

As estruturas de atendimento de saúde concentram-se nas sedes administrativas dos municípios e somam 11 estabelecimentos no geral, sendo cinco hospitais e seis postos de saúde. Pium é o município que possui o maior número de estabelecimentos, seguido por Lagoa da Confusão com três estabelecimentos e Araguacema e Caseara com dois estabelecimentos em cada.

Durante a visita a campo, em Lagoa da Confusão foram relatados muitos casos de problemas respiratórios, oftalmológicos e dermatológicos devido a proximidade de usinas de calcário na região.

Considerando a população local e os turistas que visitam a região e, avaliando a distância dos municípios para uma rede de saúde maior e mais estruturada, há necessidade de investimentos nesse setor. Como o Ecoturismo é praticado no Polo, especialmente no Parque Estadual do Cantão, convém enfatizar que o eventual aumento da atividade turística demandaria planejamento da gestão pública para a oferta de suporte técnico adequado ao cidadão e ao turista.

2.2.9 Segurança

No que diz respeito à segurança é importante ressaltar que, segundo informações levantadas em campo, não há disponibilização de registro com ocorrências específicas para os turistas ou que se estenda ao Polo como um todo, o que dificulta uma análise mais profunda do tema.

Vale ressaltar que a taxa de criminalidade nos municípios é pequena e, cada um deles é atendido pelas Delegacias do Meio Ambiente, DENARC e também pelas Delegacias Regionais, as quais dão suportes às respectivas cidades inclusive com reforço nos plantões, de acordo com informações recebidas pela Adtur, enviadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Tocantins.

Nos atrativos que compõem o Polo, o resgate às vítimas de afogamento, quando acontece, é realizado pelos próprios guias de turismo que recebem treinamento de instrutores especializados.

Nos municípios do Polo não há um órgão específico voltado à segurança do turista e o número de efetivos nas Delegacias Regionais não foi informado. Entretanto, nas entrevistas realizadas em campo nos municípios do Polo, foi repassado que o quadro mínimo de efetivos nas delegacias regionais é composto pelos seguintes cargos: delegado, policiais e escrivão.

2.3. Análise do quadro institucional da área turística

A análise do quadro institucional vigente para a gestão do turismo no Polo do Cantão no âmbito do PDITS é condição necessária para o estabelecimento de estratégias e ações de desenvolvimento integrado do turismo sustentável. Os investimentos em infraestrutura não darão a resposta esperada se, paralelamente, a gestão do turismo não for recriada e fortalecida, envolvendo os atores da administração pública e da iniciativa privada, bem como a sociedade local.

O escopo da análise não se limita, assim, à organização e às condições de atuação do setor público, seja na instância federal, estadual ou municipal. Governo e sociedade têm funções e papéis a assumir para a consolidação da política pública setorial integrada para a área, sendo necessário, para tanto, a adoção de um modelo participativo e inovador de gestão, que conte com os recursos organizacionais, administrativos, legais e tecnológicos requeridos e com equipes qualificadas e competentes, sejam elas formadas por gestores e técnicos da administração pública, ou por líderes, formadores de opinião, empresários, entidades não governamentais e especialistas, enquanto atores sociais. Partindo desses princípios, e considerando o turismo como matéria intersetorial, interdisciplinar e intergovernamental, os temas a seguir são tratados conforme a sua pertinência.

2.3.1 Órgãos e Instituições que Atuam na Gestão do Turismo

O estado do Tocantins vem desenvolvendo e adotando o modelo de gestão participativa das políticas públicas setoriais. A organização do Estado para fins de planejamento das políticas públicas estaduais, estabelecendo a criação dos Polos para efeito do planejamento setorial do turismo, dentre eles o Polo do Cantão, contribuiu para definir e agregar os diferentes atores.

Conforme o Plano Nacional do Turismo 2013-2016, o modelo de gestão descentralizada integra as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada por meio da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade nas diversas escalas territoriais e de gestão do País.

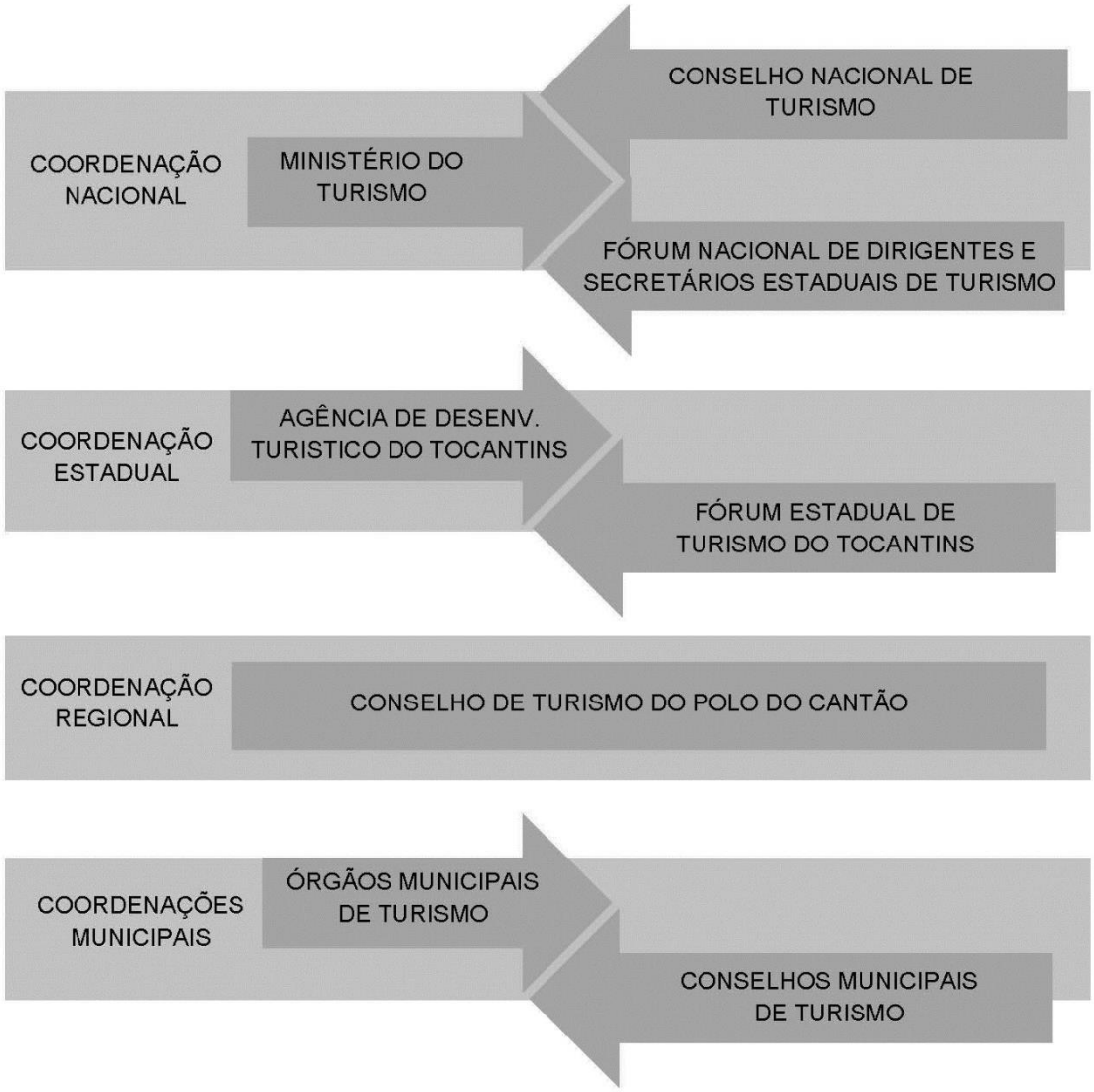
Na ponta, onde a atividade turística se realiza, estão as instâncias de representação municipal. Conforme disposto pelo Ministério do Turismo, os municípios são incentivados a criar os conselhos municipais de turismo e organizarem-se em instâncias de representação regional, pública e privada, possibilitando a criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às respectivas escalas territoriais, complementando, assim, o sistema nacional de gestão do turismo.[1]

Na esfera municipal a gestão do turismo nos municípios deve pautar-se pela integração entre os diversos setores locais, formulação de estratégias para o

[1] Idem, p. 44

desenvolvimento do município, bem como planejar e executar as ações locais em parceria com a esfera estadual e federal.

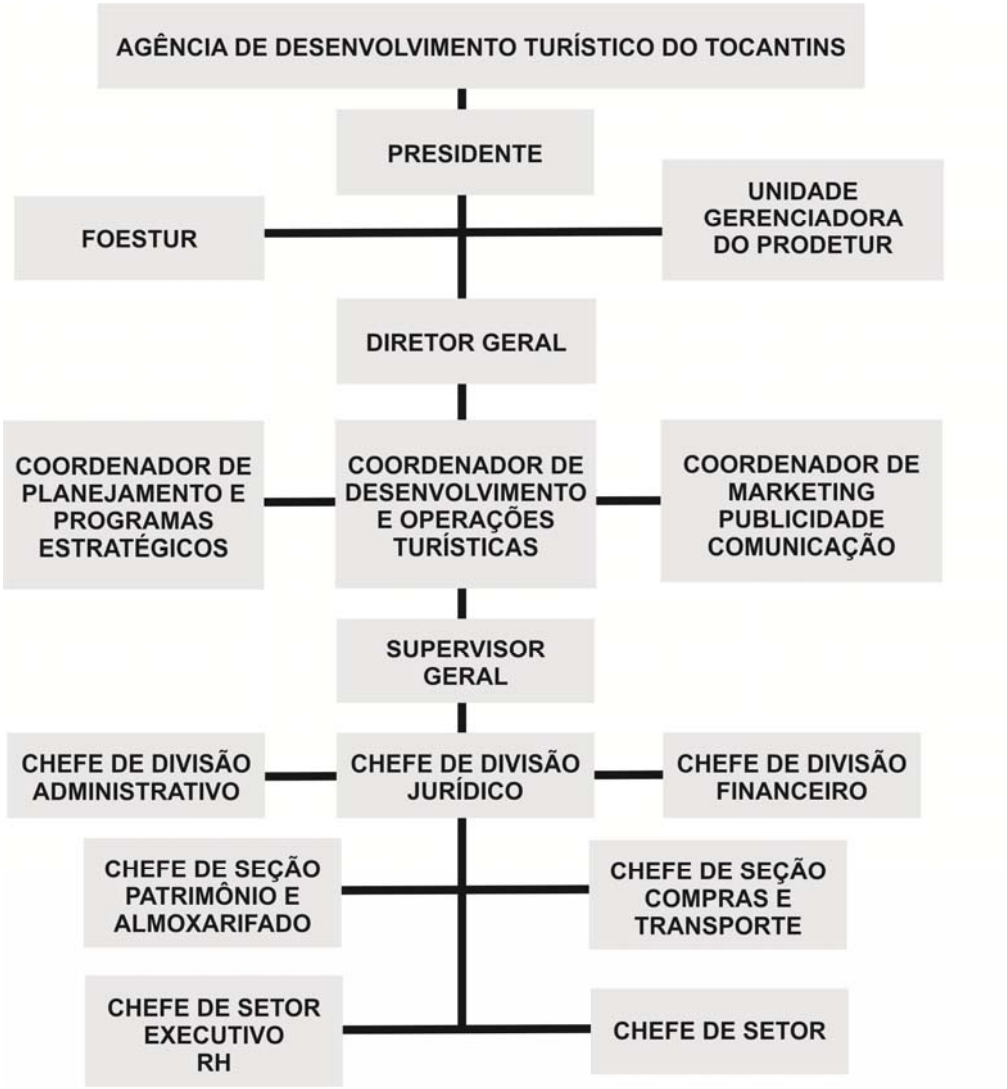
Figura 49: Gestão Descentralizada do Turismo – Estrutura de Coordenação, conforme definido pela Política Nacional do Turismo 2013 – 2016, aplicada para o Estado do Tocantins



Fonte: MTur, Política Nacional do Turismo, adaptado para Tocantins pela Technum Consultoria, sítio do MTur (http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/gestao_descentralizada).

A gestão do turismo no Tocantins, na esfera da administração pública estadual, à época de elaboração do Diagnóstico deste PDITS, estava a cargo da Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins – Adtur que apresentava a ordem de estrutura conforme organograma a seguir.

Figura 50: Organograma do Órgão de Turismo do Estado do Tocantins



Fonte: Adtur, 2014.

Os cargos com seus respectivos servidores eram os apresentados a seguir.

Quadro 10: Número de Cargos e respectivos ocupantes da Adtur

ESTRUTURA		
ORD.	**CARGO**	**SÍMBOLO/NÍVEL**
1	Presidente	-
2	Diretor	CDE VI
3	Coordenador (3 ocupantes)	CDE-V
4	Supervisor (1 ocupante)	CDE-IV
5	Chefe de Divisão (3 ocupantes)	CDE-III
6	Chefe de Seção (2 ocupantes)	CDE-II
7	Chefe do Setor Executivo (2 ocupantes)	CDE-I
8	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-11
9	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-12

ESTRUTURA		
ORD.	**CARGO**	**SÍMBOLO/NÍVEL**
10	Cargo de Assessoramento Direto (4 ocupantes)	FAS-10
11	Cargo de Assessoramento Direto (2 ocupantes)	FAS-8
12	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-7
13	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-4
14	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-1
FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE ASSESSORAMENTO (Efetivos)		
15	Função de Confiança de Assessoramento (2 ocupantes)	FCA-12
16	Função de Confiança de Assessoramento (2 ocupantes)	FCA-10
17	Função de Confiança de Assessoramento (2 ocupantes)	FCA-09
18	Função de Confiança de Assessoramento (4 ocupantes)	FCA-8
CONTRATOS		
19	Auxiliar de Serviços Gerais (5 ocupantes)	-
REDISTRIBUIDO DA SECAD PARA ADTUR		
20	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-12
21	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-7
EFETIVOS		
22	Pedagoga	-
23	Contadora	-
24	Analista em Turismo	-
25	Socióloga	-
26	Analista em Turismo	-
27	Assistente Administrativo	-
28	Analista em Turismo	-
29	Assistente Administrativo	-
30	Auxiliar de Serviços Gerais	-
31	Motorista	-
CARGO DA LEI DE COMUNICAÇÃO		
32	Assessor de comunicação	DAS - 10

Fonte: Adtur, 2014.

Conforme o sítio eletrônico da própria Adtur (http://turismo.to.gov.br/), a Agência tinha como missão “tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável”.

Suas competências, conforme mesma referência, envolviam as seguintes ações:

> I - desenvolver, de forma sustentável, o turismo no Estado, através de suas regiões turísticas, proporcionando condições às prefeituras e comunidades locais, de realizarem ações estratégicas do plano estadual de turismo;

> II - executar a política estadual de incentivo ao turismo, visando ordenar, regulamentar, normatizar e incentivar investimentos no setor;
>
> III - proporcionar o crescimento e fortalecimento do turismo, visando aumentar a geração de renda, o mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida da população;
>
> IV - incentivar a participação da comunidade no processo de desenvolvimento, valorização e conservação do patrimônio natural, cultural e científico da região;
>
> V - fomentar o desenvolvimento do turismo no Estado, promovendo eventos nas regiões turísticas, com divulgação em nível local, regional, nacional e internacional, de acordo com a vocação turística de cada município;
>
> VI - planejar e desenvolver programas e projetos em conjunto com organismos públicos e privados, com objetivo de desenvolver empreendimentos turísticos no Estado;
>
> VII- capacitar e apoiar os municípios para gestão dos serviços de turismo, de acordo com as suas potencialidades e estruturas;
>
> VIII- participar de projetos e programas turísticos coordenados pelo governo federal e promover o intercâmbio com os demais órgãos de turismo municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
>
> IX - pesquisar e captar fontes de recursos junto ao governo federal, e demais organismos internacionais, públicos ou privados, para fomentar as atividades turísticas no Estado;
>
> X - gerir os recursos financeiros públicos destinados ao turismo;
>
> XI - promover:
>
> a) a integração das políticas de turismo com as demais políticas estaduais, em especial as relativas ao meio ambiente;
>
> b) os produtos e roteiros da participação em eventos regionais, nacionais e internacionais;
>
> XII - manter banco de dados de atividades turísticas, para divulgar e promover novos empreendimentos;
>
> XIII- garantir padrões internacionais de qualidade na prestação de serviços turísticos, e contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados no Estado, tornando-os compatíveis com as características do mercado e os investimentos em turismo;
>
> XIV- planejar, coordenar e acompanhar a política e ações de ecoturismo.

A partir de janeiro de 2015, com a nova gestão estadual, a Adtur foi extinta, sendo substituída pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR. A Medida Provisória nº 22, de 30 de abril de 2015, publicada na mesma data no Diário Oficial nº 4.365, dispõe sobre a nova organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

O Anexo I da medida provisória trás o quadro da reestruturação do Estado do Tocantins. Conforme linhas de 27 a 29, a SEDETUR incorporou a Adtur, a Secretaria de Minas e Energia e a Secretaria de Promoção e Atração de Investimentos do Estado.

A referida Medida Provisória, além das funções, incorporou acervos, pessoal e recursos dos órgãos extintos, conforme o § 2º do seu art. 5º:

> Art. 5º [...]
>
> [...]
>
> §2º Os acervos, sistemas, pessoal, patrimônio, créditos orçamentários e demais recursos necessários à execução do serviço, observada a legislação orçamentária vigente, são automaticamente incorporados pelos órgãos ou entidades que sucederem ou substituírem os referidos no caput deste artigo, considerando-se extintos os correspondentes cargos de Secretário de Estado, de dirigente de entidade autárquica e fundacional ou de direção, chefia e assessoramento integrantes da estrutura organizacional dos órgãos, entidades ou unidades administrativas extintos, incorporados ou transformados.

Os cargos com seus respectivos servidores ficaram da seguinte forma.

Quadro 11: Número de Cargos e respectivos ocupantes - SEDETUR

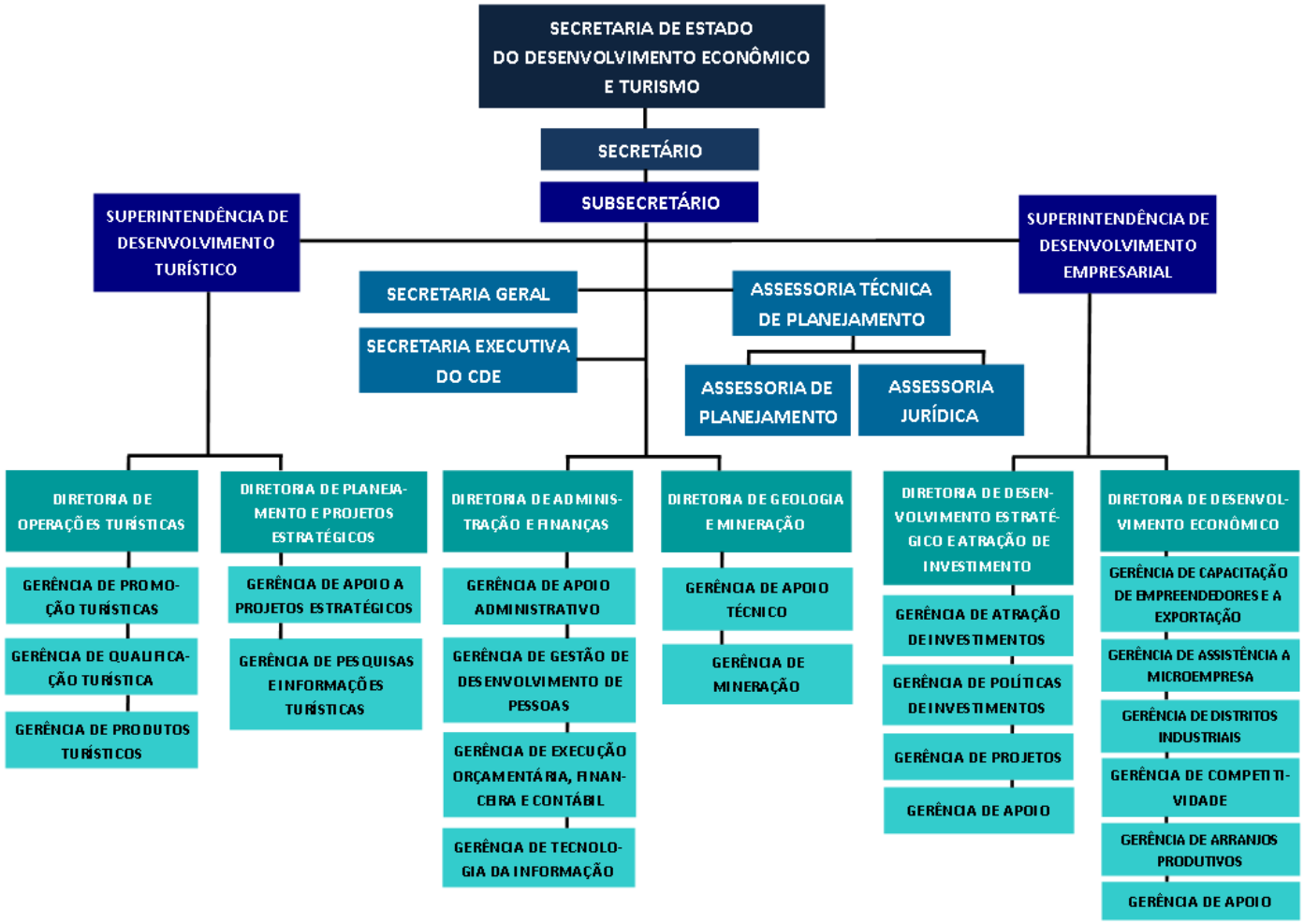
ESTRUTURA		
ORD.	**CARGO**	**SÍMBOLO/NÍVEL**
1	Gabinete do Secretário	DAS-1 1
2	Gabinete do Subsecretário	DAS-2 1
3	Secretaria - Geral	DAI-1 1
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Assessoria Técnica e de Planejamento		DAS-4 1
a)	Assessoria Jurídica	DAI-1 1
b)	Assessoria de Planejamento	DAI-1 1
Diretoria de Administração e Finanças		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Administrativo	DAI-1 1
b)	Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	DAI-1 1
c)	Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	DAI-1 1
d)	Gerência de Tecnologia da Informação	DAI-1 1
Diretoria de Geologia e Mineração		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Técnico	DAI-1 1
b)	Gerência de Mineração	DAI-1 1
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO		
Diretoria de Operações Turísticas		DAS-4 1
a)	Gerência Promoção Turística	DAI-1 1
b)	Gerência de Qualificação Turística	DAI-1 1
c)	Gerência de Produtos Turísticos	DAI-1 1
Diretoria de Planejamento e Projetos Estratégicos		DAS-4 1
a)	Gerência Apoio a Projetos Estratégicos	DAI-1 1
b)	Gerência de Pesquisas e Informações Turísticas	DAI-1 1
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Diretoria de Desenvolvimento Econômico		DAS-4 1
a)	Gerência de Capacitação de Empreendedores e à Exportação	DAI-1 1
b)	Gerência de Assistência à Microempresa	DAI-1 1
c)	Gerência de Distritos Industriais	DAI-1 1

ESTRUTURA		
ORD.	**CARGO**	**SÍMBOLO/NÍVEL**
d)	Gerência de Competitividade	DAI-1 1
e)	Gerência de Arranjos Produtivos	DAI-1 1
f)	Gerência de Apoio.	DAI-1 1
Diretoria de Desenvolvimento Estratégico e Atração de Investimentos		DAS-4 1
a)	Gerência de Atração de Investimentos	DAI-1 1
b)	Gerência de Políticas de Desenvolvimento	DAI-1 1
c)	Gerência de Projetos	DAI-1 1
d)	Gerência de Apoio	DAI-1 1

Fonte: Medida Provisória no 22, de 30 de abril de 2015.

Atualmente o órgão, para todas as áreas de atuação, conta com 108 (cento e oito) servidores. A estrutura da nova gestão é apresentada no organograma a seguir.

Figura 51: Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo



Fonte: SEDETUR, 2015.

No ano de 2016 a Medida Provisória Nº 6, de 26 de fevereiro de 2016, altera a Lei 2.986, de 13 de julho de 2015 e incorpora à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo a Secretaria da Cultura e a Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, denominando Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura

Os cargos com seus respectivos servidores ficaram da seguinte forma.

Quadro 1: Número de Cargos e respectivos ocupantes – SEDEN

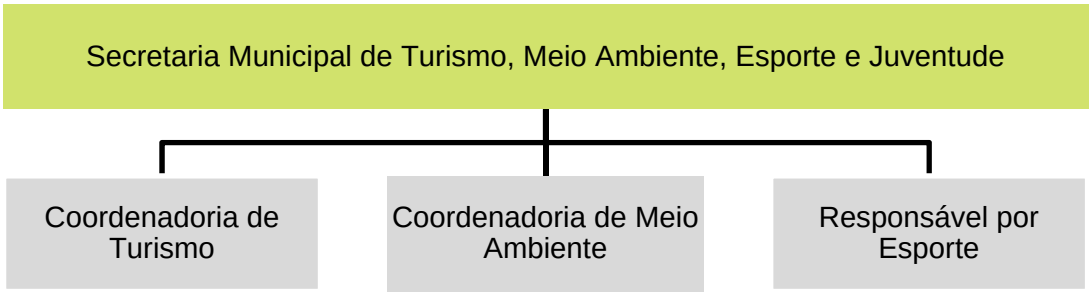
ESTRUTURA		
ORD.	**CARGO**	**SÍMBOLO/NÍVEL**
1	Gabinete do Secretário	DAS-1 1
2	Gabinete do Subsecretário	DAS-2 1
3	Secretaria - Geral	DAI-1 1
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Assessoria Técnica e de Planejamento		DAS-4 1
a)	Assessoria Jurídica	DAI-1 1
b)	Assessoria de Planejamento	DAI-1 1
Diretoria de Administração e Finanças		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Administrativo	DAI-1 1
b)	Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	DAI-1 1
c)	Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	DAI-1 1
d)	Gerência de Tecnologia da Informação	DAI-1 1
Diretoria de Geologia e Mineração		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Técnico	DAI-1 1
b)	Gerência de Mineração	DAI-1 1
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO		
Diretoria de Operações Turísticas		DAS-4 1
a)	Gerência Promoção Turística	DAI-1 1
b)	Gerência de Qualificação Turística	DAI-1 1
c)	Gerência de Produtos Turísticos	DAI-1 1
Diretoria de Planejamento e Projetos Estratégicos		DAS-4 1
a)	Gerência Apoio a Projetos Estratégicos	DAI-1 1
b)	Gerência de Pesquisas e Informações Turísticas	DAI-1 1
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
Diretoria de Desenvolvimento Econômico		DAS-4 1

ESTRUTURA		
ORD.	**CARGO**	**SÍMBOLO/NÍVEL**
a)	Gerência de Capacitação de Empreendedores e à Exportação	DAI-1 1
b)	Gerência de Assistência à Microempresa	DAI-1 1
c)	Gerência de Distritos Industriais	DAI-1 1
d)	Gerência de Competitividade	DAI-1 1
e)	Gerência de Arranjos Produtivos	DAI-1 1
f)	Gerência de Apoio.	DAI-1 1
Diretoria de Desenvolvimento Estratégico e Atração de Investimentos		DAS-4 1
a)	Gerência de Atração de Investimentos	DAI-1 1
b)	Gerência de Políticas de Desenvolvimento	DAI-1 1
c)	Gerência de Projetos	DAI-1 1
d)	Gerência de Apoio	DAI-1 1
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA BÁSICA		
Diretoria de Ação Cultural		DAS-4 1
a)	Gerência de Formação Artística	DAI-1 1
b)	Gerência de Incentivo e Difusão Cultural	DAI-1 1
c)	Gerência de Eventos Culturais	DAI-1 1
Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico		DAS-4 1
a)	Gerência de Unidades Culturais	DAI-1 1
b)	Gerência do Patrimônio Material e Imaterial	DAI-1 1

Fonte: Medida Provisória Nº 6, de 26 de fevereiro de 2016.

Nos municípios do Polo do Cantão a gestão do turismo na esfera da administração pública municipal está a cargo das Secretarias de Turismo, que atuam, muitas vezes, junto com outras áreas de interesse conforme pode ser conferido a seguir.

Figura 52: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Araguacema

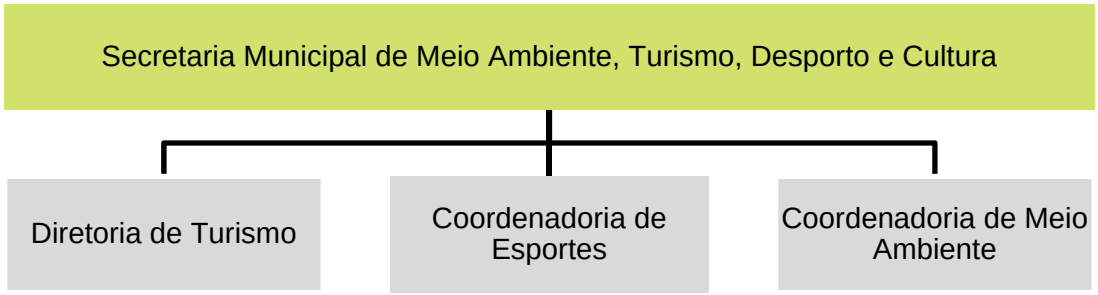


QUADRO TÉCNICO
Secretaria atualmente em estruturação. O funcionário atual foi cedido pela Secretaria responsável pelo Gabinete do Prefeito Municipal.

Fonte: Informação dada pela prefeitura na visita da Technum Consultoria, 2013.

O quadro de servidores da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Juventude de Araguacema, atualmente, está sendo estruturado. De acordo com informações da Secretaria do Gabinete do Prefeito, o responsável atual é o senhor Getúlio Martins dos Santos, cedido pelo próprio Gabinete do Prefeito para resolver as questões do Turismo e Meio Ambiente. Ele ficará provisoriamente até a nomeação do Secretário e dos Coordenadores das áreas de Turismo, Meio Ambiente e Esporte.

Figura 53: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Caseara

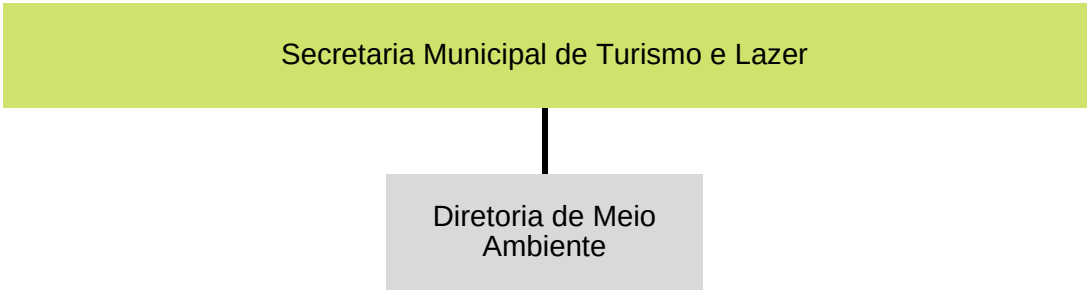


ORD.	CARGO
1	Secretário de Meio Ambiente, Turismo, Desporto e Cultura
2	Chefe de controle e licenciamento ambiental
3	Diretora de Cultura

Fonte: Informação dada pela prefeitura na visita da Technum Consultoria, 2013.

O quadro de servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Caseara também apresenta falta de profissional, contendo apenas um secretário municipal, um diretor de Turismo, um coordenador de Esportes e um coordenador de Meio Ambiente que atuam sem ajudantes no departamento.

Figura 54: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Lagoa da Confusão



ORD.	CARGO
1	Secretário de Turismo e Lazer
2	Subsecretário de Turismo e Lazer

Fonte: Informação dada pela prefeitura na visita da Technum Consultoria, 2013

A Secretaria Municipal de Lagoa da Confusão possui apenas uma Diretoria de Meio Ambiente que atua também no Turismo, totalizando um secretário municipal e um diretor de Meio Ambiente. A Secretaria conta com o suporte e apoio dos guias da cidade que auxiliam repassando informações sobre o turismo local.

Figura 55: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Pium

Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

ORD.	CARGO
1	Secretária de Turismo e Meio Ambiente

Fonte: Informação dada pela prefeitura na visita da Technum Consultoria, 2013.

A Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Pium não possui subdivisões e há apenas uma pessoa responsável por todo o departamento.

Dos municípios do Polo somente Araguacema e Caseara possuem estrutura organizacional com atribuições específicas para o turismo apresentando em seu quadro diretorias ou coordenadorias. No entanto, foi constatada, nas quatro secretarias, a inexistência de dados que contenham levantamentos quantitativos e qualitativos, bem como séries históricas que informem o perfil dos turistas que visitam os municípios. Estes dados são importantes para a avaliação de resultados, proposições de ações e desenvolvimento de melhorias no turismo.

A maioria dos cargos das Secretarias são regidos pela forma estatuária, o que passa a ser um fato positivo uma vez que traz a estabilidade funcional. No que diz respeito ao treinamento e desenvolvimento desses funcionários, nota-se que as administrações municipais não valorizam essa questão. Portanto, faz-se necessário a capacitação de gestores para os trabalhos a serem desenvolvidos, a adoção de medidas que busquem fortalecer esses órgãos, além da aquisição de mobiliário e equipamentos suficientes para o cumprimento das atividades de forma satisfatória.

Ainda sobre a capacitação, vale acrescentar a discussão a respeito da preparação da população para o turismo. Os municípios informaram que órgãos como o SEBRAE e SENAC disponibilizam cursos de capacitação para a população, como hotelaria, alimentação, formação de condutores e guias de turismo. Esses cursos acontecem, principalmente, próximos ao período de alta temporada, porém observa-se um desinteresse e uma falta de mobilização da população para a profissionalização.

Os Conselhos Municipais de Turismo do Polo estão desativados, uma vez que os municípios consideram a atuação sobre a atividade turística ainda pouca expressiva. O desenvolvimento do turismo no Polo acaba por ser prejudicado uma vez que não há integração e reuniões que envolvam o trade e a população para tratar do assunto. Portanto, a atuação dos conselhos municipais é importante porque trazem impactos positivos ao turismo e, em uma escala maior, promovem a sua conexão com as outras áreas turísticas do Polo, visto que a organização e reunião buscam também estruturar

destinos e roteiros turísticos integrados.

Verifica-se também falta de articulação e interesse por parte da população e do trade turístico com os órgãos municipais em busca do desenvolvimento integrado do turismo, da formatação de produtos, roteiros e calendário de eventos, otimizando a busca de recursos financeiros e humanos, que viabilizem o desenvolvimento pretendido. A participação do trade turístico no desenvolvimento do turismo é de extrema importância para a ampliação dos benefícios da atividade turística. O fortalecimento dessas entidades colabora para a manutenção de um nível adequado na prestação de serviços, na inovação da oferta e na diversificação de opções aos turistas e tem como resultado o aumento da permanência turística no destino, além de auxiliar na atração de um perfil de turista diferenciado, ampliando assim as receitas da atividade no Polo. Já a participação e capacitação da população local permite a aceitação das transformações causadas pelo turismo, gerando a integração e o desenvolvimento econômico para a comunidade, ocasionando o incentivo do turismo para a população local.

Como destaque da análise do ambiente institucional realizada, ressalta-se que, na esfera municipal encontram-se municípios enfraquecidos e com capacidade para a gestão do turismo ainda muito limitada. Esta realidade pode ser comprovada pela a ausência de dados sistematizados, inexistência ou falta da qualificação profissional para a gestão do turismo, fragilidade do ambiente de gestão e em relação ao empreendedorismo, envolvimento da sociedade local ainda incipiente.

2.3.2 Impactos e limitações das Políticas Públicas

No intuito de identificar os impactos e limitações das políticas públicas e a capacidade de gestão pública sobre o desenvolvimento do turismo dos municípios e do Polo Cantão, são investigados:

- capacidade dos municípios para a captação de recursos;
- adequabilidade da estrutura administrativa de turismo, e;
- capacitação para a gestão do turismo.

Pode-se afirmar que no turismo, as possibilidades de **captação de recursos**, além do orçamento público, podem ser feitas com o apoio de entidades não governamentais, como: ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens; ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; CBC&VB - Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, dentre outras. A captação exige a elaboração de projetos e pleito aos atores envolvidos em financiamentos, ou mesmo a fundo perdido, específicos para o setor turísticos. No entanto, a visita realizada em campo constatou que essas organizações não estão estruturadas ou não são representativas no âmbito municipal.

Outras estruturas que poderiam facilitar o acesso aos recursos seriam as organizações governamentais, como fundações e institutos públicos voltadas à promoção do desenvolvimento turístico. No entanto, a operação dessas estruturas é ainda dificultada pela falta de outros mecanismo e instrumentos necessários, tais como o Fundo Municipal de Turismo.

Os recursos mais utilizados continuam sendo os de procedência federal, tendo como fonte principal o MTur. A tabela a seguir retrata o desempenho do Polo na conquista de recursos para alavancar suas atividades de desenvolvimento e fortalecimento do turismo.

Tabela 22: Demonstrativo dos recursos arrecadados no Ministério de Turismo nos anos de 2011, 2012 e 2013

MUNICÍPIO	ANO 2011 VALOR (R$)	ANO 2012 VALOR (R$)	ANO 2013 VALOR (R$)	TOTAL ANOS 2011,2012 E 2013
Araguacema	60.840,00	17.004,00	97.812,00	175.656,00
Caseara	-	-	-	-
Lagoa da Confusão	-	243.750,00	-	243.750,00
Pium	185.196,38	49.257,00	142.728,30	377.181,68

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2013).

Pelas informações da tabela anterior pode-se inferir que o município de Caseara não arrecadou recursos nos anos de 2011, 2012 e 2013 para a promoção de melhorias turísticas . Lagoa da Confusão obteve recursos em 2012 do MTur, sob forma de convênio, para dotar a orla de infraestrutura turística. Os municípios de Araguacema e de Pium tiveram recursos do MTur para projetos de infraestrutura turística nos anos de 2011 a 2013.

Além de outras razões, os seguintes fatores contribuem para a dificuldade de captação de recursos:

- falta de planejamento e desconhecimento da realidade do turismo local;
- ausência de informações organizadas;
- pessoal sem a qualificação necessária à elaboração de projetos e capacidade de administração para acompanhamento, fiscalização e prestação de contas;
- quantidade de pessoal insuficiente para atuar em ações relativas à política do turismo;
- falta de agilidade da administração pública; e
- desconhecimento de outras fontes de recursos para subsidiar as atividades do turismo.

Esses fatores são reversíveis, desde que haja uma estratégia para captar recursos oriundos de outras fontes, que vai desde a capacitação dos agentes públicos até a organização de informações para esse fim, passando pelo conhecimento da política instalada e das necessidades locais.

Sobre a **capacidade da estrutura administrativa do turismo,** em acordo com a estrutura organizacional dos órgãos de turismo do Polo apresentada no item 2.3.1. deste documento, verifica-se que os municípios do Polo possuem secretarias de turismo. Considera-se que a existência de uma secretaria voltada para o turismo é o primeiro passo para a gestão da atividade. Caberia a ela ser o órgão técnico, o articulador político e o mobilizador da cadeia produtiva, coordenando ações e projetos para o município e, em uma instância maior, para o Polo.

Observa-se, no entanto, pelo exposto no item 2.3.1 que as Secretarias de Araguacema e de Pium, contam com pessoal extremamente reduzido, o que dificulta a ação efetiva dos gestores. Mesmo nos municípios onde há maior estrutura, houve relato de carência do corpo técnico. São poucos profissionais para as diversas funções exigidas, além disso, muitos funcionários não possuem formação superior em turismo. A deficiência decorre, muitas vezes, da limitação dos recursos financeiros ou da pouca prioridade dada ao setor do turismo.

É evidente, como já exposto neste documento, a baixa **capacidade para a gestão do turismo** – quer seja no âmbito público, como privado. Dentre outras carências destaca-

se a ausência de instituições de ensino direcionadas ao turismo. Além disso, os cursos promovidos por algumas instituições, como por exemplo o SEBRAE, são realizados de forma esporádica.

Um dos principais entraves relacionados à gestão do setor, refere-se à falta de informações sistematizadas que permitam subsidiar o planejamento e realizar o monitoramento da atividade.

Além das pesquisas relacionadas ao turismo seria importante incentivar a pesquisa científica no Polo, notadamente aquelas que envolvessem as instituições de ensino superior. Nesse sentido, programas relacionados a investigação de diversos aspectos no Polo, por meio de pesquisas cientificas, poderiam tornar-se ferramentas de suporte ao conhecimento e desenvolvimento dos aspectos relacionados às questões socioeconômicas, turísticas e ambientais. Ações voltadas dessa natureza poderiam despertar para a inovação do setor produtivo.

Os levantamentos realizados em campo permitiram constatar a forte necessidade de ações em gestão para o turismo, dentre elas:

- promoção de cursos de capacitação que envolva os municípios integrantes do Polo;
- habilitação de profissionais para a prestação de contas e elaboração de projetos e para o atendimento ao turista;
- sensibilização para o cadastramento dos empreendimentos turísticos do Polo e para o correto preenchimento das Fichas Nacionais de Registro de Hospedes - FNRH e emissão periódica de Boletins de ocupação Hoteleira nos meios de hospedagem ;
- incentivo à adoção de boas práticas operacionais por meio de mecanismo de certificação e de selos de qualidade, dentre outros.

O resultado dessas ações poderia inferir diretamente na melhoria do sistema de gestão do turismo, tornando-o objetivo e eficaz para a sua prática.

Nas esferas federal e estadual há uma visão mais integrada e consolidada do turismo uma vez que as políticas de turismo vêm ocupando espaço no âmbito do planejamento e gestão. A organização pauta pela criação de um sistema formado por planos, programas, leis e instituições que concebem políticas para o turismo nas diversas escalas territoriais e de gestão do País, sendo alguns deles elencados a seguir:

- o **Plano Nacional de Turismo** - macroprograma que reúne um conjunto de programas com ações específicas para o desenvolvimento do turismo brasileiro.
- o **Estudo de Competividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** - marco da política nacional do turismo, que traz subsídios para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável para os próximos anos.
- o referencial constante do documento **Turismo no Brasil 2011-2014,** datado de 2010 e elaborado pelo Conselho Nacional do Turismo**,** trazendo o diagnóstico do turismo no País e as metas para os próximos anos, com foco nos dois grandes eventos sediados no Brasil: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

No âmbito estadual há uma percepção da importância do turismo e busca de estruturação do setor, ainda que seja necessária a superação dos entraves decorrentes da descontinuidade administrativa. Importa acrescentar que o modelo de gestão do turismo desejado deve ter como princípio a integração de ação em todas as esferas - federal, estadual e municipal -, trazendo um desenvolvimento sustentável do turismo.

2.3.3 Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico

O planejamento turístico é importante, representando um instrumento de análise sistemática da atividade turística como ocorre e como deveria ocorrer e definindo a forma de atuação mais eficaz para se chegar ao futuro desejado.

O Ministério do Turismo oferece, aos estados e municípios, diretrizes e instrumentos norteadores da atividade turística. Merece destaque a Lei Geral do Turismo e o Plano Nacional do Turismo. Esses instrumentos vêm mobilizando estruturas regionais públicas da área para um processo de debates participativos que buscam o desenvolvimento do turismo pela organização de roteiros e de produtos domésticos estabelecidos no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

A Lei Geral do Turismo – LGT dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, disciplinando a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Em 2003 foi lançado o Plano Nacional de Turismo – PNT pelo MTur. O Plano se baseia nos seguintes pressupostos: (i) parceria e gestão descentralizada; (ii) distribuição de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; (iii) diversificação dos mercados, produtos e destinos turísticos; (iv) inovação dos arranjos produtivos; (v) visão estratégica por meio de planejamento integrado; (vi) incremento do turismo interno; e (vii) desenvolvimento do turismo sustentável. As ações pertencentes ao PNT consistem em importantes instrumentos indutores do desenvolvimento turístico, bem como de inclusão social. Para os alcances dos resultados até 2016 foram fixados os seguintes objetivos:

- preparar o turismo brasileiro para os megaeventos: consiste na preparação da cadeia produtiva do turismo para receber os turistas internacionais e nacionais durante o período dos eventos como: a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, na cidade do Rio de Janeiro em 2016, dentre outros;
- incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros: refere-se ao esforço em aumentar a chegada de turistas estrangeiros no Brasil, bem como aumentar seus gastos. Ao mesmo tempo incentivar o turista brasileiro que vai ao exterior a viajar mais pelo Brasil. Além disso, esse objetivo busca também incorporar a perspectiva da internacionalização de empresas turísticas nacionais, tornando possível a absorção de parte dos gastos dos brasileiros no exterior;
- incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil: busca-se por meio de ações o fomento do mercado interno oferecendo um número maior de produtos de qualidade; o aumento das viagens domésticas; a promoção das regiões brasileiras, por meio da diversidade cultural e natural, contribuindo para a diminuição das desigualdades regionais; e o fortalecimento do segmento de negócios e eventos ligados direta e indiretamente à cadeia produtiva do turismo.
- melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro: para isso foram definidos 65 destinos turísticos no Brasil, sobre os quais vem sendo aplicada, desde 2007, a metodologia que permite avaliar o índice de competitividade de cada um deles.

Dos objetivos propostos as metas a serem cumpridas até 2016 consistem em aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país; aumentar para US$10,8 bilhões a receita com o turismo internacional; aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas; elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional e aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo.

O MTur possui outros programas e macroprogramas, estruturados pelo PNT, que expressam suas linhas de atuação e que podem ser verificados no quadro a seguir.

Quadro 12: Macro programas e programas do Ministério do Turismo

MACROPROGRAMAS	PROGRAMAS
Planejamento e Gestão	Implementação e Descentralização da Política Nacional de Turismo
	Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Turismo
	Relações Internacionais
Informação e Estudos Turísticos	Informações e Estudos Turísticos
	Sistemas de Informação do Turismo
	Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro
Logística de Transportes	Programa de Ampliação da Malha Aérea Internacional
	Programa de Integração da América do Sul
	Programa de Integração Modal nas Regiões Turísticas
Regionalização do Turismo	Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
	Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização
	Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos
	Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo
	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo - PRODETUR
Fomento à Iniciativa Privada	Fomento à Iniciativa Privada
	Programa de Atração de Investimentos
	Programa de Financiamento para o Turismo
	Linhas de Crédito para o Turismo
Infraestrutura Pública	Articulação Interministerial para Infraestrutura de Apoio ao Turismo
	Programa de Apoio à Infraestrutura Turística
Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos	Programa de Normatização do Turismo
	Programa de Certificação do Turismo
	Programa de Qualificação Profissional
Promoção e Apoio à Comercialização	Programa de Promoção Nacional do Turismo Brasileiro
	Programa de Apoio à Comercialização Nacional
	Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro
	Programa de Apoio à Comercialização Internacional
	Programa Turismo Sustentável & Infância

Fonte: Ministério do Turismo - 2014

Dos macroprogramas e programas citados no quadro anterior merece destaque, no âmbito da elaboração do PDITS para o Polo, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, bem como o Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur.

- **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**

O Programa de Regionalização do Turismo, estruturado pelo PNT 2013-2016, tem como objetivo geral apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada. Para alcançar os resultados desejados no processo

de regionalização do turismo o programa tem como premissas: a abordagem territorial, integração e participação social, a inclusão, a descentralização, sustentabilidade, inovação e a competitividade.

A qualificação do programa é realizada a partir das proposições advindas de discussões realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, das equipes técnicas do Ministério do Turismo, das avaliações oriundas das instâncias de governança, da Rede Nacional de Regionalização e, por último, da consulta pública. Sua implementação orienta-se pela cooperação e parcerias dos agentes públicos e privados nas esferas federal, estadual e municipal.

São os eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo que proporcionam o desenvolvimento e produção das atividades, bens e serviços turísticos nas regiões e municípios. Possibilitam também a integração e convergência das ações e esforços do Ministério do Turismo – Secretarias, Diretorias, Coordenações – às demandas dos Estados, regiões e municípios turísticos. Nesse sentido, os oito eixos do plano orientam as ações a serem alcançadas. São eles: gestão descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; empreendedorismo, captação e promoção de investimento; infraestrutura turística; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização e monitoramento.

O modelo de financiamento das ações dos Programas conta com três fontes distintas de recursos: o financiamento internacional obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, recursos de contrapartida federal, Ministério do Turismo e a contrapartida estadual.

Para o estado do Tocantins o PRT objetivou o ordenamento da atividade turística, focalizando o desenvolvimento das regiões turísticas. Foram eleitas quatro regiões prioritárias, são elas: Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras e Lago e Serras Gerais.

- **PRODETUR Nacional - Programa de Desenvolvimento do Turismo**

O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, por meio de ações voltadas para o planejamento de regiões turísticas e tendo em vista a obtenção de crédito de financiamento externo. Nesse contexto surge o Prodetur Nacional com o objetivo de fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento turístico nacional, a fim de promover a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

No contexto do Estado, o planejamento do turismo está apoiado na estratégia de desenvolvimento sustentável elencada pelo Governo do Tocantins. A visão do fortalecimento da economia, aliada à inclusão social e a valorização do meio ambiente tem no setor turístico um de seus mais fortes pilares de sustentação.

Assim, além de outras ações voltadas ao incremento dessa atividade, tem-se a busca do planejamento integrado e da captação de recursos. Um dos maiores programas utilizados refere-se ao Prodetur Nacional Tocantins, que vem ao encontro da política estadual uma vez que busca promover a inclusão social com o aumento da geração de renda das comunidades locais e a conservação ambiental por meio da atividade turística planejada.

Para a captação de recursos junto ao financiador externo foram selecionadas três áreas turísticas do Estado – Polo do Jalapão, Polo do Cantão e Polo Palmas - para ser incluída no Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado do Tocantins, para o qual estão sendo elaborados este PDITS.

Outros planos e programas de turismo atualmente em desenvolvimento ou que já foram realizados e constituem bases para o desenvolvimento do turismo no Estado são:

- Projeto de Fortalecimento Institucional: executado com apoio financeiro e técnico do MTur e contrapartida do Estado para a aquisição de equipamentos de informática, transporte terrestre e aquático e ações de qualificação profissional.
- Projeto Executivo de Sinalização Turística: executado com recursos do Governo do estado e que será implantado com recursos do PDITS.
- Estudo de Competitividade de Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo Regional: realizado pelo MTur e Fundação Getúlio Vargas – FGV. Em Tocantins essa pesquisa é realizada para Palmas e Mateiros, considerados destinos indutores do turismo.
- Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR: financiado pelo Governo Brasileiro e pelo BID o programa objetivou fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável na Amazônia Brasileira, com ênfase no Ecoturismo, maximizando os benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da atividade turística por meio de ações que busquem a conservação de recursos, bem como a geração de emprego e renda. No Estado do Tocantins os Polos do Cantão e do Jalapão foram beneficiados com ações do PROECOTUR. A Gestão do Programa foi atribuída a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN), órgão responsável na época pelas questões preponderantes ao Ecoturismo no Estado.

Concretizando a intenção de busca de recursos para o turismo, tem-se a Carta Consulta apresentada à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, conforme também apresentada no item 1.2 deste documento.

Ainda no que diz respeito à organização e coordenação do planejamento do turismo o Polo conta com estudos relacionados ao turismo, meio ambiente, geografia, dentre outros cursos afins produzidos por entidades de ensino superior. Têm-se, a título de exemplo, produções da Universidade Federal de Goiás, do Instituto Chico Mendes e Universidade Federal do Tocantins.

Em nível municipal, o planejamento e a coordenação de ações tem sido feito, ainda de que de maneira incipiente, com apoio do federal ou de entidades de âmbito nacional. Os municípios do Polo tem usufruído de programas oferecidos pelo Ministério do Turismo, como o Cadastur e o Programa de Normatização do Turismo, Contam também com o apoio do SENAC que oferece cursos de hotelaria e de formação de condutores ambientais.

Entende-se assim que há uma certa organização e coordenação pelo setor público, ainda que tímida. A maior carência, no entanto, encontra-se na falta de participação do setor privado nessa gestão. Como exposto ao longo deste documento há necessidade de maior articulação e integração da esfera pública com a iniciativa privada. Somente decisões políticas negociadas com os cidadãos e com a iniciativa privada são capazes de trazer para o Polo perspectivas para o planejamento estratégico. É necessário sobretudo a definição do modelo integrado de gestão, além da priorização de ações e investimentos, planos operacionais e processos de avaliação para melhoria constante do desempenho do Polo e de seus municípios.

2.3.4 Legislação

Os instrumentos legais de âmbito federal e estadual que sustentam a Gestão do Turismo encontram-se relacionados no quadro a seguir. Importa ressaltar que tais instrumentos são importantes na medida em subsidiam o ordenamento, a promoção e o uso

equilibrado dos espaços turísticos, de forma a garantir o turismo sustentável.

Quadro 13: Instrumentos Legais e de Gestão dos Municípios do Polo

LEGISLAÇÃO TURÍSTICA
• Lei n.º 2.820, de 30 de dezembro de 2013: Dispõe sobre a Política de Turismo Sustentável do Estado do Tocantins; • Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008: dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, institui o Sistema Nacional de Turismo – SNT; • Lei 8.623/93: valida o exercício da profissão de Guia de Turismo; • Deliberação Normativa 416/00 – EMBRATUR: regulamenta o Cadastro das empresas turísticas; • Deliberação Normativa 161/85 – EMBRATUR: Dispõe sobre o regulamento comercial entre as Agências de Turismo e seus usuários para operação de viagens e excursões turísticas; • Deliberação Normativa 246/88: disciplina o registro e classificação de empresas de transporte turístico; • Decreto 84.934: Agências de Turismo; • Decreto 84.910/80: Regulamentação dos Meios de Hospedagem; • Decreto 87.348/82: Regulamentação do Transporte Turístico; • Decreto 136/84: Serviços de Agências de Turismo; • Decreto 89.707/84: Organização de congressos, convenções, seminários ou eventos congêneres; • Decreto 5.406/05: Regulamentação do cadastro obrigatório para fins de fiscalização das sociedades empresariais, das sociedades simples e dos empresários individuais que prestam serviços turísticos remunerados.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
• Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal Brasileiro; • Constituição da República Federativa do Brasil 1988 - Capitulo VI – Do Meio Ambiente; • Lei nº 11.284/2006 – Gestão de Florestas; • Lei nº 5.197/67 e lei nº 9.605/98 – Proteção à Fauna e Crimes Ambientais; • Lei nº 6.938/81 e lei nº 99.274 – Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e Decreto de regulamentação; • Lei nº 9.433/97 e Decreto nº 24.643/34 – Política Nacional de Recursos Hídricos; • Lei nº 9.985/00 e Decreto nº 4.340/02 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e Decreto de regulamentação; • Decreto nº 1.922/96 e Decreto nº 5.764/06 – Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e Decreto de regulamentação; • Decreto nº 5.758/06 – Plano Estratégico de Áreas Protegidas; • Resolução do CONAMA/02 – Áreas de Preservação Permanente (APP); • Decreto nº 4.339/02 – Polícia Nacional da Biodiversidade; • Lei nº 9.795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental; • Resolução 422/10 – Diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental; • Decreto nº 99.556/90 – Proteção das cavidades naturais subterrâneas; • Lei nº 9.605/98 – Crimes Ambientais; • Decreto Federal nº 47.570, de 31 de dezembro de 1959 – Cria o Parque Nacional do Araguaia; • Decreto Presidencial nº 68.873, de 05 de julho de 1971, retificado pelo Decreto Presidencial nº 71.879, de 01 de março de 1973 - Redefinição da área da Ilha do Bananal; • Decreto Federal s/n, de 27 de setembro de 2001 – Cria a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins; • Decreto Federal nº 4.297/2002 - Define que o Zoneamento Econômico-Ecológico - ZEE é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente; • Lei Estadual nº 29, de 21 de abril de 1989 – Cria o Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins; • Lei Estadual nº 907, de 20 de maio de 1997 - Área de Proteção Ambiental - APA Ilha do Bananal/Cantão; • Lei Estadual n° 996/98 – Cria o Parque Estadual do Cantão; • Lei Estadual nº 2.656, de 06 de dezembro de 2012 - Tocantins instrumentalizou o processo de gestão territorial, legalizando a incorporação das diretrizes contidas no Plano de ZEE nas etapas de elaboração de projetos e licenciamento ambiental, executado pelo Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins; • O Parque Nacional do Araguaia foi criado durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 31 de dezembro de 1959.

Fonte: Adtur, adaptado por Technum Consultoria SS, 2013.

Em âmbito local são poucos os instrumentos efetivos que dão suporte à concretização de objetivos e ações referentes ao turismo. Dentre eles, merece destaque o Plano Diretor Municipal, que objetiva ordenar o território e estabelecer as bases para garantir o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida de seus habitantes.

O Plano Diretor Municipal regula o uso do espaço urbano e rural, de forma a melhorar a qualidade de vida da população em geral. Para o desenvolvimento do turismo, normalmente esses Planos destacam:

- o planejamento das ações da administração pública;
- como desenvolver o turismo como solução para enfrentar os problemas advindos da falta de crescimento econômico;
- a análise das interfaces do turismo com as dimensões do desenvolvimento político, social, econômico, espacial, administrativo e financeiro;
- a busca do desenvolvimento da atividade como indutor das condições do bem estar da população local; e
- a distribuição da atividade no município por meio dos parâmetros de uso, propiciando a ocupação equilibrada do território municipal.

Apesar dos municípios do Polo do Cantão possuir o Plano Diretor Municipal, em nenhum deles está sendo efetivamente implementado. Ressalta-se que em todos os municípios do Polo há necessidade de revisão do Plano, uma vez que já se passaram mais de dez anos de sua elaboração.

Quadro 14: Listagem dos Municípios do Polo que possuem o Plano Diretor Municipal

	ARAGUACEMA	CASEARA	LAGOA DA CONFUSÃO	PIUM
Plano Diretor Municipal	sim	sim	sim	sim
Ano de elaboração	2004	2002	2002	2002

Fonte: Informação coletada nos municípios – Technum Consultoria, 2013.

Nas visitas realizadas em campo, observou-se o relato dos atores locais em relação à ineficiência das legislações e instrumentos que tratam da gestão do turismo. Foi observada ainda a necessidade de um trabalho de melhoria e de reestruturação dos órgãos para uma adequada capacidade de gestão e de fiscalização.

Não foram identificadas outras base legais voltadas ao estabelecimento de diretrizes para a intervenção no espaço urbano, inserindo o turismo como atividade de apoio para a promoção da qualidade de vida nas cidades do Polo. O tema é de pouca abrangência nas demais leis, tais como: Lei Orgânica, Lei do Parcelamento do Solo, Lei Zoneamento, Legislação voltada para Área Interesse Especial/ Social, Código de Obras ou Código de Posturas.

Diante do exposto, afere-se que a legislação ambiental, turística e urbanística ainda é incipiente nos municípios do Polo. Assim, há a necessidade de se criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o turismo e o meio ambiente de forma sustentável tanto para os municípios, quanto para o Polo. Além disso, os municípios devem adotar outros mecanismos específicos para a realidade de cada um.

O desenvolvimento do PDITS aparece nesse contexto como uma oportunidade de abertura à ações que fomentem o gerenciamento sustentável da atividade turística no

Polo, por meio da criação dos instrumentos legais necessários ao seu planejamento, controle e monitoramento.

2.3.5 Quadro dos Incentivos para o Investimento Turístico

Os recursos para as linhas de crédito são, de acordo com o sítio do governo do Tocantins, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), do Governo do Tocantins e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O FNO foi criado pelo Governo Federal, em 1989, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. Os beneficiários são ligados aos setores Rural, Industrial, Infraestrutura, Agroindustrial, Turismo, Comércio e Serviços e os recursos visam à implantação, à ampliação, à modernização e à relocalização de empreendimentos produtivos.

Já o Finam corresponde ao fundo disponibilizado pela antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, mas que hoje é administrado pelo Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos – DFRP, ligado à Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional. Atualmente, o Finam não inclui outros projetos que não os de suas obrigações com processos anteriores (http://www.sudam.gov.br/acessoainformacao/543, acesso em: 22 de janeiro de 2014).

As linhas de crédito do FNO e do FINAM são operadas pelo Banco da Amazônia e contam com condições especiais de prazo, abrangência, carência e juros, conforme informado no sítio do governo.

O BNDES oferece financiamento para a área de turismo a partir do apoio ao Complexo Turístico Nacional, abrangendo empreendimentos de infraestrutura e serviço turístico (http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Comercio_Servicos_e_Turismo/, acesso em: 22 de janeiro de 2014).

Segundo o sítio do governo do estado, as linhas de crédito disponíveis no Tocantins têm estimulado, em geral, os empreendedores nas atividades industriais, comerciais e agropecuárias. O governo estadual tem programas de incentivo fiscais, que beneficiam em especial com a redução ou isenção do ICMS e criou mecanismos próprios que subsidiam a arrecadação desse imposto, como a Agência de Fomento do Tocantins – Fomen – TO, o Prosperar (Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins) e o Proindústria (Programa de Industrialização Direcionada). O Prosperar foi criado no ano de 2002, e tem como objetivo a implantação ou expansão de indústrias, comércio atacadista ou empresas da área do turismo. Os benefícios são o financiamento de 75% do ICMS; a isenção do ICMS para empresas credenciadas pelo órgão estadual de turismo; e a redução de 50% do valor do ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica e sobre os serviços de comunicação. Os benéficos são em favor de empresa credenciada pelo órgão estadual de turismo. O Proindústria, por sua vez, tem como objetivo promover a implantação e expansão de indústrias, também com isenção e redução de ICMS.

Por iniciativa do governo estadual, foi criada uma linha de crédito especial para empreendimentos turísticos que visa a fortalecer o setor de turismo. Os financiamentos oferecidos variam de cinco a quinhentos mil Reais, podendo ser pagos em até 48 vezes. As taxas de juros variam conforme o tipo de capital pedido, abrangendo desde grandes empresários, até micro e pequenos empreendedores. Essa linha de crédito será administrada pelo órgão estadual da gestão do turismo, em conjunto com a Fomen-TO. (Disponível em http://conexaoto.com.br/2014/01/20/ governo-lanca-linha-de-credito-que-beneficiara-toda-a-cadeia-turistica-do-tocantins)

Quadro 15: Incentivos Disponíveis para o Turismo no estado do Tocantins

LINHA DE CRÉDITO
• **FNO;** • **Finam;** • **BNDES;** • **Prosperar;** • **Proindústria;** • **Órgão responsável pela gestão estadual do turismo.**

Fonte: Adtur, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

Tais incentivos e linhas de crédito vêm atribuindo mecanismos de participação social e parcerias público-privadas com intuito de incentivar o desenvolvimento e fortalecimento dos municípios, de modo a gerar um turismo integrado e com a participação social.

2.4. Aspectos socioambientais na área turística

2.4.1 Condições Ambientais

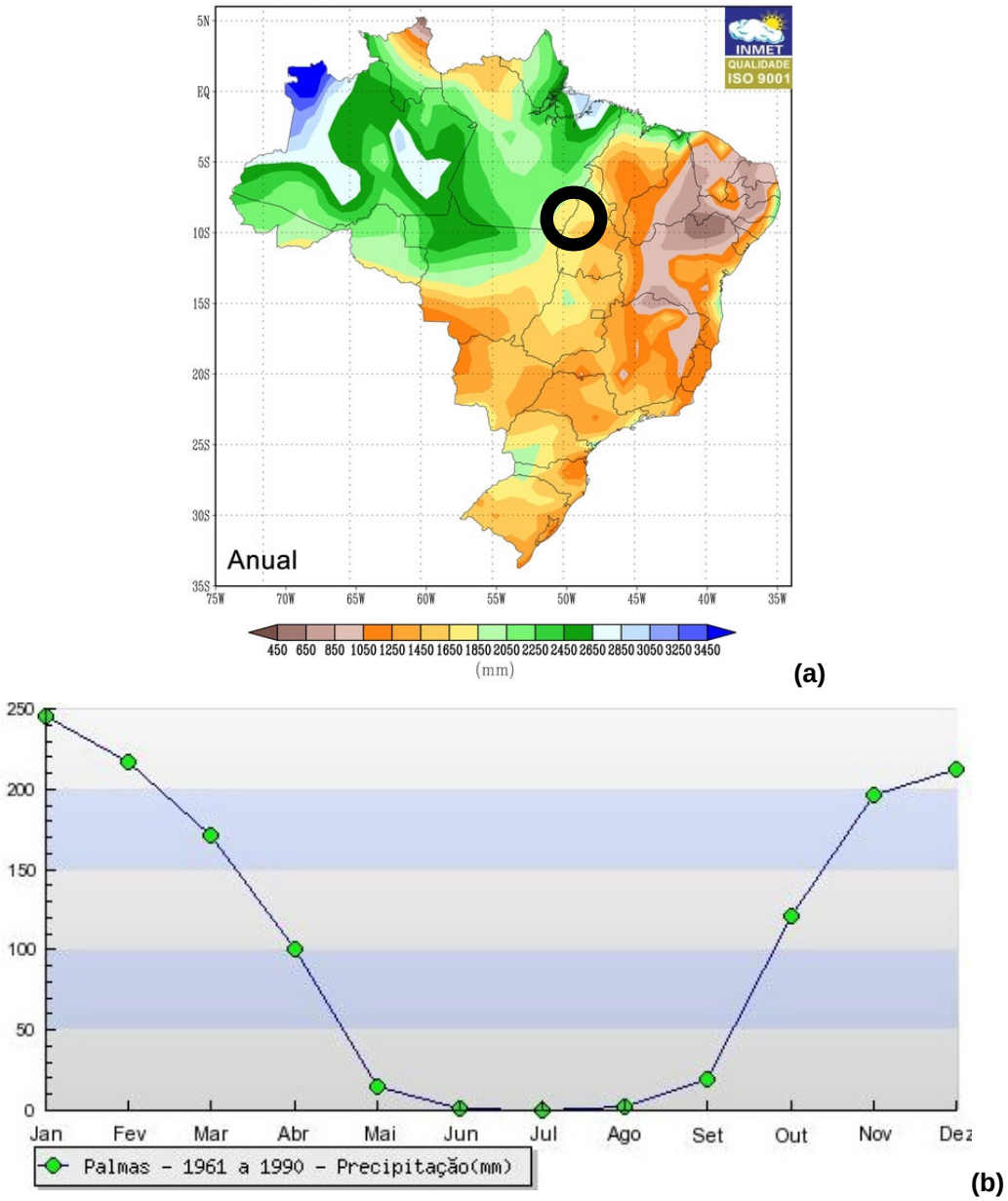
A análise ambiental tem como objetivo avaliar os recursos naturais diretamente relacionados com o desenvolvimento da atividade turística da região, abordando principalmente os aspectos relacionados à qualidade dos recursos e seus usos potenciais no que diz respeito à atividade turística na região.

2.4.1.1 Clima

Na região do Polo o clima é sub-úmido. Os meses chuvosos e os secos se equilibram e as temperaturas médias anuais diminuem lentamente, à medida que se eleva a altitude.

De acordo com as normais climatológicas do INMET (2014), a precipitação média anual varia entre 1450 e 1850 mm (figura 56a). A variação acontece principalmente entre os meses de verão, quando ocorrem os maiores índices, e o inverno, que chega a 0mm, de acordo com dados da estação localizada em Palmas (figura 56b).

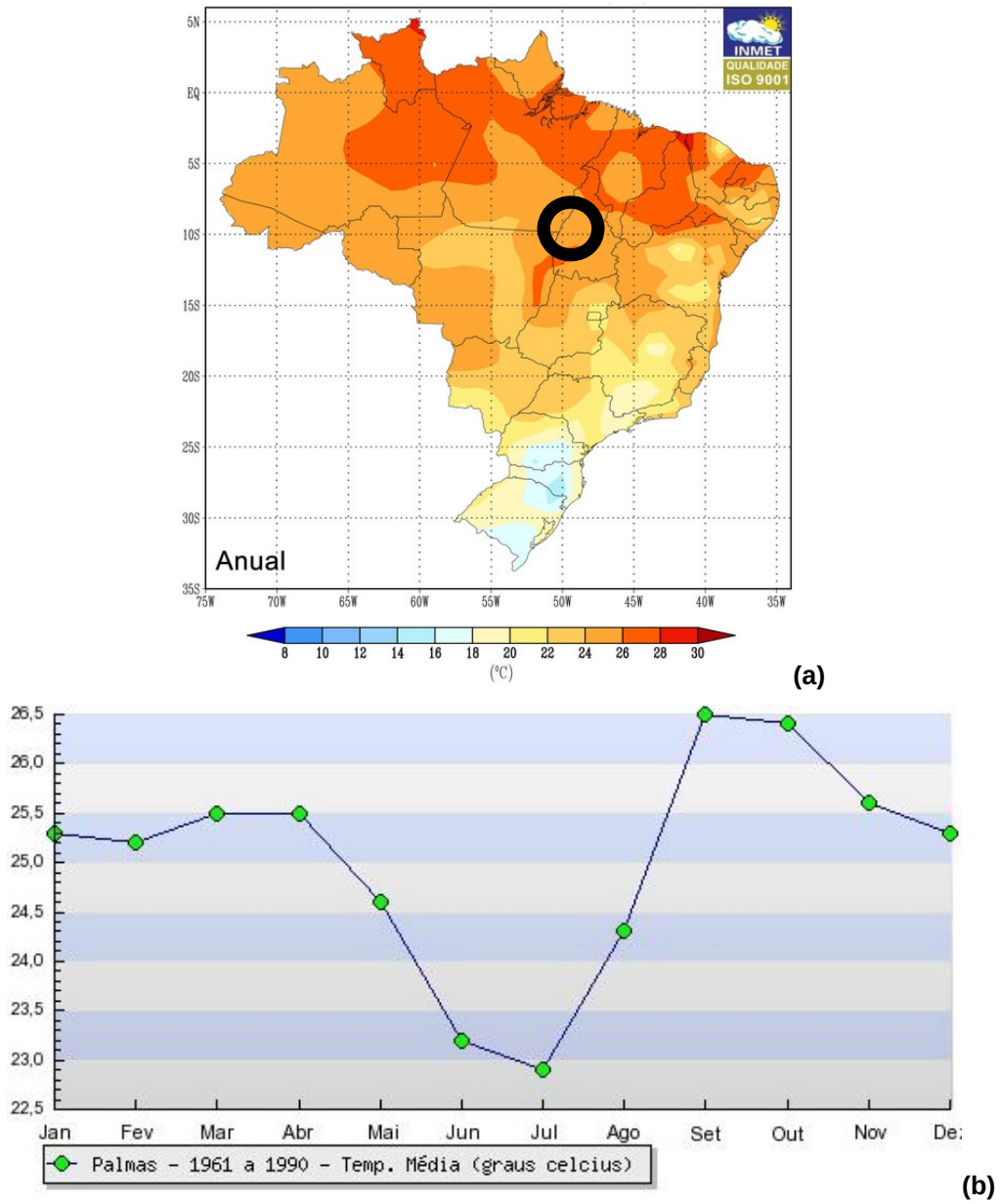
Figura 56: Precipitação média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da precipitação média e (b) Gráfico da precipitação média na estação meteorológica localizada em Palmas.



Fonte: INMET, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

A temperatura média encontra-se em torno de 24 e 26°C (figura 57a). Os meses mais quentes acontecem principalmente na primavera/verão, entre setembro e abril, com os meses com temperaturas mais amenas concentrados no outono/inverno, entre maio e agosto, de acordo com dados da estação localizada em Palmas (figura 57b).

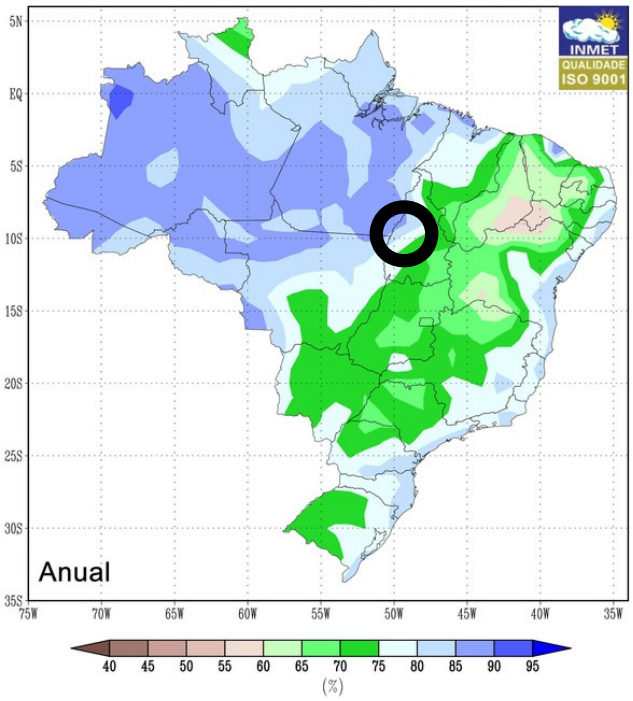
Figura 57: Temperatura média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da temperatura média e (b) Gráfico da temperatura média na estação meteorológica localizada em Palmas.



Fonte: INMET, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

No que diz respeito à umidade relativa do ar (INMET, 2014), o fato de a região estar localizada em uma zona de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica faz com que a umidade média varie entre 75 e 90% (figura 58).

Figura 58: Umidade relativa do ar na região do Polo



Fonte: INMET, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

O quadro a seguir mostra uma avaliação dos pontos fortes dos controles climáticos no que diz respeito às atividades turísticas.

Quadro 16: Pontos Fortes/Usos Potenciais dos Controles Climáticos Relacionados às Atividades Turísticas

CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
Precipitação	Baixa taxa de precipitação durante a alta temporada de turismo do meio do ano (inverno)
Temperatura	Altas temperaturas ao longo de todo o ano
Umidade	Umidade média ao longo do ano apresenta-se amena

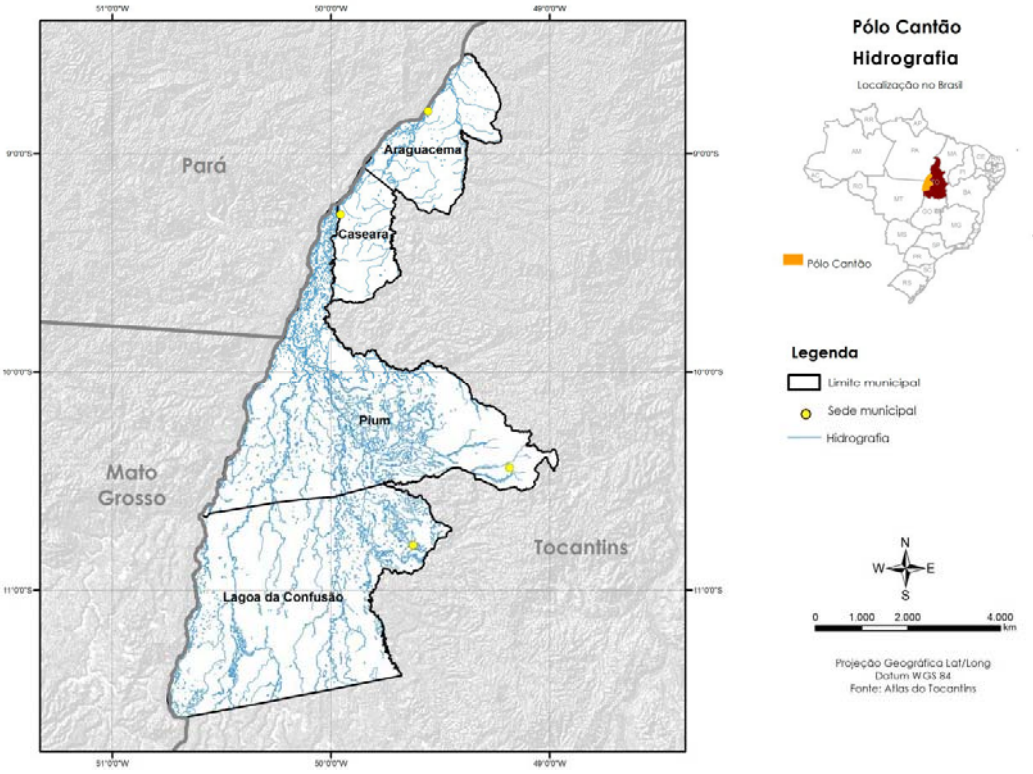
Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Dado o exposto, as condições climáticas favorecem as atividades turísticas.

2.4.1.2 Recursos Hídricos

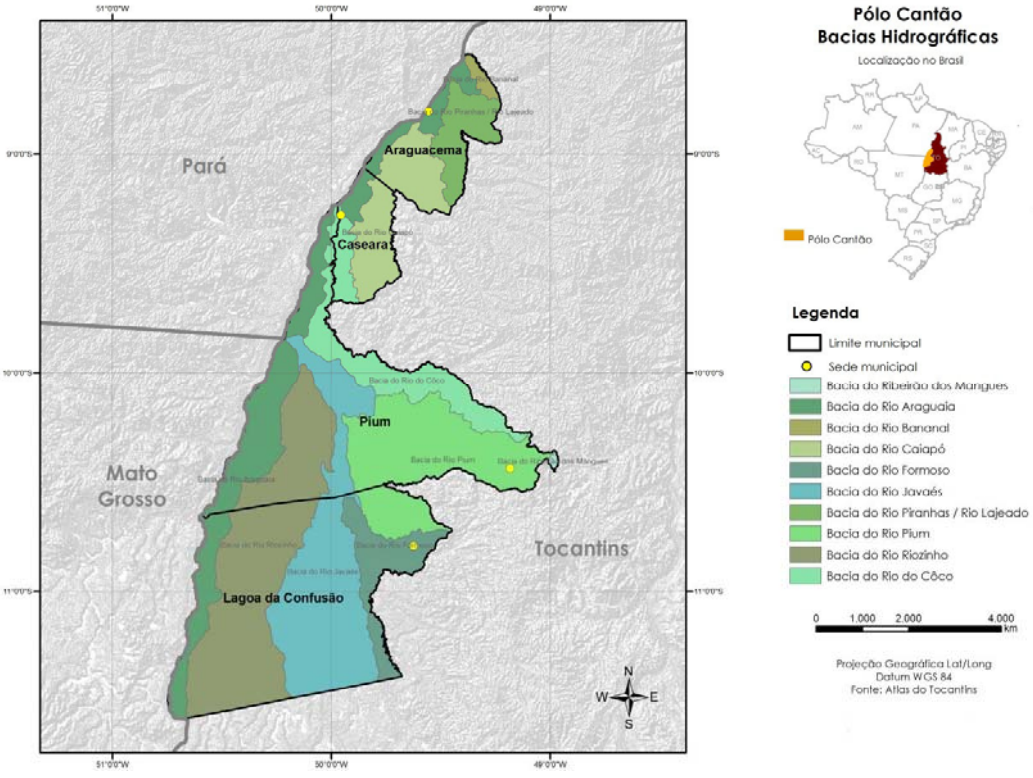
De acordo com o Atlas do Estado do Tocantins (2012), a área de estudo é drenada por rios perenes e intermitentes. Entre os principais rios encontrados estão o rio Araguaia (divisa estadual entre Tocantins e os estados de Mato Grosso e Pará), além de rios de menor porte, como o rio Pium, Javaés, dos Cocos, entre outros (figuras 59 e 60), ilustrados na figura 61.

Figura 59: Rede de Drenagem do Polo



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

Figura 60: Bacias Hidrográficas do Polo



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

Figura 61: Exemplos de Rios Localizados no Polo



Rio Araguaia



Rio do Coco

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Nessa região encontra-se a Ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo, com cerca de vinte mil quilômetros quadrados de extensão. É considerada como uma Reserva da Biosfera pela UNESCO desde 1993, sendo também uma das Zonas Húmidas de Importância Internacional, classificadas pela Convenção de Ramsar. Além disso, a ilha abriga o Parque Nacional do Araguaia e reservas indígenas.

Além dos cursos d'água, na região pode ser encontrada grande extensão de áreas alagadas, formando lagoas (figura 62).

Figura 62: Áreas Alagadas no Polo



Área Alagada no Município de Lagoa da Confusão



Área Alagada no Município de Lagoa da Confusão

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O quadro a seguir faz uma avaliação dos pontos fortes da rede hidrográfica no que diz respeito às atividades turísticas.

Quadro 17: Pontos Fortes/Usos Potenciais da Rede Hidrográfica Relacionados às Atividades Turísticas.

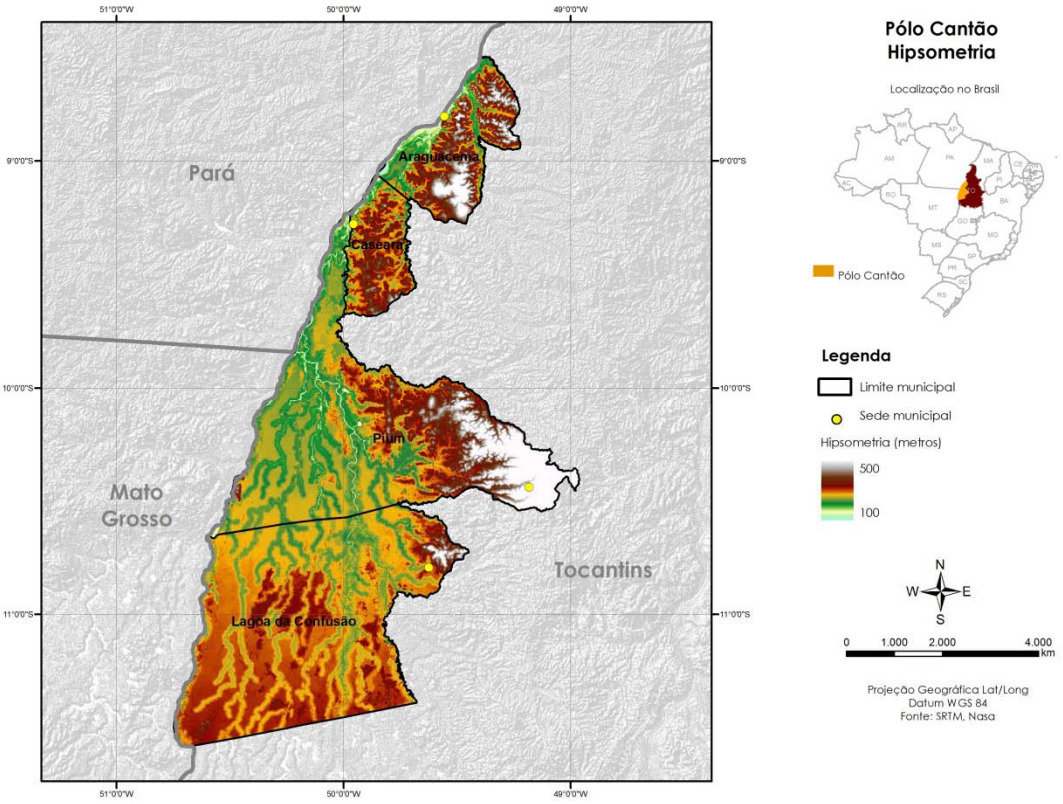
CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
Rede de drenagem	A densa rede de drenagem existente na região do Polo aumenta a possibilidade de atrativos relacionados à atividades ao ar livre. Além disso, possibilita o uso múltiplo das águas, fazendo com que a região seja mais desenvolvida e bem estruturada, além da eficácia no abastecimento de água nos atrativos turísticos, hotéis e pousadas.
Bacias hidrográficas	A localização estratégica do Polo, inserido em diversas bacias hidrográficas diferentes, possibilita maior quantidade de água disponível, além de minimizar os problemas na qualidade e quantidade de água distribuída para a população e o turismo devido à variabilidade de fontes (bacias)

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

2.4.1.3 Relevo

O Polo é caracterizado por altitudes que variam de 100 a 500 metros em relação ao nível do mar. Essa variação ocorre na direção oeste-leste, aumentando na medida em que se distancia do vale do rio Araguaia, como mostra a figura 63.

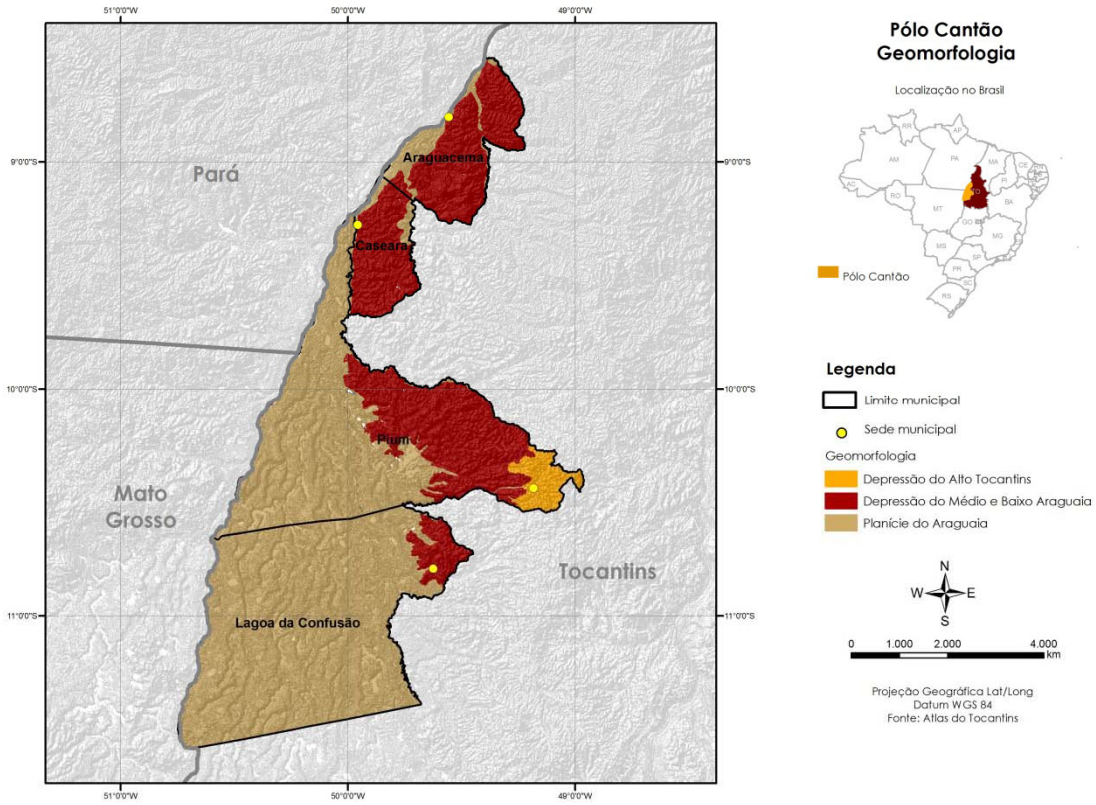
Figura 63: Mapa Hipsométrico do Polo



Fonte: Missão Topográfica Radar Shuttle – SRTM, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

No que diz respeito à geomorfologia, pode-se observar na figura 64 as principais unidades encontradas, que são a Depressão e a Planície.

Figura 64: Mapa Geomorfológico do Polo.



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

O quadro a seguir faz uma avaliação dos pontos fortes do relevo no que diz respeito às atividades turísticas.

Quadro 18: Pontos Fortes dos Controles Hipsométricos e Geomorfológicos Relacionados às Atividades Turísticas

CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
Hipsometria	A diferença de altitude torna-se um atrativo para os turistas que tem o objetivo de contemplação.
Geomorfologia	A existência da Planície do Araguaia e a depressão permite a exploração desses produtos turísticos na região.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

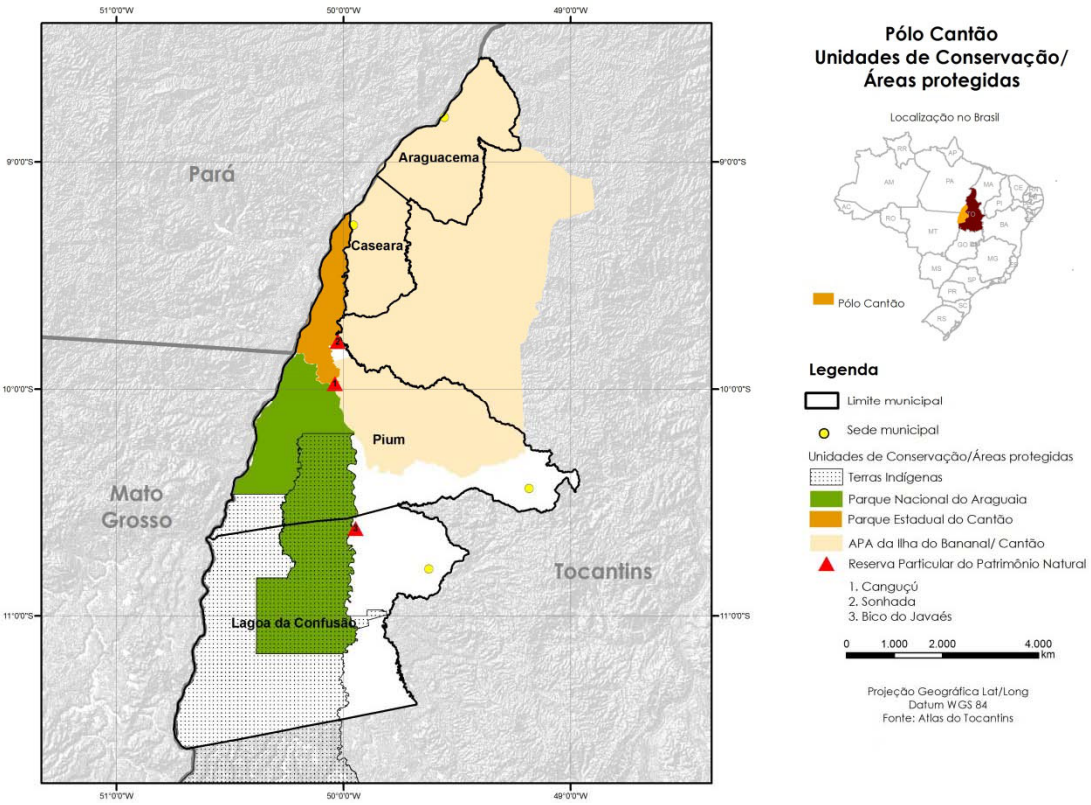
2.4.1.4 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas

O Polo do Cantão tem como segmento principal o Ecoturismo e na região encontram-se as seguintes áreas de conservação (figura 65):

- Área de Proteção Ambiental – APA Ilha do Bananal / Cantão;
- Parque Nacional do Araguaia;
- Parque Estadual do Cantão;
- Terra Indígena Inawe e Bohona;

- Terra Indígena do Araguaia;
- RPPN Canguçu;
- RPPN Sonhada;
- RPPN Bico do Javaés.

Figura 65: Unidades de Conservação e Áreas Protegidas Localizadas no Polo



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

- **Área de Proteção Ambiental – APA Ilha do Bananal / Cantão**

A Área de Proteção Ambiental - APA Ilha do Bananal/Cantão apresenta uma área total de aproximadamente 1.700.000 hectares e sobrepõe todo o limite do município de Caseara, além do município vizinho, Marianópolis do Tocantins. Abrange, ainda, parte do município de Pium (30% da APA). Abriga três unidades de conservação - UC e uma área de reserva indígena no Polo do Cantão. O Parque Nacional do Araguaia (terço norte da ilha do Bananal – 560.000 ha) e o Parque Estadual do Cantão são UCs de proteção integral e, juntas, abrangem uma área em torno de 650.000 ha. Na porção centro-sul da ilha do Bananal ainda é encontrado o Parque indígena do Araguaia, com aproximadamente 1.360.000 hectares de extensão. A APA tem como objetivos a ordenação do uso e a ocupação do entorno do Parque Estadual do Cantão. O extrativismo, a agricultura e a pecuária extensiva são as principais atividades econômicas desenvolvidas na área da APA.

Foi criada pela Lei Estadual nº 907, de 20 de maio de 1997, com área de 185 mil hectares. Visa à preservação da fauna, flora e solo, tendo por objetivo proteger a qualidade das águas e as vazões de mananciais da região. É supervisionada pelo Instituto Naturatins, em articulação com os demais órgãos estaduais de meio ambiente, bem como pelas prefeituras municipais.

Com o propósito de revisar o Plano de Manejo da APA Ilha do Bananal/Cantão, representantes do Naturatins estão revisando e adequando o Plano de Manejo à

dinâmica econômica e ambiental que ora se apresenta na região, considerando que nesses últimos seis anos muitas mudanças ocorreram no território da APA. O foco desse novo documento é a conciliação da sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento econômico regional, priorizando a vida em toda sua plenitude. Outras instituições, como o Instituto Chico Mendes - ICMBio, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA foram chamados para participar do grupo de discussão.

- **Parque Nacional do Araguaia**

O Parque Nacional do Araguaia foi criado durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 31 de dezembro de 1959, no norte do Estado de Goiás, atualmente Tocantins. Inicialmente, o Parque Nacional do Araguaia ocupava toda a área da Ilha do Bananal, cerca de 2 milhões de hectares. Atualmente, após as diversas mudanças em sua área, o Parque Nacional ocupa apenas uma pequena porção de terra no norte da Ilha, o equivalente a 180.056 hectares.

Está localizado ao norte da Ilha do Bananal, sudoeste do Estado do Tocantins. Situa-se em uma faixa de transição entre a Floresta Amazônica, o Cerrado e Pantanal, e é constituído por diversas espécies da fauna, presentes nestes três biomas, além de uma cobertura vegetal bastante diversificada, apresentando vários cenários naturais de raras belezas.

Hoje, o Parque Nacional do Araguaia é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, por meio do Escritório local localizado na cidade de Pium, Tocantins. O objetivo principal não está em atrair turistas e visitantes e sim realizar as obras para preservação da grande diversidade biológica que existe no local, mas sim em estabelecer a preservação da fauna e da flora da região.

O parque do Araguaia divide a Ilha do Bananal com reservas indígenas, entre as quais, a dos índios Carajás. A principal característica do parque é sua ampla rede de drenagem, formada por vários rios de grande e médio porte. Alguns rios formam belas praias, de areias claras e praticamente desprovidas de vegetação durante a época de seca. Já durante a época das chuvas e cheias, a área fica toda recoberta pelas águas, com exceção da parte conhecida como Torrão, onde se situa a sede do Parque.

A fauna do parque é rica e diversificada, apresentando animais que habitam o cerrado e a região amazônica. As espécies mais comuns são a onça-pintada, a arara-azul, o gavião real e a águia pescadora. Durante as enchentes periódicas ocorre a concentração da fauna terrestre nas partes altas, buscando proteção. No verão, a Lagoa Sorrocan, que é viveiro de jacarés, fica mais bonita, recebendo maior número de répteis.

O parque é um excelente local para observação da rica fauna brasileira. Na área do parque observam-se mamíferos ameaçados de extinção como o tamanduá-bandeira, o cervo-do-pantanal, a ariranha e os botos, aves como a ema, a arara azul e o uirapuru, só entre as aves são mais de 660 espécies. Entre os répteis é possível ver a tartaruga-da-amazônia, sucuris, jibóias e o jacaré-açu.

- **Parque Estadual do Cantão**

O Parque Estadual do Cantão está localizado no município de Pium, possuindo uma extensão de 90.000 ha. A vegetação é de transição entre os biomas amazônico e Cerrado, sendo dividida em seis formações: áreas degradadas, águas interiores (lagos e rios), ilhas fluviais, varjões, matas de terra firme (localmente denominadas de mata de torrão) e matas de várzea, com vegetação parcialmente alagada durante o ano (Tocantins 2004). A sua porção sudoeste faz fronteira com o Parque Nacional do Araguaia, na Ilha do Bananal, tendo como fronteira o rio Javaés.

Criado pelo em junho de 1998, pela Lei Estadual n° 996/98, visa proteger os recursos

naturais de seu interior, recuperar os impactos sobre as áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável da região de forma a aproveitar o potencial turístico compatibilizando com a conservação.

Localizado em uma região de ecótono entre a Amazônia, Cerrado e Pantanal, com diversos ecossistemas, o Parque é distante de Palmas cerca de 260 km, em estrada pavimentada. No período das chuvas, as cheias conectam os lagos, formando um só corpo d'água. Esses lagos, são verdadeiros berçários para peixes, tartarugas e jacarés. A biodiversidade do Parque é riquíssima e abriga uma enorme quantidade de aves. Também possui uma população expressiva de onça pintada.

O parque desenvolve atividades que podem ser feitas em harmonia com a natureza, tais como pesquisa científica, acampamento e recreação na temporada de praias e trilhas monitoradas. Por se tratar de uma unidade de conservação de proteção integral, são proibidas atividades como pesca, caça e coleta de material como ovos, plantas, desmatamento ou queimadas.

O Parque Estadual do Cantão possui o Programa de Educação Ambiental, onde são desenvolvidas diversas atividades como palestras, cursos de capacitação, oficinas, mostras de vídeo, trilhas monitoradas, campanhas de sensibilização e orientação. O público alvo para o programa de educação ambiental são professores, alunos e a comunidade em geral.

O parque também tem um programa de Uso Público que tem por objetivo trabalhar as questões relacionadas à questão do turismo, principalmente durante os meses de temporada, entre junho e agosto. O programa também desenvolve atividades de recreação e orientação aos turistas e moradores locais que frequentam as praias.

O Parque Estadual do Cantão (figura 66) possui inúmeros atrativos em potencial. Nos meses de seca pode se conhecer as praias dos Rios Araguaia e Coco ou os 800 lagos que se formam por mais de 156 km de canais navegáveis. Na cheia o cenário muda, os cursos d'agua se conectam, formando um imenso lago, habitado por jacarés, tartarugas, aves e peixes.

Figura 66: Mapa geomorfológico do Polo.



Parque Estadual do Cantão


Trilha no Parque Estadual do Cantão



Parque Estadual do Cantão



Rio do Coco

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

De acordo com as informações obtidas no PEC durante a visita realizada em campo, em outubro de 2013, as cinco comunidades naturais presentes no ecossistema da região do Cantão são:

- Igapós - florestas inundadas na época de cheia dos rios, sendo a mais representativa aquelas relacionadas ao rio Javaés, notadamente do seu delta;
- Floresta Estacional Semidecidual ("mata de turrão") – presente nos terrenos mais altos, onde as águas normalmente não chegam, de formação mais densa e com vegetação típica de cerrado e rica flora, oferendo na época das cheias refúgio e alimentação para a fauna local, facilitando sua observação pela alta concentração das espécies;
- Varjão – áreas com características de cerrado aberto, porém sujeita à inundação formando, nessas ocasiões, pradarias de vegetação flutuante que acaba por atrair peixes de várias espécies, conferindo um ecossistema aquático altamente produtivo;
- Ilhas e Praias – formações arenosas ao longo do Rio Araguaia, tornando-se importante habitat da fauna local;
- Águas interiores – formação de lagos, lagoas no interior da Floresta, além de furos e canais no delta do Javaés. No período de cheia, esses elementos se interligam, enquanto na seca os lagos e lagoas ficam isolados.

As características de cada uma dessas comunidades naturais implicam em conjuntos típicos de espécies de flora e de fauna. Algumas espécies estão presentes em uma ou duas comunidades naturais, enquanto outras utilizam quatro ou até mesmo cinco.

- **Terra Indígena do Araguaia**

O Parque Indígena do Araguaia situa-se na Ilha do Bananal, estando subdividida entre os municípios de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium. Foi criado por meio da redução do Parque Nacional do Araguaia, que ocupava toda a área da Ilha do Bananal. Essa redefinição da área da Ilha do Bananal, criando o parque indígena, ocorreu através do Decreto Presidencial nº 68.873, de 05 de julho de 1971, retificado pelo Decreto Presidencial nº 71.879, de 01 de março de 1973, reduzindo a área do Parque Nacional do Araguaia para o terço norte da Ilha. Atualmente, o Parque Indígena do Araguaia encontra-se sob responsabilidade da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

- **RPPN Canguçu**

Localizada no município de Pium a Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu

possui uma área de 60,10 ha e foi criada através da Portaria 19 de 08/03/2004. Atualmente a RPPN Canguçu encontra-se sob responsabilidade do Instituto Ecológica Palmas.

- **RPPN Sonhada**

Localizada no município de Pium a RPPN Sonhada possui uma área de 930,97 ha e foi criada através da Portaria 44 de 09/06/2010. Atualmente sendo administrada por Alceu Antonio Forlin.

- **RPPN Bico de Javaés**

A RPPN Bico de Javaés fica localizada no município de Lagoa da Confusão, próxima a Aldeia Boto Velho, as margens direitas do Rio Javaés abaixo, seguindo pela margem esquerda do Rio Formoso acima. Sua administração é feita atualmente pela Fazenda Dois Rios Ltda, possui uma área de 2.760,72 ha.

2.4.1.5 Fauna

A fauna da região é caracterizada por animais típicos do Cerrado e da Floresta Amazônica. Durante a visita de campo efetuada pela equipe técnica, foram avistados diversos animais, como jacarés (figura 67), veados (figura 68), Botos (figura 69), várias espécies de pássaros (figura 70) etc.

Figura 67: Jacarés.



Jacarés encontrados em Ipucas



Jacaré visto na Fazenda Praia Alta

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Figura 68: Veados.



Veado Campeiro visto em Lagoa da Confusão



Veado Campeiro

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Figura 69: Botos.



Boto Rosa



Boto Rosa

Fonte: Technum Consultoria SS e Felipe Oliva, www.panageos.com.br, 2013.

Figura 70: Pássaros.



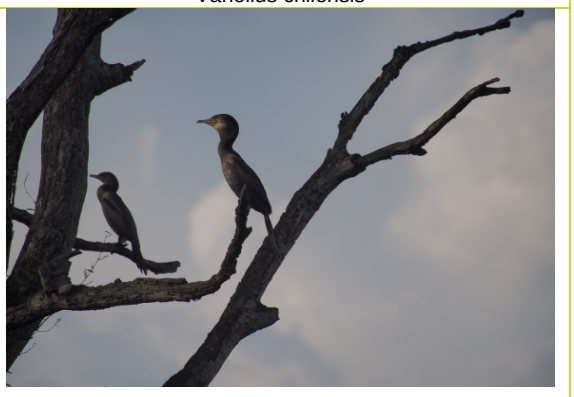
Caracara plancus



Vanellus chilensis



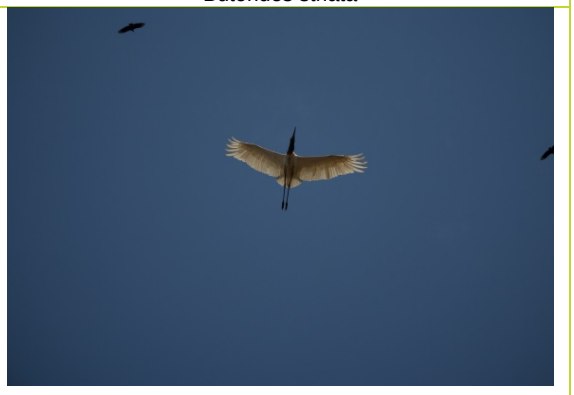
Agamia agami



Butorides striata



Ardea cocoi



Jabiru mycteria

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

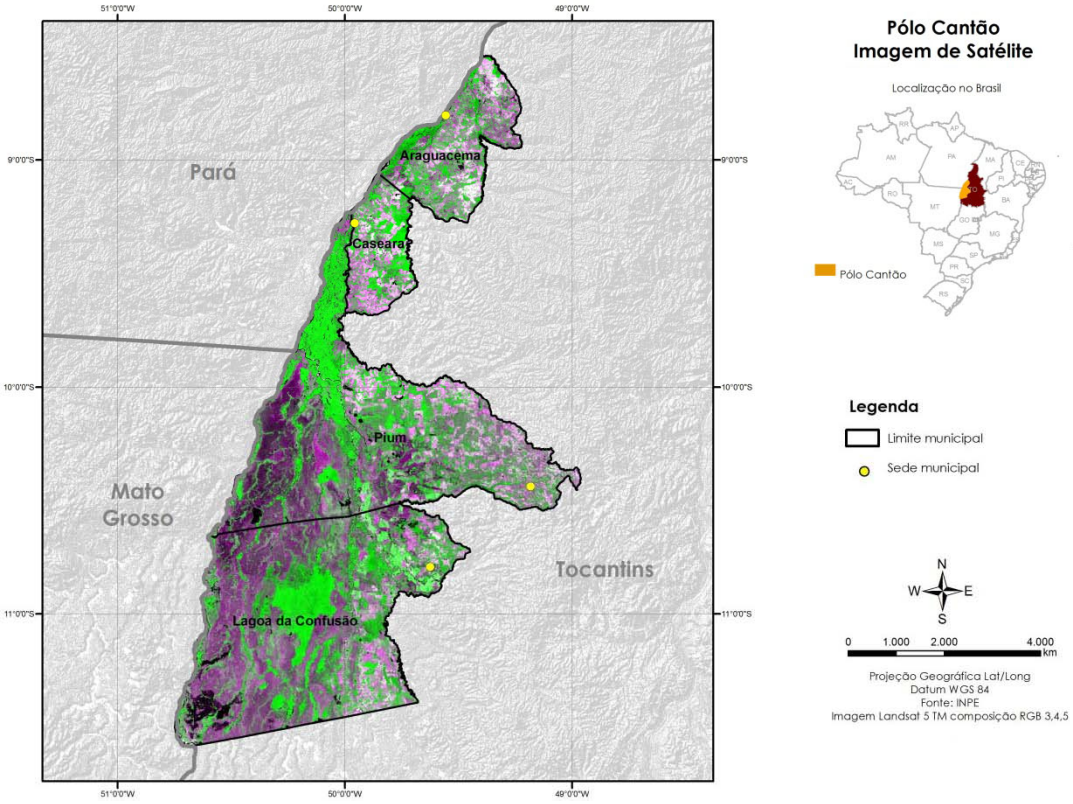
2.4.1.6 Cobertura e Uso do Solo

A área de estudo é composta por um mosaico formado por formações vegetais e usos do solo distintos.

Como observado na imagem de satélite apresentada na figura 71, a região centro-sul é composta principalmente pela Ilha do Bananal, apresentando padrão de área úmida e densa rede de drenagem com vegetação fotossinteticamente ativa, caracterizada por uma transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica.

Já a região norte do Polo é caracterizada por áreas antropizadas, formando um mosaico composto por agricultura e vegetação nativa.

Figura 71: Imagem de Satélite do Polo



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

Segundo o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil (IBGE, 2007), a vegetação predominante no Estado é o Cerrado, cobrindo 91% do seu território. O restante (9%) é constituído pela floresta de transição amazônica, ao norte do estado. Nas margens dos Rios Araguaia e Tocantins, são encontrados pequenos trechos de Mata Atlântica. Mais da metade do território é considerado área de preservação, com destaque para a Ilha do Bananal.

O cerrado é um bioma de grande biodiversidade, configurando-se como um grande mosaico de paisagens naturais, dominado por diferentes fisionomias. Apresenta fitofisionomias como o Cerradão, Cerrado Stricto sensu, mata de galeria, campo sujo, campo rupestre, campo limpo, parque de cerrado e vereda.

Na área objeto do presente trabalho, além do cerrado, ocorrem também as Áreas de

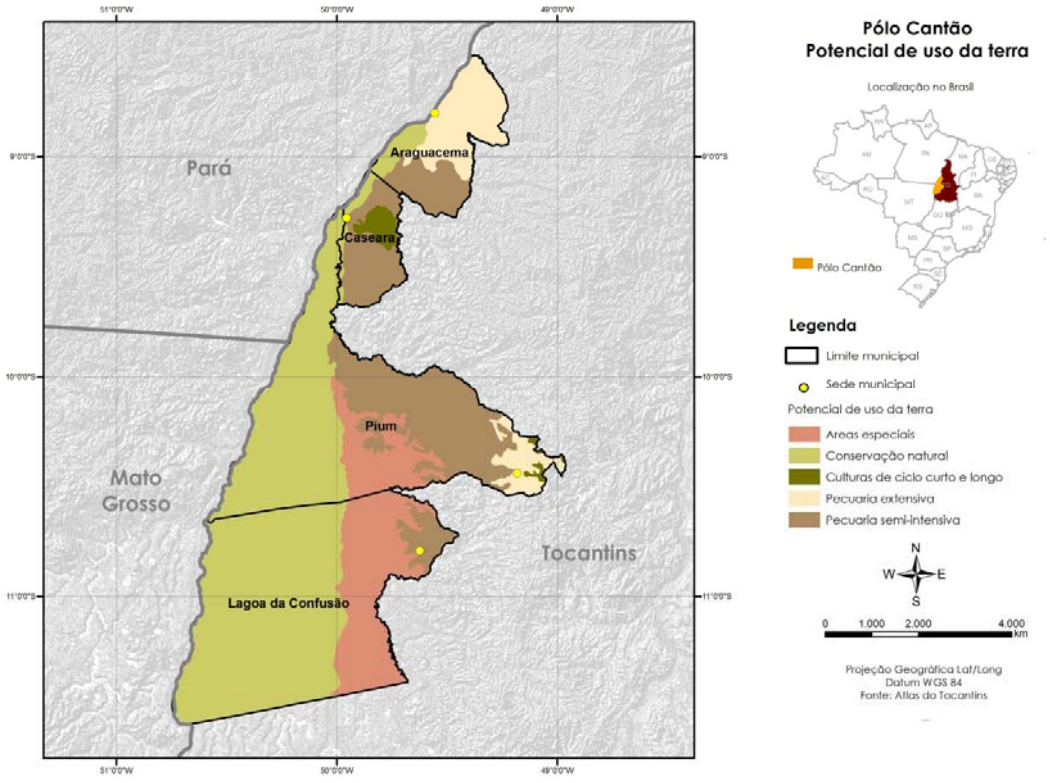
Tensões Ecológicas ou de contato entre dois ou mais biomas. Estes encontros são denominados ecótonos, e se referem à interação entre os elementos bióticos, constituindo laboratórios para se estudar os pulsos de expansão e retração durante as eras geológicas. Na região encontra-se o ecótono triplo do Parque estadual do Cantão, o qual resulta do encontro dos ecossistemas do Cerrado, o Pantaneiro e o Amazônico.

É importante ressaltar que as fitofisionomias encontradas na região são todas protegidas por leis federais e outros instrumentos, como:

- Constituição Federal de 1988, artigo 225.
- Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- Código Florestal – LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.
- Outros.

De acordo com o Atlas do estado do Tocantins (2012), considerando características como a configuração do relevo, solos, clima e hidrografia, os principais usos do solo/atividades econômicas potenciais para a região são a pecuária, agricultura e conservação ambiental (figura 72).

Figura 72: Usos do Solo Potenciais na Região do Polo



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

O quadro a seguir faz uma avaliação dos pontos fortes das características fitofisionômicas no que diz respeito às atividades turísticas.

Quadro 19: Pontos Fortes/Usos Potenciais da Vegetação Relacionados às Atividades Turísticas

CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
Vegetação	A vegetação é um importante recurso, uma vez que têm grande potencial para atividades de ecoturismo (como trilhas), além de serem essenciais para a manutenção da beleza cênica.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

2.4.1.7 Identificação e Avaliação dos Impactos no Meio Ambiente que já Tenham Sido Causados por Atividades Turísticas

O Polo do Cantão ainda necessita de infraestrutura adequada para o recebimento de turistas. Isso se reflete nos impactos no meio ambiente causados por essas atividades. Entre os problemas encontrados pode-se citar as queimadas, vandalismo e depredação dos atrativos naturais, a caça e a pesca predatórias, inclusive dentro das unidades de conservação. A pesca predatória é camuflada devido a forte presença da segmentação turística em potencial de pesca esportiva, principalmente nos municípios de Caseara e Lagoa da Confusão.

Todos os municípios do Polo apresentam problemas em comum, principalmente relacionados aos fatores que degradam o meio ambiente com potencial de afetar as atividades turísticas, como:

- destinação incorreta dos resíduos sólidos;
- queima de lixo a céu aberto;
- despejo de esgoto *in natura* nos cursos d'água;
- supressão da vegetação nativa;
- ocupações irregulares;
- expansão da agricultura;
- queimadas.

As queimadas são constantes na região, principalmente na época da seca. Ações de fiscalização e de são medidas necessárias para o combate às queimadas no Polo. No que diz respeito à relação entre as fragilidades ambientais e o desenvolvimento das atividades turísticas, algumas observações foram feitas e estão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 20: Riscos Ambientais em Relação às Atividades Turísticas

CONTROLE AMBIENTAL	RISCOS EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS
Clima	As atividades turísticas, que são atividades localizadas, não afetam diretamente os aspectos climáticos (que são fenômenos regionais).
Recursos Hídricos	Possibilidade de aumento no volume de esgoto *in natura* lançado nos cursos d'água devido ao aumento do número de turistas (tanto em casas de veraneio e hotéis, como nos atrativos turísticos). Possibilidade de problemas com abastecimento de água caso o número de usuários aumente consideravelmente e ultrapasse a capacidade de carga do sistema.
Relevo	As atividades turísticas, quando mal planejadas, podem causar prejuízos ambientais em paisagens frágeis, como, por exemplo, o aumento dos processos erosivos pela exposição do solo.

CONTROLE AMBIENTAL	RISCOS EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS
Cobertura vegetal	A cobertura vegetal sofre alguns impactos causados por atividades turísticas principalmente pela retirada da vegetação nativa para a exploração descontrolada, notadamente pela abertura de trilhas, e para a construção civil (casas de veraneio, hotéis, pousadas, restaurantes etc.), dentre outros..
Uso do solo	A falta de ações de fiscalização no uso e ocupação do solo pode oferecer riscos às atividades turísticas com a degradação dos recursos naturais e consequente perda dos valores cênicos

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Devido a distância entre os municípios, os órgão de fiscalização e controle também necessitam de reestruturação em relação à logística local, necessitando, por exemplo, da ampliação da frota utilizada para o transporte nas ações de monitoramento e controle desses fatores que degradam o meio ambiente.

Para o Polo do Cantão, considera-se até o momento não há impactos significativos decorrentes das atividades turísticas.

2.4.2 Fatores de Degradação

Nas últimas décadas, a ocupação humana transformou a paisagem do Cerrado em ilhas inseridas numa matriz de agroecossistemas, que provoca grandes perdas de biodiversidade.

O desmatamento provocado pela exploração agropecuária e outras ações antrópicas demonstravam interferência relativamente moderada até aproximadamente o início da década de 70. Ganharam intensidade com o desenvolvimento de projetos como a rodovia Belém-Brasília, a represa de Tucuruí e outros aproveitamentos hidrelétricos, e o projeto hidroagrícola do Rio Formoso, e com a expansão das atividades agropecuárias e de mineração e siderurgia em Marabá, sem desconsiderar a criação do estado do Tocantins, que representou um forte estímulo político-econômico neste processo.

Na região do Polo Cantão podem ser observadas principalmente a expansão de atividades agrícolas (figura 73), e com elas o manejo inadequado do solo, como uso de fogo (figura 74) e exposição do solo às intempéries da natureza, ocasionando processos erosivos (figura 75) e assoreamento (figura 76), além de poluição dos corpos hídricos (figura 77).

Figura 73: Uso Agrícola



Atividades Agrícolas



Atividades Agrícolas



Atividades Agrícolas



Atividades Agrícolas

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Figura 74: Queimadas



Queimadas



Queimadas

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Figura 75: Processos Erosivos.



Erosão



Erosão

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Figura 76: Assoreamento.



Assoreamento



Assoreamento

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Figura 77: Poluição Hídrica.



Poluição Hídrica



Poluição Hídrica

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Conforme levantamento em campo pela equipe técnica, o patrimônio natural do Polo, apesar de protegido, vem sofrendo invasões e depredações, principalmente nos atrativos turísticos, necessitando um maior controle ambiental e ampliação do número de equipamentos para fiscalização.

2.4.2.1 Necessidade de Reabilitação dos Sistemas Ambientais

A deficiência de ações estratégicas de planejamento e ordenamento territorial contribui para o surgimento de conflitos e impactos socioambientais.

No quadro a seguir é apresentada a síntese dos principais conflitos, os impactos negativos e as ações que podem ser efetivadas para minimização dos mesmos.

Quadro 21: Síntese dos Principais Conflitos, Impactos Negativos e as Ações para Minimização.

PROBLEMAS/CONFLITOS	IMPACTOS/EFEITOS	AÇÕES
Disposição inadequada de lixo.	Empobrecimento da paisagem; Diminuição da visitação; Risco de contaminação;	Campanhas de sensibilização; Distribuição de lixeiras; Recolhimento regular dos resíduos gerados;
Ausência de aterros sanitários.	Contaminação do solo; Empobrecimento da paisagem; Proliferação de insetos e doenças;	Elaboração de Planos de gestão de resíduos sólidos;
Ausência de um sistema disposição adequada, coleta, destinação e tratamento do lixo.	Contaminação dos recursos hídricos; Perda do valor cênico da paisagem; Diminuição da visitação;	Implantação de coleta de lixo, do tipo seletiva, gerando renda para a comunidade; Disposição de lixeiras seletivas; Ações de Educação Ambiental; Local adequado para disposição final destes resíduos; Realização de obras de saneamento básico;
Ocupações irregulares.	Degradação ambiental; Uso e ocupação desordenados; Contaminação do lençol freático; Risco de deficiência no abastecimento; Pressão imobiliária; Desordenamento urbano; Clandestinidade no fornecimento de água e energia elétrica;	Regularização das ocupações existentes; Fiscalização e autuação de novas invasões; Ações de recuperação das áreas mais atingidas com a ocupação irregular; Construção de rede de esgoto; Fiscalização quanto ao licenciamento ambiental para construção;

PROBLEMAS/CONFLITOS	IMPACTOS/EFEITOS	AÇÕES
Construções em APPs.	Prejuízos à qualidade da paisagem (perda do atrativo turístico); Poluição da água; Restrição de acesso à área pública;	Ações de fiscalização; Ações de revitalização; Remoção e recuperação ambiental;
Falta de saneamento básico.	Contaminação dos recursos hídricos; Prejuízos na reprodução natural de peixes; Perda de potencialidade turística;	Obras de saneamento; Tratamento de esgoto; Fiscalização por órgãos estaduais de Meio Ambiente;
Abastecimento irregular de água; água de má qualidade.	Entraves na realização de atividades de turísticas; Má qualidade de vida da população local;	Melhorias nas condições de abastecimento; Utilização de outras fontes de recursos hídricos;
Falta de pavimentação nas vias de acesso a povoados.	Dificuldades de locomoção por parte da população local; Interferência no desenvolvimento do fluxo turístico;	Melhoria dos acessos;
Falta de conscientização Ambiental por parte da população.	Depreciação dos recursos naturais;	Atividades mais efetivas de sensibilização ambiental;
Uso de agrotóxicos nos áreas de cultivo.	Mortandade de peixes e outros animais; Contaminação da água; Queda na produtividade pesqueira;	Efetivação em ações de fiscalização; Utilização de produtos biodegradáveis;
Erosão.	Assoreamento do rio e canais de maré;	Controle de erosão; Fiscalização;
Assoreamento dos rios.	Redução do potencial pesqueiro; Dificuldades no atracamento e deslocamento de embarcações;	Ações de revitalização;

PROBLEMAS/CONFLITOS	IMPACTOS/EFEITOS	AÇÕES
Poluição dos rios.	Redução do potencial pesqueiro; Contaminação da água, peixes e população; Prejuízos no potencial paisagístico; Emperramento das atividades turísticas;	Campanhas de sensibilização; Realização de obras de saneamento; Fiscalização efetiva;
Destruição dos ecossistemas locais.	Perda das feições paisagísticas; Redução da biodiversidade (supressão da vegetação); Degradação dos recursos naturais;	Elaboração de Projeto de reordenamento da ocupação; Cumprimento efetivo da legislação ambiental;
Apropriação dos recursos naturais de forma predatória.	Modificação da paisagem natural;	Cumprimento efetivo da legislação ambiental; Sistema de fiscalização eficiente;

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

2.4.3 Gestão Ambiental Pública

Entre os órgãos públicos presentes no Estado relacionados à gestão do meio ambiente encontram-se os seguintes:

- **Órgãos e Instituições Públicas Presentes na Área**

A - Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama

Possui sede na capital do Estado, Palmas.

Tem como principais atribuições:

> "(...) exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União de conformidade com a legislação ambiental vigente. (NR)". – Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

Cabe ao Ibama propor e editar normas e padrões de qualidade ambiental; o zoneamento e a avaliação de impactos ambientais; o licenciamento ambiental, nas atribuições federais; a implementação do Cadastro Técnico Federal; a fiscalização ambiental e a aplicação de penalidades administrativas; a geração e disseminação de informações relativas ao meio ambiente; o monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; o apoio às emergências ambientais; a execução de programas de educação ambiental; a elaboração do sistema de informação e o estabelecimento de critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais; dentre outros.

Para o desempenho de suas funções, o Ibama poderá atuar em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sisnama e com a sociedade civil organizada, para a consecução de seus objetivos, em consonância com as diretrizes da política nacional de meio ambiente.

B – Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semades, com a nova gestão: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH

Criada em Janeiro de 2011, a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades) sucedeu a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, ganhando nova estrutura e novas diretrizes, sendo a responsável pela gestão das políticas ambientais do Estado, assim como pela gestão e planejamento dos recursos hídricos. Além disso, a Semades é o principal suporte para funcionamento de dois importantes conselhos do Tocantins: o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Outra ponta de atuação da Semades é na busca de recursos e parcerias para desenvolvimento dos projetos da área ambiental do Estado.

Em 1° de março de 2012 foram transferidas para a Semades, através da Medida Provisória n° 3, as competências da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário referentes à gestão de energia limpas. E consequentemente a estrutura operacional da Secretaria do Meio Ambiente foi redefinida.

A Semades passou a contar com três diretorias gerais e uma superintendência:

a) Diretoria Geral de Meio Ambiente e Florestas,

b) Diretoria Geral de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos,

c) Diretoria Geral de Fundos Ambientais e Captação de Recursos e

d) Superintendência de Produção de Energias Limpas.

Com a nova gestão, em 2015, a Semades foi substituída pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Conforme a Medida Provisório nº 1, de 2 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.288, conta com a seguinte estrutura operacional:

- Assessoria Técnica e Planejamento;
- Diretoria de Administração e Finanças;
- Diretoria de Regulamentação e Impacto Ambiental;
- Diretoria de Fiscalização e Monitoramento Ambiental;
- Diretoria de Desenvolvimento Sustentável;
- Diretoria de Recursos Hídricos; e
- Unidades Descentralizadas.

C – Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins

Em 21 de abril de 1989, por meio da Lei nº 29, foi criada a Fundação Natureza do Tocantins - NATURATINS, com o objetivo de promover o estudo, a pesquisa e a experimentação no campo da proteção e controle ambiental e da utilização racional dos recursos ambientais. No terceiro governo do Estado, por meio da edição da Lei Estadual nº. 858, de 26 de julho de 1996, foi criado o Instituto Natureza do Tocantins, autarquia que substituiu a Fundação e que tem por competência:

- execução da política ambiental do Estado;
- monitoramento e o controle ambiental;
- fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;
- prestação do serviço correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

O Instituto conta com 15 unidades regionais distribuídas no Estado e ainda é responsável pela gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável do Estado.

Responsável pela execução de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais, o Naturatins busca o seu aproveitamento de forma a assegurar sua disponibilidade para a atual e futura geração. Dentre a sua atuação, o órgão também tem a preocupação de promover ações voltadas para o bem estar socioambiental, por meio de projetos voltados para o manejo sustentável dos recursos naturais geradores de renda familiar.

- **Capacidade Institucional dos Municípios para a Gestão Ambiental**

O quadro a seguir indica a capacidade institucional dos municípios para a gestão ambiental no Polo Cantão.

Quadro 22: Capacidade Institucional dos Municípios para a Gestão Ambiental no Polo

MUNICÍPIO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Araguacema	Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Juventude
Caseara	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente
Lagoa da Confusão	Secretaria Municipal de Turismo e Lazer
Pium	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Fonte: Adtur, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

Nos quatro municípios do Polo Cantão, a gestão ambiental municipal está diretamente relacionada com o Turismo. As secretarias atuam nos dois setores, sobrecarregando os profissionais que são em número reduzido em todas elas. O diagnóstico revela a necessidade de dotar os municípios que compõem o Polo de mecanismos e instrumentos necessários ao desenvolvimento da atividade turística por meio do fortalecimento dos órgãos de meio-ambiente e também de turismo, como já discutido anteriormente.

No município de Araguacema a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Esporte e Juventude possui o quadro de servidores bastante reduzido. Conforme já apresentado no item referente aos órgãos e instituições que atuam na gestão do Turismo, há um secretário, um coordenador de Turismo, um coordenador de Meio Ambiente e um responsável pela parte de Esportes do município.

Em Caseara, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo também apresenta a carência de profissional, contendo apenas um secretário municipal, um diretor de Turismo, um coordenador de Esportes e um coordenador de Meio Ambiente que atuam sem ajudantes no departamento.

A Secretaria Municipal de Lagoa da Confusão possui apenas uma Diretoria de Meio Ambiente que atua também no Turismo, totalizando um secretário municipal e um diretor de Meio Ambiente.

O município de Pium possui a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, mas não há diretorias ou coordenação. Há apenas uma pessoa responsável para lidar com todos os assuntos da Secretaria.

- **Gestão Ambiental nas Empresas Privadas**

Esse item trata dos programas de certificação ambiental das empresas turísticas do Polo. Sejam programas consolidados ou em fase de implementação.

Não foram encontrados dados a respeito da gestão ambiental nas empresas privadas no estado do Tocantins.

- **Instrumentos de Planejamento e Controle Territorial**

O Zoneamento Econômico-Ecológico - ZEE é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.297/2002, que visa, prioritariamente, viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental. Este instrumento de gestão territorial tem por finalidade orientar o planejamento, a adequação e a implementação das políticas públicas destinadas a fomentar o desenvolvimento socioeconômico de longo prazo.

O ZEE do estado do Tocantins foi formulado de forma a subsidiar a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, e promover a recuperação da capacidade ambiental, sem prejuízo ao uso econômico dos recursos naturais.

Com a aprovação da Lei nº 2.656, de 06 de dezembro de 2012, Tocantins instrumentalizou o processo de gestão territorial, legalizando a incorporação das diretrizes contidas no Plano de ZEE nas etapas de elaboração de projetos e licenciamento ambiental, executado pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, bem como no planejamento e implementação das políticas públicas dos órgãos estaduais. Além disso, com a aprovação do documento, Tocantins tornou-se elegível na obtenção de recursos federais que estão atrelados à existência e aprovação do ZEE em nível estadual, como os recursos vinculados à regularização fundiária.

Foram definidas as zonas e respectivas subzonas do ordenamento territorial e direcionamento das políticas públicas no Tocantins, cujas definições foram feitas com base em dados biofísicos e socioeconômicos, e posteriormente discutidas e acordadas com atores locais por meio de oficinas participativas, entrevistas com gestores municipais, e consultas públicas.

Apesar de aprovado e instituído por lei, atualmente o mesmo foi elaborado apenas para a região norte do Estado, não abrangendo ainda a área dos Polos estudados no presente trabalho.

Além da definição das ZEE para o estado do Tocantins, diversos projetos foram desenvolvidos, aliando a preservação das riquezas naturais ao desenvolvimento do turismo. O Naturatins desempenha um importante papel neste processo. É responsável por alguns projetos que merecem destaque, sendo estes o GEF Cerrado Sustentável do Tocantins e o Plano Plurianual - PPA 2012-2015, cujo objetivo é de consolidar a educação para sustentabilidade como colaboradora de uma nova racionalidade ambiental, sob a ótica da educação formal, não formal e da comunicação social, que leva em conta o tripé social, econômico e ambiental.

O Plano Diretor Municipal é outro instrumento de grande valia na gestão ambiental, pois define as zonas e os respectivos usos permitidos para cada uma delas. É necessário que os municípios tenham a gestão fortalecida, com quadro de funcionários e secretarias que consigam fazer valer o que está definido na lei do plano diretor. No Polo, os quatro municípios possuem Plano Diretor.

- **Grau de participação e inclusão dos diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico da Área**

O turismo é uma atividade que possui importante papel social e econômico na comunidade onde se insere uma vez que o seu desenvolvimento contribui para o aumento da qualidade de vida da população, seja pela geração de emprego e renda ou pelo resgate de aspectos relevantes ao patrimônio e diversidade natural e cultural da área e da população. Portanto, ao adotar medidas que incluam as comunidades no processo de planejamento e gestão do turismo, tem-se como resultado o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da atividade na área turística.

A pesquisa realizada em campo em Outubro de 2013 buscou verificar como acontece a participação da sociedade civil organizada, o setor privado e outros segmentos de interesse no turismo junto aos tomadores de decisão, especialmente os órgãos públicos que promovem a gestão do turismo direta ou indiretamente (secretarias de meio ambiente e conselhos, dentre outros).

No entanto, não há dados sistematizados a respeito das reuniões ou oficinas realizadas. Sendo assim, a avaliação teve como base as percepções obtidas por meio do levantamento em campo e reuniões realizadas nas secretarias. Verificou-se que os grupos formados para promover o desenvolvimento da atividade turística juntamente com os órgãos municipais encontram-se inativos. As organizações instituídas ou conselhos formados não atuam de forma integrada e, por vezes, suas ações são determinadas a partir de objetivos governamentais.

Além disso, o cenário municipal encontra-se fragilizado devido principalmente à carência de recursos humanos e orçamentários dirigidos ao desenvolvimento de atividades de planejamento e gestão. Sendo assim, a realização de processos participativos são tarefas relegadas ao segundo plano e não são incorporadas no momento da formulação de políticas ou projetos de interesse social, turístico, ambiental ou econômico.

As reuniões realizadas em campo foram também oportunidades importantes para constatar o nível de interesse e participação da comunidade e sua interação com os gestores públicos. A baixa participação dos interessados revela diversas situações como a falta de comprometimento das próprias organizações, que também se dá por motivos de ausência de pessoal qualificado e/ ou disponível para essas atividades ou a um distanciamento das organizações com os processos de tomadas de decisão, tanto pela falta de exercício regular de participação, quanto pela falta de articulação política dos gestores, ou mesmo de competência para liderar e estimular a participação.

Embora exista uma grande desarticulação entre os diferentes grupos de interesse, pode-se verificar o desejo de que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável e competitiva, reconhecendo e valorizando as potencialidades e limitações dos municípios do Polo. Contudo, não se pode afirmar que os investimentos propostos no plano de desenvolvimento turístico possa ter sucesso sem a realização de investimentos efetivos na mobilização da sociedade e na construção de órgãos colegiados que viabilizem e deem sustentação para uma gestão de qualidade do patrimônio ambiental e turístico do Polo.

Tornam-se necessárias ações de fortalecimento institucional que busquem assegurar, com relação a suas entidades, a coerência de princípios e de organização, o efetivo funcionamento e a atuação integrada das diversas entidades, tanto no âmbito de cada município quanto na totalidade do Polo. Essa medida visa assegurar a coerência de princípios e de organização, o efetivo funcionamento e a atuação integrada das diversas entidades, tanto no âmbito de cada município quanto na totalidade do Polo.

2.5. CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O presente item consolida os principais pontos da situação atual e expectativas de desenvolvimento do turismo do Polo, estabelecendo um diagnóstico estratégico que busca subsidiar a tomada de decisão deste PDITS.

Nesse sentido, o diagnóstico estratégico inicia-se pela apresentação das considerações acerca dos produtos atuais ou potenciais, identificação das áreas criticas de intervenção, posição da área em relação ao mercado turístico e estruturação da matriz SWOT.

O conteúdo foi objeto de discussão em Oficina Pública, realizada em maio de 2015 no município de Lagoa da Confusão, com a participação de gestores/técnicos de órgãos públicos estaduais e municipais e de representantes do segmento empresarial e de organizações do terceiro setor no campo do turismo. A apresentação completa encontra-se no Volume III, deste documento.

A. Validação dos Segmentos e Produtos Turísticos

Conforme o Mtur, a segmentação deve apoiar a forma de organização do turismo para o planejamento, a gestão e o mercado. No caso do Polo Cantão, busca-se identificar o segmento consolidado principal, entendendo-o como aquele que já motiva fluxos, gera permanência e/ou gasto turístico na área. Além disso, tem-se por base os atrativos capazes de provocar o deslocamento de pessoas. Segundo Mário Carlos Beni (2001), são esses atrativos que caracterizam o local e a área turística e integram o “marco geográfico ecológico cultural de um lugar”.

São ainda identificados os recursos disponíveis, culturais ou naturais, uma vez que esses podem se tornar atrativos desde que estruturados e dotados de equipamentos que atendam aos turistas.

Essa organização facilita a estruturação do planejamento turístico, pois no momento em que se associa ao atrativo ou ao conjunto deles bens e serviços, como transporte, alimentação e/ou hospedagem, tem-se a formatação do produto turístico para a sua comercialização.

Levando-se em consideração os diversos estudos e informações apresentadas nos itens anteriores deste documento, considera-se que o segmento consolidado no Polo do Cantão é o Ecoturismo. O produto principal é o Parque Estadual do Cantão, onde concentram-se os atrativos relacionados a essa segmentação e que são capazes de motivar importantes fluxos.

A seguir identificam-se os segmentos, produtos e os atrativos disponíveis no Polo Cantão.

- **Segmento Principal - Ecoturismo**
  - **atrativos**
    - praias do Porto, do Meio e da Gaivota (Araguacema); ilha do Paraíba, praia da Ilha e do Norte e lago do Casé (Caseara) e praias localizadas em Pium – Rio Araguaia
    - praia do Sol, lago do Paredão, lago de Dentro, Pesqueirão, furo do Cicica e da Barreirinha (Caseara) - Rio do Coco.
    - Rio Caiapó (trechos lagos e praias).
    - Rio Piranha (trechos lagos e praias).
    - Lagoa da Confusão.
    - Projeto Quelônio - Fazenda Praia Alta.
    - Igreja de Pedra / Casa de Pedra.
    - Centro de Pesquisa Canguçu.
    - Rio Javaés (trechos lagos e praias).
    - Parque Estadual do Cantão.
  - **recursos**
    - rios: Araguaia, do Coco, Caiapó, Piranha, Javaés.
    - Parque Estadual do Cantão.
    - Centro de Pesquisa Canguçu.

Segmentos Complementares

Os segmentos complementares identificados no Polo Palmas são: Turismo de Sol e Praia; Turismo de Pesca e Turismo Cultural (Etnoturismo). Em relação a cada segmento complementar destacam-se:

- **Segmento Turismo de Sol e Praia.**
  - **atrativos**
    - praias do Porto, do Meio e da Gaivota (Araguacema); ilha do Paraíba, praia da Ilha e do Norte e lago do Casé (Caseara) e praias localizadas em Pium – Rio Araguaia
    - praia do Sol (Caseara) - Rio do Coco.
    - lagos e praias do Rio Caiapó:
    - lagos e praias do Rio Piranha.
    - Lagoa da Confusão.
    - lagos e praias do Rio Javaés.
    - Parque Estadual do Cantão.
  - **recursos**
    - rios: Araguaia, do Coco, Caiapó, Piranha, Javaés.

- **Segmento Turismo de Pesca**
  - **atrativos**
    - rios: Araguaia, do Coco, Caiapó, Piranha, Javaés.
    - Parque Estadual do Cantão.
  - **recursos**
    - rios: Araguaia, do Coco, Caiapó, Piranha, Javaés.
    - Parque Estadual do Cantão.
  - **Segmento Turismo Cultural (Etnoturismo)**
  - **atrativos**
    - Igreja de Pedra / Casa de Pedra.
  - **recursos**
    - aldeias indígenas.
    - festas locais.
    - artesanato.

Ressalta-se que os atrativos e os recursos das segmentações principal e complementares possuem grande potencial de expansão e para a formatação de produtos comercializados.

Vale enfatizar que o desenvolvimento do Turismo Cultural, centrado no etnoturismo/ presença das aldeias indígenas, requer estudos específicos por estar relacionado à população vulnerável.

B. Identificação dos Principais Pontos Críticos de Intervenção

Os principais gargalos para o desenvolvimento do turismo sustentável no Polo do Cantão estão a seguir registrados e foram extraídos e sumarizados a partir do Diagnóstico Estratégico elaborado nessa etapa do PDITS da área turística. A caracterização da área de estudo e a identificação dos problemas existentes constituem subsídios essenciais para formulação das estratégias de desenvolvimento sustentável do turismo em direção ao plano de ação.

Para fins de melhor entendimento, os pontos críticos são agrupados em questões relacionadas a: (i) o fortalecimento institucional, (ii) a diversificação de produtos e a formatação de roteiros integrados, (iii) a formação da imagem/identidade do Polo, (iv) a infraestrutura básica e os serviços públicos, (v) os equipamentos e serviços turísticos e, por fim, para a gestão de áreas ambientais frágeis que a área apresenta.

Fortalecimento Institucional

A ausência de um sistema de informações gerenciais que contemple dados e informações sobre o mercado turístico, o perfil da demanda, os gastos turísticos, as preferências dos turistas, o produto interno bruto do setor e sobre o impacto econômico do turismo, dentre outros, constitui um gargalo crítico para a gestão eficaz do turismo. O sistema de informações turísticas é ferramenta básica para o planejamento e para o processo de tomada de decisões estratégicas.

Outro ponto crítico que se apresenta no Polo consiste na organização político-institucional e da atividade turística. Verifica-se:

- a desarticulação das instâncias gestoras do turismo;

- a incipiência de mecanismos de mobilização e participação comunitária na gestão territorial;
- a insuficiência de quadros de profissionais especializados e capacitados para atuação no setor;
- a ausência de especialistas habilitados para a elaboração e gestão de projetos e para captação de recursos;
- a carência de recursos orçamentários para a promoção da atividade turística; e
- o fortalecimento da fiscalização nas áreas ambientais e o combate às queimadas.

Constata-se também:

- a falta de sensibilização da população local em relação o turismo, sem reconhecê-lo como atividade econômica importante para o desenvolvimento da região e para a geração de emprego e renda;
- a capacitação dos profissionais para ocupação de postos de trabalho no mercado do turismo é incipiente para promover a melhoria da qualidade dos serviços turísticos e para o atendimento adequado ao turista; e
- a necessidade de criação de normas específicas voltadas ao Ecoturismo e Turismo Sol e Praia.

Esta posição requer o fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

Diversificação do Produto Turístico e Formatação de Produtos Turísticos Integrados

A análise dos atrativos turísticos dos municípios do Polo do Cantão permitiu identificar a diversidade natural, cultural e histórica existente na região, possibilitando a formatação de novos produtos voltados a essa diversidade, mas, ao mesmo tempo, permitiu constatar a acomodação da oferta, reduzida a poucos produtos e roteiros turísticos comercializados pelas agências de turismo e por outros meios. Esta situação gera a baixa permanência do turista na região, a redução do gasto turístico e, em razão da crescente presença de negócios e eventos voltados à agricultura e pecuária, em especial nos municípios de Pium e Lagoa da Confusão, alguns turistas chegam e saem do Polo, sem ter contato com roteiros integrados dos outros segmentos turísticos, como o Ecoturismo.

Outro ponto crítico verificado refere-se à ausência de produtos e roteiros integrados que, ultrapassando os limites territoriais dos municípios, possam unir produtos e fortalecer sua atratividade, aumentando o potencial de comercialização. Um exemplo poderia ser a integração, da pesca esportiva possível no Polo e em outras localidades próximas.

Marketing

Não há uma imagem/identidade associada ao Polo, o que denota a necessidade de adoção de estratégias e ações de marketing turístico consolidadas em um Plano elaborado de acordo com as características do Polo e adequado para atendimento de cenários futuros, direcionado aos produtos prioritários e mercados-meta identificados.

Infraestrutura Básica e Turística

Dentre as carências de infraestrutura e serviços destacam-se o acesso deficiente aos atrativos com falta de pavimentação das vias e sinalização, saneamento básico, sistema de comunicação e de saúde. A sinalização turística e indicativa é precária. É necessária a

adequação ao padrão internacional ditado pela OMT de forma que permita o deslocamento e facilite o acesso às principais rodovias da cidade e às vias urbanas que levam os turistas e residentes aos atrativos turísticos e a outros pontos estratégicos do Polo.

Uma outra questão refere-se à conectividade interna tanto dos municípios quanto dos seus atrativos, por via rodoviária. O acesso principal às sedes municipais é distribuído a partir da Rodovia Transbrasiliana, BR- 153, por meio de rodovias estaduais, no formato de "espinha de peixe".

A ligação interna entre as sedes municipais, sem a utilização de deslocamentos via BR-153, é limitada frente às baixas condições dos sistemas viários estadual ou municipal. A circulação entre os municípios poderia ser realizada a partir das seguintes opções:

- Lagoa da Confusão/ Caseara: trecho de cerca de 212 km de distância, via TO-374 e TO-080;
- Lagoa da Confusão/ Pium: cerca de 75 km de distância, utilizando a TO-374, a TO-255 e a TO-164;
- Pium/ Caseara: aproximadamente 190 km de distância, pelas rodovias TO-354 e TO-374;
- Caseara/ Araguacema: trecho de cerca de 88 km de distância, via TO-442 e TO-348.

Apesar da existência dessas opções, as baixas condições físicas e de manutenção das vias, dificultam a circulação de forma segura e confortável. Dessa forma, a preferência muitas vezes, volta a ser pela utilização da BR 153 para o acesso às sedes municipais. Esse gargalo dificulta a integração e limita a comercialização da estruturação de produtos integrados.

Registra-se ainda que apesar da expressiva presença da rede hidroviária não há nenhuma estruturação ou exploração voltada para a circulação de turistas, visitantes e população em geral. Os cursos d'água poderiam ser utilizados para promover a integração e comunicação entre os municípios, além da possibilidade de serem estruturados como base para a formatação de novos produtos turísticos.

A oferta de hospedagem é precária nos municípios de Caseara e Araguacema, assim como também é precária a oferta de restaurantes.

Fragilidade Ambiental

O patrimônio natural do Polo é formado, principalmente pelo Parque Estadual do Cantão que apesar de ser protegido, sofre algumas invasões e depredações, necessitando de mais fiscalização.

A observação dos pássaros e animais silvestres em fazendas, em especial na região de Lagoa da Confusão, está comprometida por conta do aumento das áreas de plantações e consequentemente da diminuição do habitat natural dos animais. As áreas das praias fluviais também apresentam fragilidade, em especial no mês de alta temporada, por conta do intenso fluxo e da poluição. Estas áreas são atrativas para os turistas e contribuem para o fortalecimento dos segmentos de sol e praia e pesca, complementando, naturalmente, o Ecoturismo.

Neste sentido, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa, e um dos desafios consiste em conciliar a exploração dos atrativos e a capacidade dos órgãos de fiscalização para orientar e fiscalizar estes estabelecimentos.

C. Posição atual da área no mercado turístico versus seu posicionamento potencial

Diante das análises realizadas e da delimitação dos segmentos e produtos turísticos consolidados e potenciais, é visualizada a condição instalada e a reflexão a respeito da posição atual do Polo do Cantão no mercado turístico e sobre o que é necessário empreender

para que seja alcançado o potencial pleno de desenvolvimento sustentável do turismo.

O turismo no Polo do Cantão, influenciado especialmente pelo Parque Estadual do Cantão trouxe como benefício aos municípios do Polo a instalação de equipamentos hoteleiros, de alimentação e de agenciamento de viagens, porém ainda estão muito deficientes.

É evidente o potencial do Polo quanto aos produtos disponíveis, apresentando perspectivas positivas para competir com outros destinos, principalmente por sua riqueza, diversidade e singularidade. Entretanto, alguns fatores influenciam o desenvolvimento sustentável:

- a centralização do fluxo turístico de alta temporada nos municípios de Caseara e Araguacema, com grande movimentação em suas praias;
- a localização do receptivo do Parque Estadual do Cantão – PEC em Caseara e não em Pium, onde encontra-se efetivamente o território do PEC;
- a baixa oferta de roteiros no Polo, bem como a limitada circulação de turistas pelos atrativos do Polo, de forma integrada, mobilizando pouco a economia local.

Desta forma, o potencial pleno do Polo só será alcançado com investimentos continuados, planejados com rigor e monitorados quanto aos resultados alcançados. Todos os componentes de investimento típicos do Prodetur, por exemplo, encaixam-se perfeitamente nas necessidades do Polo, ou seja, formatação do produto turístico, a adoção de estratégias eficazes de comercialização, o fortalecimento da gestão, a implantação e melhoria da infraestrutura básica e dos serviços públicos e as ações socioambientais.

Outra mudança essencial e de grande impacto para que o Polo possa despontar em todo o seu potencial diz respeito à imagem identidade da área turística. Não se percebe um processo de planejamento turístico refletindo na formatação de produtos e roteiros integrados, que potencializem toda a diversidade dos municípios e também entre os outros polos do Tocantins.

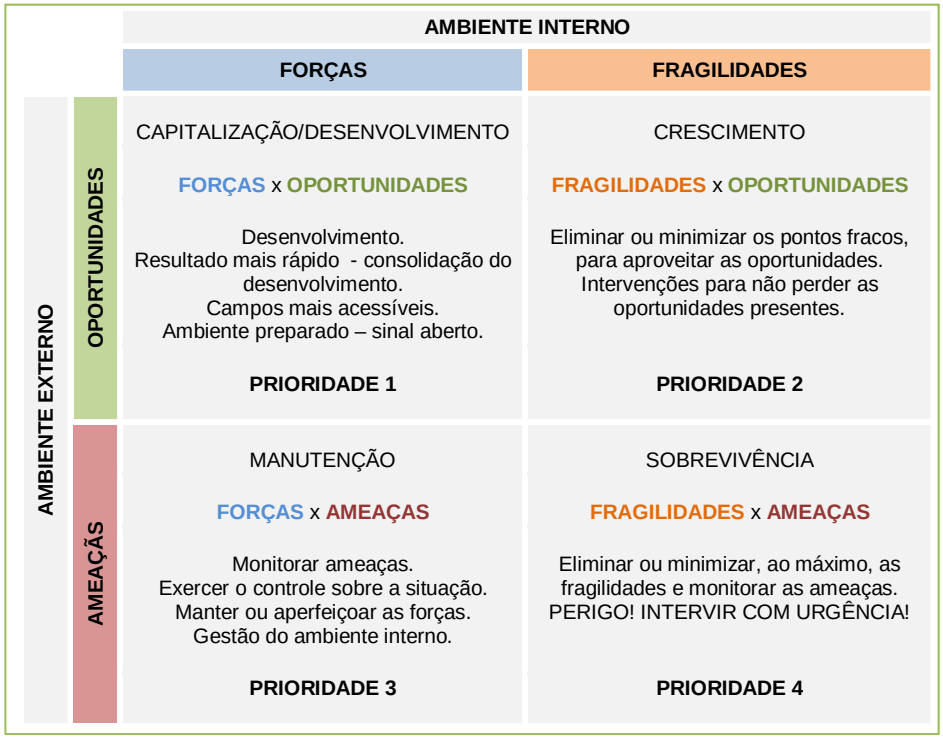
O mesmo se dá na promoção, na divulgação e na comercialização do turismo, quando se percebe iniciativas que privilegiam a imagem-identidade do estado do Tocantins ou isoladamente este ou aquele município ou um roteiro ou evento específico como é o caso do Jalapão. O Polo do Cantão não possui uma imagem consolidada no turismo nacional como segmento de Ecoturismo nem como turismo de Sol e Praia

D. Estruturação da matriz SWOT do Cenário Atual

A partir do conhecimento da realidade dos municípios do Polo, consolidada no diagnóstico, a análise da realidade atual da área abrangida foi realizada a partir dos princípios metodológicos da matriz SWOT - *Strengths /Weaknesses/ Opportunities / Threats* ou Forças / Oportunidades / Fragilidades / Ameaças. Foram consideradas as forças e fragilidades pertinentes ao cenário atual, reconhecidas como fatores internos inerentes ao Polo, bem como as oportunidades e ameaças, tidas fatores externos, que impactam desenvolvimento do turismo no território.

A análise procedida foi feita pelo cruzamento dessas variáveis, considerando o modelo expresso na figura a seguir:

Figura 78: Metodologia de Análise SWOT



Fonte: Technum Consultoria, 2013.

Quadrante 1: diante de um dado de realidade que representa Força identificada no ambiente interno, reconhecida como fator impulsor, em cruzamento com uma Oportunidade detectada no ambiente externo, tem-se a indicação de agir em função de capitalizar o que está acessível, obtendo assim respostas rápidas rumo ao DESENVOLVIMENTO;

Quadrante 2: igualmente, diante de um dado da realidade que representa Força identificada no ambiente interno, reconhecida como fator impulsor, agora em cruzamento com uma Ameaça detectada no ambiente externo, tem-se a indicação de agir no sentido de manter as forças e de monitorar as ameaças, tendo como resultante a MANUTENÇÃO. Esta ação requer uma postura proativa e assertiva, na medida em que os atores do ambiente interno não podem interferir diretamente para superação das ameaças, que estão fora de seu controle;

Quadrante 3: Neste caso, diante de um dado da realidade interna, que representa uma Fragilidade – uma barreira ao desenvolvimento , em cruzamento com uma Oportunidade, tem-se a indicação de ações que levem à reversão da fragilidade, de forma a não desperdiçar a Oportunidade apresentada pelo ambiente externo. Assim, ter-se-á como resultante o CRESCIMENTO, ainda que este possa vir de forma lenta, dependendo das dificuldades a serem enfrentadas para eliminação ou minimização da fragilidade em tela;

Quadrante 4: Neste caso, diante de um dado da realidade interna, que representa também uma Fragilidade - uma barreira ao desenvolvimento em cruzamento com uma Ameaça detectada no ambiente externo, tem-se a indicação clara de intervenções urgentes, prioritárias, para eliminar ou minimizar a fragilidade interna e, desta forma, com forças repostas, poder SOBREVIVER às ameaças externas.

Para a avaliação procedida a partir da Matriz SWOT foram estabelecidos cinco pontos focos de análise:

- **Produto Turístico** - relaciona-se diretamente com a motivação de viajar a um destino turístico. Tem como base os atrativos que originam o deslocamento do turista a um espaço geográfico determinado e inclui os equipamentos e serviços

necessários para satisfazer a motivação de viagem e possibilitar o consumo turístico.

- **Comercialização** - contempla as ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.
- **Fortalecimento Institucional** - engloba ações orientadas a fortalecer as instituições do polo turístico, por meio de mecanismos de gestão e coordenação no âmbito federal, estadual e local e do setor privado, e de apoio da gestão turística estadual e municipal.
- **Infraestrutura e Serviços Básicos** - integra investimentos de infraestrutura e serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e para satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada, quanto a serviços de saneamento, energia, telecomunicações, saúde, segurança e transporte.
- **Gestão Socioambiental** - engloba a proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar.

A análise a seguir apresentada refere-se a Leitura Técnica da Consultoria, bem como a Leitura Comunitária. A leitura técnica está baseada na visão dos técnicos envolvidos, a partir dos insumos coletados na realidade, das Prefeituras e/ou Secretarias dos municípios do Polo. A leitura comunitária refere-se à análise, discussão e coleta de contribuições realizadas tanto nas reuniões específicas quanto na Oficina de fechamento do Diagnóstico onde participaram os atores locais de maior relevância no setor. Nos quadros seguintes são apresentadas as sínteses da Matriz SWOT elaborada..

Quadro 23: Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças Levantadas no Polo

Produto Turístico Relaciona-se diretamente com a motivação de viajar a um destino turístico. Tem como base os atrativos que originam o deslocamento do turista a um espaço geográfico determinado e inclui os equipamentos e serviços necessários para satisfazer a motivação de viagem e possibilitar o consumo turístico.	
Forças • Diversidade de atrativos naturais e culturais (item 1.3.1); • Balneabilidade das praias de rios (itens 1.3.1.1 e 2.1.2); • Atividades consolidadas de Ecoturismo (itens 1.2.1 e 1.3.1.1); • Patrimônio cultural material e imaterial reconhecido – aldeias (item 1.3.1.2) ; • Caseara como Centro Receptivo principal estruturado (item 1.3.1.1) • Diversidade de Eventos - Agronegócios (item 1.3.1.2); • Fluxo Turístico para os segmentos de Ecoturismo e Turismo de Pesca (itens 1.1.2 e 1.2.3); • Temporada de Praias (itens 1.1.4, 1.2.2, 1.2.3 e 1.3.1.1); • Proximidade com a Capital do Estado (item 2.1).	**Fragilidades** • Falta de visão integrada e intercomplementar dos produtos turísticos (item 1.1.5); • Falta de planejamento integrado de eventos turísticos nos municípios (item 1.3.1.2); • Oferta de roteiros apenas de curta duração (item 1.3.2); • Baixa permanência do turista (item 1.1.1); • Carência de roteiros turísticos complementares (itens 1.3.1.1 e 1.3.1.2); • Sazonalidade do turismo (item 1.3.1.1); • Fragilidade dos Centros de Atendimento ao Turista quanto à infraestrutura, equipamentos, informação e gestão (item 1.3.2); • Precariedade e descontinuidade dos serviços e produtos oferecidos ao turista (item 1.3.2); • Pouco incentivo à produção e à comercialização do artesanato local (item 1.3.1.2); • Carência de profissionais qualificados para a prestação de serviços ao turista (item 1.3.2); • Insuficiência e pouca qualidade dos serviços de hospedagem e alimentação (item 1.3.2); • Deficiência da sinalização turística (item 1.3.1) ; • Área territorial extensa e pouco diversificada, dificultando o acesso rápido a diferentes atrativos (item 1.3.1.1); • Falta de interesse e capacitação da população para o Turismo (item 3.1); • Precariedade nos acessos para os atrativos (item 1.3.1).

Produto Turístico	
Relaciona-se diretamente com a motivação de viajar a um destino turístico. Tem como base os atrativos que originam o deslocamento do turista a um espaço geográfico determinado e inclui os equipamentos e serviços necessários para satisfazer a motivação de viagem e possibilitar o consumo turístico.	
Oportunidades • Estação da seca bem definida favorecendo o segmento de Sol e Praia (item 1.3.1.1); • Programas federais de incentivo ao desenvolvimento do turismo e da cultura (item 3.2 e 3.5); • Investimentos realizados com recursos do Prodetur no estado do Tocantins (item 3.5); • Valorização externa do Ecoturismo e do turismo Histórico-Cultural (item 4.2.2); • Aumento do fluxo turístico da terceira idade no país (item 1.1.2) ; • Divulgação do Turismo Regional (item 1.1.6); • A região está inserida em área de transição entre os biomas do Cerrado, do Pantanal e da Floresta Amazônica, o que pode servir de subsídio para pesquisa e educação (item 4.1.4); • Potencial para o desenvolvimento de outros segmentos e roteiros turísticos (item 1.2.5).	**Ameaças** • Concorrência de outras regiões com produtos mais qualificados e consolidados (item 1.2.6); • Fragilidade dos recursos ambientais de uso turístico (itens 4.2, 4.2.1 e 4.2.2); • Falta de investimento de cadeias hoteleiras (item 1.3.2).

Infraestrutura e Serviços Básicos Integra investimentos de infraestrutura e serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e para satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada, quanto a serviços de saneamento, energia, telecomunicações, saúde, segurança e transporte.	
Forças • Malha viária estadual em boas condições de circulação (item 2.1.1); • Saneamento Básico satisfatório (item 2.2) .	**Fragilidades** • Sinalização básica e turística precária (itens 1.2.2, 1.3.1.1, 1.3.2 e 2.1.1); • Precariedade dos meios de comunicação - telefone e internet (item 2.6); • Falta de policiamento turístico (item 2.9); • Falta de estruturação dos equipamentos turísticos (item 1.3.2); • Vias de acesso entre os municípios do Polo sem pavimentação (itens 2.1 e 2.1.1); • Falta de diversidade de serviços básicos - banco, correio, posto de gasolina (item 2.6); • Deficiência no transporte de passageiros entre os municípios, Palmas e demais localidades do Estado (item 2.1.1); • Precariedade no sistema de coleta e tratamento de esgoto (item 2.3).
Oportunidades • Programas de construção e recuperação de rodovias (item 2.1.1).	**Ameaças** • Falta de Infraestrutura aeroportuária (item 2.1.3); • Poluição do meio ambiente (itens 4.2, 4.2.1 e 4.2.2).

Comercialização Contempla as ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.	
Forças • Custo acessível dos produtos e serviços turísticos se comparado a outras áreas (item 1.1.4) .	**Fragilidades** • Falta de integração para comercialização do destino Polo Cantão (item 1.3.2); • Inexistência de diretrizes de marketing específico para o Polo (itens 1.2.3 e 1.3); • Fragilidade da identidade/imagem do Polo (itens 1.2.3 e 1.3); • Comercialização centrada em poucos atrativos turísticos (itens 1.1.4 e 1.1.5).
Oportunidades • Atrativos turísticos intercomplementares entre os municípios vizinhos e outros Polos do Tocantins (itens 1.2.5, 1.3 e 1.3.1); • Mercado do turismo não esgotado (item 1.1 e 1.1.1).	**Ameaças** • Competição com destinos próximos (item 1.1.3); • Risco de descaracterização das aldeias indígenas com a presença de turistas nos passeios organizados informalmente (itens 1.3.1.1 e 1.3.1.2).

Fortalecimento Institucional Engloba ações orientadas a fortalecer as instituições do polo turístico, mecanismos de gestão e coordenação no âmbito federal, estadual e local e do setor privado, e de apoio da gestão turística estadual e municipal.	
Forças • Existência das Secretarias Municipais de turismo (item 3.1); • Oferta de cursos voltados à capacitação, para área de turismo (itens 1.2.3 e 4.1.4).	**Fragilidades** • Dependência das instâncias estadual e municipais de recursos federais e externos para desenvolvimento do turismo (itens 3.1, e 3.2); • Inatividade dos Conselhos Municipais de Turismo (item 3.1); • Ausência ou precariedade de Instrumentos de Gestão municipais e regionais (itens 3.3, 3.4 e 3.5); • Inexistência de Planos específicos voltados ao turismo (item 3.2); • Secretarias de turismo sem estrutura para o planejamento e gestão do turismo local (item 3.1); • Dependência de ações e políticas estaduais e federais (itens 3.1 e 3.2); • Ausência de métodos, processos e instrumentos para a avaliação do potencial turístico e implantação de novos produtos turísticos (item 3.2); • Ausência da participação da sociedade no desenvolvimento turístico (item 3.2); • Falta de compromisso dos municípios para o desenvolvimento do turismo (itens 3.1 e 3.2); • Falta de união do TRADE (item 1.1.5); • Instrumentos de gestão ineficientes (itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4); • Falta de políticas públicas que assegurem a continuidade das ações (item 3.2); • Falta de profissionais qualificados para o mercado do turismo (itens 1.3.2 e 3.1); • Distância entre os municípios dificultando a integração e a aplicação de políticas públicas (item 3.2); • Falta de estímulo para investimentos da iniciativa privada (item 3.5).

Fortalecimento Institucional Engloba ações orientadas a fortalecer as instituições do polo turístico, mecanismos de gestão e coordenação no âmbito federal, estadual e local e do setor privado, e de apoio da gestão turística estadual e municipal.	
Oportunidades • Recursos de Programas de Governo Federal e Estadual para investimento em fortalecimento (item 3.5); • Incentivo de programas federais e estaduais para gestão integrada do território (itens 3.2, 3.4 e 3.5); • Crescente valor atribuído aos mecanismos de participação social e às parcerias público-privadas (item 3.5).	**Ameaças** • Descontinuidade de políticas públicas nos municípios (item 3.2); • Dependência de ações e políticas estaduais e federais (itens 3.1 e 3.2).

Gestão Ambiental Engloba a proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar.	
Forças • Existência do Parque Estadual do Cantão, definido e delimitado (itens 1.3.1.1 e 4.1.4); • Existência de Unidades de Conservação (item 4.1.4).	**Fragilidades** • Falta de sensibilização da população e dos turistas referente às questões voltadas à preservação ambiental e turismo sustentável (item 4.2.2); • Falta de priorização por parte dos administradores para a preservação ambiental (item 4.2.2); • APA e APP sofrem pressão de atividades econômicas, principalmente da agropecuária (itens 4.2.1 e 4.2.2); • Pouca Mão de obra especializada em turismo (itens 1.3.2 e 3.1); • Desmatamento de fazendas para o plantio ou para pasto (itens 4.2.1 e 4.3.1); • Meio ambiente frágil – Ipuca, morro de calcário, rios e praias (itens 4.2, 4.2.1 e 4.2.2); • Falta de valorização das áreas ambientais (itens 4.2, 4.2.1 e 4.2.2); • Gestão ambiental somente com documento formal (itens 3.3, 3.4 e 4.3); • Falta de profissionais qualificados para o mercado do turismo; • Ausência ou falta de revisão de Plano de Manejo para alguns atrativos e as Unidades de Conservação. (itens 1.3.1.1, 3.2 e 4.1.4).
Oportunidades • Existência de Projetos voltados ao meio ambiente (Projeto Quelônios) (item 1.3.1.1); • Presença de Unidades de Conservação Federal, Estadual e Municipal (item 4.1.4).	**Ameaças** • Ausência de fiscalização e monitoramento ambiental (itens 4.2, 4.2.2 e 4.3.1); • Deficiência nos instrumentos de gestão ambiental (itens 4.2.2 e 4.3); • Competitividade gerada pela qualificação de outros Estados (item 1.1.3); • Desmatamento, queimadas e poluição ambiental (itens 4.2 e 4.2.1); • Caça e pesca predatória, inclusive camuflagem da pesca esportiva (itens 4.2 e 4.2.1); • Vandalismo e depredação dos atrativos (itens 4.2 e 4.2.1).

Fonte: Technum Consultoria, 2013.

A partir de todos esses insumos foi validada a área turística, conforme apresentado no capítulo a seguir, bem como sintetizados as informações referentes aos principais pontos do diagnóstico, separados em temas de maior relevância.

3. HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS

3.1. Validação da Área - Hierarquização dos atrativos turísticos

3.1.1. Importância dos Atrativos Turísticos

Este item trata da hierarquização dos atrativos identificados como turísticos ou com potencial para desenvolvimento turístico. A metodologia utilizada teve como base o Programa de Regionalização do Turismo - *Roteiros do Brasil Módulo Operacional 7: Roteirização Turística, criado pelo Ministério do Turismo no ano de 2007*.Essa metodologia busca avaliar os atrativos de acordo com o seu potencial de atratividade, bem como os aspectos complementares relacionados ao seu grau de uso atual, a representatividade, o estado de conservação, a infraestrutura e a acessibilidade.

- **Avaliação do Potencial de Atratividade**

Para a avaliação do potencial de atratividade foi considerado a peculiaridade e o interesse que o atrativo pode despertar nos turistas. A ordem quantitativa desta análise pode ser verificada por meio do quadro a seguir. Importa acrescentar que os atrativos serão hierarquizados na ordem de zero (ausência de méritos suficientes para atrair o turista) a 3 (alto potencial de atratividade).

Existe uma relação direta entre distância percorrida e atratividade, de acordo com Lemos. O autor cita que quanto maior for à distância percorrida para o acesso ao atrativo, mais potencial de atratividade o mesmo deve possuir. Dessa forma a avaliação do potencial de atratividade turística é necessária uma vez que nem sempre um atrativo turístico atende os padrões de qualidade exigidos pelos turistas nacionais ou internacionais, algumas vezes por razões como acesso e infraestrutura de apoio atendem apenas ao turista local que na maioria das vezes possuem pouco tempo para lazer e se deslocam por meio de transportes locais, segundo Lemos.[2].

Quadro 24: Critérios para Avaliação do Potencial de Atratividade

HIERARQUIA	CARACTERÍSTICAS
3 (alto)	Atrativos turísticos excepcionais e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capazes de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
2 (médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
1 (baixo)	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes do próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais, atuais e potenciais.
0 (sem méritos suficientes)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

- **Avaliação de Aspectos Complementares**

Nesta análise foram considerados aspectos referentes ao grau de uso atual do atrativo, bem como sua representatividade, estado de conservação da paisagem circundante, infraestrutura existente e condições de acesso, conforme aponta o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil Módulo Operacional 7: Roteirização Turística e são descritos a seguir:

[2] (LEMOS, L.A. Turismo e as informações de mercado: o enfoque na demanda. In: CASTROGIOVANNI, A.C; GASTA.S (Orgs.). **Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística**. Porto Alegre: Dos Autores Editora, 1999).

- **grau de uso atual**: refere-se ao fluxo turístico do atrativo. Essa dimensão analisa a situação efetiva do fluxo turístico em cada atrativo considerando que quanto maior o grau de uso, maior a utilização turística efetiva. Deve-se considerar, no entanto, maior atenção do poder público nesses atrativos porque é comum que as áreas naturais que apresentem fluxo turístico intenso são as mais degradas pelo alto nível de utilização.
- **representatividade:** relaciona-se à singularidade ou raridade do atrativo. O atrativo é classificado como singular ou raro no momento em que suas características se diferem dos outros atrativos. Essa dimensão cita que a singularidade do atrativo corresponde ao valor atribuído ao mesmo pelo fato dele ser considera único e, quanto mais singular, mais passível do atrativo gerar atração.
- **estado de conservação da paisagem circundante:** relaciona-se à área circunvizinha ao atrativo, verificado por meio de visita *in loco*. O estado de conservação do atrativo refere-se à sua qualidade enquanto recurso natural. Assim, quanto mais conservado, mais importante para determinadas atividade de turismo como, por exemplo, o Ecoturismo e turismo Sol e Praia. Essa dimensão pode auxiliar na identificação dos atrativos que se encontram em processo de degradação, servindo de alerta para intervenções mitigadoras dos impactos negativos.
- **infraestrutura:** refere-se às observações *in loco* das instalações, equipamentos ou serviços que vinculam-se ou interferem na atividade turística do atrativo. Essa dimensão pretende analisar a infraestrutura instalada no atrativo levando-se em consideração elementos como banheiros públicos, estacionamento, serviço de alimentação e de comunicação, dentre outros. Os atrativos que possuem alto grau de interesse, mas em condições precárias para a recepção dos turistas são prioritários para a elaboração e execução de ações que busquem melhoria na infraestrutura.
- **acesso:** diz respeito às condições das vias existentes para o acesso ao atrativo. A facilidade de acesso, a localização geográfica e a sinalização indicativa e turística correspondem a elementos determinantes para a acessibilidade de um atrativo. Esses itens podem facilitar ou prejudicar a utilização do atrativo, bem como na percepção do turista em relação ao mesmo. Ou seja, uma localidade mesmo possuindo infraestrutura turística ou sendo considerado atrativo potencial, pode ter sua comercialização inviabilizada devido a dificuldade de acesso. Portanto, quanto mais acessível o atrativo, maior a sua possibilidade de integração a roteiros turísticos.

Dado ao exposto, o quadro a seguir apresenta a matriz utilizada para a hierarquização dos atrativos tendo em vista a validação da seleção da área turística.

Quadro 25: Matriz de hierarquização dos atrativos turísticos

CRITÉRIOS	CLASSIFICAÇÃO			
	0	1	2	3
(a) Potencial de atratividade	Sem méritos suficientes	Baixo	Médio	Alto
(b) Grau de uso atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande fluxo
(c) Representatividade	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
(d) Estado de conservação da paisagem circundante	Estado de conservação péssimo.	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação

CRITÉRIOS	CLASSIFICAÇÃO			
	0	1	2	3
(e) Infraestrutura	Inexistente	Existente, mas em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/ melhorias	Existente e em ótimas condições
(f) Acesso	Inexistente	Em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/ melhorias	Em ótimas condições

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Nos itens **potencial de atratividade** e **representatividade** será atribuído peso 2 (dois), uma vez que estes são considerados mais significativos em comparação com os demais itens avaliados, conforme aponta o Módulo Operacional 7 do Programa de Regionalização do Turismo . A soma dos pontos obtidos define-se o dos atrativos analisados, portanto, quanto maior o número de pontos do atrativo, maior a sua importância relativa.

A partir das informações contidas no Diagnóstico Estratégico, foi definida a lista de atrativos considerados **relevantes e potenciais** para o desenvolvimento do turismo, conforme apresentado no quadro a seguir. Importa acrescentar que a escolha dos atrativos a serem avaliados se deu por meio da leitura técnica juntamente com o órgão de turismo do Estado.

Importa acrescentar que os rios elencados para a hierarquização são os que possuem maior importância e fluxo turístico e, por isso, englobam as atividades de Ecoturismo, de turismo de Sol e Praia e de Pesca.

Quadro 26: Atrativos Turísticos do Polo do Cantão Considerados para Hierarquização

ATRATIVOS DO POLO CANTÃO
• Rio Araguaia (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca) • Rio do Coco (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca) • Rio Caiapó (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca) • Rio Javaés (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca) • Rio Piranha (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca) • Lagoa da Confusão (Ecoturismo/ Sol e Praia) • Projeto Quelônio - Fazenda Praia Alta (Ecoturismo) • Igreja de Pedra / Casa de Pedra (Ecoturismo/Cultural) • Parque Estadual do Cantão (Ecoturismo/ Sol e Praia/Pesca) • Centro de Pesquisa Canguçu (Ecoturismo)

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Tomando-se como referência os atrativos do quadro anterior cuja localização é apresentada na figura 16 deste documento, foi aplicada a metodologia de valoração. A tabela 23, a seguir, apresenta o resultado final bem como expõe a pontuação de cada atrativo.

Cada atrativo teve a pontuação somada, obtendo um resultado entre 0 e 24 pontos. Desta forma, define-se a relação dos atrativos por meio de sua pontuação, sendo considerado que, quanto maior o número de pontos do atrativo, maior a sua relevância e também sua necessidade de investimentos para garantir ao turista melhor experiência na área.

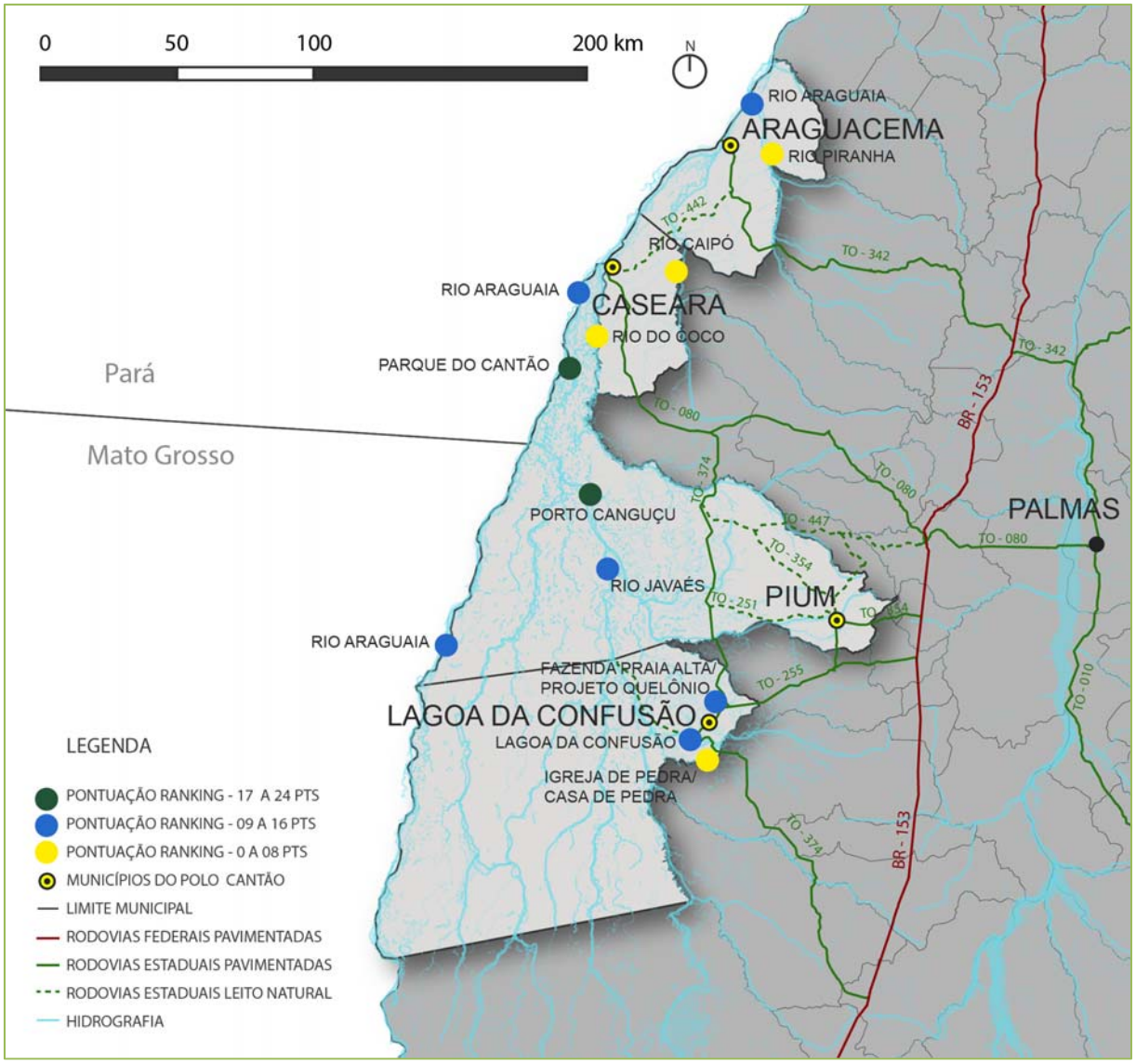
Como forma de facilitar a visualização dos atrativos no que tange a sua hierarquização e entendimento da potencialidade, a figura 79 ilustra a localização dos atrativos e a valoração atribuída em relação à sua hierarquização.

Tabela 23: Hierarquização de Atrativos do Polo do Cantão

TIPOS DE ATRATIVO	ATRATIVO	POTENCIAL DE ATRATIVIDADE (N X 2)	GRAU DE USO ATUAL	REPRESENTATIVIDADE (N X 2)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CIRCUNDANTE	INFRAESTRUTURA	ACESSO	TOTAL
Atrativos Naturais e Culturais	Rio Araguaia (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca)	2 x 2= 4	3	2 x 2= 4	2	1	2	16
	Rio do Coco (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca)	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	2	0	1	8
	Rio Caiapó (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca)	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	2	0	1	8
	Rio Javaés (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca)	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	2	0	2	9
	Rio Piranha (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca)	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	2	0	1	8
	Lagoa da Confusão	1 x 2 = 2	3	1 x 2 = 2	2	2	3	14
	Projeto Quelônio - Fazenda Praia Alta	2 x 2 = 4	1	2 x 2= 4	1	1	1	12
	Igreja de Pedra / Casa de Pedra	0 x 2 = 0	0	1 x 2 = 2	0	0	0	2
	Parque Estadual do Cantão	3 x 2 = 6	2	3 x 2 = 6	3	2	3	22
	Centro de Pesquisa Canguçu	2 x 2= 4	0	3 x 2 = 6	3	2	2	17

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Figura 79: Mapa de Valoração de Atrativos do Polo do Cantão



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

A avaliação dos atrativos permite ratificar que o Polo possui atrativos potenciais para o desenvolvimento do turismo dada à sua rica diversidade natural. No entanto, a maioria dos atrativos foi avaliada com (i) baixa atratividade; (ii) pequeno fluxo turístico; (iii) elemento comum ou inserido em um pequeno grupo de elementos similares; (iv) paisagem circundante em bom estado de conservação; (v) infraestrutura inexistente; e (vi) acesso em estado precário. Dessa forma, o desenvolvimento do turismo no Polo requer o desprendimento de esforços para minimizar os negativos e maximizar os impactos positivos.

Considerando os critérios que definem a mensuração qualitativa dos atrativos, pode-se estabelecer o ranking dos atrativos do Polo. Tal mensuração possui a finalidade de determinar prioridades para a implementação de políticas e ações voltadas para a melhoria dos atrativos turísticos e também para auxiliar a estruturação de roteiros permitindo, portanto, uma melhor experiência turística. Assim, após tomar por base os dados especificados nas tabelas e quadros anteriores instituiu-se a classificação dos atrativos, apresentadas a seguir.

Tabela 24: Ranking dos Atrativos do Polo do Cantão

ATRATIVO	TOTAL	RANKING
Parque Estadual do Cantão	22	1
Centro de Pesquisa Canguçu	17	2
Rio Araguaia (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca)	16	3
Lagoa da Confusão	14	4
Projeto Quelônio - Fazenda Praia Alta	12	5
Rio Javaés (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca)	9	6
Rio do Coco (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca); Rio Caiapó (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca); e Rio Piranha (Ecoturismo/ Sol e Praia/ Pesca).	8 (para cada um)	7
Igreja de Pedra / Casa de Pedra	2	8

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Da análise das tabelas 23 e 24 conclui-se que o **Parque Estadual do Cantão**, ilustrado na figura a seguir, assume grande importância na região e que, por si só, o atrativo é capaz de motivar fluxos internacionais e nacionais. A avaliação do Parque Estadual do Cantão permite constatar que além da pontuação elevada para a atratividade e representatividade, o parque apresenta também excelentes condições no acesso e no estado de conservação da paisagem circundante. A infraestrutura existente é adequada, necessitando de pequenas intervenções e melhorias e o parque recebe uma quantidade razoável de turistas durante todo o ano.

Figura 80: Parque Estadual do Cantão



Parque Estadual do Cantão


Parque Estadual do Cantão

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Em segundo lugar com 17 pontos tem-se o **Centro de Pesquisa Canguçu** seguido pelo **Rio Araguaia** em terceiro lugar somando 16 pontos. Tanto o Centro de Pesquisa Canguçu, quanto o Rio Araguaia são atrativos que motivam fluxos nacionais e internacionais desde que em conjunto com outros atrativos que estejam localizados próximos a eles. Importa acrescentar que o Rio Araguaia atrai um grande fluxo de turistas que buscam o lazer e atividades de sol e praia no período de alta temporada e, por isso, possui um alto grau de

uso atual. Ao contrário, o Centro de Pesquisa Canguçu apresenta baixo fluxo turístico, principalmente porque as atividades desenvolvidas são voltadas ao turismo cientifico. As figuras a seguir referem-se ao Centro de Pesquisa Canguçu e ao Rio Araguaia (figura 81).

Figura 81: Centro de Pesquisa Canguçu e Rio Araguaia



Centro de Pesquisa Canguçu



Rio Araguaia

Fonte: http://www.ecologica.org.br/ e Technum Consultoria SS, 2013.

Lagoa da Confusão (figura 82) ficou em quarto lugar somando 14 pontos no ranking final. Na avaliação desse atrativo merece destaque o grau de uso atual que movimenta, na temporada de praia, um grande fluxo de turistas. Ressalta-se ainda a infraestrutura e acessos adequados ao atrativo, trazendo melhor experiência turística.

Figura 82: Lagoa da Confusão



Lagoa da Confusão

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O **Projeto Quelônio e os rios Javaés, do Coco, Caiapó e Piranha** tiveram pontuação entre oito a doze pontos. No geral, esses atrativos possuem potencial para o incremento do turismo uma vez que apresentam atividades voltadas a diferentes segmentos. No entanto possuem condições precárias para a recepção dos turistas. Por fim, a Igreja de Pedra ou Casa de Pedra recebeu apenas dois pontos uma vez que o atrativo, mesmo considerado

potencial para o desenvolvimento do turismo, encontra-se em estado de abandono.

Nessa temática é válido ressaltar que o Polo possui grande potencial para desenvolvimento de atividades turísticas integradas e voltadas para os segmentos de Ecoturismo, Turismo de Sol e Praia e Turismo de Pesca. Necessita, no entanto, de ações que busquem a melhoria e qualidade dos atrativos bem como da criação de roteiros integrados, diversificando a oferta. Esses fatores contribuem para a maximização dos impactos positivos da atividade, ampliando os benefícios econômicos do turismo para todos os atores envolvidos nesse processo. Vale acrescentar que os esforços devem ser direcionados para a consolidação de uma identidade comum ao Polo, baseada em seus aspectos naturais.

3.1.2. Acessibilidade e Conectividade

Do ponto de vista conceitual, a acessibilidade turística refere-se à facilidade que o turista tem para chegar ao destino pretendido e, por isso as infraestruturas rodoviárias, hidroviárias, aéreas e ferroviárias, bem como a variedade de rotas, preços, condições de velocidade, dentre outros aspectos, afetam essa condição, conforme aponta Giménez em Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis[3].

Da análise da malha viária do Polo, conclui-se que o acesso aos destinos, a partir de Palmas, é realizado por rodovias estaduais e federais pavimentadas e em boas condições de trafegabilidade. Os principais portões de entrada são a BR-153, rodovia federal também chamada de Belém-Brasília, e as rodovias estaduais TO-010, TO-342, TO-354, TO-255 e TO-080. A BR-153 se conecta as rodovias estaduais e liga a capital às regiões turísticas, enquanto que as rodovias estaduais correspondem ao eixo articulador para os atrativos e destinos turísticos.

Na malha hidroviária vale destacar o Porto da Balsa localizado no Rio Araguaia, no município de Caseara que realiza travessias de pessoas, mercadorias, carros e caminhões com destino aos estados do Pará e Maranhão. A travessia dura aproximadamente uma hora e no período de seca o tempo de travessia aumenta devido às formações de bancos de areia. Na temporada de praia os turistas podem realizar as travessias para as praias que se formam ao longo do Rio Araguaia. Quanto ao sistema ferroviário e aeroviário pode-se afirmar que o Polo não possui acesso ferroviário e, o acesso viário é realizado a partir de Palmas ou nas pistas de pouso do Polo que são particulares e utilizadas em casos específicos.

A conectividade é definida como a facilidade de locomoção do turista já no destino. Os aspectos relacionados a este conceito referem-se à agilidade de acesso entre os atrativos, sinalização, dentre outros, de acordo com Giménez[4]. Nesse sentido, a conectividade possui impacto significativo no desenvolvimento dos destinos e atrativos do Polo. Observa-se na área turística que as distâncias entre os atrativos são grandes e a infraestrutura de apoio é ainda escassa o que faz com que o turista permaneça pouco tempo no atrativo e, por consequência no Polo, minimizando os gastos turísticos. A sinalização indicativa e turística é precária nos atrativos, exceto no Parque Estadual do Cantão que possui sinalização de acessos e nas trilhas, porém fora dos padrões internacionais.

Todavia, tendo em vista o desenvolvimento do turismo no Polo, o diagnóstico revelou que a área possui potencialidade para se tornar destino turístico indutor de fluxo dado às riquezas naturais existentes e os atrativos potenciais que podem ser desenvolvidos e comercializados. A conectividade física entre os municípios é assim de grande importância, devendo ainda ser fortalecida pela formatação de roteiros integrados que podem ainda se estender e se interligar com outros polos turísticos. Conforme exposto, a integração física e

[3] Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis por Giménez, Josep-Francesc Valls)
[4] Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis por Giménez, Josep-Francesc Valls)

consequente conectividade, deveria ser mais bem estruturada e fortalecida nos modos rodoviários e hidroviários.

No que diz respeito à conectividade do Polo com as áreas adjacentes, consideradas as cidades localizadas as margens do rio Araguaia e aquelas próximas à APA Ilha do Bananal/Parque Estadual do Cantão, pode-se afirmar que essas, possuem relevância para serem agregadas ao Polo do Cantão, dada a possibilidade de formatação de Produtos Complementares ao segmento de Ecoturismo.

Em termos gerais, o Polo situa-se em uma região de fácil acesso, porém com longo tempo de viagem entre os atrativos. O potencial turístico pode ser maximizado ao se oferecer melhor infraestrutura de apoio e de equipamentos aos turistas, notadamente os de hospedagem e alimentação, bem como considerar roteiros integrados que propiciem maior permanência do turista.

3.1.3. Nível de Uso Atual e Potencial da Área Turística

De acordo com o diagnóstico realizado para esse Plano, os principais segmentos da área são o Ecoturismo, o turismo de Sol e Praia e, numa escala menor, o turismo de Pesca. Por isso, a maior preocupação para o desenvolvimento do turismo volta-se para a utilização dos atrativos naturais de forma sustentável.

Embora inexistam séries históricas referentes à capacidade de carga ou à saturação dos atrativos turísticos, a análise realizada em campo permitiu observar que o turismo na área gera um impacto negativo, principalmente no período de alta temporada (figura 83), devido à falta de controle e fiscalização do fluxo de turistas e da precária oferta de infraestrutura na época de maior fluxo. Nesse período o uso desordenado dos atrativos naturais pelos turistas ocasiona a degradação do meio ambiente e da vegetação nativa, queimadas e, a consequente fuga de animais dessas áreas, consideradas habitat natural de espécies de pássaros, principalmente. Torna-se, portanto, necessário adotar mecanismos e instrumentos que proporcionem o uso sustentável dos atrativos como a realização de estudos de capacidade de carga.

Figura 83: Período de Alta Temporada nos Municípios do Polo



Barracas na Praia do Rio Araguaia em Araguacema



Estrutura de Show na Praia de Araguacema



Área para Camping



Locação de Apartamentos para Temporada

Fonte: Prefeitura Municipal de Araguacema e Technum Consultoria SS, 2013

Os serviços de hospedagem e de alimentação são precários. Os hotéis oferecem leitos simples e com pouca oferta de unidades habitacionais e os restaurantes oferecem um cardápio pouco diversificado. A sazonalidade é um fator que contribui para esta questão uma vez que o maior fluxo de turistas ocorre entre os meses de julho a setembro. Enquanto há um déficit de equipamentos hoteleiros e de alimentação nesse período, nos outros meses do ano esses equipamentos ficam subutilizados. Nesse sentido, torna-se necessário, além de promover qualificação de profissionais para proporcionar um atendimento adequado aos turistas e oferecer serviços com qualidade, é válido também buscar meios de otimizar a economia municipal, principalmente no ramo de serviços.

A comercialização e divulgação dos atrativos e da imagem do Polo são realizadas, predominantemente, pelas agências de turismo receptivo do Estado. Vale ressaltar que é por meio da identificação e divulgação dos atrativos que se inicia a criação de roteiros, aumentando a oferta turística da área e, consequentemente a comercialização do destino. A roteirização cria uma organização e integração dos atrativos e torna a atividade turística mais viável e rentável. Observa-se, no entanto, que os pacotes ofertados pelas agências de turismo não criam roteiros integrados aos municípios do Polo, e, consequentemente desfavorece a permanência e os gastos turísticos na área.

O posicionamento potencial aponta para o crescimento do segmento de Ecoturismo, dada às características e riquezas naturais presentes na região, principalmente do Parque Estadual do Cantão e para o desenvolvimento das atividades turísticas complementares como o sol e praia, a pesca, bem como da observação e contemplação da flora e da fauna locais. No entanto, para a realização destas atividades principais e complementares há a necessidade de adequar a infraestrutura, de forma a permitir a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto para o turista.

3.1.4. Aspectos Físicos da Área Turística

As condições físicas do Polo do Cantão são favoráveis ao turismo devido à rica diversidade natural formada pela fauna e flora, rios, praias e parques, além do clima, relevo e da hidrografia que contribuem para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo. Portanto, a heterogeneidade do território proporciona aos turistas e visitantes, maior variedade de atrações, ampliando a oferta turística.

Os atrativos naturais possuem potencialidade para o desenvolvimento e incremento do turismo em bases sustentáveis, porém, ainda com precária oferta de infraestrutura básica e turística, baixa qualidade dos serviços turísticos e ausência de fiscalização e controle da

capacidade de carga, refletindo no fluxo e permanência de turistas.

O clima do Polo é caracterizado por apresentar altas temperaturas durante o ano todo e baixa taxa de precipitação durante a alta temporada de turismo que ocorre nos meses de julho a setembro. Essas características possibilitam o incremento de atividades de Turismo de Aventura e de Ecoturismo que corresponde a um indicativo favorável ao desenvolvimento dos segmentos principais e complementares do Polo.

As formações geomorfológicas de planícies e de depressões e as diferenças de altitudes existentes no relevo do Polo trazem vantagens para o desenvolvimento do turismo uma vez que propiciam atividades relacionadas a contemplação da paisagem pelos turistas. A rede de drenagem existente aumenta a possibilidade de desenvolver atividades relacionadas ao lazer e possibilita o uso das águas também para o abastecimento dos municípios, fazendo com que a região seja mais desenvolvida e bem estruturada.

As imagens seguintes ilustram a potencialidade turística do Polo manifestada pelos recursos turísticos existentes.

Figura 84: Exemplos de Rios Localizados no Polo



Rio Araguaia



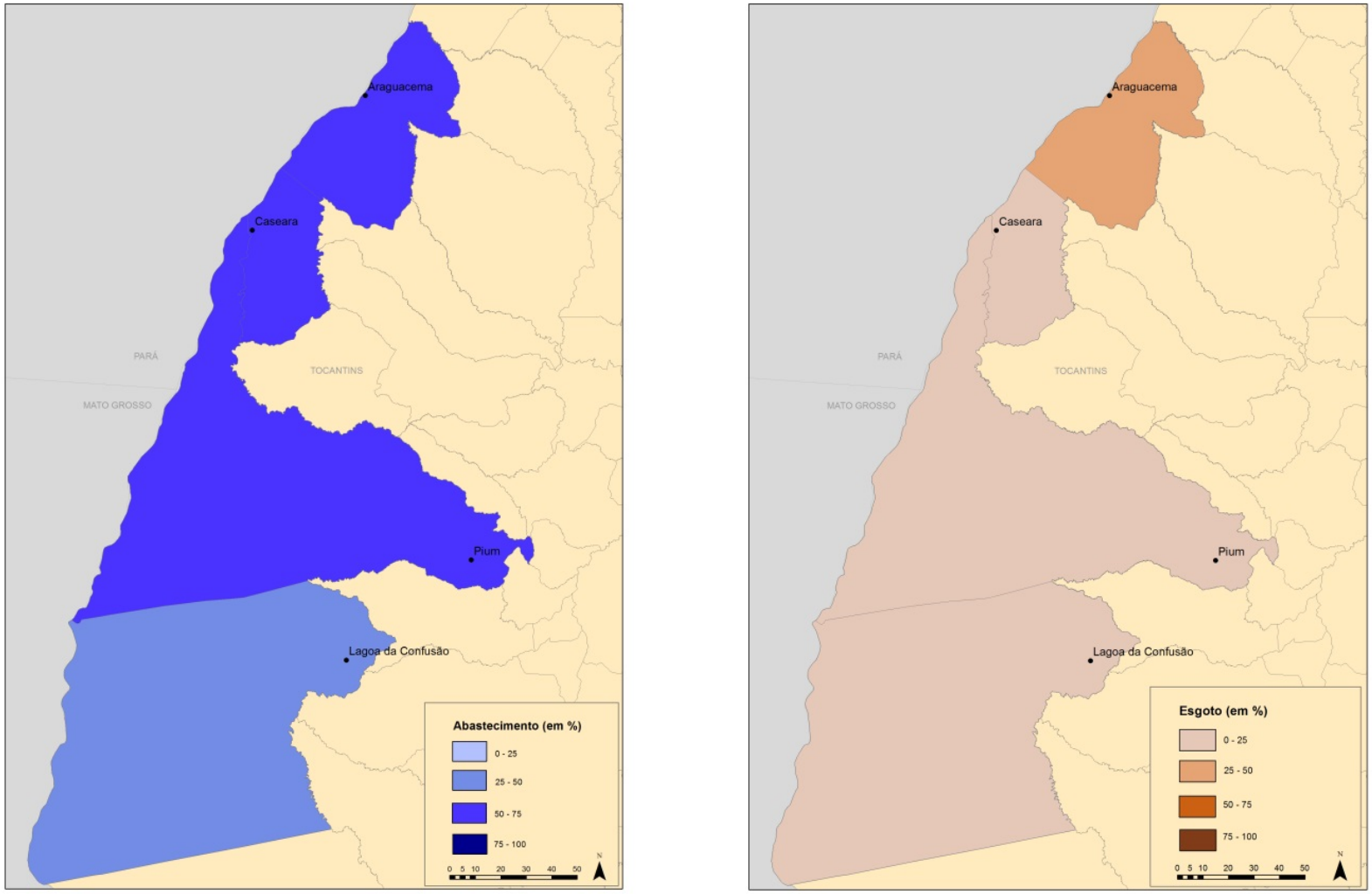
Rio do Coco

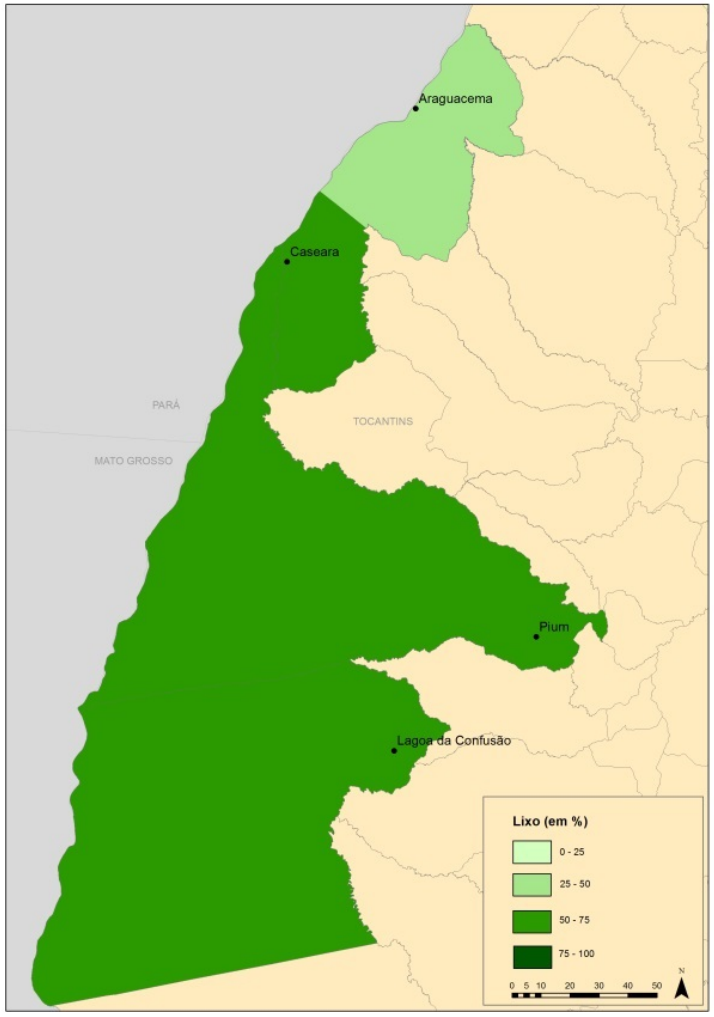
Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

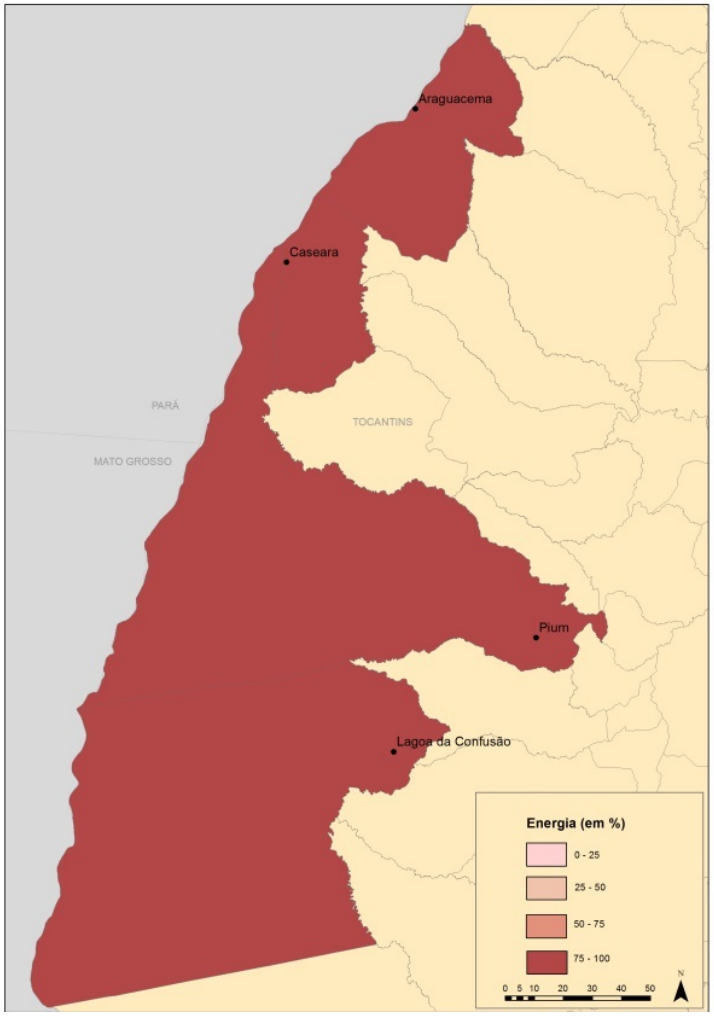
3.1.5. Infraestrutura e Serviços Básicos

Os mapas registrados no item 2.2 do presente documento traçam um panorama da situação do saneamento básico dos municípios do Polo. Para efeito de melhor entendimento, os mapas foram reproduzidos nesse item. Vale ressaltar que os mesmos foram confeccionados tendo como base as informações contidas no site do IBGE - Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Para a validação da área turística, tendo como base os serviços prestados nos municípios, os resultados foram divididos em quatro faixas de atendimento dos serviços, 75% a 100%, de 50% a 75%; de 25% a 50% e abaixo de 25% de domicílios.

Figura 85: Infraestrutura e Serviços Básicos – Polo do Cantão, 2013.







Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

As diretrizes para a formulação das estratégias apontam para a necessidade de implantação de infraestrutura e de serviços que reflitam na melhoria das condições do destino para o atendimento ao turista tendo em vista o desenvolvimento do turismo no Polo. Os mapas apontam que o esgotamento sanitário é o mais precário em relação aos demais. A rede de esgoto atende menos de 25% dos domicílios dos municípios que compõem o Polo, causando impactos negativos para a população e turistas uma vez que os cursos hídricos contaminados interferem o conjunto cênico dos atrativos, comprometem as condições de banho nas praias, além de causarem riscos à saúde.

O abastecimento de água atende entre 50% e 75% nos domicílios particulares permanentes dos municípios de Araguacema, Caseara e Pium, enquanto que em Lagoa da Confusão o atendimento é mais precário ficando na faixa correspondente a 25% a 50%. O serviço de coleta de lixo necessita também de investimentos uma vez que, dos quatro municípios que compõem o Polo, três municípios possuem o atendimento entre 50% e 75%. Os municípios do Polo do Cantão possuem atendimento satisfatório no que diz respeito ao fornecimento de energia elétrica.

Quanto aos serviços de telefonia, segurança e saúde verifica-se que há necessidade de melhoria tanto para o atendimento à população, quanto para os turistas. A situação atual da infraestrutura pública e dos serviços básicos aponta para a necessidade de melhoria nas áreas urbanas, junto aos atrativos turísticos já explorados e potenciais. Promover o planejamento e a realização de investimentos continuados na expansão da infraestrutura e dos serviços é condição necessária para atendimento da demanda futura, proveniente do aumento populacional e do incremento do turismo, rumo ao desenvolvimento sustentável do Polo, considerando-se os próximos dez anos.

3.1.6. Quadro Institucional e Aspectos Legais

Para a validação da área turística deve ser levado em conta as condições legais e institucionais do Polo do Cantão, com destaque para: (i) gestão do turismo e do meio ambiente nos municípios; (ii) integração da gestão municipal com a administração pública estadual e (iii) mobilização social para a sua participação no turismo.

No que diz respeito à organização institucional atual para a gestão do turismo e do meio ambiente é válido ressaltar que os municípios possuem Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente. No entanto, as estruturas e as condições de funcionamento destes órgãos deixam a desejar, principalmente no que diz respeito à equipe técnica disponível, aos recursos de tecnologia da informação, à prática do planejamento turístico e à gestão dos atrativos turísticos locais. Ainda a nível municipal, verifica-se a ausência de integração entre os municípios do Polo. No que diz respeito à criação de roteiros integrados, bem como à promoção e comercialização do turismo de uma forma geral, os resultados são apresentados através de esforços isolados que não promovem o fortalecimento da identidade da área turística.

Com relação à legislação urbanística, todos os quatro municípios do Polo Cantão, Araguacema, Caseara, Lagoa da Confusão e Pium, possuem Plano Diretor Municipal. No que diz respeito às outras leis urbanísticas, resta ao Polo do Cantão instrumentos voltados ao controle e fiscalização ambientais para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

Sobre a integração da esfera municipal e estadual observa-se que a gestão do turismo ocorre, via de regra, de forma isolada nos municípios do Polo, tanto no que se refere à realização de eventos, quanto na divulgação dos atrativos. E, ainda assim, a comercialização e divulgação do Polo e dos atrativos ocorrem de maneira incipiente e precária. Os municípios não possuem material promocional, folderes ou mesmo

condutores ambientais para o acesso adequado e seguro dos turistas nos atrativos do Polo.

A gestão participativa e integrada do turismo no Polo pode ser obtida por meio da reestruturação e fortalecimento dos conselhos municipais de turismo existentes. Esta ação busca fortalecer os canais de comunicação e de diálogo, bem como de tomada de decisões conjuntas entre o poder público estadual, municipal, iniciativa privada e terceiro setor.

Verifica-se que o Polo possui potencial para se consolidar com destino turístico. Todavia, para concretizar esta realidade é necessário incrementar e fortalecer as instâncias municipais e promover um modelo de gestão participativa eficaz.

No âmbito institucional verifica-se a importância da formulação e implantação de um modelo de gestão integrada do Polo, envolvendo os setores relacionados ao turismo, tanto da esfera estadual, quanto da municipal, bem como a inserção da sociedade local nesta cadeia produtiva. Encontra-se, portanto, a necessidade de adotar efetivamente os instrumentos específicos da gestão territorial e urbana, como é o caso dos Planos Diretores Municipais.

A prática do planejamento e do controle territorial e urbano é a estratégia adequada para evitar problemas fundiários, a ocupação indiscriminada do território e a especulação imobiliária, fenômeno comum em áreas com grande potencial turístico e atividade turística em expansão, como se pretende para o Polo.

3.1.7. Aspectos Ambientais

Para a promoção do turismo sustentável é necessário condicionar o desenvolvimento dessa atividade com a preservação das áreas ambientais do Polo. São elas:

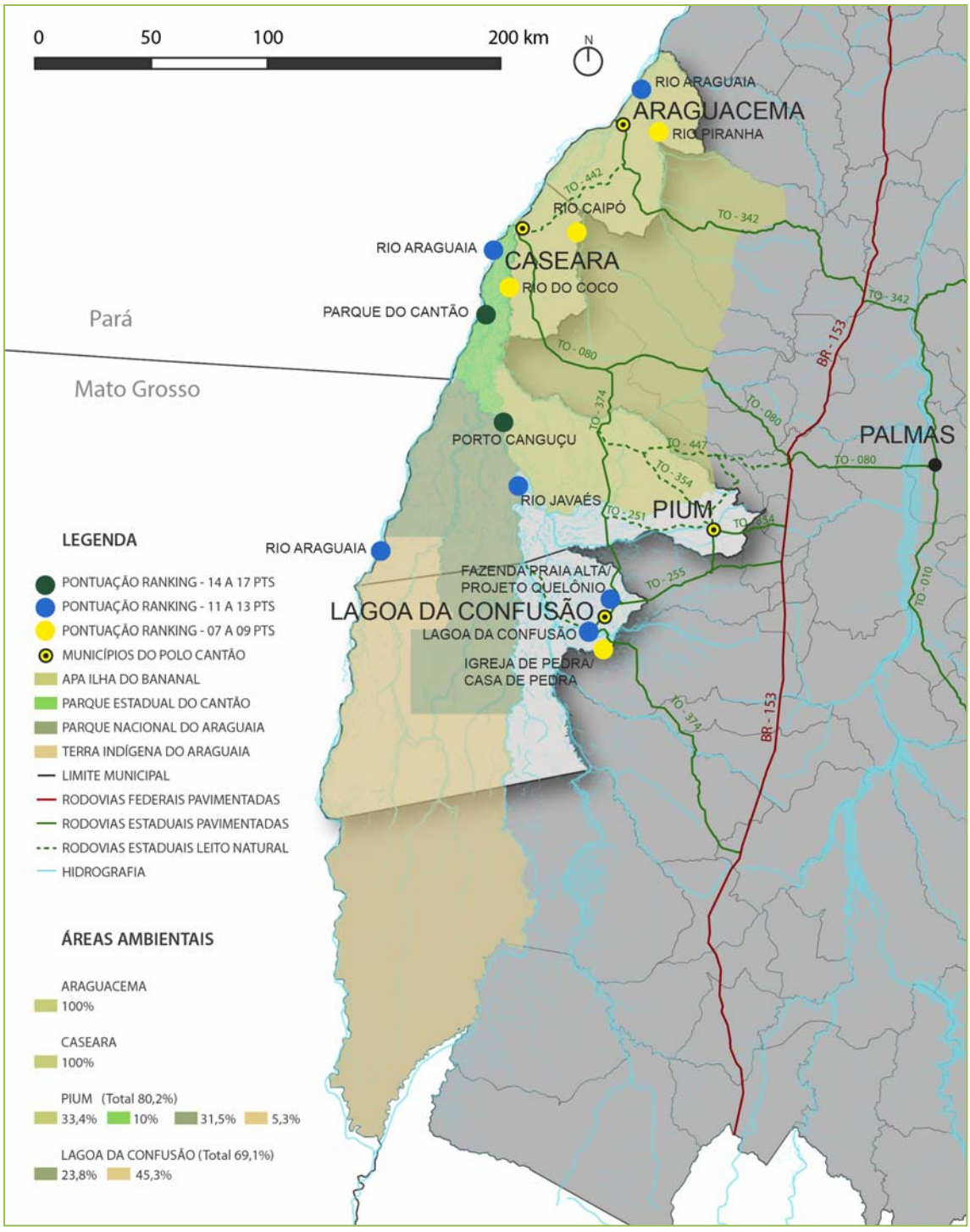
- APA Ilha do Bananal;
- Parque Nacional do Araguaia;
- Parque Estadual do Cantão;
- Reserva Indígena Inawe e Bohona;
- Terra Indígena do Araguaia;
- RPPN Canguçu;
- RPPN Sonhada;
- RPPN Bico do Javaés.

O mapa a seguir ilustra a distribuição das áreas ambientais do Polo, com a indicação dos percentuais das áreas em relação ao território total do Polo. Como pode ser verificado, o Polo está localizado, em sua grande parte, em áreas de importância ambiental, que vão desde de proteção integral à locais onde são permitidas algumas atividades, desde que compatíveis às suas características ambientais.

No município de Lagoa da Confusão a porcentagem de áreas ambientais refere-se a 69,1%. Em Pium refere-se a 80,20%. As áreas ambientais de Araguacema e Caseara correspondem a 100% de seus territórios.

Considerando que os atrativos naturais estão localizados em áreas ambientalmente frágeis é importante que seja pensado no desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. Para que isso aconteça, torna-se necessário estabelecer normas de uso e ocupação dessas áreas, por meio da elaboração dos Planos de Manejo que facilitam o desenvolvimento da região dentro dos paradigmas de proteção do meio ambiente.

Figura 86: Áreas Ambientais – Polo do Cantão, 2013.



Fonte: Technum Consultoria SS, 2016.

3.1.8. Síntese – Validação da Seleção da Área Turística e Priorização de Segmentos

A partir da análise procedida, pode-se concluir pela importância e significado do Polo do Cantão para o turismo e, portanto, pode-se validá-lo como área turística. O Polo do Cantão tem no segmento de Ecoturismo, no turismo de Sol e Praia e de Pesca atrativos comum a todos os municípios integrantes dele e que podem ser verificados pelo mapa de segmentos turísticos principais e complementares tidos como foco da elaboração deste PDITS do Polo do Cantão. Como exposto, os atrativos vinculados às segmentações principais e complementares encontram-se distribuídos por todo o Polo, no entanto devido às suas características físicas apresentam visibilidade diferenciada frente ao mercado turístico. Caseara constitui-se como o destino indutor do turismo no Polo, notadamente pelo acesso ao Parque Estadual do Cantão. Lagoa da Confusão apresenta um fluxo turístico considerável favorecido pelos negócios agropecuários. Araguacema recebe, na temporada de praia, um volume considerável de turistas, enquanto Pium possui um Centro de Pesquisa de relevância Nacional.

Importa acrescentar a necessidade de proposição de ações conjuntas que busquem integrar municípios e atrativos como uma forma de diversificar as atividades, proporcionando a complementariedade da oferta com vistas a gerar maior permanência e gasto turístico no Polo.

No que diz respeito à hierarquização dos atrativos, vale ressaltar que o Polo possui atrativos que motivam fluxos turísticos nacionais e internacionais devido à riqueza natural e aspectos físicos presentes na área. A acessibilidade e conectividade, no entanto, ainda não uma circulação favorável no destino.

As áreas adjacentes ao Polo Cantão, notadamente aquelas próximas ao rio Araguaia e as que se localizam no entorno da APA Ilha do Bananal/Parque Estadual do Cantão, são relevantes por suas características semelhantes aos atrativos e atividades desenvolvidas no Polo, podendo ser estruturadas e comercializadas de forma integrada e complementar.

No patamar de desenvolvimento não se pode estabelecer parâmetros de competição com outros mercados uma vez que ainda não há estrutura turística de porte implantada na região para se identificar o Polo como um mercado competitivo com outros mercados atuais. Identifica-se, no entanto, que o Polo Cantão vem conquistando, por meio da APA da Ilha do Bananal/Parque Estadual do Cantão um público crescente. Devendo, portanto, fortalecer o seu planejamento integrado e implantar um sistema de informações que permita o concreto entendimento da situação atual para então avaliar sua capacidade competitiva.

Trata-se de um destino de relevante interesse turístico frente à existência do Parque Estadual do Cantão e a proximidade com a Ilha do Bananal, produtos de singularidade no cenário nacional e internacional.

Os resultados da hierarquização dos atrativos, juntamente com a leitura técnica ratificaram a importância do Ecoturismo como segmento principal e indutor do turismo para o Polo. Há oferta de uma riqueza natural composta de praias, ilhas e lagoas fluviais que também favorecem as atividades de recreação ligadas ao segmento de Sol e Praia e de Pesca Esportiva, além da perspectiva de desenvolvimento do Turismo Cultural.

Atualmente, conforme informações obtidas pela extinta Adtur, pelas visitas técnicas aos municípios da região turística do Polo Cantão e por meio de entrevistas com donos/funcionários de estabelecimentos comerciais, moradores locais, profissionais

locais ligados ao turismo e visitantes, pode-se afirmar que a maioria dos turistas que chega à região é oriunda dos estados de Goiás e São Paulo, seguidos pelo próprio Estado do Tocantins. A busca desses turistas pelo Polo Cantão deve-se ao grande número de atrativos voltados ao segmento de Ecoturismo. É, assim, oportuna a priorização e a estruturação do segmento principal, bem como a dos segmentos complementares, buscando aumentar o desenvolvimento econômico da região e melhorar a qualidade de vida da população, notadamente pela sua inclusão na cadeia produtiva do turismo.

O quadro institucional apresentado implica na necessidade de fortalecimento e busca pela integração regional, onde seria oportuna a criação de um Fórum ou um Conselho, passível de agregar as instituições municipais que desenvolvem alguma ação de intervenção turística e apoiar a mobilização da população local para o turismo.

Além do desenvolvimento de circuitos turísticos e roteiros integrados, a comercialização conjunta de produtos e atrativos, poderia reforçar a integração entre os municípios, direcionando esforços para a consolidação de uma identidade comum e característica do Polo turístico. Frente à natureza do Polo, essa identidade deveria ser, principalmente, baseada em seus aspectos naturais.

Em resumo, observa-se uma grande potencialidade aliada à necessidade de ações planejadas para o desenvolvimento sustentável. Os fatores relacionados ao baixo estágio de desenvolvimento da atividade turística contribuem para a minimização de possíveis impactos negativos, permitindo que os impactos positivos da atividade sejam maximizados.

A partir do desenvolvimento ordenado e sustentável do turismo, espera-se que os impactos advindos da atividade turística possam trazer benefícios econômicos e sociais, notadamente para a população local. A condição da inserção da população local no desenvolvimento turístico do Polo deverá ter papel de importância quando da formulação de estratégias e ações, como forma de trazer o desenvolvimento sustentável, a empregabilidade e a qualidade de vida para seus habitantes.

4. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

4.1. Linhas Norteadoras Estratégicas de Desenvolvimento Turístico

As estratégias de desenvolvimento turístico resultam das conclusões do diagnóstico, apresentado no item 2.0 deste Documento. Importa acrescentar que a formulação das estratégias não está restrita somente ao financiamento do Prodetur Nacional, abrangendo um rol de ações passíveis de captação de recursos em outras fontes e investimentos particulares. Referem-se, assim, a uma política estadual e municipal para alavancar o desenvolvimento integrado do turismo no Polo.

O objetivo geral para o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Tocantins tem como premissa básica a promoção da inclusão social por meio do aumento da geração de renda das comunidades locais e a busca do equilíbrio das atividades turísticas e o meio ambiente, favorecendo o desenvolvimento em bases sustentáveis.

O Prodetur Nacional do Tocantins considera que o turismo é uma atividade econômica capaz de ser desenvolvida em harmonia com a preservação ambiental. Na busca da captação de recursos desse Programa, o Estado assume um papel de orientador e de coordenador deste processo, cabendo a este (i) direcionar as políticas públicas para as áreas de infraestrutura e socioambientais no intuito de atingir um padrão de desenvolvimento sustentável; (ii) estimular e apoiar os atores locais para o turismo, de forma que esses se mobilizem e se engajem no ciclo econômico de atividades relacionadas à cadeia do turismo; (iii) promover um planejamento participativo e integrado buscando o desenvolvimento do turismo, em consonância com a tendência mundial no setor. Em contrapartida, os municípios deverão dar continuidade às ações empreendidas para o desenvolvimento local por meio da participação dos gestores públicos municipais e da sociedade promovendo o desenvolvimento turístico pretendido.

O Prodetur Tocantins cita ainda que os objetivos específicos pretendidos para o desenvolvimento do turismo são:

- elaborar um planejamento participativo e integrado do turismo;
- dotar de infraestrutura e de equipamentos os polos/regiões prioritários;
- promover a qualificação na prestação dos serviços turísticos;
- apoiar a produção associada ao turismo;
- estruturar a oferta e dar qualidade aos produtos;
- dotar de capacidade gestora e operacional o órgão estadual de turismo e as Instâncias de governança locais e regionais;
- fomentar projetos de base comunitária;
- aumentar a competitividade do “Destino Tocantins” no mercado regional, nacional e internacional;
- contribuir para a competitividade do “Destino Amazônia” no mercado internacional;
- ampliar a capacidade gestora e operacional do empresariado local.

Alinhados ao alcance desses objetivos específicos, o objetivo geral do PDITS pretende desenvolver o turismo da região com estruturação das atividades centradas no segmento de ecoturismo, tendo como base a conservação do meio ambiente e a inclusão social.

Tendo como premissas os objetivo geral e os objetivos específicos, apresentados nos itens 1.3 e 1.4, foi formulada a estratégica geral para o desenvolvimento do turismo:

Estruturar novos produtos relacionados ao segmento principal de ecoturismo e fomentar atividades relacionadas aos segmentos complementares de Sol e Praia e Pesca, implementando regulamentações operacionais e promovendo ações de capacitação da população para sua inserção na cadeia produtiva do turismo.

4.2. Estratégias de Desenvolvimento Turístico

A partir da visão ampla desejada para o turismo do Polo, as estratégias específicas determinam as prioridades de desenvolvimento turístico na área, conforme determina o Termo de Referência para a elaboração deste PDITS, considerando:

- o posicionamento turístico desejável para a área e as estratégias de comercialização necessárias para sua consolidação;
- os produtos e os segmentos turísticos principais, a seleção do portfólio estratégico e correspondentes públicos-alvo principais;
- a valorização e a exploração dos atrativos turísticos principais;
- a busca de investimentos estratégicos do setor privado que possam induzir ao desenvolvimento de novos circuitos, alinhados com os investimentos públicos;
- as infraestruturas e os serviços básicos requeridos;
- o quadro institucional, com especial ênfase ao fortalecimento da gestão pública do turismo e meio ambiente no âmbito municipal; e
- a busca da inclusão social na cadeia do turismo e a sensibilização para preservação dos ativos naturais e da cultura local como subsidio ao desenvolvimento da atividade turística.

Seguindo as considerações apresentadas são definidas estratégica para cada um dos componente previsto no Prodetur Nacional, a saber:

- Produto Turístico;
- Infraestrutura e Serviços Básicos;
- Comercialização;
- Fortalecimento Institucional; e
- Gestão Ambiental.

O quadro a seguir apresenta estas estratégias por componente e sua correlação com os objetivos específicos propostos nesse plano para o Polo do Cantão.

Quadro 27: Estratégias de Desenvolvimento Turístico conforme Objetivos

OBJETIVO GERAL DO PDITS DO POLO DO CANTÃO
Desenvolver o turismo da região com estruturação das atividades centradas no segmento de ecoturismo, tendo como base a conservação do meio ambiente e a inclusão social..

ESTRATÉGIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO POLO DO CANTÃO
Estruturação de novos produtos relacionados ao segmento principal de ecoturismo e fomentar atividades relacionadas aos segmentos complementares de Sol e Praia e Pesca, implementando regulamentações operacionais e promovendo ações de capacitação da população para sua inserção na cadeia produtiva do turismo.

ESTRATÉGIAS DO PDITS DO POLO CANTÃO E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, POR COMPONENTE
Componente – PRODUTO TURÍSTICO
Estratégias: • diversificação dos produtos relacionados ao segmento principal e complementares, com fomento das atividades diretamente relacionadas às características locais e vocacionais da região – recursos hídricos, flora e fauna; • fortalecimento dos produtos atuais por meio da implantação, revitalização e estruturação de equipamentos e da promoção de melhoria operacional dos serviços.
Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente: • ampliar a atratividade do Polo; • aumentar a oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura turística do Polo; • qualificar os serviços que envolvem os equipamentos e a infraestrutura turística do Polo; • aumentar o tempo de permanência média do turista; • incentivar o deslocamento do turista dentro do Polo; • incentivar a integração das atividades turísticas; • aumentar o número de visitantes no Polo.
Componente – COMERCIALIZAÇÃO
Estratégias: • fortalecimento da imagem/identidade associada ao Polo dentro dos segmentos estabelecidos; • criação, promoção e comercialização de produtos e roteiros integrados, tendo em vista o aumento de sua visibilidade regional e nacional.

ESTRATÉGIAS DO PDITS DO POLO CANTÃO E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, POR COMPONENTE
Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente: • criar a imagem/identidade associada ao Polo; • ampliar a atratividade do Polo; • melhorar o posicionamento do destino no mercado nacional; • apoiar a comercialização da produção artesanal relacionada à imagem/ identidade associada ao Polo; • integrar os municípios do Polo; • aumentar o tempo de permanência média do turista; • incentivar o deslocamento do turista dentro no Polo; • aumentar o número de visitantes no Polo.
Componente – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Estratégias: • implementação de instrumentos e mecanismos relacionados ao controle da operação dos atrativos e dos equipamentos relacionados ao setor, bem como a normatização dos segmentos, visando a gestão sustentável do turismo; • fortalecimento das instâncias públicas municipais de turismo e de meio ambiente, por meio da estruturação dos órgãos e da capacitação de pessoal para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável; • ampliação da qualificação dos prestadores de serviços relacionados ao setor do turismo, de modo a incluir a população na cadeia produtiva do setor, bem como dos produtos e serviços ofertados.
Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente: • viabilizar a gestão sustentável do turismo no Polo; • fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente; • capacitar gestores públicos, entidades de governança e atores do *trade* e promover a gestão compartilhada da atividade turística; • promover a capacidade empresarial; • qualificar os equipamentos, serviços e a infraestrutura turística do Polo; • apoiar o desenvolvimento da gestão integrada e compartilhada da atividade turística; • integrar os municípios do Polo; • melhorar a qualidade de vida da população local por meio do aumento do emprego e renda.
Componente – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Estratégias: • priorização de melhorias para favorecer a acessibilidade e a mobilidade, otimizando o tempo de deslocamento e permitindo maior experiência turística na área. • melhoria das condições de saneamento básico, tendo como foco a conservação do meio ambiente e o adequado atendimento turístico.
Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente: • facilitar os fluxos e deslocamentos turísticos e da população local; • incentivar a integração das atividades turísticas; • ampliar a atratividade do Polo; • integrar os municípios do Polo; • aumentar o tempo de permanência média do turista; • ampliar e melhorar o saneamento básico do Polo; • proteger os recursos naturais, promovendo o uso sustentável dos atrativos.

ESTRATÉGIAS DO PDITS DO POLO CANTÃO E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, POR COMPONENTE
Componente – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL
Estratégias: • implementação de mecanismos e instrumentos voltados a proteção, conservação e uso sustentável do meio ambiente, notadamente dos recursos naturais e áreas frágeis que tenham relação com atividades turísticas; • implementação de ações de divulgação do Parque Estadual do Cantão de suas atividades desenvolvidas para conhecimento e inclusão da população (local e estadual) na cadeia do turismo. • elaboração de inventário e desenvolvimento de pesquisas sistematizadas e de ações de monitoramento voltadas à ampliação do conhecimento sobre o turismo e do meio ambiente, bem como do combate aos incêndios, permitindo prever e mitigar possíveis impactos negativos.
Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente: • proteger os recursos naturais, promovendo o uso sustentável dos atrativos; • estabelecer instrumentos de planejamento e de controle para as segmentações turísticas e para os atrativos; • melhorar as condições de monitoramento, proteção, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. • ampliar a atratividade do Polo; • viabilizar a gestão sustentável do turismo no Polo.

Fonte: Technum Consultoria, 2014.

4.3. Proposições e Considerações sobre as Estratégias de Desenvolvimento Turístico

Para o desenvolvimento das Estratégias Turísticas relacionadas ao Polo do Cantão o PDITS parte da diferenciação de segmentos, encontrada nos quatro municípios do Polo. È evidente a riqueza de atrativos naturais voltados para o Ecoturismo, notadamente aqueles relacionados à rica rede fluvial e também ao Parque Estadual do Cantão. Além disso, destacam-se as atividades relacionadas ao Sol e Praia e à Pesca Esportiva, segmentos que também tem na rede fluvial a sua base de atrativos. A presença de aldeias indígenas desponta como uma expectativa para o desenvolvimento do etnoturismo, necessitando, porém, de estudos específicos para sua estruturação.

De acordo com o portfólio estratégico apresentado nesse documento, o Ecoturismo representa um forte segmento capaz de alavancar o desenvolvimento turístico do Polo. Observa-se que atualmente as atividades de Ecoturismo são, em sua grande parte, realizadas dentro do Parque Estadual do Cantão. Apesar da diversidade da oferta e da qualidade dos atrativos, o desenvolvimento turístico acaba sendo limitado pela própria natureza do Parque, criado com a função de preservação integral do meio ambiente.

A gestão do desenvolvimento turístico está, portanto, atrelada ao Poder Público, ao âmbito Estadual e às questões ambientais. Nesse contexto, existe uma grande probabilidade de ocorrência de um desenvolvimento turístico ordenado e sustentável. Esse cenário implica, por outro lado, em um maior tempo para a tomada de decisões e de concretização de ações para o desenvolvimento do turismo.

Na análise da realidade atual, nota-se a necessidade premente de implantação de uma série de equipamentos para apoio ao turista, bem como de qualificação dos serviços ofertados.

Uma das opções seria a formação de parcerias-público privadas para a gestão da Unidade de Conservação do PEC. A exemplo das experiências ocorridas no âmbito nacional, as tendências de modernização da gestão compartilhada criam uma expectativa de um novo paradigma e modelo de utilização e de preservação para as UC. Registra-se, entretanto, que a tomada de decisões para adoção de modelos dessa natureza, requer tempo e elaboração de estudos específicos.

Vale destacar, assim, que além do desenvolvimento de atividades atreladas ao PEC, é necessário estender o desenvolvimento do Ecoturismo para além de seus limites. A busca pela expansão do turismo e atividades relacionadas ao Ecoturismo em outras áreas do Polo é condição primordial para o fortalecimento desse segmento.

Em uma análise dos demais destinos de Ecoturismo, no Brasil, observa-se uma variação em relação à natureza dos produtos oferecidos e níveis de desenvolvimento alcançados. Nos patamares mais elevados, encontram-se os destinos já consolidados, ou em estágio avançado de desenvolvimento, e que detém visibilidade nacional. Dentre outros, citam-se:

- Bonito - MS;
- Pantanal - MT/MS;
- Fernando de Noronha – PE;
- Manaus – AM (Amazônia);
- Brotas – SP;
- Foz do Iguaçu – PR.

Outros destinos de destaque são constituídos por ambientes naturais de significância pela singularidade e importância dos ecossistemas. Tratam-se ainda de locais amplamente divulgados e com comercialização organizada de produtos turísticos, notadamente pela

condição de Parques Nacionais onde o desenvolvimento da atividade encontra-se estruturado:

- Chapada dos Guimarães – MT (Parque Nacional Chapada dos Guimarães);
- Chapada dos Veadeiros – GO (Parque Nacional Chapada dos Veadeiros);
- Caravelas – BA (Parque Nacional Marinho dos Abrolhos);
- Chapada Diamantina – BA (Parque Nacional Marinho dos Abrolhos);
- Lençóis Maranhenses – MA (Parque Nacional dos Lençóis Maranhense);
- Parque Nacional do Monte Roraima – RR;
- Novo Airão – AM (Parque Nacional de Anavilhanas e Parque Nacional do Jaú);
- Serra da Canastra – MG (Parque Nacional da Serra da Canastra);
- Cambará do Sul - RS (Parque Nacional de Aparados da Serra).

Em outro plano encontram-se importantes destinos também dotados de recursos naturais singulares, alguns configurados como Unidades de Conservação ambiental, que se encontram em patamares menos elevados de desenvolvimento ou comercialização.

Representam destinos novos com potencialidade de crescimento ou destinos consolidados que atendem a mercados alvos específicos, com capacidade de suporte equilibrada ao desenvolvimento pretendido. Registra-se que nesse estão alguns destinos de grande reconhecimento, mas que vem perdendo sua atratividade ecoturística em função de um crescimento desordenado e consequente ameaça às suas condições de sustentabilidade. Os destinos ecoturísticos de maior representatividade que se encaixam no plano descrito são:

- Nobres - MT (atrativos de mergulho e flutuação, a exemplo de Bonito – MS);
- Parnaíba – PI (Delta do Parnaíba);
- Jalapão – TO (Parque Nacional do Jalapão);
- Serra da Capivara – PI;
- Álter do Chão – PA;
- Presidente Figueiredo – AM;
- Alto Caparaó – MG (Parque Nacional do Caparaó);
- Praia do Pipa – RN;
- Jericoacoara – CE;
- Morro de São Paulo – BA;
- Conceição de Ibitipoca – MG;
- Gonçalves – MG;
- Ilha Grande - RJ;
- Itaúnas – ES;
- Pedra Azul – ES;
- São José do Barreiro – SP;
- Serra do Cipó – MG;
- Ilha do Mel – PR;
- Urubici – SC;
- Itacaré - BA.

Por fim, constituem-se em importantes destinos de ecoturismo aqueles relacionados à cidades ou locais de atração singular, circundados por recursos naturais com características adequadas ao desenvolvimento de atividades desse segmento, tais como:

- Ilhabela – SP;
- Iporanga – SP (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira;

- Itatiaia – RJ (Parque Nacional de Itatiaia);
- Monte Verde – MG;
- Paraty – RJ;
- Petrópolis - RJ;
- Santa Bárbara – MG;
- São Sebastião - SP;
- Socorro – SP;
- Teresópolis – RJ;
- Ubatuba – SP;
- Visconde de Mauá – RJ;
- Canela – RS;
- Florianópolis – SC.

Registra-se que além dos citados destinos ecoturísticos brasileiros existem outros, porém esses foram considerados os 50 melhores destinos de ecoturismo do Brasil pelo Guia Quatro Rodas, conforme registrado na edição comemorativa dos 50 anos do GUIA BRASIL, publicada em novembro de 2014 (disponível no site <http://viajeaqui.abril.com.br/materias/os-50-melhores-destinos-de-ecoturismo-do-brasil#18 e acessado em janeiro de 2016). A relação completa, como constante no referido guia pode ser encontrada no Anexo apresentado no Volume III deste documento.

Do exposto, observa-se que apesar de sua significância e riqueza de recursos o Parque Estadual do Cantão e outros atrativos da região não aparecem na citada relação dos 50 melhores destinos de ecoturismo do Brasil, datada de 2014.

A visibilidade do Polo, no entanto, enquanto destino de ecoturismo, vem aumentando a cada dia. Em outubro de 2015 matéria do Ministério do Turismo sobre o Tocantins apresenta "Destino de viagem: Ilha do Bananal" (disponível em http://www.turismo.gov.br/últimas-not%C3%ADcias/5624-destino-de-viagem-ilha-do-bananal.html e acessado em janeiro de 2016) onde são citadas as belezas naturais de Caseara. Em fevereiro de 2016, encontram-se uma série de novas matérias sobre os Lagos e Praias do Cantão e outros atrativos da região, preparadas pela Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado do Tocantins e disponíveis no site institucional do Governo Estadual (http:// turismo.to.gov.br, acessado em fevereiro de 2016).

Urge, portanto a necessidade de estabelecimento da estratégia de desenvolvimento integrado do turismo sustentável, objetivando a estruturação de efetivos produtos de ecoturismo e segmentos complementares, quais sejam o Turismo de Sol e Praia e o Turismo de Pesca, além de melhorias na infraestrutura para o turista, principalmente no que se refere à acessibilidade e conectividade aos atrativos.

Conforme registrado, existe no momento forte pretensão por parte dos atores locais de alavancar o desenvolvimento socioeconômico do Polo, por meio de definições das estratégias para a estruturação do turismo sustentável. Tomada essa decisão, e estabelecidas as intervenções prioritárias, haverá um incremento significativo na possibilidade de captação de empreendimentos e negócios relacionados as atividade de ecoturismo, de sol e praia e de pesca.

A potencialidade de crescimento em todo o Estado do Tocantins e de sua capital, Palmas, facilita também a visibilidade do Cantão e a busca de novos empreendedores para o Polo. A implantação de novos equipamentos de hospedagem na Capital, e as características das bandeiras hoteleiras reconhecidas nacionalmente, além do Jalapão ser considerados como um dos importantes destinos de ecoturismo do País são fatos que indicam a

perspectiva de integração entre os Polos estaduais, com oferta de produtos complementares ao turista que tem interesse pelos atrativos do Tocantins.

O Ecoturismo está presente nos quatro municípios do Polo. Nota-se, dada à condição de acesso ao Parque Estadual do Cantão, uma forte ligação entre Caseara e os turistas que visitam o PEC.

A área, não só do Parque, mas de seu entorno, é de grande importância por tratar-se de transição entre os biomas do Cerrado e da Floresta Amazônica. Além disso, está situada no corredor migratório do Araguaia, que conecta o Pantanal Mato-grossense com a bacia Amazônica. O meio ambiente resultante possui riqueza inigualável, com destaque para os recursos fluviais, incluindo a formação de lagos e lagoas, além de área de floresta inundável, onde na época de cheia dos rios formam-se os igapós, constituindo-se em uma variação na oferta do atrativo turístico. Na época da seca, essas áreas configuram-se como várzeas, permitindo passeios a pé em trilhas pela floresta.

A flora e fauna características dos biomas presentes contribuem para a riqueza local, com destaque para a variedade de peixes e aves, favorecendo o fortalecimento das atividades da pesca esportiva e da observação de pássaros, possibilitando atingir segmentos de mercado bastante específico e de amplo crescimento.

Observa-se, contudo, apesar da grande riqueza natural, a baixa disponibilidade de infraestrutura – acessos e conectividade entre os atrativos, equipamentos específicos, hotelaria e alimentação - e a pouca capacitação para o turismo. Com exceção do PEC, não há estruturação de produtos ou de roteiros que induzam ou facilitem a visitação.

Um dos principais gargalos para o incremento das atividades consiste na falta de integração entre os municípios e conceituação do Polo como um todo. As distâncias rodoviárias e a falta de definição clara da estratégia geral de desenvolvimento do Polo dificultam a desejada integração. Importa para a estruturação do turismo no Polo:

- criar atividades de ecoturismo fora dos limites do Parque de forma a fortalecer a oferta de atividades relacionadas ao segmento principal;
- qualificar empreendimentos e empreendedores já instalados;
- captar novos investidores;
- apoiar o desenvolvimento de novos equipamentos e serviços adequados ao perfil do turista alvo;
- reforçar a condição da preservação ambiental;
- fortalecer a cultura local;
- desenvolver a produção artesanal, com destaque para aquela atrelada ao perfil dos segmentos turísticos definidos para o Polo;
- fortalecer a cadeia produtiva do turismo, inserindo a população local nesse ciclo econômico e promovendo a desejada inclusão social.

A proposta de organização territorial para indução do desenvolvimento do turismo no Polo, ilustrada no subitem a seguir, parte da vocação natural de cada localidade bem como da limitação imposta pelas Unidades de Conservação notadamente aquelas de maior restrição ao uso. A distribuição das áreas de preservação ambiental e dos principais atrativos do Polo pode ser verificada na figura 86, constante do subitem 3.1.7 deste documento.

4.3.1 Proposição de organização territorial para a indução do desenvolvimento do turismo no Polo

Conforme diagnóstico realizado, a acessibilidade e a conectividade entre os atrativos turísticos, bem como às sedes municipais, é um dos gargalos a serem superados no desenvolvimento integrado do Polo. Para tanto, é proposto o **Eixo Estruturador** no modo rodoviário, criando opções de ida e volta aos diferentes pontos do Polo. Um **Eixo Secundário** interliga trechos e atrativos de importância para a melhor distribuição do fluxo.

Além disso, é previsto o desenvolvimento de **Circuitos Fluviais**, criando opções tanto de deslocamentos quanto de atrativos propriamente ditos. A proposição dos circuitos fluviais tem também como objetivo propiciar a integração entre os municípios. Como elementos indutores e facilitadores das atividades fluviais, é proposta a instalação de **Atracadouros**, dotados de infraestrutura turísticas, localizados em pontos estratégicos.

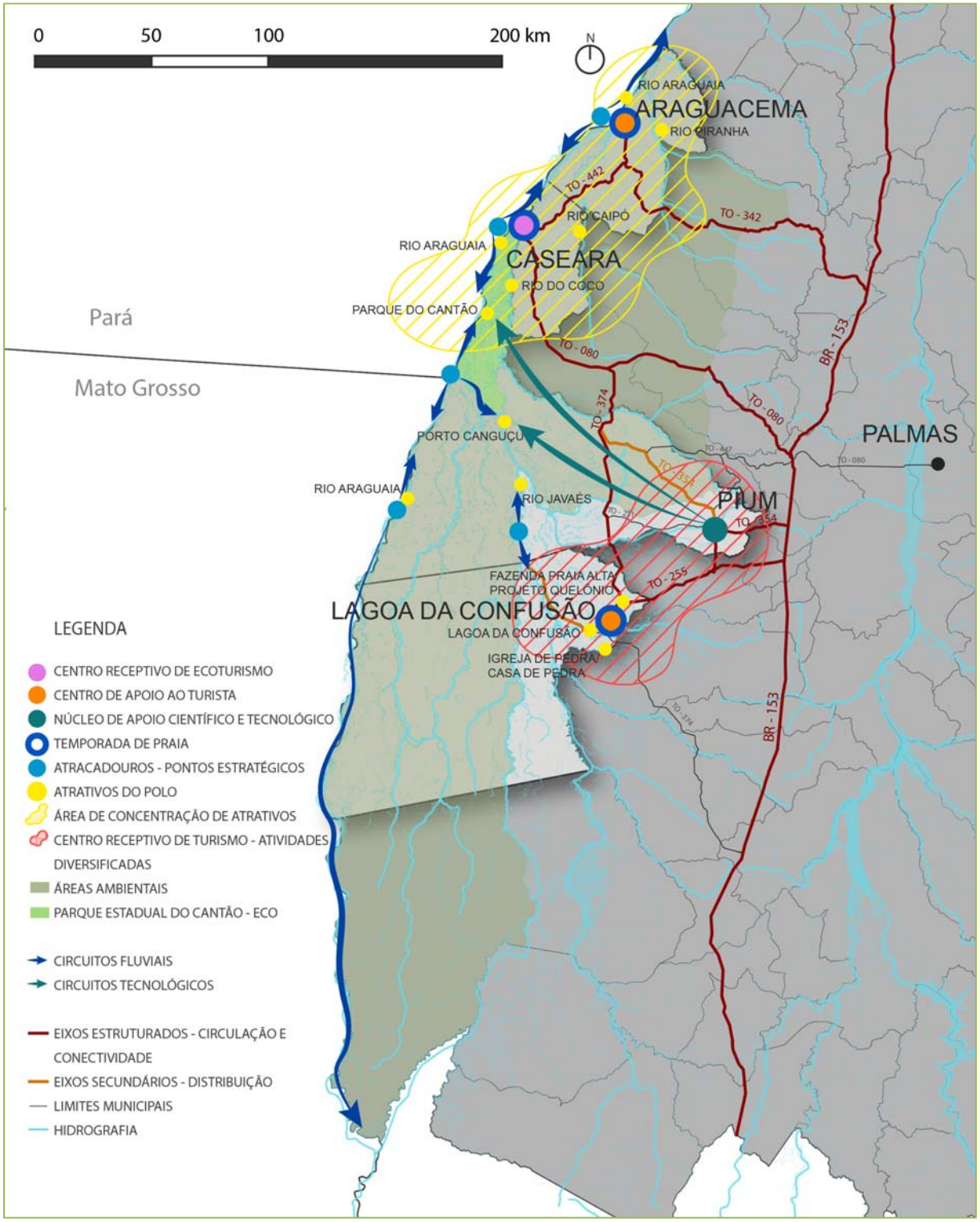
Dentro da estratégia adotada, os núcleos urbanos assumem papeis diferenciados, no entanto complementares, garantindo ao mesmo tempo individualidade e integração. No geral a proposta abrange a estruturação de:

- **Centro Receptivo de Ecoturismo**: localizado em Caseara, deverá concentrar oferta de equipamentos de hospedagem e alimentação, bem como de atrativos voltados à segmentação principal integrando as atividades do PEC à outras, fora de seus limites físicos;
- **Centro de Apoio ao Turista**: localizado em Araguacema e em Lagoa da Confusão, fortalecendo no primeiro município as condições de apoio às atividades do segmento de Sol e Praia e de Pesca, notadamente em relação aos serviços turísticos ofertados. A proximidade de Lagoa da Confusão à Capital, a facilidade de acesso, e a infraestrutura turística e os serviços já existentes, garantem uma condição natural de receptividade e atendimento ao turista;
- **Centro Tecnológico**: localizado em Pium, por sua condição estratégica de localização próximo à rodovia federal e por abrigar em seu território dois elementos de destaque para o Polo, quais sejam o PEC e o Porto Canguçu. Considerado também ponto de partida para os **Circuitos Tecnológicos**, ligados a esses dois elementos. Para sua estruturação é necessária a realização de melhorias na oferta de serviços e equipamentos bem como a captação de investidores para empreendimentos relacionados às atividades de pesquisa e de tecnologia atreladas aos recursos naturais da região.

Na região próxima à Araguacema e à Caseara, onde já se encontra a maioria dos atrativos turísticos é desejado o desenvolvimento de outros atrativos consolidando a oferta turística e formando uma **Área de Concentração de Atrativos**. Ressalta-se, porém, que por sua localização em área de fragilidade e/ou importância ambiental, esses atrativos deverão ser desenvolvidos de forma sustentável, desde a implantação até a operação.

Paralelamente, com vistas a propiciar o equilíbrio físico-territorial da área, é proposta a criação de uma **Área de Atividades Diversificadas**, nas proximidades de Pium e Lagoa da Confusão. Para seu desenvolvimento deverá ser levado em conta a vocação dos agronegócios e dos eventos, bem como as perspectivas referentes à tecnologia e à inovação. O desejado e o aproveitamento dos recursos naturais e culturais existentes para a formatação de produtos, inclusive para oferta adicional de atividades para os turistas que já visitam essas localidades. A figura 87 a seguir ilustra essa proposição estratégica para a organização territorial, destacando as áreas de preservação integral presentes no Polo.

Figura 87: Mapa de Estratégia de Desenvolvimento Turístico do Polo Cantão



Fonte: Technum Consultoria SS, 2016.

5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

5.1. Visão geral e ações previstas

De acordo com o Termo de Referência o Plano de Ação apresenta uma visão geral das atividades e projetos de investimento a serem realizados para o alcance dos objetivos do PDITS. As ações foram agrupadas nos mesmos componentes indicados no item 4 - Estratégias, quais sejam:

- Componente 1 – **Produto Turístico**: relacionam-se às ações referentes ao desenvolvimento de produto por meio da criação de novos produtos ou consolidação daqueles já existentes;
- Componente 2 – **Comercialização**: são as ações que possibilitam a promoção e comercialização dos produtos, trazendo uma imagem-identidade para o Polo;
- Componente 3 – **Fortalecimento Institucional**: referem-se às ações de planejamento e gestão que privilegiam as atividades que promovam a estruturação e integração das esferas municipal e estadual;
- Componente 4 – **Infraestrutura e Serviços Básicos**: ações relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística tendo em vista o uso sustentável dos atrativos;
- Componente 5 – **Gestão Socioambiental**: relacionadas ao desenvolvimento dos atrativos com vistas à preservação e conservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

Os quadros seguintes, definidos por componente, possuem a função de apresentar o alinhamento entre os objetivos, as estratégias e as ações para o Polo do Cantão. Indicam também uma justificativa geral para a proposição das ações do Componente, a descrição de cada uma das ações, o custo estimado dos investimentos previstos para o componente e os produtos e o resultados esperados da execução e aplicação do conjunto de ações.

5.2. Descrição das ações previstas

As ações que compõem o PDITS Polo Cantão, agrupadas por Componente, estão a seguir descritas. Recuperando as estratégias de desenvolvimento e os objetivos específicos do Plano, é apresentado o título das ações, uma justificativa geral para sua inserção no Plano, uma breve descrição do escopo de cada uma delas, o custo estimado dos investimentos previstos para o Componente, bem como o produto e o resultado esperados de sua execução.

Quadro 28: Descrição das Ações do Componente 1 – Produto Turístico

COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO	
Estratégias	• diversificação dos produtos relacionados ao segmento principal e complementares, com fomento das atividades diretamente relacionadas às características locais e vocacionais da região – recursos hídricos, floral e fauna; • fortalecimento dos produtos atuais por meio da implantação, revitalização e estruturação de equipamentos e da promoção de melhoria operacional dos serviços.

COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO	
Objetivos	• ampliar a atratividade do Polo; • aumentar a oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura turística do Polo; • qualificar os equipamentos, serviços e a infraestrutura turística do Polo; • aumentar o tempo de permanência média do turista; • incentivar o deslocamento do turista dentro no Polo; • incentivar a integração das atividades turísticas; • aumentar o número de visitantes no Polo.

AÇÕES		ÁREA DE ABRANGÊNCIA
1.1	Elaboração e Implantação do Projeto de Pesca Esportiva do Polo Cantão	**Polo Cantão**
1.2	Estruturação e Implantação de Circuito de Arvorismo no Parque Estadual do Cantão	**Polo Cantão**
1.3	Estruturação e Implantação de Roteiro de Safari Ecológico no Polo Cantão	**Polo Cantão**
1.4	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	**Polo Cantão**
1.5	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”	**Polo Cantão**
1.6	Construção da Orla de Araguacema.	**Araguacema**
1.7	Revitalização de Estruturas Turísticas	**Polo Cantão**
1.8	Construção da Orla em Caseara.	**Caseara**
1.9	Revitalização da Orla de Lagoa da Confusão com Estruturação da Área de Camping.	**Lagoa da Confusão**
1.10	Construção do Balneário de Pium	**Pium**
1.11	Construção do Centro de Eventos Multiuso em Lagoa da Confusão.	**Lagoa da Confusão**
1.12	Construção do CAT em Caseara.	**Caseara**
1.13	Implantação do Museu Indígena em Lagoa da Confusão	**Caseara**
1.14	Implantação da Infraestrutura dos Atrativos do Polo Cantão (construção de decks, atracadouros, escadas, passarelas e banheiros	**Polo Cantão**
1.15	Implantação 04 bases de fiscalização no PEC - Parque Estadual do Cantão.	**Polo Cantão**
1.16	Implantação de base de fiscalização no Porto Canguçu	**Pium**
1.17	Adequação do Centro de Visitantes do Parque Estadual do Cantão.	**Polo Cantão**
1.18	Melhoria da Infraestrutura do Alojamento para Pesquisadores no Parque Estadual do Cantão	**Polo Cantão**
1.19	Adequação do Mirante - Torre de Observação - Parque Estadual do Cantão	**Polo Cantão**
1.20	Organização do calendário de eventos das praias	**Polo Cantão**
1.21	Execução do Programa de Aventura Segura	**Polo Cantão**
1.22	Assistência Técnica para Elaboração do Plano de Negócio no Segmento do Ecoturismo e Turismo de Aventura	**Polo Cantão**
1.23	Identificação e Qualificação da Produção Associada ao Turismo - Artesanato e Gastronomia	**Polo Cantão**
1.24	Estruturação de Produto para o Turismo Criativo - Artesanato e Patrimônio Natural.	**Polo Cantão**
1.25	Apoio a Estruturação dos Circuitos Fluviais	**Polo Cantão**

AÇÕES	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Justificativa	A estruturação do produto turístico no Polo Cantão refere-se à necessidade de fomentar o turismo por meio da diversificação e qualificação dos produtos turísticos, bem como a sua integração por meio da criação de roteiros complementares. O Polo Cantão possui sua vocação turística principal centrada nos segmentos do Ecoturismo e Turismo de Sol e Praia. Esses segmentos apresentam potencial para consolidar a atividade turística na região e transformar o Polo em destino para os turistas. Nesse sentido, são previstas ações para a construção e revitalização de equipamentos, tendo em vista o desenvolvimento do turismo. Além destes segmentos, é marcante também a presença do turismo de aventura e a pesca esportiva no Polo como segmentos potenciais devido a riqueza fluvial existente. Para o turismo de pesca torna-se premente a elaboração e implantação de projeto voltado para essa atividade uma vez que o Polo possui como potencial uma área preservada, variedade de espécies, beleza natural e acesso adequado partindo de Palmas. No entanto, para o pleno desenvolvimento da atividade resta ainda combater a intensa atividade predatória, a forte cultura extrativista dos pescadores amadores da região e a pouca cultura de turismo no Polo. No que diz respeito ao segmento de Aventura a potencialidade do Polo refere-se diversidade natural presente que traz para o Polo um ambiente raro e de beleza cênica, onde se concentram em uma área relativamente pequena, três ecossistemas diferenciados, com traços fortes da floresta amazônica, do cerrado e do pantanal. As ações constantes para esse segmento referem-se ao incremento de atividades voltadas para a aventura como o circuito de arvorismo. A atividade turística no Polo ainda é bastante incipiente e pouco profissionalizada. Os números coletados em campo e nas bases secundárias oficiais apontam para a forte presença de pequenos empreendimentos familiares que não possuem qualificação ou diversificação do serviço oferecido. A qualificação profissional e empresarial, a assistência para elaboração do plano de negócio para o segmento de Ecoturismo e Turismo de Aventura, bem como a implantação do selo verde são medidas relevantes para a melhoria da experiência turística e a dinamização da atividade na região, tanto que tange à regularização dos empreendimentos de turismo, quanto para a oferta de roteiros e serviços de forma eficiente.

AÇÕES	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Descrição das Ações	**1.1. Elaboração e Implantação do Projeto de Pesca Esportiva do Polo Cantão** – Estruturação do segmento de pesca esportiva considerando o potencial da área devido a concentração de, aproximadamente, 800 lagos na região propício à pesca. A ação busca promover o desenvolvimento do turismo de pesca nos municípios do Polo Cantão, aproveitando, de forma sustentável, as riquezas naturais da região fornecendo condições de absorver mão de obra local dos ribeirinhos e capacitá-los uma vez que atualmente eles praticam a pesca predatória. Envolve também a capacitação de guias para o atendimento ao turista. **1.2. Estruturação e Implantação de Circuito de Arvorismo no Parque Estadual do Cantão –** trata-se de estruturar e implantar circuitos (adulto e infantil) voltados à prática do arvorismo no Parque Estadual do Cantão. Envolve estudos para implantação de cabos de aço, cordas e madeira que juntamente com plataformas e equipamentos de segurança, capacete, cadeiras, polias e mosquetões permitem a realização dos circuitos. a prática é realizada com a orientação de monitores. Essa ação busca ampliar as atividades turísticas no parque e ampliar a permanência do turista na região. **1.3. Estruturação e Implantação de Roteiro de Safari Ecológico no Polo Cantão** – consiste em estruturar e implantar Roteiro de Safari Ecológico no Polo dada a riqueza da fauna e flora local. A ação busca ampliar a oferta de produtos turísticos no Polo e fomentar o Ecoturismo, aproveitando, de forma sustentável, as riquezas naturais da região. **1.4. Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado do Tocantins** – incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito da administração pública; criar oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades negociais e de gestão necessários ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo, contribuindo para o aumento da qualidade dos serviços prestados na atividade. **1.5. Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – "Selo de Conformidade"** – capacitações destinadas aos funcionários de empreendimentos por meio de consultorias e treinamentos abordando temas relacionados ao atendimento ao cliente, gestão de pessoas, gestão financeira, entre outros. Busca, portanto, o desenvolvimento dos negócios atendendo pré-requisitos para estabelecer o "selo de conformidade" promovendo o aumento do número de empreendimentos que funcionam dentro das normas técnicas exigidas. Isso possibilita que estas empresas sejam cadastradas no sistema do Ministério do Turismo - CADASTUR. Além de trazer ao turista melhoria tanto da qualidade dos serviços quanto da infraestrutura dos empreendimentos. **1.6. Construção da Orla de Araguacema** – elaborar projeto básico e executivo no sentido de dotar a orla de equipamentos urbanos para o atendimento ao turista, tais como: quiosques, banheiros, serviços de alimentação, dentre outros tendo em vista o aumento do fluxo turístico no Polo. **1.7. Revitalização de Estruturas Turísticas** – revitalização do centro de atendimento turístico de Araguacema. Inclui o levantamento e identificação do mobiliário e equipamentos de informática existentes e a aquisição de outros equipamentos, se necessário. **1.8. Construção da Orla em Caseara** – elaborar projeto básico e executivo no sentido de dotar a orla de equipamentos urbanos para o atendimento ao turista, tais como: quiosques, banheiros, serviços de alimentação, dentre outros tendo em vista o

AÇÕES	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
	aumento do fluxo turístico no Polo. **1.9. Revitalização da Orla de Lagoa da Confusão com Estruturação da Área de Camping** – revitalização e ampliação da infraestrutura local da orla de Lagoa da Confusão, por meio da elaboração de projeto básico e executivo para dotar a orla de equipamentos urbanos para o atendimento ao turista, tais como: quiosques, banheiros, serviços de alimentação e estruturação da área destinada à camping, dotando-a de infraestrutura e saneamento básicos para os turistas. **1.10. Construção do Balneário de Pium** – construção do balneário do município de Pium por meio da elaboração de projeto básico e executivo. o projeto envolve a ampliação e a reforma do espaço. O espaço será dotado de infraestrutura turística e de equipamentos para a população e turistas como banheiros, área de caminhada e descanso e quiosques. Essa ação busca ampliar as atividades turísticas e atratividade no município. **1.11. Construção do Centro de Eventos Multiuso em Lagoa da Confusão** – construção do Centro de Eventos Multiuso no município de Lagoa da Confusão, proporcionando a realização de eventos de pequeno e médio porte, favorecendo a captação e o desenvolvimento do turismo no município e no Polo como um todo. **1.12. Construção do CAT em Caseara** – construir Centro de Atendimento ao Turista, por meio da aquisição de mobiliário, equipamentos administrativo, de informática e multimídia demandados para funcionamento do Centro; elaboração de diretrizes e procedimentos/instrumentos operacionais para seu funcionamento; dimensionamento e caracterização das equipes necessárias além de capacitação gerencial e técnica das equipes de atendimento ao turista. **1.13. Implantação do Museu Indígena em Lagoa da Confusão -** a ação propõe a construção de um museu voltado à divulgação da cultura indígena referente a sua religião, crenças, costumes, produção, artesanato, pintura, dentre outros. O espaço será dotado de infraestrutura turística e de equipamentos para a população e turistas como banheiros, área de descanso e visitação. Essa ação busca ampliar as atividades turísticas e atratividade no município, bem como divulgar a cultura indígena que é muito forte no município. **1.14. Implantação da Infraestrutura dos Atrativos no Polo Cantão (Construção de Decks, Atracadouros, Escadas, Passarelas e Banheiros)** – a ação propõe a construção e recuperação de infraestrutura dos atrativos turísticos do Polo, dotando os atrativos e infraestrutura de atendimento ao turista, como: decks, atracadouros, escadas, passarelas e banheiros. **1.15. Implantação 04 Bases de Fiscalização no PEC - Parque Estadual do Cantão** implantação de 04 (quatro) bases de fiscalização no Parque Estadual do Cantão no intuito de realizar a vigilância patrimonial, terceirizada ou não. Essa ação busca: coibir a ocorrência de danos – por meio do embargo à realização de atividades irregulares e ilegais, tais como obras, parcelamento do solo e empreendimentos imobiliários, desmatamento ou queimada, retirada de produtos florestais ou minerais, lançamento de efluentes poluidores no solo ou nos cursos d'água; apreensão de instrumentos e armadilhas destinados à captura de animais silvestres, caça e pesca, de materiais de construção, máquinas e instrumentos destinados ao corte de produtos florestais, ou à retirada de recursos minerais, sinalização de propaganda de comercialização ilegal de imóveis ou empreendimentos etc. Penalizar os infratores – por meio da aplicação de Autos de Infração Ambiental, abertura de Inquérito e/ou Ação Civil Pública por danos ao meio ambiente, e/ou ações criminais com base na legislação existente. Neutralizar ou recuperar o dano – por meio de projetos de recuperação ambiental, que podem ser resultado de acordos extrajudiciais como os Termos de Ajuste de Conduta, ou de sentenças judiciais.

AÇÕES	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
1.16. Implantação de Base de Fiscalização no Porto Canguçu - implantação de base de fiscalização no Porto Canguçu no intuito de realizar a vigilância patrimonial. Essa ação busca: coibir a ocorrência de danos – por meio do embargo à realização de atividades irregulares e ilegais, tais como turismo desordenado, retirada de produtos florestais ou minerais, lançamento de efluentes poluidores no solo ou nos cursos d'água; apreensão de instrumentos e armadilhas destinados à captura de animais silvestres, caça e pesca, máquinas e instrumentos destinados ao corte de produtos florestais, ou à retirada de recursos minerais, dentro outras que se fizerem necessárias. **1.17. Adequação do Centro de Visitantes do Parque Estadual do Cantão** – revitalização do Centro de Visitantes do Parque do Cantão, fomentando as diretrizes e procedimentos/instrumentos operacionais para seu funcionamento, promovendo o dimensionamento e caracterização das equipes necessárias, identificação do mobiliário, equipamentos e outros materiais necessários; aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e multimídia demandados para funcionamento da receptividade dos turistas, juntamente com a capacitação gerencial e técnica das equipes de atendimento ao turista que vão ao Parque. **1.18. Melhoria da Infraestrutura do Alojamento para Pesquisadores no Parque Estadual do Cantão** – realização de melhoria da infraestrutura do alojamento para pesquisadores no Parque Estadual do Cantão que recebe um número significativo de pesquisadores, onde são desenvolvidas atividades de pesquisa, educação ambiental e manejo dos animais. A melhoria se destina aos ambientes utilizados pelos visitantes como cozinha, quartos e banheiros. **1.19. Adequação do Mirante - Torre de Observação - no Parque Estadual do Cantão** – recuperar Mirante do Parque Estadual do Cantão com vistas a ampliar a oferta de atrativos históricos e naturais no Polo. **1.20. Organização do Calendário de Eventos das Praias -** estruturar e ordenar a agenda dos eventos nas praias e rios do Polo. Essa ação busca organizar a oferta de eventos turísticos no Polo, possibilitando o aumento do fluxo de pessoas, a integração de roteiros, bem como o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais e culturais da região. **1.21. Execução do Programa de Aventura Segura –** elaborar e implantar Programa voltado para o Turismo de Aventura e o Ecoturismo com objetivo de fomentar o desenvolvimento turístico desse segmento, de forma segura, observando as regras de segurança e proteção para a realização das atividades dos respectivos seguimentos turísticos do Polo Cantão. **1.22. Assistência Técnica para Elaboração do Plano de Negócio no Segmento do Ecoturismo e Turismo de Aventura** – contratação de prestação de serviço de assistência técnica para a elaboração do plano de negócios no segmento do Ecoturismo e Turismo de Aventura, que deverá levantar formas de captação de recursos para a conservação e incentivo a recuperação de áreas degradadas. Além disso, a ação inclui (i) estimular levantamento de dados sobre fauna e flora, incentivando a pesquisa científica às mudanças numéricas nas populações silvestres, (ii) promover a educação ambiental e maior consciência ambiental nas populações locais, (iii) prevenir o comércio ilegal de espécies silvestres e de artesanatos que utilizam órgãos, penas ou couro de animais, (iv) viabilizar o uso de tecnologias ambientalmente sustentáveis, (v) buscar o controle de geração de lixo, poluição do ar, água, solo, sonora e visual, (vi) estimular a implantação de infraestrutura básica, saúde, comunicação, segurança, educação e comércio, (vii) viabilizar estudos de viabilidade para abertura de estradas, trilhas e atalhos inadequados, (viii) valorizar áreas naturais e (ix) criar condições de conciliar o desenvolvimento e conservação do meio ambiente utilizado pelo turismo nos segmentos apresentados pelo Polo Cantão.	

AÇÕES	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
	1.23. Identificação e Qualificação da Produção Associada ao Turismo - Artesanato e Gastronomia – a competitividade no turismo baseia-se na qualidade do produto e serviço turísticos ofertados aos turistas. A ação de qualificação para a produção associada ao turismo desenvolverá produtos a serem comercializados como o artesanato e gastronomia, aumentando o nível de notoriedade do Polo nessas áreas. Envolve o levantamento da necessidade de qualificação no turismo, elaboração do projeto de formação de multiplicador e qualificação dos trabalhadores e a realização de cursos de formação profissional. **1.24. Estruturação de Produto para o Turismo Criativo - Artesanato e Patrimônio Natural** – essa ação colabora para a compreensão e valorização do patrimônio natural e do artesanato como elemento fundamental de caracterização das diferentes identidades e raízes que dão corpo e vida ao espaço ocupado como um dos elementos mais importantes de crescimento do turismo no Polo. Trata-se de oferecer aos turistas experiências de aprendizagem e de desenvolvimento de seu potencial criativo por meio de cursos, oficinas e outras atividades que lhes permitam interagir emocional e socialmente com o ambiente e suas singularidades, ter espaços de integração autêntica com os moradores e com o dia a dia da cidade, para que ele próprio sinta o lugar como um cidadão. Essa ação também colabora para a compreensão e valorização do patrimônio natural como elemento fundamental de importância preservacionista e histórica, beleza cênica, que transmitem à população a importância do ambiente natural para a sobrevivência. **1.25 Apoio a Estruturação dos Circuitos Fluviais –** compreende a utilização da rede hidroviária para a realização de passeios e também para o transporte de turistas e da população local. Busca integrar os municípios do Polo e aumentar a sua visibilidade no mercado pela oferta de novos produtos. Envolve: (i) levantamento das redes hidroviárias consideradas navegáveis; (ii) construção de orlas e atracadouros em pontos estratégicos; (iii) aquisição de equipamentos para a realização dos passeios e percursos, dentre outros
Custo Estimado	US$ 8.913.333,00 (R$ 17.826.666,00) somar ações 1.13, 1.16, 1.20 e 1.25
Produtos e Resultados	Oferta de novos produtos e qualificação de produtos existentes, diversificando a oferta e permitindo a prestação de serviços com qualidade aos turistas. Além disso, traz oportunidades para a abertura de novos negócios e para a geração de emprego e renda.

Quadro 29: Descrição das Ações do Componente 2 – Comercialização

COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO	
Estratégias	• fortalecimento da imagem/identidade associada ao Polo dentro dos segmentos estabelecidos; • criação, promoção e comercialização de produtos e roteiros integrados, tendo em vista o aumento de sua visibilidade regional e nacional.

COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO	
Objetivos	• criar a imagem/identidade associada ao Polo; • ampliar a atratividade do Polo; • melhorar o posicionamento do destino no mercado nacional; • apoiar a comercialização da produção artesanal relacionada à imagem/ identidade associada ao Polo; • integrar os municípios do Polo; • aumentar o tempo de permanência média do turista; • incentivar o deslocamento do turista dentro no Polo; • aumentar o número de visitantes no Polo.

AÇÕES		ÁREA DE ABRANGÊNCIA
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Cantão.	**Polo Cantão**
2.2	Execução do Plano de Marketing	**Polo Cantão**
2.3	Criação e Estruturação de Roteiros Integrados no Polo Cantão.	**Polo Cantão**
2.4	Criação, Fortalecimento e Comercialização de Produtos Artesanais que Identifiquem a Imagem do Polo Cantão.	**Polo Cantão**
2.5	Elaboração do Plano de Negócios do Polo Cantão	**Polo Cantão**

Justificativa	O diagnóstico realizado revela que o Polo possui uma rica diversidade natural favorável ao desenvolvimento do Ecoturismo e para o turismo de Sol e Praia. No entanto a comercialização de produtos e de roteiros turísticos realizados pelas agências de turismo ou por outros meios de divulgação é ainda incipiente. Essa situação traz uma baixa permanência do turista e, consequentemente baixo gasto turístico, fazendo com que os investimentos nos serviços de hospedagem e alimentação sejam mínimos. Verifica-se também a ausência de uma imagem/identidade associada ao Polo, o que denota a necessidade de propor de estratégias e ações de marketing turístico consolidadas em um Plano elaborado conforme as características do Polo e adequado para atendimento de cenários futuros. Nesse contexto, o Plano de Marketing possui a função de organizar e consolidar as diretrizes e estratégias e ações para divulgação, promoção e comercialização do Polo, identificando a sua vocação e o público alvo dos produtos disponíveis. Ainda no âmbito da comercialização merece destaque a elaboração de roteiros turísticos integrados para o aumento da oferta e dinamização do turismo, resultando em benefícios para o Polo, bem como a produção e comercialização do Polo em propagandas e documentários de televisão e em jornais e revistas divulgando os atrativos e o turismo.

AÇÕES	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Descrição das Ações	**2.1. Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Cantão –** elaborar o Plano de Marketing e comercialização abordando a questão do posicionamento de mercado, imagem a ser projetada do destino, divulgação dos produtos ofertados, mercados atuais e potenciais, mercados prioritário e secundários e ações de marketing e comercialização a serem adotadas pelo governo municipal. Devem ser previstos o desenvolvimento de marca de imagem e posicionamento mercadológico detalhado, conforme eixos definidos no PDITS e o desenvolvimento de estratégias de comercialização e de promoção nos mercados-meta, identificando os entraves para a delimitação do plano na esfera pública e privada; definição estratégica: consolidar os objetivos da comunicação; aprofundar e delimitar o conteúdo informativo de cada eixo; definir a identidade visual dos eixos – design e marca, montar banco de dados de imagens (digitalização de imagens antigas e compilação de novas); definição de elementos e meios de comunicação: delimitar os elementos e meios de comunicação adequados para atingir os objetivos de fortalecimento da identidade turística da região; definir orçamento de comunicação; definição do plano de mídia integrado; e acompanhamento da confecção do material de comunicação; e, definição de instrumento para mensuração de efeitos da estratégia de comunicação implementada. **2.2. Execução do Plano de Marketing –** execução das estratégias de marketing, contidas no Plano, por meio do plano de ação elaborado para o fortalecimento da identidade do Polo e divulgação dos produtos ofertados, seguindo os prazos e formas de execução de cada atividade, na sequência apropriada e por ordem de prioridade e a atribuição de responsabilidades, das atividades já determinadas. **2.3. Criação e Estruturação de Roteiros Integrados no Polo Cantão -** pressupõe o trabalho conjunto do trade turístico, com o apoio e incentivo do Estado, considerando as atividades, atrativos e produtos turísticos comercializados. As possibilidades existentes devem ser discutidas entre os atores interessados, analisada a viabilidade de sua operação e o seu potencial de comercialização. Os roteiros escolhidos serão descritos em documento técnico, bem como os meios e os instrumentos para a sua comercialização. **2.4. Criação, Fortalecimento e Comercialização de Produtos Artesanais que Identifiquem a Imagem do Polo Cantão –** pressupõe o trabalho conjunto do trade turístico, com o apoio e incentivo dado Estado, considerando as atividades, atrativos e produtos turísticos comercializados. As possibilidades existentes devem ser discutidas entre os atores interessados, analisada a viabilidade de sua operação e o seu potencial de comercialização. Os roteiros escolhidos serão descritos em documento técnico, bem como os meios e os instrumentos para a sua comercialização. **2.5. Elaboração do Plano de Negócios do Polo Cantão –** – compreende a identificação das iniciais oportunidades de investimentos atreladas a atrativos, equipamentos ou serviços estruturantes do Polo do Cantão. Cada elemento deverá ser caracterizado, dimensionado e orçado, demonstrando ainda sua potencialidade de desenvolvimento e viabilidade de implantação. O objetivo desse Plano consiste na reunião de informações confiáveis, inclusive das demandas existentes e dos mercados potenciais, e na modelagem de negócios para a captação de negócios.
Custo Estimado	**US$ 2.549.000,00 (R$ 5.098.000,00)**

AÇÕES		ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Produtos e Resultados	As ações desse componente têm como resultado o aumento da comercialização dos produtos turísticos do Polo, seja por meio da elaboração e execução do Plano de Marketing, como também pela criação de roteiros integrados e maior divulgação da imagem do Polo. Além disso, busca-se o aumento da notoriedade e ampliação do índice de satisfação dos turistas em relação às informações disponibilizadas para o processo de consumo turístico e a promoção turística do Polo.	

Quadro 30: Descrição das Ações do Componente 3 – Fortalecimento Institucional

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
Estratégias	• implementação de instrumentos e mecanismos para a gestão sustentável dos atrativos/ equipamentos turísticos e estruturação dos segmentos principal e complementares; • fortalecimento das instâncias públicas municipais de turismo e de meio ambiente para o apoio ao desenvolvimento do turismo sustentável; • ampliação da qualificação dos prestadores de serviços relacionados ao setor do turismo de modo a incluir a população na cadeia produtiva do turismo e a apoiar a melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados.	
Objetivos	• viabilizar a gestão sustentável do turismo no Polo; • fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente; • capacitar gestores públicos, entidades de governança e atores do trade e promover a gestão compartilhada da atividade turística; • promover a capacidade empresarial; • qualificar os equipamentos, serviços e a infraestrutura turística do Polo; • apoiar o desenvolvimento da gestão integrada e compartilhada da atividade turística; • integrar os municípios do Polo; • melhorar a qualidade de vida da população local por meio do aumento do emprego e renda.	
AÇÕES		**ÁREA DE ABRANGÊNCIA**
3.1	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura, Negócios e Eventos, Sol e Praia, Pesca Esportiva e, Cultural).	**Polo Cantão**
3.2	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	**Polo Cantão**
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher Respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos.	**Polo Cantão**
3.4	Realização da Capacitação dos Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	**Polo Cantão**
3.5	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Órgãos de Turismo e Meio Ambiente.	**Polo Cantão**

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL		
3.6	Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento do Plano de Uso Público e Combate às Queimadas.	**Polo Cantão**
Justificativa	A análise institucional, avaliada sob a ótica da gestão do turismo no Polo, revela a necessidade de priorizar investimentos em fortalecimento institucional direcionados principalmente a administração pública municipal e estadual, bem como promover ações que busquem a capacitação de empreendedores, para o desenvolvimento do empreendedorismo no setor de turismo com ênfase para a gestão integrada e com a participação efetiva dos segmentos da sociedade atuantes no setor. Os gargalos verificados no diagnóstico avançam também para a necessidade investimentos que incidam sobre os órgãos relacionados ao meio ambiente na sua interface com o desenvolvimento do turismo. São ações como: elaboração e aprovação de normas específicas dos segmentos principais e complementares do Polo, gestão dos atrativos naturais e ordenação e do controle da visitação nos atrativos por meio da implantação do voucher, que irão garantir o desenvolvimento sustentável do turismo. Diante do cenário atual revelado no diagnóstico, cabe aos municípios implantar mudanças para alavancar o turismo no Polo, seja por meio dos recurso provenientes do Prodetur Nacional no âmbito do PDITS, bem como de outras fontes.	

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Descrição das Ações	**3.1. Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura, Negócios e Eventos, Sol e Praia, Pesca Esportiva e, Cultural) –** essa ação tem como foco a criação de procedimentos legais para o funcionamento das segmentações turísticas principais e complementares do Polo, conforme a publicação de Lei da Política Estadual de Turismo em 2013. A segmentação é entendida pelo Mtur como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Este entendimento dos segmentos preferenciais possibilita a ordenação dos esforços para atração e fidelização dos turistas. Essa ação pressupõe (i) identificar os públicos mais rentáveis e os segmentos de menor atuação; (ii) definir as necessidades já satisfeitas pelos turistas e as soluções que devem ser criadas para demandas que ainda não foram satisfeitas, uma vez que se referem a novas oportunidades para o turismo; (iii) facilitar a adaptação dos produtos às mudanças exigidas pelo mercado e pelas preferências dos turistas, dentre outras. **3.2. Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente –** dotar os municípios que compõem o Polo de mecanismos e instrumentos necessários ao desenvolvimento da atividade turística. O fortalecimento dos órgãos de turismo e de meio-ambiente inclui a realização de diagnóstico da situação atual da gestão pública do turismo, a definição das estratégias em busca do fortalecimento institucional, a construção de um plano de ação visando a superação dos problemas encontrados, abrangendo as (i) e estruturação das secretarias municipais que tratam da atividade turística; (ii) a reformulação da estrutura organizacional; (iii) planejamento de capacitação gerencial para o corpo técnico das secretarias (iv) estruturação da atuação e interlocução das secretarias com demais órgãos do governo, dentre outros. **3.3. Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher Respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos –** implantação de documento único padronizado, com discriminação dos atrativos naturais, para uso obrigatório dos turistas nos locais de visitação. Todas as agências de turismo que operam os atrativos do polo que devem requisitar blocos de Voucher com a devida numeração, que serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Turismo. As agências de turismo ficam responsáveis perante a prefeitura municipal pelo recolhimento de tributos devidos pelos proprietários dos atrativos turísticos e pelos guias, devendo descontar do pagamento daqueles o imposto devido. **3.4. Realização da Capacitação dos Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente –** os investimentos em capacitação dos órgãos da administração pública estadual e municipal previstos neste PDITS devem ir além da gestão do turismo e abranger também a gestão do meio ambiente, dado o seu significado e íntima relação com o desenvolvimento turístico. Trata-se de diagnosticar os pontos críticos de natureza institucional e organizacional relativos ao planejamento, controle e fiscalização ambiental enquanto funções governamentais do estado e dos municípios e promover ações para instalação ou melhoria das condições necessárias para tal exercício, envolvendo desde instalações físicas, equipamentos, tecnologia, melhoria de processos e procedimentos de trabalho, composição e capacitação de equipes, normas e outros instrumentos reguladores da gestão ambiental. **3.5. Aquisição de Veículos e Equipamentos para Órgãos de Turismo e Meio Ambiente –** refere-se à aquisição de veículos e de equipamentos de informática para os órgãos de turismo e meio ambiente tendo em vista garantir o licenciamento, a gestão e fiscalização de forma eficaz nos municípios que compõem o Polo. **3.6. Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento do Plano de Uso Público e Combate às Queimadas –** fiscalizar e monitorar o Plano de Uso Público possibilitando, de maneira sustentável, a visitação aos parques e áreas naturais do Polo proporcionando ao visitante a oportunidade de interagir com o meio ambiente natural, através da implementação de atividades voltadas para recreação, ecoturismo,

COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
	pesquisa, de divulgação, relações pública, conscientização ambiental e para o combate às queimadas. Deverá também buscar o alinhamento com as metas propostas pela Adtur – Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins, favorecendo, dentre outros aspectos, a integração e a articulação conjugada de ações entre os diversos entes governamentais em todos os níveis de governo; e a integração regional, dando agilidade e proficiência nas prestações de serviços e colaborando, de modo geral, na redução da vulnerabilidade social, dos danos humanos, materiais, ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais relacionados aos incêndios florestais.
Custo Estimado	**US$ 1.044.833,00 (R$ 2.089.666,00)**
Produtos e Resultados	Fortalecimento da gestão pública do turismo e do meio ambiente em bases participativas e integradas entre os governos estaduais e locais e os agentes sociais envolvidos, bem como o ordenamento e controle da capacidade de carga dos atrativos de forma a promover o desenvolvimento sustentável e a beneficiar turistas e população local. Órgãos de turismo e de meio ambiente equipados e plano de uso público fiscalizado e monitorado garantindo a visitação nos parques e áreas naturais para o desenvolvimento de atividades voltadas aos segmentos principais do polo, a conscientização ambiental e o combate às queimadas.

Quadro 31: Descrição das Ações do Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
Estratégias	• priorização de melhorias para favorecer a acessibilidade e a mobilidade, otimizando o tempo de deslocamento e permitindo maior experiência turística na área. • melhoria das condições de saneamento básico, tendo como foco a conservação do meio ambiente, o adequado atendimento turístico.	
Objetivos	• facilitar os fluxos e deslocamentos turísticos e da população local; • incentivar a integração das atividades turísticas; • ampliar a atratividade do Polo; • integrar os municípios do Polo; • aumentar o tempo de permanência média do turista; • ampliar e melhorar o saneamento básico do Polo; • proteger os recursos naturais, promovendo o uso sustentável dos atrativos.	
AÇÕES		**ÁREA DE ABRANGÊNCIA**
4.1	Implantação de Sinalização Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Cantão.	**Polo Cantão**
4.2	Implantação de Sinalização Turística – Indicativa, Interpretativa e Orientadora do Parque Estadual do Cantão.	**Pium**
4.3	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-442 – Trecho Caseara/Araguacema (65,5 km).	**Caseara/Araguacema**
4.4	Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial no Município de Lagoa da Confusão.	**Lagoa da Confusão**

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS		
4.5	Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental no Polo	**Polo Cantão**
Justificativa	As ações propostas neste componente constituem, em sua maioria, ações de intervenção no ambiente físico da cidade. Abrangem um conjunto de obras de melhoria viária, de sinalização e adequação de infraestruturas. O componente Infraestrutura e Serviços Básicos tem o objetivo de aprimorar a infraestrutura básica com vistas a possibilitar o aproveitamento turístico da população e dos turistas no Polo. Nesse sentido, tem como desafios verificar pontos onde há dificuldades de acesso, geradas pela ausência de sinalização turística nos destinos e atrativos e também pela falta de pavimentação em rodovias estaduais e verificar as deficiências no que diz respeito ao saneamento ambiental. O diagnóstico realizado no Polo Cantão revela a necessidade de intervenções na sinalização indicativa e turística, bem como pavimentação de vias para ampliar as condições de acessibilidade terrestre. A implantação da sinalização turística deverá atuar de forma decisiva na melhoria da oferta de produtos direcionados a diversos perfis de demanda turística, possibilitando fácil acesso aos atrativos e destinos do Polo. Com relação à micro acessibilidade por transporte terrestre a pavimentação da TO-442, trecho que liga os municípios de Caseara/Araguacema, busca melhorar o deslocamento da população e dos turistas, permitindo a formatação de roteiros integrados e complementares. Foram também definidos investimentos voltados para a implantação do sistema de drenagem pluvial no município de Lagoa da Confusão tendo em vista o incremento do turismo, considerando o cenário atual e os cenários futuros de desenvolvimento do turismo.	

COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS	
Descrição das Ações	**4.1. Implantação de Sinalização Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Cantão** – implantação da sinalização indicativa e turística nos acessos e atrativos turísticos de acordo com o padrão internacional ditado pela OMT. Envolve: diagnóstico da situação existente por meio de levantamentos em campo e por estudos já existentes nas prefeituras e órgãos relacionados; elaboração de projeto básico e executivo para a instalação das sinalizações propostas nos acessos e pontos turísticos a serem beneficiados; implantação da sinalização tendo como base o projeto executivo apresentado. **4.2. Implementação de Sinalização Turística – Indicativa, Interpretativa e Orientadora do Parque Estadual do Cantão** – elaboração de projeto e implantação de sinalização indicativa, interpretativa e orientativa no PEC. Envolve: diagnóstico da situação existente por meio de levantamentos em campo e por estudos já existentes nas prefeituras e órgãos relacionados; elaboração de projeto básico e executivo para a instalação das sinalizações propostas nos locais destinados no estudo; implantação da sinalização tendo como base o projeto executivo apresentado. Essa ação possibilita o deslocamento de turistas e da população, facilitando o acesso às principais partes do Parque, às vias de acesso aos atrativos turísticos e outros pontos estratégicos. **4.3. Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-442 – Trecho Caseara/Araguacema (65,5 km)** – execução do serviço de pavimentação asfáltica da Rodovia TO-442 no trecho Caseara/Araguacema, num total de 65,5 km de extensão, garantindo maior fluidez e segurança no fluxo de veículos. Inclui a realização de estudo ambiental para emissão da Licença de Instalação por se tratar de área ambientalmente frágil e serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, revestimento vegetal para a proteção das áreas e pavimentação. Essa ação dependerá das diretrizes contidas na ação 5.6. **4.4. Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial no Município de Lagoa da Confusão** – implantar um Sistema de Drenagem Pluvial no município de Lagoa da Confusão composto por estruturas e instalações de engenharia destinadas ao transporte, retenção, tratamento e disposição final das águas das chuvas. O sistema deverá (i) aumentar o volume de águas pluviais infiltradas; (ii) aumentar o volume da águas pluviais retidas e interceptadas, nas depressões do solo e nas árvores e arbustos; (iii) promover o armazenamento temporário da águas pluviais em locais pré-selecionados; (iv) permitir que, durante a ocorrência de precipitações intensas, se criem condições controladas de escoamento superficial ao longo das superfícies impermeabilizadas (passeios, arruamentos, parques de estacionamento, etc.), por forma a que as características do escoamento superficial, nessas condições, tenha em conta determinados critérios de modo a minimizarem-se os incómodos para os utentes dessas vias e o desgaste das superfícies impermeabilizadas. **4.5. Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental no Polo –** envolve a realização de estudos e a posterior implantação de medidas que busquem melhorar as condições de drenagem urbana, destinação dos resíduos sólidos e dos esgotos, bem como do serviço de iluminação.
Custo Estimado	**US$ 21.913.000,00 (R$ 43.826.000,00)**
Produtos e Resultados	Como resultado do conjunto de ações tem-se o Polo apresentando melhores condições de acessibilidade e mobilidade ao turista, bem como a promoção de melhorias para a população no que diz respeito ao saneamento básico.

Quadro 32: Descrição das Ações do Componente 5 – Gestão Ambiental

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL		
Estratégias	• implementação de mecanismos e instrumentos voltados a proteção, conservação e uso sustentável do meio ambiente, notadamente dos recursos naturais e áreas frágeis que tenham relação com atividades turísticas; • implementação de ações de divulgação do Parque Estadual do Cantão de suas atividades desenvolvidas para conhecimento e inclusão da população (local e estadual) na cadeia do turismo. • elaboração de inventário e desenvolvimento de pesquisas sistematizadas e de ações de monitoramento voltadas à ampliação do conhecimento sobre o turismo e do meio ambiente, bem como do combate aos incêndios, permitindo prever e mitigar possíveis impactos negativos.	
Objetivos	• proteger os recursos naturais, promovendo o uso sustentável dos atrativos; • estabelecer instrumentos de planejamento e de controle para as segmentações turísticas e para os atrativos; • melhorar as condições de monitoramento, proteção, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. • ampliar a atratividade do Polo; • viabilizar a gestão sustentável do turismo no Polo.	
AÇÕES		**ÁREA DE ABRANGÊNCIA**
5.1	Elaboração e Execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos.	**Polo Cantão**
5.2	Elaboração de Estudo de Capacidade de Suporte dos Atrativos do Parque Estadual do Cantão.	**Polo Cantão**
5.3	Elaboração de Programa de Incentivo à Pesquisa Científica.	**Polo Cantão**
5.4	Elaboração de Estudo de Viabilidade para o Novo Acesso ao Parque do Cantão no Município de Pium.	**Polo Cantão**
5.5	Elaboração de Manual de Visitação Pública do Parque Estadual do Cantão.	**Polo Cantão**
5.6	EIA/RIMA Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-442 - Trecho Caseara/Araguacema (65,5 km).	**Polo Cantão**
5.7	Elaboração de estudos para o Diagnóstico Socioambiental e Análise do Desenvolvimento do Etnoturismo	**Lagoa da Confusão**
5.8	Elaboração e Revisão dos Planos de Manejo das UC's do Polo	**Polo Cantão**
5.9	Atualização do Inventário e Elaboração do Estudo de Capacidade de Suporte dos Principais Atrativos Identificados	**Polo Cantão**

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	
Justificativa	O diagnóstico realizado para o Polo revela uma riqueza natural existente formada pelos rios e pela vegetação natural. Estas áreas são atrativas para os turistas e contribuem para os segmentos do Ecoturismo e do turismo de Sol e Praia. Nessa perspectiva, deve ser dada ênfase às ações de conservação e monitoramento ambiental, bem como às ações voltadas para o ambiente social, uma vez que o desenvolvimento turístico somente poderá ser bem sucedido se associado à melhoria da qualidade de vida da população. As ações para a gestão socioambiental contemplam medidas, instrumentos e planos voltados à recuperação e preservação ambiental de forma a mitigar os impactos negativos do turismo frente aos recursos naturais existentes.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	
Descrição das Ações	**5.1. Elaboração e Execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos** – elaborar e executar o plano de monitoramento do impacto de visitação turística nos atrativos naturais do Polo por meio do estabelecimento de diretrizes, ações e normas para fiscalização das atividades estabelecidas em cada atrativo, tendo em vista o controle de seu aproveitamento e garantia de perenização de seus recursos e atributos naturais. **5.2. Elaboração de Estudo de Capacidade de Suporte dos Atrativos do Parque Estadual do Cantão** – elaborar estudo de capacidade de carga para o monitoramento do impacto de visitação turística nos atrativos naturais do PEC por meio do estabelecimento de diretrizes, ações e normas para fiscalização das atividades estabelecidas em cada atrativo, tendo em vista o controle de seu aproveitamento e garantia de perenização de seus recursos e atributos naturais. **5.3. Elaboração de Programa de Incentivo à Pesquisa Científica** – o processo de incentivo à pesquisa científica exerce grande influência nos aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, turístico e ambiental. Neste contexto, essa ação busca incentivar a inovação no setor produtivo, explorando os conhecimentos e tecnologias advindas das universidades e centros de pesquisa. As atividades envolvem a (i) conscientização e mobilização da comunidade acadêmica, órgãos de fomento, empresas e parceiros locais com assuntos relacionados ao turismo, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico; (ii) investigação e apoio ao desenvolvimento de tecnologias acadêmicas capazes de gerar inovações para o setores de turismo, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico. **5.4. Elaboração de Estudo de Viabilidade para o Novo Acesso ao Parque do Cantão no Município de Pium** – – elaboração de Estudo de viabilidade, focando identificar a possibilidade e fortalecer as condições necessárias para construção de um novo acesso ao Parque Estadual do Cantão através do município de Pium. **5.5. Elaboração de Manual de Visitação Pública do Parque Estadual do Cantão** – esta ação propõe a elaboração de um manual de visitação para o Parque Estadual do Cantão, baseando-se na percepção ambiental e nos aspectos naturais e culturais do parque, acrescentando valor significativo à experiência dos visitantes, elevando o nível de satisfação e acrescentando valor ao patrimônio material e imaterial visitado, reforçando a importância da conservação. **5.6. EIA/RIMA Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-442 - Trecho Caseara/Araguacema (65,5 km)** – execução de normas ambientais para a pavimentação da rodovia da TO-442 tendo em vista os impactos que essa obra pode causar ao meio ambiente. Essa ação envolve: (i) atividades de controle ambiental das obras e as premissas estabelecidas nos estudos ambientais para o cumprimento das diretrizes de licenciamento ambiental; (ii) avaliação e revisão da documentação técnica do empreendimento objetivando a atualização da elaboração dos programas ambientais; (iii) apoio e gerenciamento de convênios a serem celebrados com as empresas executoras; (iv) execução e implantação dos programas ambientais descritos nas licenças ambientais; (v) elaboração de documentos como EIA e RIMA, dentre outros. Os programas serão executados por empresa especializada objetivando reduzir os impactos ambientais negativos e maximizar os positivos. O acompanhamento e monitoramento serão de responsabilidade dos órgãos de turismo, de meio ambiente e da secretária de obras.

COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL	
	5.7 Elaboração de estudos para o Diagnóstico Socioambiental e Análise do Desenvolvimento do Etnoturismo – compreende realização de diagnóstico para o levantamento dos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos das aldeias indígenas como forma de averiguar a viabilidade de se desenvolver o etnoturismo. A realização do diagnóstico permite examinar as potencialidades e vulnerabilidades da área para a posterior aplicações de ações efetivas buscando o desenvolvimento do turismo de forma equilibrada por se tratar de população vulnerável. **5.8 Elaboração e revisão dos Planos de Manejo das UC's do Polo -** Elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação do Polo por meio do estabelecimento de diretrizes, ações e normas para fiscalização das atividades estabelecidas na APA, tendo em vista o controle de seu aproveitamento e garantia de perenização de seus recursos e atributos naturais. **5.9 Atualização do Inventário e Elaboração do Estudo de Capacidade de Suporte dos Principais Atrativos Identificados –** Compreende: (i) levantamento dos atrativos do Polo para sua inventariação; (ii) elaboração de estudos de capacidade de carga para os atrativos dos municípios do Polo. Os estudos envolvem a elaboração de diagnóstico das áreas ambientalmente frágeis e dos atrativos turísticos atuais e potenciais, bem como o dimensionamento do fluxo de pessoas para cada atrativo e a indicação da forma de fiscalização e controle para a garantia do uso racional do potencial turístico.
Custo Estimado	**US$1.317.000,00 (R$2.634.000,00)**
Produtos e Resultados	Como resultado desse componente tem-se a gestão ambiental no Polo efetivada de forma a beneficiar o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis e propiciar a inserção da população no ciclo econômico do turismo.

A partir da apresentação dos quadros de ações por componentes observa-se que a maior parte das ações concentra-se na área de produto turístico. Ressalta-se que esse componente fornece suporte e estrutura os destinos e os atrativos para atender os turistas de forma sustentável. Destas ações, a maioria destina-se a elaborar e implantar projetos e roteiros, adequar estruturas existentes, revitalizar e estruturar atrativos existentes, construir novos atrativos. As ações desse componente buscam promover melhorias aos produtos já formatados, bem como trazem para o Polo maiores opções de atrativos.

Em seguida as ações dos componentes Comercialização, Fortalecimento Institucional e Gestão Ambiental ganham notoriedade. No componente Comercialização as ações previstas estão direcionadas à formatação de produtos, distribuição e divulgação dos produtos turísticos, estruturação de roteiros e na criação e fortalecimento de uma imagem que identifique o Polo Cantão.

As ações de planejamento e gestão estão relacionadas às respostas encontradas dadas às dificuldades observadas em campo e por meio do diagnóstico para a atuação dos gestores públicos e privados no gerenciamento e desenvolvimento da atividade turística de forma integrada. As ações desse componente buscam também qualificar gestores públicos e dotar os órgãos de equipamentos necessários à gestão e fiscalização, além de monitorar a atividade turística no Polo.

Por se tratar de uma área ambientalmente frágil e rica do ponto de vista da beleza natural existente, as ações de gestão ambiental buscam permitir a acessibilidade aos destinos e

atrativos por meio da elaboração de estudos ambientais, manuais e programas, bem como a realização do monitoramento na visitação aos atrativos tendo em vista realizar o desenvolvendo o turismo sustentável.

Por fim, têm-se as ações de infraestrutura e serviços básicos que, num total de quatro ações, buscam estruturar acesso e promover o saneamento básico de determinadas áreas consideradas críticas buscando incrementar o turismo no Polo.

5.3. Dimensionamento do investimento total

A aplicação das ações descritas nesse PDITS do Polo Cantão implica a utilização de investimentos financeiros, provenientes de diversas fontes, de acordo com o quadro de dimensionamento do investimento total, apresentado a seguir.

Nas tabelas das ações, marcadas na cor verde, referem-se àquelas que possuem investimentos do Prodetur, enquanto que as outras, em branco, são passíveis de investimentos por outras fontes de recursos.

Tabela 25: Dimensionamento do Investimento Total – Ações com Recursos do Prodetur e de Outras Fontes

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO (R$)	CUSTO (U$)
Componente 1 - Produto Turístico				
1.1	Elaboração e Implantação do Projeto de Pesca Esportiva do Polo Cantão	Polo Cantão	300.000,00	150.000,00
1.2	Estruturação e Implantação de Circuito de Arvorismo no Parque Estadual do Cantão	Polo Cantão	200.000,00	100.000,00
1.3	Estruturação e Implantação de Roteiro de Safari Ecológico no Polo Cantão	Polo Cantão	750.000,00	375.000,00
1.4	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	Polo Cantão	816.666,00	408.333,00
1.5	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – "Selo de Conformidade"	Polo Cantão	240.000,00	120.000,00
1.6	Construção da Orla de Araguacema.	Araguacema	3.000.000,00	1.500.000,00
1.7	Revitalização de Estruturas Turísticas	Polo Cantão	250.000,00	125.000,00
1.8	Construção da Orla em Caseara.	Caseara	5.000.000,00	2.500.000,00
1.9	Revitalização da Orla de Lagoa da Confusão com Estruturação da Área de Camping.	Lagoa da Confusão	500.000,00	250.000,00
1.10	Revitalização do Balneário de Pium	Pium	1.000.000,00	500.000,00
1.11	Construção do Centro Eventos Multiuso em Lagoa da Confusão.	Lagoa da Confusão	1.000.000,00	500.000,00
1.12	Construção do CAT em Caseara.	Caseara	150.000,00	75.000,00
1.13	Implantação do Museu Indígena em Lagoa da Confusão	Lagoa da Confusão	800.000,00	400.000,00
1.14	Implantação da Infraestrutura dos Atrativos do Polo Cantão (construção de decks, escadas, passarelas e banheiros)	Polo Cantão	1.000.000,00	500.000,00
1.15	Implantação 04 bases de fiscalização no PEC - Parque Estadual do Cantão.	Pium	800.000,00	400.000,00
1.16	Implantação de base de fiscalização no Porto Canguçu	Pium	250.000,00	125.000,00
1.17	Adequação do Centro de Visitantes do Parque Estadual do Cantão.	Pium	400.000,00	200.000,00
1.18	Melhoria da Infraestrutura do Alojamento para Pesquisadores no Parque Estadual do Cantão	Pium	220.000,00	110.000,00
1.19	Adequação do Mirante - Torre de Observação - Parque Estadual do Cantão	Polo Cantão	300.000,00	150.000,00
1.20	Organização do Calendário de Eventos das Praias	Polo Cantão	250.000,00	125.000,00
1.21	Execução do Programa de Aventura Segura	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO (R$)	CUSTO (U$)
1.22	Assistência Técnica para Elaboração do Plano de Negócio no Segmento do Ecoturismo e Turismo de Aventura	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00
1.23	Identificação e Qualificação da Produção Associada ao Turismo - Artesanato e Gastronomia	Polo Cantão	250.000,00	125.000,00
1.24	Estruturação de Produto para o Turismo Criativo - Artesanato e Patrimônio Natural.	Polo Cantão	150.000,00	75.000,00
Subtotal Componente 1 - Produto Turístico			**17.826.666,00**	**8.913.333,00**
Componente 2 - Comercialização				
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Cantão.	Polo Cantão	232.000,00	116.000,00
2.2	Execução do Plano de Marketing	Polo Cantão	3.666.000,00	1.833.000,00
2.3	Criação e Estruturação de Roteiros Integrados no Polo Cantão.	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00
2.4	Criação, Fortalecimento e Comercialização de Produtos Artesanais que identifiquem a imagem do Polo Cantão.	Polo Cantão	1.000.000,00	500.000,00
2.5	Elaboração do Plano de Negócios do Polo do Cantão	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00
Subtotal Componente 2 - Comercialização			**5.098.000,00**	**2.549.000,00**
Componente 3 – Fortalecimento Institucional				
3.1	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura, Negócios e Eventos, Sol e Praia, Pesca Esportiva e, Cultural).	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00
3.2	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Cantão	466.000,00	233.000,00
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos.	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00
3.4	Realização da Capacitação dos Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Cantão	232.000,00	116.000,00
3.5	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Órgãos de Turismo e Meio Ambiente.	Polo Cantão	691.666,00	345.833,00
3.6.	Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento do Plano de Uso Público e Combate às Queimadas.	Polo Cantão	500.000,00	250.000,00
Subtotal Componente 3 - Fortalecimento Institucional			**2.089.666,00**	**1.044.833,00**
Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos				
4.1	Implantação de Sinalização Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Cantão.	Polo Cantão	1.626.000,00	813.000,00

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO (R$)	CUSTO (U$)
4.2	Implantação de Sinalização Turística – Indicativa, Interpretativa e Orientadora do Parque Estadual do Cantão.	Pium	200.000,00	100.000,00
4.3	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-442 – Trecho Caseara/Araguacema (65,5 km).	Caseara/Araguacema	32.500.000,00	16.250.000,00
4.4	Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial no Município de Lagoa da Confusão.	Lagoa da Confusão	3.000.000,00	1.500.000,00
4.5	Melhoria das Condições de Saneamento Ambiental no Polo	Polo Cantão	6.500.000,00	3.250.000,00
Subtotal Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos			**43.826.000,00**	**21.913.000,00**
Componente 5 - Gestão Ambiental				
5.1	Elaboração e execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos.	Polo Cantão	66.000,00	33.000,00
5.2	Elaboração de Estudo de Capacidade de Suporte dos atrativos do Parque Estadual do Cantão.	Polo Cantão	200.000,00	100.000,00
5.3	Elaboração de Programa de Incentivo à Pesquisa Científica.	Polo Cantão	168.000,00	84.000,00
5.4	Elaboração de Estudo de Viabilidade para o novo acesso ao Parque do Cantão no município de Pium.	Polo Cantão	50.000,00	25.000,00
5.5	Elaboração de Manual de Visitação Pública do Parque Estadual do Cantão.	Polo Cantão	150.000,00	75.000,00
5.6	EIA/RIMA Pavimentação da Rodovia TO-442 - trecho Caseara/Araguacema (65,5 km).	Polo Cantão	250.000,00	125.000,00
5.7	Elaboração de Estudos para o Diagnóstico Socioambiental e Análise do Desenvolvimento do Etnoturismo	Polo Cantão	200.000,00	100.000,00
5.8	Elaboração e Revisão dos Planos de Manejo das UC's do Polo	Polo Cantão	1.200.000,00	600.000,00
5.9	Atualização do Inventário e Elaboração do Estudo de Capacidade de Suporte dos Principais Atrativos Identificados	Polo Cantão	350.000,00	175.000,00
Subtotal Componente 5 - Gestão Ambiental			**2.634.000,00**	**1.317.000,00**
TOTAL GERAL			**71.474.332,00**	**35.737.166,00**
	Ações do Prodetur Nacional			
Taxa de Cambio: US$ 1,00 = R$ 2,00 (Cotação média acordada entre CAF e Adtur em 23 de Janeiro de 2014)				

5.4. Seleção e priorização das ações

As ações integrantes do PDITS Polo Cantão a serem executadas nos 18 (dezoito) primeiros meses e nos 5 (cinco) primeiros anos podem ser verificadas a seguir. Importa acrescentar que essas ações são objeto de atendimento pelo Prodetur.

A priorização dessas ações partiu da visão estratégica dos representantes do Governo Estadual e tendo como base as seguintes proposições.

- **sustentabilidade:** ações direcionadas para a sustentabilidade da atividade turística;
- **abrangência da ação:** as ações buscam envolver e integrar a população local, além de gerar emprego e renda.
- **tempo para implantação:** refere-se a rapidez de execução da ação beneficiando tanto a população, quanto os turistas.
- **visibilidade das ações:** está relacionada ao efeito produzido pela ação e seu impacto para o desenvolvimento do turismo no Polo.

A tabela a seguir aponta as ações elencadas com recursos do Prodetur.

Tabela 26: Investimentos do Prodetur – Para os 5 anos de Implantação do PDITS

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO (R$)	CUSTO (U$)
Componente 1 - Produto Turístico				
1.1	Elaboração e Implantação do Projeto de Pesca Esportiva do Polo Cantão	Polo Cantão	300.000,00	150.000,00
1.2	Estruturação e Implantação de Circuito de Arvorismo no Parque Estadual do Cantão	Polo Cantão	200.000,00	100.000,00
1.3	Estruturação e Implantação de Roteiro de Safari Ecológico no Polo Cantão	Polo Cantão	750.000,00	375.000,00
1.4	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	Polo Cantão	816.666,00	408.333,00
1.5	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – "Selo de Conformidade"	Polo Cantão	240.000,00	120.000,00
1.6	Construção da Orla de Araguacema.	Araguacema	3.000.000,00	1.500.000,00
1.7	Revitalização de Estruturas Turísticas	Polo Cantão	250.000,00	125.000,00
Subtotal Componente 1 - Produto Turístico			**5.556.666,00**	**2.778.333,00**
Componente 2 - Comercialização				
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Cantão.	Polo Cantão	232.000,00	116.000,00
2.2	Execução do Plano de Marketing	Polo Cantão	3.666.000,00	1.833.000,00
Subtotal Componente 2 - Comercialização			**3.898.000,00**	**1.949.000,00**
Componente 3 – Fortalecimento Institucional				
3.1	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura, Negócios e Eventos, Sol e Praia, Pesca Esportiva e, Cultural).	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00
3.2	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Cantão	466.000,00	233.000,00
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher Respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos.	Polo Cantão	100.000,00	50.000,00
3.4	Realização da Capacitação dos Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Cantão	232.000,00	116.000,00
Subtotal Componente 3 - Fortalecimento Institucional			**898.000,00**	**449.000,00**

Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos				
4.1	Implantação de Sinalização Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Cantão.	Polo Cantão	1.626.000,00	813.000,00
Subtotal Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos			**1.626.000,00**	**813.000,00**
Componente 5 - Gestão Ambiental				
5.1	Elaboração e Execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos.	Polo Cantão	66.000,00	33.000,00
Subtotal Componente 5 - Gestão Ambiental			**66.000,00**	**33.000,00**
TOTAL GERAL			**12.044.666,00**	**6.022.333,00**

Legenda:

Ações do Prodetur Nacional

Taxa de Cambio: US$ 1,00 = R$ 2,00 (Cotação média acordada entre CAF e Adtur em 23 de Janeiro de 2014)

Da análise da tabela 25 (Dimensionamento do Investimento Total) e da tabela 26 (Investimentos do Prodetur) pode-se verificar pela tabela a seguir, as ações que serão financiadas com recursos do Prodetur e as ações que terão investimentos por meio de outras fontes.

Tabela 27: Investimentos Totais previstos no PDITS Polo do Cantão de Acordo com a Origem dos Recursos Financeiros Necessários

INVESTIMENTOS	R$ (MIL)	US$ (MIL)
Investimentos Totais Previstos no PDITS	**71.474.332,00**	**35.737.166,00**
Recursos do Prodetur	12.044.666,00	6.022.333,00
Recursos de Outras Fontes	59.429.666,00	29.714.833,00

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

As ações priorizadas pelo Prodetur do componente fortalecimento institucional, de acordo com o Termo de Referência, devem conter as metas de desempenho da capacidade institucional. As metas de desempenho devem ser Essas metas deverão ser realizadas pelos municípios antes que se iniciem as ações dos componentes de infraestrutura e serviços básicos uma vez que se considera que os municípios devem estar primeiramente estruturados institucionalmente. O quadro a seguir apresenta as metas de desempenho para o componente citado.

Quadro 33: Metas de Desempenho – Fortalecimento Institucional

AÇÃO		MUNICÍPIO	META
3.1	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura, Negócios e Eventos, Sol e Praia, Pesca Esportiva e, Cultural).	Polo Cantão	Normas de segmentação turísticas elaboradas e aprovadas.
3.2	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Cantão	Órgão de Turismo e de Meio Ambiente fortalecidos.
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher Respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos.	Polo Cantão	Atrativos turísticos com entrada controlada pelo Voucher.
3.4	Realização da Capacitação dos Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Cantão	Gestores públicos dos Órgãos de Turismo e de Meio Ambiente capacitados.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

5.5. Descrição das ações a serem realizadas nos 18 primeiros meses com recursos do Prodetur Nacional

As ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses com recursos do Prodetur encontram-se na tabela a seguir, bem como nas fichas. O termo de referência aponta que as fichas dessas ações devem contemplar os seguintes itens.

- Objetivo;
- Justificativa;
- Efeito esperado no desenvolvimento turístico;
- Benefícios e beneficiários;
- Descrição da ação;
- Responsáveis pela execução;
- Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço;
- Custo estimado e fonte de financiamento;
- Gastos estimados de operação;
- Mecanismos previstos de recuperação de custos;
- Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei;
- Indicadores de seguimento e fonte de verificação;
- Relação com outras ações quanto ao cronograma;
- Nível de avanço: indicação da existência de projetos básicos ou executivos ou termos de referência; indicação da necessidade de reconhecimento retroativo.

Tabela 28: Investimentos do Prodetur – Para os primeiros 18 meses de Implantação do PDITS

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO (R$)	CUSTO (U$)
Componente 1 - Produto Turístico				
1.2	Estruturação e Implantação de Circuito de Arvorismo no Parque Estadual do Cantão	Polo Cantão	75.000,00	37.500,00
1.3	Estruturação e Implantação de Roteiro de Safari Ecológico no Polo Cantão	Polo Cantão	50.000,00	25.000,00
1.4	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	Polo Cantão	204.168,00	102.084,00
1.5	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – "Selo de Conformidade"	Polo Cantão	60.000,00	30.000,00
Subtotal Componente 1 - Produto Turístico			**389.168,00**	**194.584,00**
Componente 2 - Comercialização				
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Cantão.	Polo Cantão	58.333,34	29.166,67
Subtotal Componente 2 - Comercialização			**58.333,34**	**29.166,67**
Componente 3 – Fortalecimento Institucional				
3.3	Ordenamento e controle da visitação dos atrativos turísticos - implantação do voucher respeitando a capacidade de carga dos atrativos.	Polo Cantão	25.000,00	12.500,00
Subtotal Componente 3 - Fortalecimento Institucional			**25.000,00**	**12.500,00**
Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos				
4.1	Implantação de Sinalização Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Cantão.	Polo Cantão	406.666,66	203.333,33
Subtotal Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos			**406.666,66**	**203.333,33**
TOTAL GERAL			**879.168,00**	**439.584,00**

Legenda:

Ações do Prodetur Nacional

Taxa de Cambio: US$ 1,00 = R$ 2,00 (Cotação média acordada entre CAF e Adtur em 23 de Janeiro de 2014)

Fichas das Ações Prioritárias – Componente 1 – Produto Turístico

<table>
<tr><td>AÇÃO 1.2</td><td colspan="11">ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CIRCUITO DE ARVORISMO NO PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO</td><td>PRODUTO TURÍSTICO</td></tr>
<tr><td>Objetivo</td><td colspan="12">Fortalecer o segmento de Ecoturismo no Polo Cantão ampliando a oferta turística.</td></tr>
<tr><td>Justificativa</td><td colspan="12">O Ecoturismo é considerado instrumento de incremento do turismo no Polo que tem como premissa básica a oferta de atrativos voltados à natureza.</td></tr>
<tr><td>Efeito esperado</td><td colspan="12">Aumento da satisfação do turista devido à criação de novas atividades para os turistas.</td></tr>
<tr><td>Benefícios</td><td colspan="5">Satisfação do turista, gerando o aumento de sua permanência no Polo.</td><td>Beneficiários</td><td colspan="6">Turistas que visitam o Parque Estadual do Cantão, a população local e a administração pública.</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="12">Estruturar e implantar circuitos (adulto e infantil) voltados à prática do arvorismo no Parque Estadual do Cantão. Envolve estudos para implantação de cabos de aço, cordas e madeira que juntamente com plataformas e equipamentos de segurança, capacete, cadeiras, polias e mosquetões permitem a realização dos circuitos. a prática é realizada com a orientação de monitores. Essa ação busca ampliar as atividades turísticas no parque e ampliar a permanência do turista na região.</td></tr>
<tr><td>Responsáveis pela Execução</td><td colspan="4">Órgão gestor estadual de turismo</td><td colspan="3">Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação</td><td colspan="5">Órgão gestor estadual de turismo</td></tr>
<tr><td>Fonte de financiamento</td><td colspan="2">Governo do Estado/ Prodetur</td><td>Custo estimado</td><td colspan="3">US$37.500,00</td><td>Custo estimado operação</td><td colspan="4">Não se aplica</td></tr>
<tr><td>Mecanismos de recuperação de custos</td><td colspan="12">Arrecadação de impostos municipais.</td></tr>
<tr><td>Normas de licenciamento ambiental exigidas</td><td colspan="12">Naturatins</td></tr>
<tr><td>Indicadores de seguimento</td><td colspan="5">Frequência de turistas e aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.</td><td>Fonte de verificação</td><td colspan="6">Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.</td></tr>
<tr><td>Relação com outras ações quanto ao cronograma</td><td colspan="12">Não se aplica.</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Nível de avanço</td><td rowspan="2">Projeto Básico</td><td>Sim</td><td></td><td rowspan="2">Projeto Executivo</td><td>Sim</td><td></td><td rowspan="2">Termo Referencia</td><td>Sim</td><td>X</td><td rowspan="2">Reconhecimento retroativo</td><td>Sim</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>X</td><td>Não</td><td>X</td><td>Não</td><td></td><td>Não</td><td></td></tr>
</table>

AÇÃO 1.3	ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ROTEIRO DE SAFARI ECOLÓGICO NO POLO CANTÃO											PRODUTO TURÍSTICO	
Objetivo	Fortalecer o segmento de Ecoturismo no Polo Cantão ampliando a oferta turística.												
Justificativa	O Ecoturismo é considerado instrumento de incremento do turismo no Polo que tem como premissa básica a oferta de atrativos voltados à natureza. Dado o forte potencial desse segmento no Polo e também pela presença de uma fauna rica e diversificada na região, a estruturação e implantação de um roteiro de safari ecológico proporcionará a ampliação da oferta de produtos turísticos no Polo Cantão.												
Efeito esperado	Aumento da satisfação do turista devido à criação de novas atividades para os turistas.												
Benefícios	Satisfação do turista, gerando o aumento de sua permanência no Polo.						Beneficiários	Turistas, população local e administração pública.					
Descrição	Estruturar e implantar Roteiro de Safari Ecológico no Polo dada a riqueza da fauna e flora local. A ação busca ampliar a oferta de produtos turísticos no Polo e fomentar o Ecoturismo, aproveitando, de forma sustentável, as riquezas naturais da região.												
Responsáveis pela Execução	Órgão gestor estadual de turismo						Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação	Órgão gestor estadual de turismo					
Fonte de financiamento	Governo do Estado/ Prodetur			Custo estimado	US$ 25.000,00				Custo estimado operação	Não se aplica			
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais.												
Normas de licenciamento ambiental exigidas	Naturatins												
Indicadores de seguimento	Frequência de turistas e aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.						Fonte de verificação	Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica.												
Nível de avanço	Projeto Básico	Sim		Projeto Executivo	Sim		Termo Referencia	Sim	X	Reconhecimento retroativo	Sim	X	
		Não	X		Não	X		Não			Não		

AÇÃO 1.4	EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO GERENCIAL E TÉCNICO OPERACIONAL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESTADO TOCANTINS											PRODUTO TURÍSTICO,
Objetivo	Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito da administração pública; Criar oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades negociais e de gestão necessários ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo.											
Justificativa	O quantitativo e a qualificação dos profissionais que atuam no mercado do turismo, bem como a habilidade e o envolvimento dos empreendedores do setor impactam diretamente o grau de satisfação dos turistas quanto à qualidade dos serviços prestados.											
Efeito esperado	Gestão do Turismo eficaz; mercado do turismo suprido em suas necessidades quanto a profissionais em todas as funções do setor.											
Benefícios	Desenvolvimento do turismo e geração de emprego e renda			Beneficiários			Administração pública municipal, cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.					
Descrição	Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito da administração pública; criar oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades negociais e de gestão necessários ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo, contribuindo para o aumento da qualidade dos serviços prestados na atividade.											
Responsáveis pela Execução	Órgão gestor estadual de turismo			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação			Órgão gestor estadual de turismo					
Fonte de financiamento	Governo do Estado/ Prodetur		Custo estimado	US$ 102.084,00		Custo estimado operação	Não se aplica					
Mecanismos de recuperação de custos	Melhoria do desempenho dos profissionais na administração municipal, no segmento empresarial e no mercado de trabalho do turismo.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	Não se aplica											
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.				Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Posterior às ações de Fortalecimento Institucional											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim	X	Projeto Executivo	Sim	X	Termo Referencia	Sim		Reconhecimento retroativo	Sim	
		Não			Não			Não	X		Não	X

<table>
<tr><td>AÇÃO 1.5</td><td colspan="11">IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS – “SELO DE CONFORMIDADE”</td><td>PRODUTO TURÍSTICO,</td></tr>
<tr><td>Objetivo</td><td colspan="12">Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito das empresas privadas; Criar oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades negociais e de gestão necessários ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo.</td></tr>
<tr><td>Justificativa</td><td colspan="12">O quantitativo e a qualificação dos profissionais que atuam no mercado do turismo, bem como a habilidade e o envolvimento dos empreendedores do setor impactam diretamente o grau de satisfação dos turistas quanto à qualidade dos serviços prestados. Busca também</td></tr>
<tr><td>Efeito esperado</td><td colspan="12">Mercado do turismo suprido em suas necessidades quanto a profissionais em todas as funções do setor.</td></tr>
<tr><td>Benefícios</td><td colspan="5">Desenvolvimento do turismo e geração de emprego e renda</td><td>Beneficiários</td><td colspan="6">Administração pública municipal, cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="12">Capacitações destinadas aos funcionários de empreendimentos por meio de consultorias e treinamentos abordando temas relacionados ao atendimento ao cliente, gestão de pessoas, gestão financeira, entre outros. Busca, portanto, o desenvolvimento dos negócios atendendo pré-requisitos para estabelecer o “selo de conformidade” promovendo o aumento do número de empreendimentos que funcionam dentro das normas técnicas exigidas. Isso possibilita que estas empresas sejam cadastradas no sistema do Ministério do Turismo - CADASTUR. Além de trazer ao turista melhoria tanto da qualidade dos serviços quanto da infraestrutura dos empreendimentos.</td></tr>
<tr><td>Responsáveis pela Execução</td><td colspan="3">Órgão gestor estadual de turismo</td><td colspan="3">Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação</td><td colspan="6">Órgão gestor estadual de turismo</td></tr>
<tr><td>Fonte de financiamento</td><td colspan="2">Governo do Estado/ Prodetur</td><td>Custo estimado</td><td colspan="3">US$ 30.000,00</td><td>Custo estimado operação</td><td colspan="4">Não se aplica</td></tr>
<tr><td>Mecanismos de recuperação de custos</td><td colspan="12">Melhoria do desempenho dos profissionais no segmento empresarial e no mercado de trabalho do turismo.</td></tr>
<tr><td>Normas de licenciamento ambiental exigidas</td><td colspan="12">Não se aplica</td></tr>
<tr><td>Indicadores de seguimento</td><td colspan="6">Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.</td><td>Fonte de verificação</td><td colspan="5">Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.</td></tr>
<tr><td>Relação com outras ações quanto ao cronograma</td><td colspan="12">Não se aplica</td></tr>
<tr><td>Nível de avanço:</td><td rowspan="2">Projeto Básico</td><td>Sim</td><td></td><td rowspan="2">Projeto Executivo</td><td>Sim</td><td></td><td rowspan="2">Termo Referencia</td><td>Sim</td><td>X</td><td rowspan="2">Reconhecimento retroativo</td><td>Sim</td><td>X</td></tr>
<tr><td>Não</td><td>X</td><td>Não</td><td>X</td><td>Não</td><td></td><td>Não</td><td></td></tr>
</table>

Fichas das Ações Prioritárias – Componente 2 – Comercialização

AÇÃO 2.1	ELABORAÇÃO DO PLANO DE MARKETING PARA O POLO CANTÃO											
Objetivo	Diversificar a oferta turística do Polo e ampliar a imagem do Polo aos mercados-meta.											
Justificativa	O diagnóstico realizado revelou que o Polo possui áreas naturais em potencial para o fomento do turismo, diminuindo a sazonalidade da visitação turística na região e construindo a identidade para os produtos do Polo.											
Efeito esperado	Diversificar a oferta de atrativos, gerando maior gasto e permanência do turista no destino; Definir a identidade regional; Fortalecer o posicionamento de mercado.											
Benefícios	Promoção dos atrativos e desenvolvimento do turismo				Beneficiários	Cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.						
Descrição	Elaborar o Plano de Marketing e comercialização abordando a questão do posicionamento de mercado, imagem a ser projetada do destino, divulgação dos produtos ofertados, mercados atuais e potenciais, mercados prioritário e secundários e ações de marketing e comercialização a serem adotadas pelo governo municipal. Devem ser previstos o desenvolvimento de marca de imagem e posicionamento mercadológico detalhado, conforme eixos definidos no PDITS e o desenvolvimento de estratégias de comercialização e de promoção nos mercados-meta, identificando os entraves para a delimitação do plano na esfera pública e privada; definição estratégica: consolidar os objetivos da comunicação; aprofundar e delimitar o conteúdo informativo de cada eixo; definir a identidade visual dos eixos – design e marca, montar banco de dados de imagens (digitalização de imagens antigas e compilação de novas); definição de elementos e meios de comunicação: delimitar os elementos e meios de comunicação adequados para atingir os objetivos de fortalecimento da identidade turística da região; definir orçamento de comunicação; definição do plano de mídia integrado; e acompanhamento da confecção do material de comunicação; e, definição de instrumento para mensuração de efeitos da estratégia de comunicação implementada.											
Responsáveis pela Execução	Órgão gestor estadual de turismo			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação		Órgão gestor estadual de turismo						
Fonte de financiamento	Governo do Estado		Custo estimado	US$ 29.166,67		Custo estimado operação	Não se aplica					
Mecanismos de recuperação de custos	Aumento do fluxo turístico e geração de emprego e renda.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	Não se aplica											
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas.				Fonte de verificação	Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.						
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim		Projeto Executivo	Sim		Termo Referencia	Sim	X	Reconhecimento retroativo	Sim	X
		Não	X		Não	X		Não			Não	

Fichas das Ações Prioritárias – Componente 3 – Fortalecimento Institucional

AÇÃO 3.3	ORDENAMENTO E CONTROLE DA VISITAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS - IMPLANTAÇÃO DO VOUCHER RESPEITANDO A CAPACIDADE DE CARGA DOS ATRATIVOS				FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Objetivo	Modernizar as visitações aos atrativos, garantido utilização de forma sustentável, conforme normas e plano de manejo.				
Justificativa	O diagnóstico da área turística revelou que o Polo possui uma diversidade de atrativos naturais que impulsionam o desenvolvimento dos segmentos de Ecoturismo e de turismo de Sol e Praia. No entanto, a diversidade natural existente, revela também uma fragilidade ambiental uma vez que os atrativos são explorados e visitados sem qualquer controle na capacidade de carga. Essa situação gera impactos negativos ao meio ambiente e aos atrativos. O Voucher representa um instrumento de ordenamento da atividade turística que contribui para induzir a um modelo de gestão, baseada na constituição de uma rede de cooperação voltada ao uso sustentável dos recursos naturais dos municípios. Refere-se, portanto, ao ordenamento e controle da visitação dos atrativos naturais por meio de documento, denominado voucher, que é emitido pela prefeitura municipal em cinco vias. O documento poderá ser comercializado por agências de turismo ou agentes voltados para o turismo. O voucher é obrigatório na visitação dos atrativos e busca garantir a qualidade ambiental e manter a atividade turística de forma sustentável no Polo.				
Efeito esperado	Atrativos utilizados de forma sustentável e controle na visitação dos turistas; fauna, flora e recursos hídricos preservados.				
Benefícios	Preservação do meio ambiente; Melhoria da qualidade de vida; Instalação de condições favoráveis ao desenvolvimento turístico.		Beneficiários	População local, empreendedores do setor do turismo e dos demais setores e turistas, fundo estadual e municipais de turismo.	
Descrição	Implantação de documento único padronizado, com discriminação dos atrativos naturais, para uso obrigatório dos turistas nos locais de visitação. Todas as agências de turismo que operam os atrativos do polo que devem requisitar blocos de Voucher com a devida numeração, que serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Turismo. As agências de turismo ficam responsáveis perante a prefeitura municipal pelo recolhimento de tributos devidos pelos proprietários dos atrativos turísticos e pelos guias, devendo descontar do pagamento daqueles o imposto devido.				
Responsáveis pela Execução	Órgão gestor estadual de turismo		Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação	Órgão gestor estadual de turismo	
Fonte de financiamento	Governo do Estado	Custo estimado	US$ 12.500,00	Custo estimado operação	Não se aplica
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais.				
Normas de licenciamento ambiental exigidas	NATURATINS				
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas.		Fonte de verificação	Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.	

AÇÃO 3.3	ORDENAMENTO E CONTROLE DA VISITAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS - IMPLANTAÇÃO DO VOUCHER RESPEITANDO A CAPACIDADE DE CARGA DOS ATRATIVOS											FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim		Projeto Executivo	Sim		Termo Referencia	Sim		Reconhecimento retroativo	Sim	
		Não	X		Não	X		Não	X		Não	X

Fichas das Ações Prioritárias – Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

AÇÃO 4.1	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA E TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DO POLO CANTÃO				INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS
Objetivo	Facilitar o acesso e o deslocamento da população e dos turistas aos atrativos que se encontram no Polo do Cantão				
Justificativa	No diagnóstico realizado para o Polo a sinalização indicativa e turística foi apontada como um gargalo para o desenvolvimento do turismo. A sinalização é muitas vezes insuficiente e sem padronização, dificultando aos usuários o acesso aos atrativos do Polo.				
Efeito esperado	Aumento da satisfação do turista devido a melhoria da orientação de acesso aos municípios e atrativos turísticos.				
Benefícios	Desenvolvimento do turismo e da região e geração de emprego e renda; satisfação da população.		Beneficiários	Turistas, trade turístico e população local	
Descrição	Implantação da sinalização indicativa e turística nos acessos e atrativos turísticos de acordo com o padrão internacional ditado pela OMT. Envolve: diagnóstico da situação existente por meio de levantamentos em campo e por estudos já existentes nas prefeituras e órgãos relacionados; elaboração de projeto básico e executivo para a instalação das sinalizações propostas nos acessos e pontos turísticos a serem beneficiados; implantação da sinalização tendo como base o projeto executivo apresentado.				
Responsáveis pela Execução	Órgão gestor estadual de turismo		Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação	Órgão gestor estadual de turismo	
Fonte de financiamento	CAF	Custo estimado	US$ **203.333,33**	Custo estimado operação	Não se aplica
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais.				

AÇÃO 4.1	IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA E TURÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DO POLO CANTÃO											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	NATURATINS											
Indicadores de seguimento	Frequência de turistas que usufruem dos atrativos turísticos locais. Aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.						Fonte de verificação			Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.		
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim	X	Projeto Executivo	Sim	X	Termo Referencia	Sim		Reconhecimento retroativo	Sim	
		Não			Não			Não	X		Não	X

5.6. Avaliação dos impactos potenciais da implementação do programa

Os impactos socioambientais descritos levam em consideração o **Manual de Gestão Socioambiental do Prodetur Nacional**, conforme aponta o termo de referência. Essa avaliação possui a função primordial de verificar os impactos (ambientais, sociais, econômicos ou culturais) que ações priorizadas para os 18 primeiros meses do PDITS poderão trazer para a população local ou para o município.

Entretanto as melhorias propostas pelo PDITS têm como pressupostos a promoção da qualidade de vida da população, trazendo com a atividade turística emprego e renda. Além disso, busca-se desenvolver o turismo respeitando as riquezas e diversidades naturais e culturais existentes.

Os balanços dos impactos positivos e negativos para as ações priorizadas e as medidas de mitigação apontadas estão consolidados no quadro a seguir.

Quadro 34: Avaliação dos Impactos Potenciais da Implementação do Programa – Polo Cantão.

AÇÃO		IMPACTOS POTENCIAIS		MEDIDAS MITIGADORAS
		POSITIVOS	NEGATIVOS (U$)	
1.2	Estruturação e Implantação de Circuito de Arvorismo no Parque Estadual do Cantão	• conservação dos aspectos ambientais; • adequação da infraestrutura; • ordenamento e diversificação dos atrativos; • qualificação do produto turístico; • criação de novos produtos; • ampliação de oportunidades de recreação e lazer para os moradores e turistas; • uso sustentável da unidade de conservação; • criação de oportunidades de promoção da educação ambiental; • satisfação do turista; • geração de emprego e renda.	• impacto visual sobre a fauna e paisagem; • Retirada de espécies; • Aumento da circulação de pessoas; • Risco de degradação de habitas.	• valorização do uso sustentável dos recursos; • estudos de impacto ambiental adequados. • diagnóstico das áreas destinadas à atividade; • monitoramento e manutenção regular das áreas destinadas à atividade; • adoção do uso de monitores ambientais.
1.3	Estruturação e Implantação de Roteiro de Safari Ecológico no Polo Cantão	• conservação dos aspectos ambientais; • adequação da infraestrutura; • ordenamento e diversificação dos atrativos; • qualificação do produto turístico; • criação de novos produtos; • ampliação de oportunidades de recreação e lazer para os moradores e turistas; • criação de oportunidades de promoção da educação ambiental; • satisfação do turista; • geração de emprego e renda	• impacto visual sobre a fauna e paisagem; • Retirada de espécies; • Aumento da circulação de pessoas; • Risco de degradação de habitas.	• valorização do uso sustentável dos recursos; • estudos de impacto ambiental adequados. • diagnóstico das áreas destinadas à atividade; • monitoramento e manutenção regular das áreas destinadas à atividade; • adoção do uso de monitores ambientais.
1.4	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	• aumento da capacidade de integração com outros níveis de governo; • melhoria no planejamento e gestão do turismo; • aperfeiçoamento profissional para o turismo; • requalificação em novas práticas e instrumentos de gestão e de turismo; • qualificação dos produtos e serviços turísticos.	-	-

AÇÃO		IMPACTOS POTENCIAIS		MEDIDAS MITIGADORAS
		POSITIVOS	NEGATIVOS (U$)	
1.5	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – "Selo de Conformidade"	• desenvolvimento de empreendimentos e de serviços pela utilização de selo de conformidade; • garantia e excelência nos produtos e serviços turísticos em consonância com o desenvolvimento sustentável; • melhoria da imagem perante a venda de serviços turísticos; • maior cadastros de empresas em sistemas de turismo, como o Cadastur; • melhor infraestrutura dos empreendimentos; • satisfação do turista.	• dificuldade de certificação por possível burocracia e custos.	• promoção da divulgação do turismo certificado no âmbito regional e nacional; • incentivo à participação pública no processo.
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Cantão	• fortalecimento da imagem dos destinos; • melhor posicionamento do mercado; • eficiência na comercialização; • organização da oferta e demanda; • ampliação e consolidação de centros emissivos; • aumento da arrecadação; • aumento do PIB; • ampliação da oportunidade de negócios; • geração de emprego e renda; • redução de impactos causados pela sazonalidade.	• impactos de crescimento descontrolado.	• monitoramento e avaliação para a correção de rumos.

AÇÃO		IMPACTOS POTENCIAIS		MEDIDAS MITIGADORAS
		POSITIVOS	NEGATIVOS (U$)	
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos	• controle o ordenamento da visitação e uso dos atrativos; • desenvolvimento de um sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos; • compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação/preservação dos recursos naturais; • maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades; • legalidade ambiental para os empreendimentos governamentais e/ou privados; • melhora efetiva da qualidade ambiental; • reflexos positivos no desenvolvimento sustentável da região.	• aumento excessivo na demanda perante os órgãos ambientais que são deficientes em estrutura física e recursos humanos; • pressão no procedimento de licenciamento ambiental.	• modernização dos órgãos ambientais; • estruturação de equipes técnicas; • elaboração e divulgação de cartilhas explicativas e educativas.
4.1	Implantação de Sinalização Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Cantão	• qualificação do produto e dos destinos turísticos; • integração dos atrativos; • melhoria no ordenamento dos atrativos turísticos; • melhoria nas condições de acessos aos atrativos e equipamentos; • melhoria da mobilidade; • melhoria da segurança para os turistas e para a população em geral; • aumento da satisfação do turista em relação ao ambiente urbano e à localização e acesso aos atrativos por causa da facilidade de orientação; • incremento da receita proveniente da atividade turística.	• impacto visual sobre a paisagem ou patrimônio natural; • aumento da população em função da imigração por pessoas em busca de trabalho e consequente aumento das demandas para serviços urbanos; • riscos de acidentes em caso de falta de manutenção da sinalização.	• elaboração de projeto técnico que contemple a integração com o ambiente urbano e rural, assim como o sistema de circulação e sinalização viária; • obediência às normas estabelecidas pelos órgãos competentes; • orientação e fiscalização das paradas implantadas ao longo das rodovias.

Algumas as ações indicadas nesse Plano não causam impacto socioambiental quando executada individualmente. Todavia, aos ser executada em conjunto com outras ações podem trazer alterações profundas e uma mudança na qualidade de vida da população. As ações dos componentes infraestrutura e serviços básicos como também àquelas elencadas no componente de fortalecimento institucional estão predispostas a trazer essa situação.

Ao se analisar o quadro anterior de uma forma generalizada pode-se aferir que os impactos podem trazer degradação de recursos naturais ou interferir na sustentabilidade ambiental do atrativo com o incremento da atividade turística. Pode-se citar como impactos negativos decorrentes das ações contidas no quadro 34:

- **impactos ambientais** como erosão, sedimentação, destruição de habitats, desmatamento, poluição sonora e atmosférica, provenientes da implantação de obras civis e projetos,
- **impactos na infraestrutura básica** ocasionados pelo aumento do número de turistas e, consequentemente, aumento dos transtornos causados à população.

Os pontos positivos que podem ser verificados por meio da implementação dessas ações podem são:

- aumento de emprego e renda;
- abrangência na rede de atendimento de infraestrutura para um maior número de moradores
- conectividade e integração entre os municípios do Polo;
- qualidade ambiental: melhoria do saneamento ambiental, da educação ambiental, entre outros;
- concepção de ambientes urbanos agradáveis e direcionados ao convívio e atividades de lazer para a população e para os turistas;
- melhor utilização turística das áreas urbanas;
- utilização das unidades de conservação para atividades de ecoturismo.

Como se trata de uma área frágil do ponto de vista ambiental pode-se enumerar os impactos advindos da implantação desse Plano, principalmente no que trata dos recursos naturais. A minimização desses impactos pode ser adquirida pela promoção de incentivos e de financiamentos em projetos e planos que busquem a melhoria da gestão governamental. Outras medidas que podem ser citadas tem como base a (i) conscientização ambiental e social dos atores que atuam diretamente com o turismo, bem como a população local e (ii) participação da comunidade em busca do desenvolvimento sustentável tanto em seu aspecto ambiental, quanto social. Essas ações englobam:

- programas voltados para a educação ambiental e para a conscientização da população e dos empreendedores sobre a importância do planejamento em bases integradas e participativas;
- planejamento e elaboração de estudos voltados aos aspectos ambientais, sociais e econômicos que se integrem às ações propostas nesse Plano;
- utilização de práticas de construção sustentável e monitoramento e fiscalização de obras;

- fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos;
- incentivo a integração dos municípios por meio planos;
- incentivos a aquisição e construção de novos empreendimentos turísticos e de serviços;
- capacitação profissional da população e dos empreendedores;
- fiscalização ambiental em todo o Polo, incluindo atividades voltadas ao monitoramento do uso e ocupação do solo, obras de infraestrutura, entre outros.

6. MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação representam os instrumentos utilizados para se verificar a como está acontecendo a condução e a execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo. Essa fase é de extrema importância para o planejamento do turismo uma vez que permite que os objetivos definidos nesse PDITS sejam convertidos em ações para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. A função dos mecanismos de feedback no processo de planejamento refere-se ao monitoramento do desempenho do plano por meio de comparações entre o que foi alcançado ou realizado e o que foi planejado ou previsto.

O acompanhamento e avaliação permite que os atores envolvidos com o turismo das diversas instâncias (os órgãos públicos, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidade) tomem decisões em relação ao planejamento realizado na formulação do PDITS. Possibilita também a correção dos caminhos estabelecidos no plano de ação, a maximização dos resultados bem sucedidos e a participação direta na execução das ações assegurando o sucesso dos objetivos e metas estabelecidos.

Importa acrescentar que as estratégias e ações referentes ao produto turístico, tanto para estruturação como para integração de produtos, bem como as estratégias de comercialização, em específico a divulgação, são direcionadas no sentido de aumentar a competitividade e incrementar o fluxo de turistas no Polo. O aumento desses números indica o efeito positivo das ações voltadas para a qualificação e diversificação da oferta turística e da comercialização, divulgação e marketing mais eficientes.

A diversificação e aumento das opções de lazer e de outras atividades complementares e integradas no Polo, bem como a melhoria das infraestruturas turísticas e urbanas, devem ter como resultado o aumento no número de pernoites, maior gasto turístico e a melhoria na distribuição de renda pela região.

As visitas aos demais atrativos turísticos da região, apoiada pela oferta de equipamentos turísticos com qualidade, implicará também no aumento do gasto diário e no aumento do tempo de permanência.

À medida que há ocorre a consolidação do banco de dados a ser constituído para o monitoramento das ações de desenvolvimento turístico do Polo, outros indicadores que identificam os benefícios e o retorno socioambiental esperado para as ações planejadas deverão ser investigados e adotados, dentre eles destacam-se: (i) tempo de permanência dos visitantes; (ii) número de pessoas capacitadas para o mercado de turismo; (iii) taxa de ocupação hoteleira; (iv) nível de satisfação do turista.

Quanto aos indicadores destinados a avaliar a capacidade de suporte dos recursos turísticos, além dos já citados, devem se juntar aqueles normalmente utilizados para avaliar a qualidade de vida da população, relacionados em geral às políticas urbanas, tais como: qualidade e capacidade das infraestruturas e dos serviços públicos; acessibilidade e mobilidade relacionada ao transporte público e a qualidade dos espaços públicos, entre outros.

As análises efetuadas a partir dos indicadores de resultados, pertinentes ao processo de acompanhamento e avaliação da implementação da política de turismo no Polo possibilitarão a obtenção de parâmetros de comparação para embasar suas futuras revisões e adequações, bem como, como avaliar os limites da capacidade de suporte dos recursos turísticos da região.

O acompanhamento e a avaliação dos resultados do PDITS são realizados por meio das linhas de base. A linha de base consiste no conjunto de metas, indicadores e fontes de verificação para as ações do PDITS, tornando-se o ponto de referência a partir do qual será realizado o monitoramento das ações bem como eventuais alterações necessárias.

Cabe ressaltar que as informações da linha de base que apresentarem diferenças acentuadas dos dados iniciais, sendo inferiores ao estabelecido como metas, indicarão que o PDITS necessitará de ajustes ao longo de sua implementação dada as inúmeras variáveis que interferem nesse processo. Geralmente, essa diferença ocorrerá se o escopo ou a natureza das ações forem alterados.

Caberá então ao grupo gestor do PDITS analisar os indicadores, verificando eventuais correções e indicando se será necessário modificar ou refazer a linha de base a qualquer momento durante o projeto.

Tabela 29: Linhas de Base do Polo Cantão

INDICADORES	META	UNIDADE DE MEDIDA	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE	ATORES
Taxa de Ocupação Hoteleira	65	Porcentagem	Número de Leitos Ocupados x Capacidade Ocupacional (dados da Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins coletados mensalmente através do CADASTUR)	45	SEDEN
Número de Pacotes Turísticos Comercializados	3.000	Unidade	Somatória dos dados primários do órgão gestor estadual de turismo	1.500	SEDEN
Número de empregos gerados pelas empresas turísticas	893	Unidade	Coleta de dados secundários da RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego)	595	SEDEN
Número de empresas turísticas do sistema do Ministério do Turismo	400	Unidade	Soma das empresas cadastradas anualmente no CADASTUR	218	SEDEN
Sistema de informações – Observatório do Turismo	em funcionamento e disponibilizando informações sistematizadas e atualizadas com frequência			inexistente	SEDEN

Fonte: ADTUR, 2014.

REFERÊNCIA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Pesquisa de Avaliação do Público Participante sobre a Temporada de Praia de Caseara ano 2010.** Palmas, TO. 2010.

_____. **Fluxo Turístico – Temporada de Praia do Tocantins 2006 – 2008.** Palmas, TO. 2010.

_____. **Pesquisa de Avaliação do Público Participante do Carnaval de Gurupi ano 2010 – Ilha do Bananal.** Gurupi. Palmas, TO. 2010.

_____. **Terceiro Diagnóstico da Temporada de Praia ano 2008.** Palmas, TO. 2008.

_____. **Pesquisa da temporada de Sol e Praia de 2013.** IEL / SEBRAE, Palmas, TO. 2013.

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE NOTÍCIAS. **Acesso a Informação.** Disponível em:<http://www.atn.to.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. **Download.** Disponível em:<http://www.abeta.tur.br>. Acesso em: novembro de 2013.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BRASIL. **Estudo sobre o Turismo praticado em ambientes naturais conservados.** EMBRATUR $ FIPE. 2002.

_____. **CENSO 2010**. IBGE. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acessado em: abril de 2013.

_____. **Mapa de Biomas do Brasil e Mapa de Vegetação do Brasil**. IBGE. Brasil. 2007.

_____. Ministério do Turismo. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico No Brasil – 2010/2011.** São Paulo, SP. 2012

_____. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF. 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**.Brasília, DF. 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Brasília, DF. 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo de Negócios e Eventos: orientações básicas**. Brasília, DF. 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Pesquisa de Hábitos de consumo do Turismo Brasileiro, 2007 e 2009.** Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Dados Cadastur**. Disponível em:

<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/ index.action#> Acessado em: junho de 2013-2016.

_____. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo. **Regulamento Operacional**. Brasília, DF. 2008.

GUIA 4 RODAS. **Edição comemorativa dos 50 anos do GUIA BRASIL**, publicada em novembro de 2014. Disponível em: <http://viajeaqui.abril.com.br/materias/os-50-melhores-destinos-de-ecoturismo-do-brasil#18> Acessado em: janeiro de 2016.

SEBRAE. **Diagnóstico da Movimentação Financeira e da Gestão Empresarial – Temporada de Praia 2013.** SEBRAE/TO. Palmas, TO. 2013.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DO TOCANTINS. **Carta Consulta para apresentação à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX**. Tocantins, TO. 2008.

_____. **Medida Provisório no 1, de 2 de janeiro de 2015**, publicada no Diário Oficial no 4.288. Palmas, TO. 2015.

_____. **Medida Provisória no 22, de 30 de abril de 2015**, publicada na mesma data no Diário Oficial no 4.365, dispõe sobre a nova organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo. Palmas, TO. 2015.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA. **Decisão n° 033, de 12 de setembro de 2013, Aprova o Mapa Estratégico do Estado de Tocantins. Diário Oficial n° 3.973, Página 22 e 23**. Palmas, TO. 2013.

_____. **Anexo I: Termo de Referência, tomada de preços N° 001/2013**. Palmas, TO. 2013.

_____. **Arquivos e Download.** Disponível em:<http://www.seplan.to.gov.br>. Acesso em: dezembro de 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES. **Transporte**. Disponível em <www.dnit.gov.br/>. Acesso em: novembro de 2013.

INFRAERO. **Série Histórica.** Disponível em:<http://www.infraero.gov.gov.br>. Acesso em: novembro de 2013.

NOVAVENTURA COMPANHIA DE RAFTING. **Fotos.** Disponível em:<http://www.novaventira.com.br>. Acesso em: dezembro de 2013.

REVISTA VEJA. **Publicação.** Disponível em:<http://www.veja.abril.com.br/complementos-materias/turismo-aventura/info.shtml>. Acesso em: novembro de 2013.

TECHNUM Consultoria SS

SHIS CC QI 09 – Bloco D – Salas 203/206
Lago Sul – Brasília – DF
CEP 71625-009
(61) 3364.0087
CREA 5307/RF
CAU 16821-1/RF
www.technum.com.br